

Julho de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chineses em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Novo Jornal, O País, Expansão, Luanda, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Programa de Combate à Pobreza com 362 acções concluídas na Lunda-Norte	6
1.2 O Bolsa Família no combate à Pobreza	6
1.3 Divergências sobre salário mínimo nacional levam ao afastamento da secretária-adjunta da UNTA7	
2. MICROFINANÇAS	9
2.1 Novas regras para as sociedades de microcrédito e cooperativas de crédito	9
2.2 Para abrir uma instituição financeira de micro finanças são necessários mil milhões Kz	10
2.3 BNA estimula aumento do crédito de pequenos montantes à economia	11
2.4 'Braço-de-ferro' com 'caloteiros' do BPC bloqueia meta de recuperação da recredit em 2022	12
2.5 Kwanzas deve financiar projetos, gerar empregos e não economias externa diz Vera Daves	13
2.6 Transferir títulos que servem de garantia de crédito pode aumentar malparado na banca	14
2.7 Kixicrédito disponibiliza 200 milhões de kwanzas	15
2.8 Crédito às famílias suplanta comércio e é o sector com mais financiamentos	16
2.9 AJEA garante concessão de crédito à juventude	16
3. MERCADO INFORMAL	18
3.1 Reconversão da Economia Informal tem 3 mil milhões de financiamento	18
3.2 Elevado custo dos alimentos "afasta" consumidores dos armazéns e supermercado	19
3.3 Banco Mundial elogia Programa de Reconversão da Economia Informal	20
3.4 Autoridades encerram três matadouros no Quilómetro 30	21
3.5 Depois do São Paulo segue-se a Via Expressa, Cacucaco e Benfica	21
3.6 Consumidores namibianos procuram por cereais nos mercados de Ondjiva	22
3.7 Centenas de igrejas ilegais elevam risco de branqueamento de capitais	23
3.8 Reordenamento do comércio em Luanda segue a bom ritmo	25
3.9 Comerciantes acusam GPL de incumprimento na promessa de isenção no arrendamento	27
3.10 Lunda-Sul: Mercado fronteiriço facilita a vida de angolanos e congoleses	27
3.11 Vendedores são aconselhados a pagarem a Segurança Social	28
3.12 Crédito às famílias suplanta comércio e é o sector com mais financiamentos	29
3.13 Formalização da Economia aumenta produtividade	30
3.14 Nove novos mercados municipais estão projectados para Luanda	31
3.15 Remoção dos obstáculos ao crescimento acelera a formalização da economia	32
3.16 Jovens optam pela lavagem de viaturas	32
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	35
4.1 Quebra no petróleo atira economia angolana para quase estagnação	35
4.2 Parlamento volta a violar OG-E ao atribuir subsídios de instalação e de fim de mandato na totalidade	35
4.3 Crítica Cobrar impostos que não beneficiam os cidadãos «é imoral)	37
4.4 Governo ataca gorduras do Estado COL11 'corte nos carros, viagens e obras	37
4.5 Falta de financiamentos gera buraco de 7,4 biliões Kz e obriga a 'travar a fundo' na despesa	38
4.6 Redução do IVA para metade: entre o optimismo e pessimismo	40
4.7 Ninguém devolveu património de forma voluntária	41
4.8 Estado recupera hotéis e fábricas avaliadas em quase 3.000 milhões USD	42
4.9 Lista de Activos recuperados pela PGR deve ser aplaudida	43

4.10	Conta Geral do Estado 2021 aprovada na globalidade	45
4.11	40 Por cento dos activos recuperados pertenciam ao Fundo Soberano	46
4.12	Conta Geral do Estado 2021 aprovada na globalidade	47
4.13	Conta Geral do Estado apresentou saldo positivo de 4,28 bilhões de kwanzas	48
4.14	PGR já recuperou mais de mil USD 19 mil milhões desviados	48

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 50

5.1	Secretário de Estado defende reforço da desconcentração administrativa	50
5.2	“Orçamento Cidadão 2023” reforça transparência	51
5.3	Programa de Combate à Pobreza com 362 acções concluídas na Lunda-Norte	51
5.4	Censo Piloto da População arranca hoje em sete províncias	52
5.5	INAP capacita administradores comunais sobre Gestão Administrativa	52
5.6	Comités decidem projectos e não prestam contas à comunidade	53
5.7	Um terço do orçamento do município vai para despesas dos comités de gestão	53

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 56

6.1	Cassenda: Ascensão e declínio de um bairro que já foi da elite	56
6.2	O cartão de visitas para os moradores	62
6.3	Requalificação anima moradores	63
6.4	Inundações das residências e os problemas do dia a dia	63
6.5	"Modus vivendi" dos colonos e dos pescadores	64
6.6	Centralidade do Mussungue e outras infra-estruturas na Lunda-Norte fora de perigo	64
6.7	Programa de Combate à Pobreza com 362 acções concluídas na Lunda-Norte	66
6.8	Financiamento de Habitação para Arrepentimento em África (parte 11)	66
6.9	Moradores do Paraíso pedem hospital e fim da criminalidade	68
6.10	Presidente da República autoriza construção de 1500 casas para reassentamento	69
6.11	Obras de requalificação Urbana da cidade do Lubango vão custar 290,8 milhões USD	69
6.12	Cidadão constrói casa ecológica a baixo preço	70

7. TERRAS 72

7.1	Construção de prédio de 4 pisos na Vila Alice envolve num manto de suspeitas	72
7.2	A banca e as cooperativas habitacionais	73
7.3	Construção de prédio de 4 pisos na Vila Alice envolve num manto de suspeitas	75
7.4	População constrói casas dentro da Fazenda Avinova, administração alega falta de condições para agir	76
7.5	Mobiliária Casa Nova vai apresentar inovação	77
7.6	Subida do preço do material construção adia o sonho da casa própria e asfixia vendedores	78
7.7	Programas de garantia de hipoteca	79
7.8	População constrói casas dentro da Fazenda Avinova, administração alega falta de condições para agir	81
7.9	Mais de 80 imóveis já recuperados este ano no combate à corrupção	82
7.10	Cofre da Justiça gere bens avaliados em mais de USD 25 mil milhões apreendidos no combate a corrupção	83
7.11	Imóveis comprados no exterior com dinheiro ‘desviado’ de Angola ultrapassam USD 700 milhões	84
7.12	Terraços de prédios ‘tomados de assalto’ por construções clandestinas de moradores	85
7.13	Fundação Sagrada Esperança apresenta projecto habitacional	87
7.14	Jovens aspiram à casa própria no projecto MuximaYeto	87
7.15	Provedora de Justiça defende alteração da Lei de Terras	88
7.16	Angola tem mais de 13 mil construções paradas	89
7.17	ZEE assina quatro contractos confidenciais de consultoria avaliados em 375 mil USD	90
7.18	Cidadão constrói casa ecológica a baixo preço	91

8. SERVIÇOS BÁSICOS	93
8.1 Habitantes da Humpata e Chibia contam com novos sistemas de água potável	93
8.2 Governo provincial do Moxico promete encerrar poço de água contaminada	93
8.3 Operadora aposta na construção e captação de águas subterrâneas	96
8.4 Administração de Caimbambo aposta no reforço do abastecimento de água	96
9. AMBIENTE	98
9.1 Programas do Governo levam electricidade para 125 localidades nas regiões Sul e Leste	98
9.2 Garimpo de madeira devasta cintura florestal em Cabinda	99
9.3 Programa de Combate aos Efeitos da Seca beneficia mais de um milhão de pessoas	101
9.4 Vencer os efeitos da seca é dos principais desafios do Governo	102
9.5 Angola entre os países com maior aumento percentual de perda florestal no mundo	105
9.6 Obras emergenciais em Senguela não ofuscam risco de tragédia semelhante à de 2015	105
9.7 Obras de contenção de ravinas executadas a partir deste mês	107
9.8 Aldeias rurais vão beneficiar da distribuição de energia fotovoltaica	107
10. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	109
10.1 Comércio Angola-China pesa USD 24 mil milhões/ano	109
10.2 Americanos «desalojam» chineses e financiam operações no Corredor do Lobito	109
10.3 Americanos «desalojam» chineses e financiam operações no Corredor do Lobito	111
10.4 Angola convida investidores chineses do ramo da cadeia produtiva de frango	113
10.5 Angola e China acertam detalhes sobre operações do Novo Aeroporto Internacional “Dr. António Agostinho Neto”	114
10.6 Angola solicita mais investimento chinês	115

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Programa de Combate à Pobreza com 362 acções concluídas na Lunda-Norte

Jornal de Angola

06 De Julho de 2023

Texto: Armando Sapalo

O Programa de Combate à Pobreza (PIDCLP), na província da Lunda Norte, concluiu 362 acções que se prevê que venham a beneficiar um total de 119.974 inscritos no PIDLCP, informou, esta quinta-feira, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento.

Em declarações à imprensa antes do encontro de Monitoria e Avaliação do PIDLCP, com o governo local e os dez administradores municipais da Lunda Norte, Ana Paula do Sacramento Neto avançou que, neste momento, 73 outros projectos inseridos no programa, também, estão em curso.

I.2 O Bolsa Família no combate à Pobreza

Jornal de Angola

10 De Julho de 2023

Texto: Ismael Mateus

O Bolsa Família, que no Brasil retirou 36 milhões de pessoas da miséria, é hoje um dos grandes exemplos de sucesso dos programas de combate à pobreza.

Uma das lições aprendidas no Bolsa Família é que o acesso ao programa, apesar de gratuito, pode implicar deveres do beneficiário em matéria de inclusão educacional e de cidadania, assim como medidas complementares como políticas de incentivo a pequenos e médios agricultores, reestruturação da segurança social ou programas de incentivo à ciência e ao desporto. Por exemplo, os filhos das famílias beneficiadas tinham de estar comprovadamente na escola, travando desistências, o que permitiu o acompanhamento de mais de 17 milhões de crianças e um crescimento de 290% do número de pessoas com ensino de base completo. O acesso ao Bolsa Família também obrigava os beneficiários a frequentar as consultas de pré-natal, a efectuar visitas

periódicas aos postos de saúde e a ter os cartões de vacina actualizados, o que ditou um impacto na redução da mortalidade infantil, especialmente na mortalidade por causas associadas à pobreza, como desnutrição (queda de 58%) e diarreia (47,6%).

O sucesso do Bolsa Família só foi possível graças ao cadastro único, que permitiu o cruzamento de informações para acesso a programas sociais e mapeamento de populações vulneráveis.

E é por aqui que deveria começar o nosso processo de aprendizagem. Mesmo que tenhamos diferentes departamentos ministeriais a conceberem programas de combate à pobreza, necessitamos de uma entidade única operacional que permita o cadastro único e a uniformização, acompanhamento e o controlo da execução local desses programas que envolvam a transferência de renda. Temos defendido que o Fundo de Apoio Social, o FAS, deve ser modo efectivo (formalmente já o é) a agência governamental responsável por efectuar um cadastro social único de beneficiários de políticas sociais de combate à pobreza e, por isso, todas as acções do Governo, que envolvam transferências de renda, deveriam ser coordenadas por uma entidade que até já tem a experiência do Kwenda. Essa coordenação está essencialmente relacionada com o funcionamento de um cadastro social único nacional, uniformização e partilha de boas práticas de sucesso e com a capacidade de cruzar informações com todos os serviços públicos, da saúde à educação; do comércio informal ao cartão de consumo de combustível.

Aos poucos, o Kwenda e outros programas sociais de combate à pobreza repartidos por ministérios, governos provinciais e agências do Governo começam a ter um impacto mais visível na vida dos cidadãos. Entre as medidas mais recentes, estão o FUNEA, Fundo Nacional de Emprego (no valor de 25 mil milhões de kwanzas, para recém-formados e desempregados); PAT2, o projecto de Empoderamento de Raparigas e Aprendizagem para Todos (Em cinco anos, deve atender cerca de seis milhões de alunos, para prevenir a violência baseada no género, incentivar a permanência e ou o regresso à escola e o abastecimento de água e casas de banho funcionais) e a implementação de passes sociais nos transportes públicos para estudantes, jovens, pessoas da terceira idade, com necessidades especiais e antigos combatentes.

Entre estes projectos não há um funcionamento em rede, nem informações partilhadas entre si e nem a coordenação dos serviços prestados ou requeridos por cada um deles. Às famílias beneficiárias do Kwenda deveria ser exigida a apresentação de

comprovativos de vacinação de pessoas e seus animais, obrigatoriedade de possuir Bilhete de Identidade, conta bancária e uma actividade produtiva devidamente identificada. O FAS, agindo de modo integrado, deveria levar para cada comunidade de beneficiários um agente ADECOS para as questões de saúde pública; um oficial de registos e notariado para emissão do Bilhete de Identidade e da conta bancária e um regente agrícola para verificação e acompanhamento da actividade produtiva dos beneficiários.

No caso dos cartões de consumo, o procedimento deveria ser o mesmo. Em primeiro lugar, o Governo tem de encarar a criação dos cartões de consumo de combustível como uma medida enquadrável nos programas de combate à pobreza. Deveria ser o FAS, e não o Ministério das Finanças, a efectuar o cadastro dos beneficiários e a cruzar essa informação com outros elementos. Em primeiro lugar, para se ser beneficiário, o proprietário do veículo deveria fazer prova de licença para actividade de táxi, pagamento do imposto do veículo motorizado, do seguro da viatura e da segurança social dos funcionários, ao passo que o motorista deve provar possuir carta de condução adequada para o serviço que presta. Acerca dos veículos deveria ser obrigatória a apresentação dos comprovativos de manutenções técnicas e de inspecções periódicas.

Quando nas grandes cidades vemos angolanos a alimentarem-se do contentor do lixo, abre-se com carácter de extrema urgência a necessidade de criação de um programa para garantir o acesso de famílias urbanas famintas a alimentos, contrapondo uma certa feição rural e comunitária que o Kwenda vem adquirindo. Dado o elevado número de pessoas com fome nas grandes cidades e sendo estas também o principal destino da produção nacional, junta-se literalmente a fome com a vontade de comer e, assim, a necessidade de um "kwenda urbano", com a criação de um cartão de consumo alimentar, que permita comprar, sem circulação de dinheiro vivo, uma cesta básica familiar com bens de produção nacional. Estamos a falar de uma rede de vendas de alimentação para os mais desfavorecidos mediante a apresentação de um cartão de consumo. Só podem ser beneficiários quem saiba ler e escrever ou frequente aulas de alfabetização; quem tenha os filhos a estudar, vacinas e impostos em dia; desempregados que criem pequenas acções de inclusão produtiva; comerciantes que tenham aderido ao Programa de Reconversão da Economia Informal (Prei); zungueiras legalmente registadas ou ainda vendedoras que comprovem ter bancadas em mercados legais. O cartão de consumo alimentar seria exclusivamente usado para o levantamento de comida para garantir

que as famílias tivessem no mínimo duas refeições por dia.

Um programa do género pode servir também de incentivo à produção nacional, inaugurando, para além das já existentes, uma nova rede de consumo de produtos nacionais.

I.3 Divergências sobre salário mínimo nacional levam ao afastamento da secretária-adjunta da UNTA

Nova Jornal

28 De Julho de 2023

Texto: Ilídio Manuel

Filomena Soares já não é secretária-geral adjunta da UNTA-CS, tendo sido, recentemente, afastada do cargo por divergências 'insanáveis' com Joaquim Laurindo, que, segundo fontes convergentes, se terá oposto ao aumento do salário mínimo nacional, à luz da grave crise económico-financeira que se reflecte no baixo poder de compras dos trabalhadores,

A exoneração da segunda figura da UNTA-CS, que terá sido feita à margem dos estatutos dessa central sindical, está no centro de uma polémica sobre se o SG está investido de competências para afastar a sua adjunta, já que ela chegou ao cargo por via eleitoral, dito de outro modo, eleita pelo Conselho Confederal Sindical, um órgão colegial que junta vários sindicatos de âmbito provincial e nacional.

As fontes deste jornal, que falaram sob anonimato, por razões óbvias, consideram a atitude de Joaquim Laurindo "ilegal e arrogante" e que "atropela gravemente os estatutos que regem a UNTA".

Sustentam os seus argumentos no facto de Filomena Soares ter sido eleita por um período de cinco anos e que a sua remoção do cargo só poderia ocorrer "por decisão do órgão colegial e não por motivações pessoais".

Conforme os estatutos, o "se-adjunto é eleito pelo Conselho Confederal, sob proposta do secretário-geral". Reza o documento, no seu artigo 32.", alínea (i), que cabe ao SG "nomear e exonerar os funcionários da organização", mas não especifica os cargos cujo provimento foi feito por via das eleições.

Para além da falta de consenso quanto ao salário mínimo nacional, outros aspectos que, segundo as fontes do NJ, contribuíram para azedar as relações entre as duas figuras de proa na UNTA têm a ver com alegada gestão danosa do património dessa

organização sindical, levada a cabo por Joaquim Laurindo.

Consta que o actual SG, que em 2021 sucedeu no cargo Manuel Viagem, procedeu à venda de um imóvel da UNTA em Benguela, tendo, a posterior, comprado duas habitações em Luanda. De acordo com fontes, essa decisão foi tomada de "forma pessoal, sem dar a conhecer aos órgãos de decisão da central sindical." Não sabemos por quantos ele vendeu o edifício em Benguela assim como os valores envolvidos na compra dos dois imóveis em Luanda, acrescentam as fontes.

Dizem que "há vários imóveis que estão arrendados e a gestão do dinheiro das rendas é feita apenas por Joaquim Laurindo e pelo seu coadjutor, Adriano dos Santos".

Os descontentes com os métodos "pessoais e autocráticos" de gestão de Joaquim Laurindo admitem a hipótese de accionar uma providência cautelar por "má gestão do vasto património".

Garantem as fontes que será movido também um processo judicial para a responsabilização criminal e civil do SG da UNTA, assim como solicitada uma sindicância às contas da instituição .

Acusam o líder sindical de ter uma "agenda paralela", de objectivos escusos, sustentando as suspeitas no facto de Joaquim Laurindo nunca ter manifestado publicamente a posição da central sindical que dirige sobre as greves levadas a cabo pelo SINPROF e pelos demais sindicatos, nomeadamente os da Justiça, dos Enfermeiros e dos Médicos.

Acusam o SG de ter ameaçado cortar os salários à sua antiga adjunta e de lhe retirar a viatura que lhe foi distribuída há mais de oito anos.

As fontes afirmam que o SG se tem gabado nalguns círculos de que nada lhe acontece por supostamente gozar da protecção e "pessoas de peso" dentro do MPLA.

Dizem, por fim, que o líder sindical, à falta de argumentos de razão, tem acusado os seus de tractores de simpatias à UNITA, um expediente que terá lançado mão como forma de se proteger dos ataques de que tem sido alvo. pessoal, sem dar a conhecer aos órgãos de decisão da central sindical". "Não sabemos por quanto ele vendeu o edifício em Benguela, assim como os valores envolvidos na compra dos dois imóveis em Luanda", acrescentam as fontes.

SG nega ter violado 15 os estatutos

Parco em palavras, Joaquim Laurindo defende-se, dizendo que não violou os estatutos da UNTA, que, para si, lhe conferem poderes para afastar a secretária-adjunta.

Questionado sobre as razões que ditaram a exoneração de Filomena Soares, justificou o acto com a "perda de confiança política". "Tanto assim que ela foi eleita ao cargo de SG-adjunta pelo Conselho Confederal, sob minha proposta", minimizou o assunto, afirmando que ela foi exonerada por decisão do referido órgão.

Negou as acusações que lhe são feitas, de gerir de forma danosa o património da UNTA, alegando, em sua defesa, que tem procurado conduzir os destinos da central sindical de forma "transparente" e tomado as decisões dentro dos seus órgãos deliberativos.

Disse que estava à vontade e que o "bom resultado" da sua gestão estava reflectido no Relatório de Actividades e Contas, que tinha sido aprovado na reunião do Conselho Confederal, ocorrida no Moxico.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Novas regras para as sociedades de microcrédito e cooperativas de crédito

Jornal Expansão

7 De Julho de 2023

Texto: Teresa Gando

O Banco Nacional de Angola B A, publicou recentemente um aviso (nº 4/23 de 28 de Junho) com o objectivo de simplificar os requisitos mínimos de constituição e funcionamento das Sociedades de Microcrédito: e Sociedades Cooperativas de Crédito bem como o registo dos operadores de Microcrédito. "Considerando a necessidade de se impulsionar a inclusão financeira e diversificação do crédito à economia, o Banco Nacional de Angola comunica que procedeu à revisão de toda a regulamentação relativa às sociedades de microcrédito e cooperativas de crédito, com destaque para a simplificação dos requisitos de constituição, redução significativa do capital social mínimo e introdução da figura dos "Operadores de Microcrédito?", lê-se no documento publicado no site da instituição.

O aviso define que as sociedades cooperativas de crédito passam a ser constituídas com um número inicial de três associados, e não podem manter-se em funcionamento com um número inferior.

Já as sociedades de microcrédito e cooperativas de crédito não podem iniciar a sua actividade enquanto não se encontrarem inscritas em registo especial junto do BNA. Quanto aos operadores de microcrédito, é requerido apenas o registo junto do Banco central, mediante preenchimento e a apresentação do formulário disponibilizado pelo banco central.

As sociedades de microcrédito e sociedades cooperativas de crédito, devem também comunicar previamente com pelo menos um mês de antecedência a data de início de actividade, para efeitos de vistoria. Quanto aos documentos oficiais exigidos devem ter sido emitidos há menos de três meses.

De acordo com o documento, os requerentes devem designar um representante perante o B A, indicar o seu domicílio em Angola, e fazer um pedido de autorização endereçado ao Governador da entidade reguladora, acompanhados de todos os documentos e informações úteis para a apreciação do mesmo.

No processo devem ser apresentados o certificado de admissibilidade da denominação social, acta da reunião da assembleia constitutiva devidamente reconhecida, identificação dos membros fundadores e dos membros dos órgãos sociais, identificação dos beneficiários efectivos e projecto de estatutos.

Quanto às condicionantes, a prestação de informação fora do prazo estipulado pode determinar a recusa do pedido.

O capital social mínimo para a constituição destas instituições financeiras também foi objecto - de revisão, passando, para as sociedades de microcrédito de 25 milhões Kz para 5 milhões Kz, e para as sociedades cooperativas de crédito de 25 milhões Kz para um milhão de kwanzas.

O regulador pode ainda solicitar aos requerentes quaisquer informações ou procedimentos complementares, efectuar averiguações que considere necessárias ou úteis para a decisão do pedido.

O documento define também que para constituição de Sociedades de Microcrédito e Sociedades Cooperativas de Crédito é necessária a prévia autorização do banco central. Os pedidos de constituição são instruídos através do SILIF - Sistema Integral de Licenciamento das Instituições Financeiras, cujas credenciais de acesso devem ser solicitadas pelo correio electrónico silif@bna.ao.

Conceitos

As sociedades de microcrédito são instituições financeiras não-bancárias que exercem actividades de microcrédito, autorizadas a conceder empréstimos de baixo e médio valor a pequenos e médios empreendedores que, de forma geral, não preenchem os requisitos exigidos pelos bancos comerciais.

Já os operadores de microcrédito, diferente da anterior, são definidos como sociedades comerciais não financeiras que no seu objecto social incluem a concessão de microcrédito em regime de não exclusividade, designadamente organizações não governamentais, associações e fundações legalmente constituídas.,

As sociedades cooperativas de crédito, por sua vez, são as instituições financeiras não bancárias, que exercem actividade de crédito, autorizadas a receber depósitos e a captar poupanças exclusivamente dos seus membros ou cooperadores e a conceder créditos ou praticar outros serviços financeiros a favor dos mesmos.

Estas sociedades são caracterizadas pela variabilidade do capital social, o ilimitado número de associados bem como a adesão livre e voluntária dos mesmos, e cada sócio tem direito a apenas um voto independente do número de acções detidas.

Ainda nas cooperativas de crédito, os associados devem possuir um elo de ligação entre si baseado numa relação pré-existente que pode ser, a mesma profissão ou ocupação, empregados da mesma entidade, mesmo negócio ou ramo de actividade. Podem ainda ser membros da mesma associação ou organização de carácter social, religiosa ou sindical e residir na mesma área territorial.

Outra particularidade destas sociedades é que realizam as suas operações de crédito exclusivamente com os respectivos associados, sendo proibidas actividades fora do universo que constituiu a cooperativa

O BNA define como um dos objectivos deste aviso "a formalização de pequenos negócios, assentes na confiança, para a poupança e pequenos empréstimos a um grupo restrito de pessoas, simplificando, com isso, os "requisitos para a constituição de cooperativas de crédito".

2.2 Para abrir uma instituição financeira de micro finanças são necessários mil milhões Kz

Jornal Expansão

7 De Julho de 2023

Texto: Teima Van-Dúnem

O Banco Nacional de Angola (BNA) estabeleceu esta semana os valores de capital mínimo aplicável às instituições financeiras não bancárias ligadas à moeda e ao crédito sob a supervisão do banco central. E os valores variam entre os modestos 'um milhão Kz até aos 1.000 milhões Kz, de acordo com o Aviso nº 5/23 de 29 de Junho.

São oito tipos de instituições não bancárias sob supervisão do banco central: casas de câmbio, instituições de microfinanças, sociedades de cessão financeira, cooperativas de crédito, sociedades de garantias de crédito e sociedades de locação financeira. Há também as sociedades de microcrédito e as sociedades prestadoras de serviços de pagamento.

A criação de instituições financeiras de microfinanças é a que mais exige de capital inicial aos seus accionistas, sendo obrigatório um valor de mil milhões Kz. Seguem-se as sociedades de locação

financeira e as de cessão financeira para as quais são exigidos 100 milhões Kz.

O Aviso destaca que, as sociedades prestadoras de serviços de pagamento que prestem serviços como de sociedade de cessão financeira, sociedade cooperativas de crédito e sociedade de garantia de crédito devem pagar um valor inicial de 70 milhões Kz, caso a actividade for remessa de valores. Se for um serviço inicial de pagamento o capital é de 25 milhões Kz e se a 50 actividade for serviço de informação sobre contas o capital inicial é de 20 milhões Kz.

Segue-se as casas de câmbio para as quais é exigido um capital social mínimo de 50 milhões Kz.

O Banco Nacional de Angola reduziu em 96% o valor exigido para abertura de sociedades cooperativas de crédito, passando de 25 milhões Kz para um milhão Kz, e reduziu também o capital social mínimo para a constituição de sociedades de microcrédito de 25 milhões Kz para cinco milhões, uma redução à volta dos 80%.

De acordo com o Banco Central, a Regulamentação sobre Sociedades de Microcrédito, Co o per ativas de Crédito e Operadores de Microcrédito vem impulsionar a inclusão financeira e a diversificação do crédito à economia.

Essa regulamentação vem também simplificar os requisitos de constituição, assim como a redução do capital social mínimo e introdução da figura dos "Operadores de Microcrédito".

Segundo o BNA, as sociedades prestadoras de serviços de pagamento devem constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar.

O Aviso acrescenta ainda que as instituições financeiras não bancárias podem aumentar o capital social mediante adopção de uma ou mais opções como a emissão e subscrição de novas acções, bem como a incorporação no capital social de reservas legais, reservas livres ou resultados do exercício, desde que auditados e outros permitidas por lei. Com a entrada em vigor deste Aviso, fica revogado o Aviso nº 12/22, de 4 de Maio.

2.3 BNA estimula aumento do crédito de pequenos montantes à economia

Jornal de Angola

12 De Julho de 2023

Texto: Vânia Inácio

O Banco Nacional de Angola (BNA) estabeleceu, entre quarta-feira da semana passada e a última segunda-feira, ao longo de cinco dias, novas regras para o microcrédito, com a publicação de normas destinadas a fomentar o acesso ao crédito pelas famílias, a micro e pequenos empreendedores, de acordo com o director do Departamento de Supervisão não Bancária do BNA, Cândido Pina.

Em declarações à imprensa, para esclarecer os quatro avisos publicados, Cândido Pina referiu, ontem, que a decisão do BNA está projectada para fomentar a inclusão financeira da população de menor rendimento e tornar mais simples o surgimento de novos operadores para a concessão de crédito às famílias e micro-empresendedores que não têm acesso ao crédito tradicional.

"É um processo mais simples de constituição de empresas de microcrédito e tudo concorre para o aumento da taxa de inclusão financeira, acesso ao crédito e à diversificação das fontes de financiamento de micro-empresendedores e famílias que não têm acesso ao crédito tradicional", ressaltou.

Os novos regulamentos incluem os Avisos nº 6 e 7/2023, que determinam novas regras operacionais das sociedades de microcrédito, cooperativas de crédito e operadores de microcrédito.

A principal novidade é o surgimento dos Operadores de Microcrédito, que vai permitir que as empresas comerciais já constituídas e que já estejam a operar no mercado desenvolvam como actividade secundária o microcrédito com um limite de até 250 mil kwanzas por cliente

A medida trouxe como vantagem a redução do tecto do capital social previsto por lei para a constituição de uma Instituição de Microcrédito, que passou de 25 milhões de kwanzas para cinco milhões de kwanzas e de 25 milhões de kwanzas para um milhão de kwanzas, para as empresas que queiram criar uma Cooperativa de Crédito

Outra vantagem apontada é que o novo regulamento exige, para a constituição de sociedades cooperativas, apenas três membros fundadores e um comprovativo do capital inicial lícito, em detrimento da apresentação de um plano de negócios.

Limite de crédito

O actual aviso limita as Sociedades de Microcrédito a concederem financiamentos de até 2,5 milhões por cliente, contra os anteriores sete milhões. Os Operadores de Microcrédito ficam sujeitos apenas a um registo e ao limite máximo de concessão de crédito de até 250 mil kwanzas, lê-se no documento.

Segundo Cândido Pina, actualmente o BNA tem registadas 19 sociedades de microcrédito e uma cooperativa de crédito. Sem avançar metas esperadas, frisou que a ideia é que tanto o número empresas, quanto o volume de créditos a pequenos empreendedores e família aumente significativamente.

Instituições de microfinanças com expectativas divididas

Segundo fontes do mercado, o Aviso 6/23, com o qual o BNA instituiu, na última sexta-feira, as regras operacionais das sociedades de microcrédito, tem potencial para impactar de forma positiva sobre o negócio, alargando o segmento de mercado das microfinanças, mas, também, se pode revelar negativo por limitar a significância contratual das operações.

Ao determinar os destinatários do microcrédito, o aviso leva ao abandono das restrições que, até agora, circunscreveram as operações desse mercado de apoio aos mais vulneráveis, habilitando a actividade comercial como única elegível aos empréstimos.

"A antiga lei discriminava o acesso ao microcrédito: não se conhece outra realidade, fora de Angola, onde houvesse essa limitação", afirmou uma fonte do mercado instada pela nossa reportagem a comentar a evolução normativa acabada de publicar. Ao contrário, as novas regras autorizam a concessão de microcrédito com base em conceitos que levam à expansão do mercado, alargando as operações ao consumo e ao investimento.

Um popular de parques rendimentos pode habilitar-se ao microcrédito para financiar transacções de consumo como pagar assistência médica, proprinas escolares ou uma viagem, deixando de ser obrigatória a condição de comerciante para a habilitação ao microcrédito, realçou a fonte para ilustrar o quadro instituído pelas novas regras.

"Isso significa que estamos em melhores condições de atender aos potenciais clientes e já não estamos limitados: temos um maior nicho ou segmento", disse uma fonte contactada para abordar o assunto.

Operações limitadas

A limitação do tecto a 2,5 milhões de kwanzas é encarada com cepticismo por gestores de sociedades de microcrédito que, até, lembram que estava em curso uma discussão com o Banco Nacional de Angola (BNA), com a elevação do tecto de financiamento aos 20 milhões de kwanzas.

Debates do género são recorrentes e remontam de 2005, quando o extinto BAI Microfinanças começou a operar amparado numa lei que permitia um tecto de um milhão de kwanzas ou dez mil dólares ao câmbio daquela época, este último um valor que se considera o limite "recomendado" para as operações de microcrédito.

Com o quadro negativo da taxa de câmbio do Kwanza, o tecto tornou-se "descontextualizado", com a lei a permitir, em 2021, um máximo de sete milhões de kwanzas, ou o equivalente a 14 ou 15 mil dólares.

"Ao alinhar o financiamento ao câmbio, estávamos a trabalhar muito bem", disse a fonte, insistindo que os operadores de microfinanças aguardavam, nesta altura, decisões normativas mais favoráveis à optimização do negócio, ao propor um tecto de 20 milhões de kwanzas para os financiamentos.

De acordo com a fonte, a liquidez disponível no mercado de microfinanças é contada pelo somatório de quase duas dezenas de sociedades inscritas na Associação Angolana de Instituições de Microfinanças (AAIM).

2.4 'Braço-de-ferro' com 'caloteiros' do BPC bloqueia meta de recuperação da recredit em 2022

Novo Jornal

21 De Julho de 2023

Texto: Jorge Batalha

No exercício económico de 2022, a Recredit - Gestão de Activos não alcançou os objectivos de recuperação traçados no programa para o período em referência, sendo a justificação o braço-de-ferro travado com alguns clientes que solicitaram créditos. ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), revelou ao Novo Jornal uma fonte do Conselho de Administração da instituição, na I Conferência sobre Sustentabilidade na Banca, realizada pela Associação Angolana dos Bancos (ABANC).

No ano passado, a Recredit, também conhecida como 'banco mau', estabeleceu como meta recuperar 26,3 mil milhões de kwanzas, porém ficou 25% abaixo do perspectivado, sendo que só conseguiu encaixar o montante de 19,8 mil milhões Kz da carteira de activos tóxicos do BPC, estando um volume de processos a aguardar desfecho no tribunal, por não existir acordo de devolução no extrajudicial entre os 'caloteiros' e a instituição gestora do crédito mal parado do banco público.

"Não alcançámos os objectivos do ano 2022 porque há um número de processos em que não chegámos a acordo com os nossos mutuários e remetemos os processos ao tribunal", afirmou a fonte do Conselho de Administração do 'banco mau'.

Na verdade, como ficou a saber esse semanário por aquela fonte, os níveis de recuperação da carteira de activos tóxicos do BPC vão ficando mais complicados com o passar do tempo, uma vez que muitos dos mutuários -se privam de aceitar uma forma amigável de resolução, adoptando, assim, uma postura de contrariedade.

"Na medida em que vamos avançando no tempo, vamos tendo mais dificuldades em fechar processos. Os nossos clientes que não estão a fechar processos connosco estão numa lógica de braço-de-ferro", adiantou a nossa fonte do núcleo duro de gestão da Recredit.

Recredit optimista em ganhar processos nos tribunais

Do vasto leque de processos de cobrança por via judicial, a fonte da Recredit manifestou a convicção de serem decididos a favor da empresa.

De forma global, em 2022, o banco mau tem, na sua base de dados, um grosso de 104 processos que foram às barras do tribunal, traduzindo-se no montante de 344 mil milhões Kz.

"Acreditamos que a maior parte desses processos vai ser decidida ao nosso favor em tribunal. Temos que aguardar por esse tempo", assegurou a fonte.

Em sentido inverso, a fonte do Conselho de Administração da Recredit demonstrou cepticismo na recuperação de vários processos na sua carteira que foram celebrados sem garantias apresentadas ao banco público. "Muitos dos processos de créditos que temos na nossa carteira não têm garantias nenhuma. Portanto, na altura, o BPC, quando celebrou o acordo de crédito com os clientes, não formalizou as garantias. Não tendo garantias, é muito mais difícil para nós conseguirmos recuperar estes

processos", desabafou a fonte do Conselho de Administração, reforçando, de seguida, que mesmo sem estarem acautelados esses requisitos, os casos vão às barras do tribunal.

A fonte acrescentou ainda que os processos que levantam indícios de estarem à margem da lei estão a ser encaminhados para a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Recredit recuperou quase 14% da meta estabelecida para 2023

De Janeiro a Abril de 2023, a Recredit recuperou 3,63 mil milhões Kz dos 26,34 mil milhões Kz estabelecidos como meta de recuperação para o presente ano, representando encaixe de 13,8%, observou este semanário o balanço da recuperação até Abril, disponibilizado no site da empresa cálculos do Novo jornal apontam que, em média, em cada um dos quatro meses, o 'banco mau' conseguiu reaver do crédito malparado 907,5 milhões xz.

Caso o ritmo de recuperação mensal se mantenha a esse nível, até ao final do presente ano a Recredit poderá apenas recuperar pouco mais ele 10,8 mil milhões Kz, representando, entretanto, 41% dos 26,34 mil milhões de kwanzas planificados para 2023.

Lucros dispararam em 2022

No ano passado, o 'banco mau' teve resultado líquido positivo de 92,4 mil milhões Kz, contra os 11 mil milhões . Kz conseguidos no exercício de 2021, representando um aumento de 740%.

O Conselho Fiscal argumentou que, conforme observou este semanário no documento da instituição, o aumento significativo do lucro tem como fundamento o crescimento em 25%,2 dos activos, saltando de mais de 179 mil milhões Kz, há dois anos, para os actuais 225,2 mil milhões Kz.

Outra justificação do sucesso no que diz respeito ao lucro da Recredit apresentado por aquele órgão fiscal é o facto de se realizar uma redução substancial de 97,5% do passivo, sendo que, no período comparado, saiu dos mais de 53 mil milhões Kz para 1,4 mil milhões Kz em 2022.

2.5 Kwanza deve financiar projetos, gerar empregos e não economias externa diz Vera Daves

Novo Jornal

21 De Julho de 2023

Texto: Horténsio Sebastião

A ministra da Finanças, Vera Daves de Sousa, defendeu em Luanda que a moeda nacional - Kwanza - deve servir para financiar iniciativas de empresas e projectos que gerem valor, que criem emprego em Angola e não o financiamento das economias externas, como tem ocorrido até agora.

A governante falava aos jornalistas nesta quarta-feira, 19, à margem do lançamento do estudo "Banca em Análise", na sua 17ª edição, promovido pela consultora Deloitte, tendo sublinhado que persiste uma elevada procura de moeda forte (dólar e euro) pelo facto de Angola ser uma economia fortemente importadora de diferentes bens e serviços.

Ao comentar a actual desvalorização do Kwanza, Vera Daves de Sousa realçou que a forte procura de divisas faz com que haja pressão sobre a taxa de câmbio e uma oferta limitada, porque aquilo que se produz e o que se exporta e que dá acesso à moeda forte são poucos produtos.

Apontou entre os produtos de exportação o petróleo, um pouco de diamantes e ainda menos as rochas ornamentais e a título alternativo mencionou a diversificação da estrutura produtiva, de forma a contar com outros produtos de exportação, para que a fonte de divisas não esteja tão concentrada no petróleo, 'porque se assim continuar sempre que houver qualquer oscilação no preço ou na produção (de crude) existirá menos oferta de moeda forte e uma grande procura.

Segundo a ministra das Finanças, ao mesmo tempo que se executa a agenda da diversificação económica para satisfazer algumas das necessidades internas, o Banco Nacional de Angola (BNA) levará a cabo um conjunto de políticas monetárias e cambiais para mitigar o nível de volatilidade da moeda, no mercado livre.

Relativamente ao estudo Banca em Análise, a governante desafiou as empresas de consultoria que operam no mercado nacional a não se focarem apenas nas grandes corporações, senão na promoção da oferta destinada às pequenas e médias empresas, com preços ajustados à sua capacidade.

"Se cada um de nós fizer a sua parte, vamos ter um sector privado mais forte, mais actuante e o Estado progressivamente vai reduzir o peso de participação e incidência na actividade económica", frisou.

Entre as principais conclusões retiradas do estudo, Vera Daves considerou que houve "evolução positiva" na utilização dos meios de pagamento, indicadores animadores na emissão e utilização de cartões multicaixa, no pagamento de serviços ao Estado via Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE) e nalguns bancos que estavam a ter uma performance negativa, como o Banco de Poupança e Crédito (BPC).

"Continuamos a ter desafios relativos à cobertura geográfica dos serviços bancários, utilizando critérios de eficiência interna, nalguns casos onde não será possível colocar uma agência, coloca-se um posto em parceria com os agentes comerciais, os bancos vão ter que ser um pouco inovadores neste domínio", apelou.

Estudo revela que resultados líquidos caíram 13,6% o estudo Banca em Análise revela, entretanto, que os resultados líquidos no sector bancário nacional caíram 13,6% face a 2021 para cerca de 367 mil milhões de kwanzas. A redução é explicada pelo agravamento dos prejuízos do BPC e pelo aumento nas Imparidades em 2022, que cresceram 306 mil milhões Kz, face a 2021. A descida do resultado líquido é atenuada pelo aumento dos resultados cambiais que aumentaram em 2022 cerca de 421%, bem como a melhoria na margem financeira que cresceu 6,3%.

Salienta que o peso dos títulos e valores mobiliários se mantiveram inalterados face ao registado em 2021, o que representa cerca de 34% do total da estrutura de activos do sistema financeiro, resultantes da exposição significativa à dívida pública.

O valor dos activos dos bancos totalizou em mais de 17 biliões de kwanzas em 2022, ou um crescimento na ordem de 4,3% face ao ano anterior, tendo o crédito líquido ascendido a 3 biliões Kz em 2022, representando um aumento de 13%, face a 2021.

Ainda sobre os activos, o estudo aponta que o Banco Angolano de Investimento (BAI) lidera o ranking desde 2018, ultrapassando o BPC. Seguem-se o

Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Internacional de Crédito (BIC), BPC e o Banco Millennium Atlântico (ATL).

Quanto aos meios de pagamento electrónicos, a análise ao sector bancário indicou um crescimento sólido na utilização de Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA), com o registo positivo de 21% em 2022 e da cifra de cartões multicaixa emitidos que aumentou 13% no mesmo ano.

Em relação aos colaboradores, o quadro apresentou a redução na ordem de 6,2%, justificada pelo encerramento de operações do Banco Prestígio e a dissolução do Banco BAI Micro Finanças (BMF) e o processo de reestruturação dos bancos BPC, BCI e Keve. Nos balcões verificou-se igualmente a redução de 16,5%, nos bancos BPC, ATL, Banco de Comércio e Indústria (BCI), Banco Económico (BE), Keve e BMF.

2.6 Transferir títulos que servem de garantia de crédito pode aumentar malparado na banca

Jornal Expansão
21 De Julho de 2023

Bancos alertam que a transferência para as correctoras e distribuidoras de títulos de dívida pública e acções custodiadas na banca e que foram utilizados pelos clientes como garantia de crédito pode fazer aumentar o malparado e obrigar as instituições bancárias a inscrever imparidades sobre este crédito, agravando os resultados do sector e, por sua vez, a receita fiscal do Estado, apurou o Expansão.

A 31 de Junho terminou o prazo para os bancos transferirem títulos privados (acções, unidades de participação e obrigações corporativas) para a custódia e negociação das corretoras e distribuidoras. O facto de existirem muitos títulos privados e públicos usados como garantia leva os bancos a ficarem com um 'pé atrás' em relação à obrigatoriedade de os repassar para as entidades que a partir deste mês ficaram com a possibilidade de os negociar. Especialmente no que respeita à transferência de contas custódia onde estão domiciliados títulos de dívida pública, cujo prazo para transferência termina em Dezembro.

"Gostávamos de perceber qual legislação legítima a nós, bancos, para solicitar e assegurar que as corretoras e distribuidoras cativem títulos que nos foram entregues como garantia de crédito. Esta situação preocupa-nos porque quando os títulos

estão sob a posse dos bancos o controlo é maior e a hipótese destes serem negociados é nula", disse um banqueiro ao Expansão, solicitando anonimato.

A fonte esclarece que a situação "é preocupante e pode aumentar o malparado na banca" e prejudicar os resultados dos bancos já que "muitos vão ser obrigados a inscrever imparidades" e a fazer provisões.

Por sua vez, o Expansão apurou junto de fonte ligada ao processo que vários foram os bancos a enviar solicitações de esclarecimentos sobre esta preocupação à Comissão do Mercado de Capitais. Mas o Expansão sabe que os normativos de garantia de crédito são tratados em normativos pelo Banco Nacional de Angola.

Fontes ligadas ao processo explicam que pese embora os títulos que serviram de garantia para crédito estejam nas corretoras ou distribuidoras, os bancos

ao transferir devem informar a BODIVA e a distribuidora ou corretora sobre a garantia que existe sobre os títulos e a documentação que o comprove. Feito isto, as instituições que custodiam e negociam estes títulos, neste caso BODIVA, corretoras e distribuidoras, não irão negociar ou permitir a negociação dos mesmos.

Questionados se o facto de existirem vários títulos de dívida pública e acções entregues como colateral para obter crédito não legitima o não envio das acções ou títulos de dívida pública em questão, uma fonte refere que a CMC e o conselho de reguladores diz que este facto não garante excepção e que os bancos devem mesmo assim transferir os títulos.

Investidores descontentes

São vários os investidores a demonstrarem sinais de descontentamento em relação à morosidade do processo para transferência dos seus activos para correctoras ou distribuidoras. João de Almeida Neto, accionista do BAI, queixa-se de ter solicitado a transferência para a AUREA, distribuidora do próprio BAI, mas que até ao momento não foi feito. Já no caso do Caixa Angola, os seus activos já foram encaminhados para a AUREA

Já Pedro Feliciano, outro investidor, refere que fez a solicitação dentro do prazo, mas o BAI apenas enviou um e-mail "a dizer que estão a resolver o problema" e "desde então não dizem mais nada". Outro investidor, Clésio Henriques, mostra-se igualmente descontente porque seis dias antes de terminar o prazo para transferência dos títulos

privados indicou ao Caixa Angola que transferisse as suas acções para uma corretora e até esta semana assunto está por resolver.

O Expansão solicitou esclarecimentos aos dois bancos, que se escusaram a responder alegando que o processo de transferência ainda decorre.

J.C.

2.7 Kixicrédito disponibiliza 200 milhões de kwanzas

Jornal de Angola

27 De Julho de 2023

Texto: Marcelo Manuel

Mais de duzentos milhões de kwanzas é o valor disponibilizado pela sociedade Kixicrédito, na província do Cuanza-Norte, para o financiamento de pequenos negócios a vários cidadãos com a capacidade produtiva.

O objectivo deste programa é de promover a inclusão produtiva de todos os cidadãos com capacidade de gerar resultados e ser mais-valia no quadro dos desafios do crescimento económico do país.

Segundo o Chefe de departamento nacional da cadeia produtiva da empresa, Kalunga Fortunato, a intenção é alargar os horizontes para a sustentabilidade do bem-estar das famílias angolanas, por intermédio do aumento da inclusão financeira de toda população economicamente activa.

Frisou que os deficientes físicos são pessoas com direitos e deveres que podem constar do grupo de indivíduos que fazem parte da corrente de produção dos diversos ramos da economia nacional, mormente no que toca à agricultura, comércio, bens e serviços, moda, dentre outros, possibilitando a sua acessibilidade ao mercado de trabalho.

"Nós temos a responsabilidade de financiar os empreendedores", disse.

Segundo Kalunga Fortunato, o financiamento será feito através de um trabalho de proximidade, na vertente Kixifácil, onde o banco irá de encontro com os clientes, através de uma equipa especializada, a nível dos 10 municípios que compõem a província.

Referiu que cada subscritor pode receber até 7.000.000.00 (Sete milhões de milhões de kwanzas), isto de acordo com a capacidade de endividamento individual. Frisou que a empresa actua há mais de quatro anos na região, período em que já financiou mais de 200 milhões de kwanzas, para diversos

projectos, para além de um outro montante com o mesmo valor, para o presente ano, destinado a qualquer cidadão que demonstre ser empreendedor.

Reconversão da Economia

A nível do Cuanza-Norte, disse, a Kixicrédito recebeu, desde o ano passado, 1.300 solicitações de financiamentos, de vendedores ambulantes, associados ao Programa de Reconversão da Economia Informal, dos quais 100 já beneficiados, com particular destaque para indivíduos de Cazengo e Cambambe, até ao momento receberam de maneira geral, cerca de 50 milhões de Kwanzas.

Fez saber que o direccionamento do dinheiro para as contas dos empreendedores depende da viabilidade de cada projecto. Destacou a qualidade do andamento dos projectos já financiados, principalmente os ligados à produção de mobílias e de comércio geral e grafismo.

A Kixicrédito é uma instituição financeira não bancária, licenciada pelo BNA, desde 2008, presente nas 18 províncias, com destaque a Luanda, Benguela e Zaire.

2.8 Crédito às famílias suplanta comércio e é o sector com mais financiamentos

Jornal Expansão

28 De Julho de 2023

Texto: Teima Van-Dúnem

Pela primeira vez desde 2014, o crédito a particulares superou o sector do comércio e lidera o ranking dos sectores com o maior stock de crédito na banca nacional, de acordo com as estatísticas monetárias e financeiras publicadas no site do Banco Nacional de Angola (BNA).

No final do I semestre, o crédito a particulares, associado ao consumo, cresceu 13% face ao final de 2022 para quase 1,1 biliões Kz, enquanto o stock de crédito ao comércio por grosso e a retalho caiu 14%, equivalente a menos 143,9 mil milhões Kz. Segundo apurou o Expansão, são os efeitos da desvalorização cambial a pesar na concessão de crédito ao sector onde se encontra a maioria das empresas nacionais.

Ainda de acordo com o crédito por sectores de actividade, comércio, privados e indústria transformadora valem mais de 50% do stock de crédito da banca nacional. Ou seja, por cada 1.000

Kz que os bancos têm emprestados à economia, 529 Kz estão concentrados no comércio, nos consumidores e a indústria nacional.

Por outro lado, a construção continua a perder fulgor, já que em seis meses o stock de crédito a este sector caiu 1% para 378,9 mil milhões Kz. Desde 2020, o stock de crédito do sector da construção já caiu 30%, equivalente a menos 164,0 mil milhões Kz.

Quase um quarto do stock de crédito da banca nacional está concentrado no sector produtivo nomeadamente a indústria extractiva e transformadora, agricultura e pescas, com o conjunto destes três sectores a valerem pouco mais de 1,1 biliões Kz do crédito total. O stock ao crédito nas indústrias transformadoras cresceu 1% no período em análise (+5,1 mil milhões Kz) enquanto o do agro-negócio (que engloba agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) afundou 28% (-111,4 mil milhões Kz). Já o stock de crédito da indústria extractiva disparou 36% (+72,9 mil milhões Kz).

Se o crédito para o sector produtivo cresceu, o mesmo aconteceu no sector dos transportes e armazenagem, que registou uma subida de 31% para 100,3 mil milhões Kz (+23,8 mil milhões).

Em sentido contrário, a descer, destaque para os já referidos sectores do comércio e da agricultura, mas também para as actividades administrativas e dos serviços de apoio, cujo stock de crédito afundou 68% para 35,8 mil milhões Kz (-77,0 mil milhões) e para as actividades de Saúde Humana e Acção Social, que caiu 60% para 7,5 mil milhões Kz (-11,2 mil milhões), tratando-se dos sectores que mais caíram em termos percentuais em apenas seis meses.

Em termos gerais, o stock de crédito na banca subiu apenas 1 % em seis meses, passando de 4,615 biliões Kz em Dezembro de 2022 para 4,648 biliões no final de Junho deste ano.

2.9 AJEA garante concessão de crédito à juventude

Jornal de Angola

29 De Julho de 2023

Texto: Carlos Paulino

O presidente da Associação de Jovens Empreendedores de Angola (AJEA), Alfredo Nguli garantiu, sexta-feira, em Menongue, que a organização vai apoiar o financiamento de 15 projectos de jovens na província do Cuando Cubango que procuram investir no sector da

agricultura, pecuária, turismo e comércio, com valores que variam de 5 a 15 milhões de kwanzas.

A garantia foi dada no final de um encontro que marcou o 3º Café do Empreendedorismo, que decorreu sob o lema "Diversificando Ideias para Melhor Empreender e Desenvolver" e que contou com a participação de 90 jovens empreendedores.

O presidente da JEA assegurou que esta iniciativa tem como o objectivo principal diminuir os altos níveis de desemprego no país e garantir o auferimento de rendimentos entre a juventude na província.

Explicou que o montante será financiado através das linhas de crédito do Fundo Apoio Desenvolvimento Agrário (FADA) e do Banco Desenvolvimento de Angola, bem como das Câmaras de Comércio Angola-Brasil e Angola-Turquia.

Tendo em conta a disponibilidade de recursos naturais no Cuando Cubango, é necessário que os jovens empreendedores da província abracem a causa, para que possam alavancar os sectores da Agricultura, Turismo, Hotelaria e outros, para cobrir a procura e tornar a província numa região produtora, defendeu.

Alfredo Nguli sublinhou ainda que a realização do referido encontro, no Cuando Cubango, tem como objectivo o empoderamento da juventude que apresenta ideias para o auto-emprego, de forma.

Anunciou que a AJEA, com apoio de parceiros, financiou um total de 2.500 jovens empreendedores no país. Perto de mil jovens já estão a reembolsar os valores recebidos.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Reconversão da Economia Informal tem 3 mil milhões de financiamento

Jornal de Angola

6 De Julho de 2023

Texto: Ana Paulo

A Sociedade de Microcrédito "Kixicrédito" prevê para a 2ª fase do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI 2.0) desembolsar um financiamento avaliado em três mil milhões de kwanzas.

O objectivo é atender, aproximadamente, seis mil projectos, segundo anunciou, ontem, em Luanda, o presidente do Comité Executivo.

Joaquim Catinda inaugurou a agência da Kixicrédito no Mercado do São Paulo, em Luanda.

Trata-se da 1ª loja de um novo modelo de funcionamento desta iniciativa do Programa de Reconversão da Economia Informal, agora baptizado de "PREI 2.0" e que deverá estender-se por todos os mercados do país.

Na ocasião, o PCA da Kixicrédito realçou que o "PREI 2.0" é uma linha de crédito num montante disponibilizado de seis mil milhões de kwanzas dos quais metade será gerida pela instituição que dirige.

No global, esclareceu o responsável, o programa tem previsto um financiamento direccionado a 12 mil projectos a nível do país.

A abertura da agência de apoio ao PREI, na visão de Joaquim Catinda, é um projecto financiado pelo Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e promovido pelo Ministério da Economia e Planeamento.

Quanto ao balanço da 1ª fase do "PREI 1.0", disse que a "Kixicrédito" operou uma linha de financiamento avaliada em 1,7 mil milhões de kwanzas, montante já disponibilizado na totalidade.

"Estes procedimentos são mecanismos que vão permitir a indivíduos que trabalham por conta própria formalizarem e inscreverem-se no INSS, além de beneficiarem de mais serviços disponibilizados pelo Estado", afirmou.

Conforme destacou, a Kixicrédito concede uma média de dois mil créditos por mês.

Os números avançam ainda que, até aqui, a Kixicrédito concedeu mais de 24 mil financiamentos, o equivalente a mais de 12 mil milhões de kwanzas anuais.

"Estamos a falar de um montante mensal de mil milhões de kwanzas. Com a inauguração deste ponto do Mercado do S.Paulo, a Kixicrédito conta hoje com cerca de 32 agências em todo o país", disse.

Lojas do PREI

No âmbito deste processo, a administradora executiva do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Paula Coelho, fez saber que os próximos mercados a contemplar com as lojas do PREI e outros serviços serão o Mercado do 30, Mercado de Luanda, Mercado da Sanzala, Mercado do Camba da Kizua e o Mercado de Cacuaco.

Paula Coelho, que também se encontra nas vestes de operadora do PREI a nível do país, destacou que com a fase piloto do "PREI 2.0", os técnicos trabalham, actualmente, no processo de cadastramento dos microempreendedores no Portal do Município, bem como actuam no processo de capacitação dos mesmos. Até aqui, conforme adiantou, conseguiu-se registar na plataforma do município, operacionalizada junto dos mercados, um total de 1.580 microempreendedores.

Facra apoia 11.500 projectos

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) prevê para o "PREI 2.0" um financiamento para 11.500 projectos avaliados em seis mil milhões de kwanzas.

De acordo com o coordenador da Comissão de Reestruturação do FACRA, Teodoro Poulson, no âmbito da campanha em curso, o fundo tem o papel de disponibilizar recursos financeiros para as operadoras de microcrédito e os utentes que concluírem com o processo de formalização.

Em relação ao balanço do processo do PREI, Teodoro Poulson considera-no positivo, porquanto, em 2022, o FACRA financiou um total de 4.919 projectos equivalente a um montante de 5,3 mil milhões de kwanzas. No âmbito dos programas do Executivo, o FACRA operacionaliza linhas de financiamento a quatro operadoras, nomeadamente Kixicrédito, Wiliettedredito, Cacem e a Nespedred.

3.2 Elevado custo dos alimentos “afasta” consumidores dos armazéns e supermercado

Jornal O PAÍS

7 De Julho de 2023

Numa ronda efectuada aos armazéns e supermercados dos vários pontos da capital do país, Luanda, constatou-se que os preços dos alimentos continuam a registar subida generalizada a cada dia que passa.

Do frango ao peixe, do arroz ao óleo alimentar, os preços constatados por OPAÍS, esta semana, quase que duplicaram em comparação com os preços praticados até ao princípio do mês de Junho.

Num e noutra ponto de venda, a realidade era a mesma, sendo que a nossa constatação começou no armazém LST Group Lda, localizado nas imediações do projecto habitacional KK 5000, onde o preço do leite Nido de 5 Kg, outrora vendido a 7 mil e 500 kwanzas, mas que agora passou a ser comercializado a mais de 14 mil kwanzas.

No mesmo local, a caixa de coxa de frango, de 10 quilogramas, que custava 9.500 Kz, passou a ser comercializada a 17.000 Kz, ao passo que o saco de arroz tio Lucas que era vendido a 9.000 Kz está agora no valor de 18.000.

O mesmo cenário encontramos nos armazéns Newaco Grupo SA, situado na rua direita do Kero, bairro Bitá, onde o saco de farinha de trigo de 25 Kg de marca Kianda que custava 15.000 Kz está a ser comercializado a 24.500 Kz.

A fuba de milho amarela tio Lucas de 25 Kg antes vendido a 7.000 passou ao valor de 12.425 Kz, sendo que o preço do açúcar branco Patriota que era vendido a 12.500 o saco de 25 Kg (cada embalagem de 5 Kg custava 2.500) está, actualmente, a ser vendido a 24.650. O óleo de soja de 6 litros era vendido a 7.000 Kz custa agora 12.159 Kz.

Acresce-se a isso os preços da caixa de febra de porco de 10 Kg que custava 24.000 Kz e agora está a ser vendida a 39.000 Kz, ao passo que a caixa de carapau de 20 Kg que era 24.000 está a ser vendido ao preço de 32.000 Kz.

Armazéns "às moscas"

Esses preços não variam muito. Noutros armazéns situados no Golf 2 e Calemba 2, onde, na manhã de Terça-feira, 4, no primeiro ponto, estavam menos de cinco clientes, um cenário anormal neste período do

mês, que há disponibilidade dos salários e que as donas de casa aproveitam para fazerem as compras.

Chamou atenção da nossa equipa de reportagem o facto de até mesmo a famosa sócia (sociedade para a compra de algum produto) não se ter registado como de costume, uma situação justificada pela alta de preços dos produtos.

As pessoas que se faziam ao interior dos estabelecimentos visualizavam a tabela de preços e rapidamente abandonavam os locais em murmúrios.

" Já estive em quatro armazéns e os preços são os mesmos.15 Kg de coxinha de frango que era 12.000 Kz agora está a custar 28.000 Kz", lamentou, cabisbaixa, Maria de Fátima.

Preocupada e na falta de alternativa para abastecer a sua despensa como de costume, Maria de Fátima diz que a alternativa para não faltar comida à mesa da família será reduzir a quantidade de compra e apostar em verduras e feijão, "porque consumir carnes será um luxo", disse.

Joana Martins também vive a mesma situação e contou que vai aos armazéns buscar apenas produtos específicos, mas prefere comprar uma quantidade reduzida de frescos no supermercado Shoprite.

"Vamos deixar de comprar caixas de frescos e optar por comprar a retalho, porque o dinheiro não chega. Estou aqui desde às 8 horas em busca de 'sócia', mas ainda não encontrei ninguém. O custo de vida continua a subir a cada dia", explicou.

Joana Martins aproveitou a nossa reportagem para apelar aos governantes a implementação de políticas para ajudar a população, sendo que muitas pessoas estão a emigrar à procura de melhores condições de vida.

Por sua vez, Helga Martins, que se dedica à venda de alimentos confeccionados lamentou a alta dos preços e a redução do número de clientes que procuravam o seu espaço por conta da nova tabela de preços.

Para a negociante, a vida em Angola está cada vez pior, realçando que tendo a caixa de peixe de 2S quilogramas que custava 2S mil passado a 4S mil kwanzas, não tem como não alterar também o preço do seu negócio, apesar de entender a reclamação dos seus clientes "porque sei que os salários não subiram".

"Neste momento, para fazer comida tenho de optar em comprar S quilos de frescos, mesmo a fuba e o arroz que comprava em saco tenho de comprar de 3 quilos para manter o negócio", explicou.

A reclamação vem também dos jovens que trabalham como chamadores de sócia e dos cortadores de produtos frescos a retalho que lamentaram o vazio que se regista nos estabelecimentos e a falta de clientela.

3.3 Banco Mundial elogia Programa de Reconversão da Economia Informal

Jornal de Angola

11 De Julho de 2023

Albert Zeufack, director do Banco Mundial para Angola, Burundi, RDC e São Tomé e Príncipe elogiou no último sábado, 8, o Programa de Reconversão da Economia Informal, considerando que o “trabalho que Angola está a desenvolver é de extrema importância”.

Fê-lo na ilha do Sal (Cabo Verde) no decorrer do "African Caucus 2023", encontro anual que junta ministros das Finanças e governadores dos bancos centrais africanos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Em entrevista concedida à TPA e a mais meios de comunicação presentes na cerimónia, Zeufack assinalou que "o Governo angolano percebe que além do aspecto fiscal, é importante apoiar o sector informal no aumento da produtividade, através da capacitação, financiamento e desburocratização”.

"Depois de crescerem podem, de seguida, contribuir, por via do imposto, mais produtividade económica e criação de emprego", destacou o director do Banco Mundial para Angola.

Fez uma pausa e acrescentou: "Trata-se de uma visão que não encara a informalidade como um mal, mas sim, uma actividade económica que carece de atenção das autoridades para o empoderamento dos agentes económicos informais, para a sua transição para a formalidade e para o crescimento da produtividade das micro-empresas e da economia”.

Subordinado ao tema "Novas modalidades e mecanismos para financiar o desenvolvimento económico em África", o ministro angolano da Economia, Mário Augusto Caetano João arrancou bastante aplauso da plateia durante a sessão dedicada à formalização da economia informal, com base na experiência de Angola.

Para o ministro, este instrumento financeiro é usado para os serviços públicos, como o caso da Educação

e da Saúde, onde mediante a prestação do serviço o Banco vai desembolsando.

"Como a questão da reconversão se trata de um serviço público para os operadores económicos informais, gostaria de ver o Banco cada vez mais empenhado nesse tema”, apelou o ministro.

Mário Caetano João, que chefiou à delegação angolana acompanhada pela secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Juciene de Sousa e pela embaixadora de Angola em Cabo Verde, Júlia Machado, sublinhou ainda que, em cima da mesa está também a possibilidade de se fazer engenharias financeiras para fazer uma alteração de dívida por projectos climáticos.

"É uma dinâmica que já está a começar a ganhar corpo, por exemplo, Cabo Verde conseguiu alterar a sua dívida com Portugal," frisou o ministro da Economia e Planeamento, que apresentou a experiência de Angola em relação ao processo de formalização da economia informal.

Mário Caetano João destacou por outro lado que terminada a primeira fase, chegou à etapa da sustentabilidade, que passa por interligar os programas Kwenda, PREI e PRODESI, com uma lógica de municipalização dos serviços de formalização.

66 nacionalidades

Foi num cenário sobre os constrangimentos financeiros na região que estiveram reunidos na Ilha do Sal entre os dias 6 e 7 mais de 300 ministros, governadores dos bancos centrais africanos e outros responsáveis de 66 nacionalidades.

Em cima da mesa a necessidade de sair do impasse negocial estiveram temas como "Desenvolvimento de mercados de títulos de dívida verde e sustentável em África", "A dívida pública como um instrumento de financiamento para o crescimento em África no âmbito da nova arquitectura financeira global" e "Novas modalidades e mecanismos para financiar o desenvolvimento económico em África".

De realçar que o Programa de Reconversão da Economia Informal, lançado formalmente no "Mercado 30" em Luanda, conta com 14,5 milhões de euros da União Europeia.

Para a coordenação, Angola tem de "tentar resgatar 65% do desperdício de receita" da economia informal, estimada em 40 mil milhões de dólares.

O processo de formalização da economia informal alberga serviços multissetoriais. A saber: Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado, Administração Municipal, Administração Geral Tributária (AGT), Guiché Único da Empresa (GUE), Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (Inefop), Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem), Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e sociedades de microcrédito.

3.4 Autoridades encerram três matadouros no Quilómetro 30

Jornal de Angola

12 De Julho de 2023

Três matadouros, dos 11 existentes nos arredores do Mercado do 30, no distrito urbano da Baía, município de Viana, em Luanda, foram encerrados terça-feira, por falta de higiene.

O encerramento foi feito depois da visita de inspecção de uma equipa multissetorial da Administração Municipal ao local para aferir o estado dos matadouros.

Em declarações à imprensa, o líder da equipa multissetorial, António Kiala, informou que os três matadouros encontravam-se em condições inaceitáveis de higiene e as suas actividades foram suspensas por 15 dias até que sejam melhoradas as condições.

O também director municipal de Promoção e Desenvolvimento Económico Integrado disse que o trabalho de inspecção visou constatar se o abate dos animais é feito em locais apropriados.

A equipa era composta por técnicos da Saúde, Veterinária, Agricultura, SIC e da ANIESA. Viana é um município da província de Luanda situado a 18 quilómetros da capital do país é limitado a Norte pelo município do Cacuaco, a Leste pelo município de Icolo e Bengo, a Sul pelo município da Quissama e a Oeste pelos municípios de Belas, Kilamba Kiaxi e Talatona.

Até 2018, a municipalidade tinha uma população estimada em 1 838 291 habitantes.

3.5 Depois do São Paulo segue-se a Via Expressa, Cacuaco e Benfica

Jornal Expansão

14 De Julho de 2023

Texto: Horácio Bapolo

Depois do encerramento de lojas e armazéns nas ruas do São Paulo, a Via Expressa no município de Viana, entrada da Nova Urbanização e ruas da administração do Cacuaco, contorno do Benfica e Praias dos Mangais no município de Belas, são os próximos destinos onde o Governo Provincial de Luanda (GPL) vai encerrar estabelecimentos comerciais e remover os vendedores ambulantes.

Trata-se do regresso da inspecção do GPL a estas serias onde começou o processo de "Reordenamento do Comércio" com objectivo de organizar as ruas e as zonas com maior fluxo de comércio desordenado. "Mas como os comerciantes estão a retomar estes sítios, então, esta é a nossa prioridade e só depois vamos "atacar" outros pontos", revelou ao Expansão, Dorivaldo Adão, director do Gabinete para o Desenvolvimento Económico Integrado do GPL.

De' acordo com o responsável, plano de reordenamento é extensivo e vai abranger quase todos os municípios de Luanda e todos os pontos onde existe grande afluência de venda desordenada, onde o GPL adiar que há necessidade de uma intervenção parecida como a que mereceram as ruas do São Paulo, tendo como objectivo melhorar o tráfego e a mobilidade urbana e fazer com que, os comerciantes exerçam a sua actividade devidamente legalizados.

Desde fevereiro deste ano que GPL começou a encerrar armazéns, lojas e a remover quiosques, roulettes, contentores entre outras estruturas colocadas indevidamente em locais impróprios, numa operação a que chamou de "Reordenamento do Comércio", que visa melhorar a mobilidade urbana.

No caso concreto do São Paulo, por exemplo, foram encerradas mais de 300 lojas e armazéns, de comércio grossista e a retalho. "Em muitos destes estabelecimentos foram detectadas várias irregularidades, onde além da venda a grosso que não

era permitida, encontramos casos de fuga ao fisco, utilização de alvarás de terceiros, falta de higiene, iluminação precária, não pagamento da segurança social, desrespeito do período de férias dos trabalhadores, entre outras situações que atropelam a lei", confirmou Dorivaldo Adão.

Maior parte dos armazéns, estavam ilegais

Nesta altura, o GPL já autorizou a abertura de alguns estabelecimentos comerciais no São Paulo, Hoji-ya-Henda e outros pontos onde os tinha encerrado. "Mas só podem abrir nestes locais os que têm as questões legais em dia, mas agora, só para venda a retalho", confirma. Nas ruas do São Paulo, por exemplo, até agora só oito lojas é que voltaram a abrir, nomeadamente duas lojas de telemóveis, duas de electrodomésticos, duas de cosméticos, uma de louça e outra de brinquedos, apurou o Expansão durante uma visita efectuada esta terça-feira ao local. Um facto que vai ao encontro das declarações do GPL que revelou na altura que a maior parte dos estabelecimentos não tinham as condições legais regularizadas.

Muitos empresários que exerciam actividade-comercial nestes locais só agora, depois do encerramento dos seus estabelecimentos é que estão 'na correria' a tratar dos documentos e a resolver outras questões legais para voltar a abrir. "Estamos ainda a tratar documentos e só depois é que vamos ver se conseguimos abrir ou não", revelou um grupo de chineses que o Expansão encontrou na rua do ariu-ariou. Os que não têm hipóteses de voltar a abrir por serem grossistas, estão também 'na correria' para se legalizar e depois beneficiarem de um lugar indicado pelo GPL nos municípios do Cazenga - Shopping Nova Era, Talatona - Shopping Popular, imediações do mercado do Kikolo - Cacucaco ou Cidade da China - Viana.

A distribuição destes lugares é indicada de acordo a escolha do comerciante. Ou seja, depois de cumpridos os requisitos legais, o GPL apresenta um mapa dos lugares que estão disponíveis ao comerciante, e é este que escolhe onde lhe dá mais jeito instalar-se de acordo com os produtos que vai vender.

Todos os comerciantes, grossistas, retalhistas e vendedores ambulantes que aderirem os novos locais indicados pelo GPL vão merecer de três meses de isenção do pagamento de arrendamento dos espaços. "Negociámos com os proprietários dos lugares para darem 90 dias de graça aos comerciantes para reassentarem as suas actividades nos novos lugares", garantiu Dorivaldo Adão.

3.6 Consumidores namibianos procuram por cereais nos mercados de Ondjiva

Jornal de Angola

14 De Julho de 2023

Texto: Elautério Silípuleni

O baixo preço e a pouca colheita de cereais como massango e massambala na República da Namíbia, por causa da seca, está a atrair centenas de cidadãos namibianos que diariamente atravessam a fronteira comum com a província do Cunene, para comprar o produtos, uns para fins comerciais e outros para o consumo.

O Jornal de Angola fez uma ronda quinta-feira nos principais mercados informais da cidade de Ondjiva e constatou que diariamente namibianos compram entre 600 a mil quilos de massango e massambala para levarem ao país vizinho, com o propósito de comercialização e também para o consumo próprio, por falta destes cereais na Namíbia.

Maria Indira Penehafo diz ser vendedora de massango no mercado de Oshomukuiyo, em Ondjiva, há mais de 10 anos e afirma que nos últimos dois anos se nota um grande vai e vem de namibianos no seu local de venda para comprar o produto. "Só agora é que notei que são namibianos e posso mesmo aqui dizer sem errar que são os nossos maiores clientes aqui na praça", salientou.

Questionada sobre o facto de os namibianos preferirem comprar o massango e massambala no Cunene em detrimento do seu país, Maria Penehafo diz que também já os questionou e a resposta foi sempre o baixo preço que comercializam e facto de naquele país produzirem pouco estes cereais, muito por causa da seca que também vivem.

Isabel Petronila, outra vendedora de massango e massambala no mercado de Oshomukuiyo, explicou que o aumento nos últimos tempos de cidadãos namibianos nos mercados locais se deve ao facto do preço destes produtos na Namíbia custar neste momento o dobro ou o triplo do que é comercializado em território angolano.

Isabel fez saber que nos mercados de Ondjiva, por exemplo, o quilo de massango é comercializado por 120 kwanzas, enquanto em Oshikango e Oshakati, na Namíbia, custa 15 dólares namibianos, equivalente a 500 kwanzas.

A desvalorização do Kwanza está a levar vários angolanos a transferir o negócio da venda de cereais para a vizinha Namíbia, onde o acesso ao dólar local permite multiplicar os rendimentos. A aposta tem intensificado o movimento na vikla fronteira de Santa Clara e em outros pontos da fronteira comum.

Um saco de 50 quilogramas de massango comprado por 6.000 kwanzas no Cunene rende o equivalente a 14.000 kwanzas quando é comercializado em dólar namibianos.

Devido à afluência de clientela, são obrigados a reforçar todas as semanas o stock para satisfazer os pedidos dos cidadãos namibianos. Tem como principal fonte de aquisição dos produtos vindo do município do Cuvelai e na comuna de Oshimolo, Cuanhama, que são os que mais produzem massango e massambala no Cunene e que sentem pouco os efeitos da seca.

Namibianos

Isaías Hidengwawali, cidadão namibiano residente em Oshakati, diz recorrer aos mercados de Ondjiva para a compra de massango porque na sua localidade os preços estão altos e também pouco aparece por causa da seca que também afecta a região.

"Por este facto, nós preferimos recorrer ao mercado do Shomukuiyo em Ondjiva", disse. Isaías conhece bem o mercado do Cunene e elogia a qualidade dos produtos como massango e massambala produzidos na província angolana, que são muito apreciados na Namíbia.

Assegurou que semanalmente vem a Ondjiva, sede da província do Cunene, para aquisição de vários produtos, principalmente massango, combustível e outros produtos da cesta básica, que no seu país estão a preços elevados em relação ao Cunene.

3.7 Centenas de igrejas ilegais elevam risco de branqueamento de capitais

Jornal Expansão

21 De Julho de 2023

Texto: Teima Van-Dúnem

A mensagem de prosperidade financeira é a que mais atrai pessoas para as centenas de seitas e denominações religiosas que vão surgindo no País. A zona do Palanca, no município do Kilamba Kiaxi, é hoje o epicentro destas igrejas em Luanda. Em média, das 15 ruas do Palanca (de A- O) cada rua tem duas igrejas com denominações diferentes, com

predominância para Pentecostal e Evangélica, na maioria são lideradas por pessoas que se intitulam profetas.

Os nomes também se apresentam como um meio para atrair membros, uns mais criativos do que os outros. Estampadas em lonas, letras grandes, vêem-se denominações religiosas como Igreja Coluna de Fogo, Igreja dos Príncipes, Igreja Tempo de Verdade, Ministério Deus da Graça (Arena fogo e oração), entre outras. Durante a reportagem do Expansão, constatámos igrejas que comercializam o Espírito Santo, como é o caso da Igreja Tabernáculo Church que cobrava 25 mil Kz para que os seus fiéis vissem como o "Espírito Santo se move", numa clara violação à Lei sobre a Liberdade de Religião e de Culto, que menciona que as confissões religiosas estão impedidas de cobrar bens, serviços ou valores pecuniários a troco de promessas e bênçãos divinas. Mas esta violação é prática recorrente na quase totalidade destas igrejas com mensagens de prosperidade. A falta de fiscalização acaba por ser um incentivo à violação à lei e faz com que porto do o lado dia após dia vão surgindo cada vez mais igrejas.

As instituições religiosas do País estão isentas do pagamento de Impostos sobre o Património e do Imposto Predial, mediante o procedimento de reconhecimento administrativo, mas devem adoptar medidas de transparência sobre a gestão e a aplicação dos fundos arrecadados, tais como manter a sua contabilidade organizada.

Mas a violação à lei vai muito além das questões financeiras que envolvem estas igrejas, já que a maior parte delas cultuam em estruturas não apropriadas, em antigas residências ou lojas. E, muitos dos seus líderes, alguns auto-denominados profetas, estão na faixa etária dos 20 anos, e desconhecem os principais objectivos das instituições que dirigem, não têm experiência e nem formação teológica. A maior parte deles tem apenas como vocação conseguir aumentar o número de fiéis das suas igrejas e, por sua vez, arrecadar cada vez mais doações. Na prática, são um negócio. O negócio da fé. O Expansão tentou falar com muitos destes profetas mas sempre que a equipa se identificava como jornalista impunham um agendamento prévio, como foi o caso do líder religioso Simão dos Anjos, da Igreja Profética Manifestação do poder de Deus Pregando às Nações, situado na Fubú, em Talatona. Foram poucos os que aceitaram falar.

De acordo com os últimos dados do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), até 2018 o País tinha 84 confissões religiosas reconhecidas e 94 novas denominações estavam à espera de serem reconhecidas, de acordo com a lista

publicada em Decreto Executivo Conjunto nº 454/18, de 16 de Outubro. E mais de 1.200 confissões religiosas estavam ilegais. Das que aguardavam por legalização apenas quatro foram reconhecidas pelo actual Ministro da Cultura e Turismo, Filipe Zau, nomeadamente a Assembleia Missionária Cristã de Angola, a Igreja Josafat, a Igreja Pentecostal Unida em Angola e a Igreja Presbiteriana de Angola, que perfaz um total de 88 confissões religiosas reconhecidas, segundo o Decreto Executivo n.º 226/22, de 06 de Junho de 2022.

Para a constituição de uma confissão religiosa, o coordenador da Comissão Instaladora deve formular, mediante requerimento, o pedido de reconhecimento da confissão religiosa, devendo integrar documentos como o certificado de admissibilidade da denominação, os estatutos e o comprovativo da subscrição de um mínimo de 60 mil assinaturas com reconhecimento notarial de cidadãos angolanos ou estrangeiros residentes, maiores de 18 anos, no pleno gozo dos seus direitos civis. Entre os requerentes devem figurar, pelo menos, mil residentes em cada uma das províncias de Angola.

Pobreza na base para a proliferação de igrejas

O elevado nível de pobreza, o desespero, a pouca educação, bem como a falta de formação e instrução dos cidadãos estão são das principais razões que levam as pessoas a recorrer a igrejas e seitas que apregoam a prosperidade financeira, defende o sociólogo Carlos Conceição.

"Temos uma sociedade completamente desequilibrada, uma sociedade que não tem quadros de referência e, isso, sociologicamente é muito grave. Não temos uma instituição moral que possa assegurar as nossas referências, do ponto de vista das nossas crenças' ideologia e filosofia de vida", disse. Para o sociólogo, a situação social, económica, moral e até ética que o País atravessa desde 1975 tem "influência marcante ou decisiva" na proliferação de igrejas. Num país em que praticamente metade da população é pobre, as questões financeiras pesam nestas questões. E também a liderança ou falta dela, uma vez que parte dos conflitos que surgem nas igrejas acabam por levar a desagregação e à abertura de outras igrejas. "Pensamos que é importante colocarmos um ponto de ordem nisto, não estamos a dizer para fechar, mas para regular", disse.

E isto faz com que este fenómeno se perpetue na nossa sociedade, mas podemos dizer que a questão do desemprego, a pouca instrução, o analfabetismo, e a não formação das pessoas que aderem essas religiões são variáveis a considerar, admite. De acordo com o especialista em sociologia, o Instituto

Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR) deveria ser mais conducente, mais actuante e o seu papel deveria ser decisivo em termos das instituições que não respeitam a lei. "Era importante conformar as acções das instituições com a lei", destacou.

Carlos Conceição realçou que estudos feitos por sociólogos dão conta que o Ministério da Justiça tem em processo cerca de 10 mil pedidos de reconhecimento de seitas e de denominações religiosas novas. Acrescentou que o requisito de um mínimo de 60 mil assinaturas faz com que estas igrejas não consigam ter esse reconhecimento.

O Estado não pode fechar os olhos

Mas nem todas as igrejas no País estão ilegais e representam um papel importante na sociedade, contribuindo, por exemplo, com escolas. Para o Bispo da igreja Anglicana de Angola, Joaquim Bondo, as bênçãos são de graça e não podem ser comercializadas e, é aqui onde o INAR deve entrar para avaliar as denominações que vendem bênçãos. "Embora o País seja laico, mas com a proliferação de igrejas vemos mais igrejas com mais objectivos financeiros do que se preocuparem com a vida do povo. Muitas delas são apenas para saquear e roubar o povo pobre, ao invés de dar ao povo pobre", disse ao Expansão. Para o responsável a igreja tem a missão de ajudar e não de se beneficiar através, do povo. "Por isso, apelamos que o Estado intervenha, porque às vezes a nossa laicidade torna-se libertinagem e o Estado não pode fechar os olhos e continuarmos assim", refere.

Joaquim Bondo, considera que a igreja e o Estado são e devem continuar a ser parceiros. "No nosso caso temos uma escola para atender a comunidade, pois onde o Estado não consegue suprir as necessidades do povo a igreja está aí para atender. Apesar de que há igrejas que não investem para apoiar o Estado", ressaltou.

Isenção de impostos potencia lavagem de dinheiro

O facto de as igrejas não prestarem contas ao Estado potencia o branqueamento de capitais, uma vez que estas instituições gozam de um regime fiscal diferente, estando isentas do pagamento de impostos e de alguns emolumentos. De acordo com o economista António Estote, este facto faz com que se utilize, em alguns casos, as igrejas para fazer lavagem de dinheiro.

O especialista referiu que, se uma instituição for à banca nacional fazer um depósito em espécie (dinheiro vivo) não se consegue provar a origem destes recursos, pois para isso a igreja teria de dizer o

nome de milhares dos seus fiéis. Assim, do ponto de vista prático e operacional, é quase impossível combater esta prática. "Face a essas dificuldades operacionais aqui há grandes oportunidades, alguns casos. Apesar de não termos acesso à informação de que em Angola se tem verificado, podemos ver como se proliferou as infra estruturas de determinadas igrejas face ao poder de compra e os rendimentos dos seus fiéis", disse.

Estote ressalta que, a comercialização de fé ou bênção é um crime e, perante a um crime a PGR e os órgãos de fiscalização devem actuar. "As igrejas não podem comercializar a fé, mas podem criar empresas ou parceiros que possam vender produtos de merchandising, não pode ser a própria igreja a vender. Como exemplo [de legalidade] a editora irmãs Paulinas que vende produtos da igreja Católica", mencionou.

Para o economista "temos é que evoluir, mais do que proibir e julgar, é aconselhar e educar essas igrejas que para desenvolver uma actividade comercial vão precisar de um braço comercial e têm de criar uma empresa ligada à igreja para comercializar", destacou.

Segundo Estote, a informalidade e o nível baixo de instrução da população é que são propícios à proliferação de seitas, pois um individuo com um nível de formação e educação acima da média não é facilmente convencido ou dominado por uma determinada seita. Assim, não são as igrejas que incentivam a informalidade, mas é a informalidade que proporciona um ambiente propício para proliferação das igrejas, considera.

Em Angola há casos conhecidos de práticas de branqueamento de capitais ligados às igrejas. Basta olhar para o Caso da Igreja Universal do Reino de Deus, em que quatro dirigentes em 2021, incluindo o ex-representante máximo, Honorilton da Costa, foram acusados destes crimes, segundo informou na altura o SIC. Numa altura em que Angola tenta a todo o custo fugir à lista cinzenta do GAFI, a organização internacional que combate o branqueamento de capitais, apertar as igrejas, sobre tudo as que estão ilegais, seria "um passo importante", considera uma fonte ligada à banca, que apesar de tudo é o sector melhor avaliado por esta instituição. No relatório que expõe as fragilidades do País no que toca ao branqueamento de capitais, a instituição refere de Angola ainda não ter identificado o conjunto de associações sem fins lucrativos e instituições e organismos que podem estar em risco de abuso de branqueamento de capitais e de eventual financiamento ao terrorismo, pelo que uma das recomendações passa por avançar com esta avaliação a fim de compreender melhor as ameaças e as

vulnerabilidades com que o País se defronta. Estas igrejas estarão, certamente, entre as instituições que o País tem de passar a pente fino.

3.8 Reordenamento do comércio em Luanda segue a bom ritmo

Jornal O PAIS

21 De Julho de 2023

Texto: André Mussamo

Iniciado com alguma resistência, o Programa de Reordenamento do Comércio em Luanda, parece estar a engranar, com sinais de mais colaboração dos afectados que não já não resistência como se verificou inicialmente.

Ao longo desta semana seguiu a bom ritmo o processo de transferência de produtos dos antigos armazéns da rua João Corand Langue (Gajajeiras) para o Shopping Kikolo, no município do Cazenga. A título de exemplo, na Segunda-feira, 10 de Julho, foi intensa a movimentação de grossistas que decidiram dar continuidade aos seus trabalhos no Shopping Kikolo, que já conta com mais de 50 grossistas instalados.

No município de Belas, a aposta de momento está na organização do comércio informal e combate à venda desordenada. Segundo o número um da direcção municipal de Promoção e Desenvolvimento Económico Integrado de Belas, Alexandre Gomes, o seu departamento tem vindo a trabalhar de modo a que todas as vendedeiras entrem para o circuito formal do comércio, sendo que 22 mercados (16 privados e seis públicos) garante os locais de assentamento dos mesmos.

Aquele responsável do município de Belas afirma que a intenção da autoridade municipal é, igualmente, "aumentar a arrecadação de receita, assim como a organização do tráfego e mobilidade".

"A retirada dos vendedores dos locais indevidos é outra forma de garantir acesso aos serviços básicos de comércio, como é a garantia de higiene e salubridade, acesso a documentação comercial, acesso a banca, dentre outros privilégios", assegura Alexandre Gomes.

A esperança do responsável, que nos contou em entrevista rápida ao telefone durante a jornada de campo pelo município em referência, é que estes serviços poderão melhorar com o programa de reconversão da economia, uma vez que o mesmo prevê abertura de lojas do PREI (Programa de reconversão da Economia Informal) que congregará

todos os serviços num único espaço. "O PREI prevê abertura de uma loja em cada um dos mercados", garantiu o entrevistado.

No momento, o município do Belas tem um total de 7 mil e 560 vagas, sendo que mais de 3 mil já estão ocupadas, restando outras mais de 4 mil. Tem cadastrados cerca de 5 mil e 500 vendedores que, formalmente, já têm a sua actividade legalizada, o que resultou na emissão de 53 licenças precárias e 3 028 licenças de banca de mercado até ao momento da nossa reportagem.

Cresce investimento em mercados e praças

Enquanto isso, empreendedores e operadores do sector privado, vêem no licenciamento e edificação de mercados uma oportunidade de negócio pelo que, multiplicam-se iniciativas de construção dos mesmos, principalmente na periferia.

Destaque para a edificação de um designado "Mercado de Frutas" no perímetro do Kicuxi. Nele, são visíveis obras em alvenaria e loteamento, em simultâneo com o início de actividades dos primeiros operadores.

No local, um dos responsáveis pela iniciativa que não aceitou gravar entrevista, apenas garantiu que o projecto cumpriu as formalidades e está disponível a acolher os interessados, existindo até aquele momento "ainda muito espaço".

Vendedeiras, que solicitaram o anonimato, revelaram à nossa reportagem que as taxas que estão a ser cobradas para o firmar de contratos são "proibitivas", mas ainda assim, "vale a pena a aposta, por ser um local promissor e que já tem um histórico de comércio de carne, o que faz dele um espaço conhecido pela clientela".

No território do município de Belas crescem e prosperam outros mercados em construção, particularmente nos arredores das centralidades do Kilamba e do KK5000.

Por exemplo, no território do distrito do Quenguela estão em edificação dois mercados. Por altura da nossa visita, não estavam presentes nos dois novos mercados os responsáveis, mas vendedores disseram "sentir-se bem", apelando aos colegas que insistem na zunga a optarem por acomodar-se no local.

No Zango 5 está em edificação aquele que, segundo os proponentes, pode vir a ser o "novo Roque Santeiro" com espaço suficiente e planeada grande capacidade de acolher vendedores e clientes.

Trata-se do mercado que se propõe a acolher todos que venham a ser impedidos de comercializar nos locais inapropriados, como vias públicas, passadeiras e nos pátios em zonas residenciais e/ ou nas estradas, em permanente conflito com o tráfego rodoviário, a mobilidade das pessoas e conflito latente com as autoridades fiscalizadoras.

Vem aí o 'shopping da família'

No âmbito da edificação de mercados, a nossa reportagem esbarrou com uma iniciativa que, segundo o seu autor, está pensada para operar por 24 horas ao dia, a depender dos operadores e da clientela.

O empresário, investe mil milhões de kwanzas para edificar aquilo a que ele mesmo designa "o shopping da família". Sem ambição de recuperar o investimento a curto e nem a médio prazo, o PCA do Grupo Braços e Filhos, Sinatra Manuel Jacinto, afirma que junta-se ao esforço de ordenamento da venda na cidade de Luanda.

Estende-se por seis hectares e fica no município do Talatona, distrito urbano da Cidade Universitária. Está a ser feito com fundos próprios e recurso a financiamento, via Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

Das suas próprias poupanças,

Grupo Braços e Filhos investe no projecto mil milhão, 380 milhões de kwanzas, socorrendo-se do BDA com mais um mil milhão, 179 milhões de kwanzas para concluir o projecto.

O financiamento do BDA tem já uma execução de 30% o que permitiu alavancar a estrutura física do projecto, estando nesta altura na fase de finalizações e correcções, antes de receber os primeiros inquilinos, o que está previsto lá mais para o final deste ano.

Apesar do milionário investimento' o presidente do Conselho de Administração (PCA) do Grupo Braços e Filhos, Sinatra Manuel Jacinto, garante que o que lhe move é "querer ajudar a nossa população a sair das ruas", numa forte "aposta de auxílio" aos esforços das autoridades da capital do país que ambicionam "colocar ordem" na anarquia em que se transformou a venda e comércio ambulante que desvirtua a cidade de Luanda.

O Grupo Braços e Irmãos promete um dos melhores e maiores mercados da cidade de Luanda e quiçá do país, não apenas na dimensão, mas na qualidade de infraestrutura e consequentemente do serviço a prestar.

Mesmo prometendo manter custos e taxas "baixíssimas" o espaço pretende ser um local sem "lixo, mosca, água suja e todos outros horrores" imagem redundante em todas as infraestruturas deste tipo.

"Pretendemos fazer um 'shopping do povo' que trabalhe 24 horas ao dia. Preconizamos que as lojas fechem às 22 horas, mas os serviços de restauração e entretenimento prolongar-se-iam até ao dia seguinte, tudo ao ritmo dos operadores e clientela".

O PCA do grupo investidor assegura: "Queremos edificar um local onde a população possa vender as suas mercadorias e produtos com dignidade, incluindo as zungueiras e cidadãos que trabalham por conta própria".

Estão planeadas secções especializadas, dentre estas a restauração de médio e "baixo custo", assegurada a assistência médica e primeiros socorros com a edificação de um Posto Médico, serviços de incêndio, com fornecimento de água garantido por via de reservatórios no local, assim como vai ser reservado espaço para instalação de serviços da banca, Polícia e outros.

A integridade das pessoas e seus bens fica assegurada por uma equipa administrativa, vídeo vigilância em conjugação com presença humana, assim como uma estreita cooperação com a Polícia e outras forças e autoridades.

3.9 Comerciantes acusam GPL de incumprimento na promessa de isenção no arrendamento

Novo Jornal

21 De Julho de 2023

Texto: Euclides Sela

Centenas de comerciantes transferidos da zona do São Paulo, no famoso 'Arreíou', para o Kikolo Shopping, no Cazengá, acusam o Governo da Província de Luanda (GPL) de não cumprir promessa de isenção no arrendamento dos armazéns.

Ao Novo Jornal, os grossistas explicam que o GPL, durante as reuniões no âmbito do reordenamento do comércio, garantiu à classe empresarial isenção de arrendamento por um período de 90 dias, a contar desde o encerramento dos armazéns, no mês de Maio. Segundo esses comerciantes, na sua maioria de origem asiática, no terreno, a lei está a ser violada, pelo que pedem ao GPL esclarecimentos sobre o assunto, por ainda estarem dentro do prazo.

Sobre o assunto, em declarações ao NJ, o governador de Luanda demarca-se das acusações e esclarece que o GPL "nunca" garantiu aos comerciantes a isenção de pagamento do arrendamento. Sem avançar detalhes, Manuel Homem diz que estão a decorrer negociações entre o shopping e os empresários que querem estabelecer-se no referido espaço comercial.

"O acordo a que eles chegarem é o acordo que vigora", sublinhou o governador, à margem da visita, no passado dia 14 de Julho, ao Kikolo, ao Hoji-Ya-Henda e ao São Paulo.

Dentre as reclamações dos novos, 'inquilinos' do Kikolo Shopping, consta também a falta de arrendamento para armazenamento das mercadorias. Quanto a isso, Manuel Homem garante que o proprietário do espaço promete que, na extensão da infra-estrutura, que está em curso, haverá uma zona de mercado e bancada com armazenamentos.

3.10 Lunda-Sul: Mercado fronteiriço facilita a vida de angolanos e congoleses

Jornal de Angola

26 De Julho de 2023

Texto: Adão Diogo

Manhã de sol aberto na vila da comuna de Chilunge, no município de Muconda, onde o rio Cassai, a escassos cinco quilómetros, é o limite de fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo.

Por ser sábado, dia estipulado para a abertura de um mercado, a população chega, cedo, ao posto da polícia de fronteira. Depois de cumprir as formalidades aduaneiras, transpõe o rio em modestas canoas artesanais para adquirir, entre outros bens, vacas, cabritos, ovelhas, ginguba e insectos comestíveis como o makuy.

Segundo o adolescente Silva Manuel, 12 anos, o interesse dos vizinhos da RDC recai mais sobre os produtos nacionais manufacturados como o sabão, óleo alimentar e bolachas, comercializados a retalho para dar oportunidade aos compradores com menos recursos, usando como moeda única o Kwanza.

Para a residente Eva Ipanga, o único dia estipulado pelas autoridades facilita a vida de dezenas de cidadãos dos dois países, que durante oito horas realizam as transacções necessárias, num ambiente de ordem e tranquilidade garantidas por efectivos da polícia congolesa.

Encostado ao cerco improvisado com paus, no limite do pátio da Administração de Chiluage, Francisco Mussolo, 13 anos, considera que o mercado na fronteira ganha impacto por falta de lojas na vila. Agrava a situação o custo da passagem de carro para Saurimo, devido ao mau estado da via. Os detentores de viaturas alegam prejuízos avultados por causa do mau estado da referida via. Os "aventureiros" que frequentam a via sujeitam as viaturas a inúmeros riscos. Cobram por passageiro o valor de Akz 5000 e 2500 kwanzas por cada saco de bombó, por exemplo.

O passageiro está sujeito a enfrentar o desconforto frequente devido à poeira, trepidações, solavancos e uma série de peripécias que tornam a viagem desgastante, numa realidade de riscos difíceis de descrever.

Hesitante no início, depois de solicitar a palavra, o ancião Domingos Txiliaco fala com o rosto franzido, como quem busca coragem para dizer a verdade. Já descontraido apela, insistente, a favor da reabilitação da "estrada muito estragada". O estado do troço Chiluage / Muriege, na Estrada Nacional 180 Saurimo/Muconda/ Luau, adia o desenvolvimento.

O ancião conta que o " bombó, a batata doce, o inhame, milho e outros produtos ficam acumulados nas casas, por falta de mercado". A ausência de antenas para facilitar as comunicações via telefone isola a zona e a carência de transporte favorece a especulação de preços, ilustrada pela venda de um litro de óleo alimentar no valor de 2500 kwanzas.

Aposta no cultivo do milho

O governador reconheceu que a aposta no cultivo do milho oferece indicadores importantes sobre a experiência e potencial dos solos, em três dos quatro municípios da província.

Dados avançados pelo representante da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA) Joaquim Cajinda indicam que a localidade de Chiquila Mangunga despontou, no ano passado, com cifras de colheita média de 500 quilogramas de arroz por família, além das 110 toneladas acumuladas de colheitas anteriores, vendidas no ano passado.

Agricultor dá provas de sucesso

A circunscrição controla 28 cooperativas, das quais apenas duas receberam financiamento. No Chiluage, o apoio em tractores beneficiou apenas uma cooperativa. É nesta localidade onde o agricultor António Martins Chilala, aplicando recursos particulares, dá provas de sucesso. Na última safra, além de "muito milho", garantiu que a mandioca ocupasse o topo.

A horticultura floresce com canteiros de gindungo, pimenta, tomate, beringela, repolho, milho e citrinos em franco crescimento. O espírito empreendedor desponta também no domínio da pecuária. As constatações motivaram o governador a contemplar o agricultor com alguns meios, entregues pelo director da Agricultura, Nelson Senguetali.

Comuna abençoada com terras aráveis

Abençoada por extensas áreas de solos aráveis, atravessada por inúmeros cursos de água e outras valências, a comuna de Chiluage possui o essencial para conquistar um "lugar ao sol", no conjunto das congéneres da província.

O clima, solo e outros factores favorecem a adaptação da maioria das culturas, que incluem o arroz, cuja produção, em fase experimental, resultou em colheitas promissoras, mas a venda enalhou, por falta de compradores ou unidades de processamento.

As florestas incentivam a exploração de madeira e os inúmeros recantos naturais, principalmente ao longo dos cursos de água, esboçam "pequenos paraísos" com investimento adiado, com vista à sua rentabilização.

Com o domínio da realidade da província, o governador Daniel Neto escalou o primeiro ponto da orla fronteiriça leste, para desencorajar a importação de bens que a região pode produzir em grande escala, a fim de poupar divisas.

O governador enaltece o esforço dos que produzem, mesmo realizando o "cultivo à mão". Defende apoios no domínio da "preparação de solos, acesso a sementes melhoradas, acompanhamento técnico, facilidades para escoamento das colheitas e oportunidade de venda no mercado".

"Queremos ver camiões carregados de feijão, milho e trigo," referiu, acrescentando que as iniciativas familiares no cultivo do arroz, no referido corredor fronteiriço, resultaram no armazenamento de mais de 100 toneladas, que o governo adquiriu, no ano passado, só na localidade de Chiquila Mangunga.

3.11 Vendedores são aconselhados a pagarem a Segurança Social

Jornal e Angola

27 De Julho de 2023

Texto: Weza Pascoal

A provedora de Justiça aconselhou, quarta-feira, os vendedores do Mercado do Catinton, no distrito urbano da Maianga, em Luanda, a efectuarem o

pagamento de uma pequena quantia do rendimento mensal ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), como forma de terem uma aposentação condigna.

Florabela Araújo destacou, durante uma visita ao mercado, a importância da cooperação com os órgãos e entidades, em prol da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assim como pediu a colaboração e obediência das ordens das autoridades administrativas, fiscais e policiais, em especial quanto às regras do comércio, com vista à conservação do local.

Durante a visita ao local, a provedora de Justiça realizou uma palestra sobre "O mandato e função do provedor de Justiça e o dever de cooperação com os órgãos da Administração Pública Central e Local do Estado", durante a qual aconselhou os vendedores a apresentarem queixas sempre que verem os seus direitos violados por qualquer entidade pública ou privada.

Com a realização destas visitas de constatação aos mercados informais, disse, a Provedoria de Justiça pretende aproximar os serviços ao cidadão, divulgando o trabalho que desenvolve na defesa dos direitos dos vendedores.

Infelizmente, realçou, muitos cidadãos não têm conhecimento da existência da Provedoria de Justiça e do papel que desempenham. "Por isso é importante aproximar tais serviços aos cidadãos, sobretudo os que residem nas zonas longínquas".

A provedora concedeu igualmente audiências, nas quais os vendedores se queixaram da morosidade para tratar o Bilhete de Identidade, a necessidade de uma esquadra móvel e os conflitos de terras.

Florabela Araújo apelou, por outro lado, à Administração do Distrito Urbano da Maianga e do mercado do Catinton a melhorar as condições do recinto, para uma boa acomodação dos vendedores e da circulação dos compradores. Durante o ano passado, a Provedoria de Justiça registou mais de quatro mil queixas em todo o país, sendo relativas à morosidade dos processos em tramitação nos tribunais, os conflitos de terras e as questões do atraso ou o não pagamento dos subsídios aos pensionistas.

Na ocasião, a administradora adjunta do município de Luanda para o sector Político e Social, Alcresia Cavala, defendeu a importância do reordenamento do comércio, por promover maior organização na actividade comercial, através da venda em locais

apropriados e facilitar a mobilidade dos automobilistas e transeuntes.

3.12 Crédito às famílias suplanta comércio e é o sector com mais financiamentos

Jornal Expansão

28 De Julho de 2023

Texto: Teima Van-Dúnem

Pela primeira vez desde 2014, o crédito a particulares superou o sector do comércio e lidera o ranking dos sectores com o maior stock de crédito na banca nacional, de acordo com as estatísticas monetárias e financeiras publicadas no site do Banco Nacional de Angola (BNA).

No final do I semestre, o crédito a particulares, associado ao consumo, cresceu 13% face ao final de 2022 para quase 1,1 biliões Kz, enquanto o stock de crédito ao comércio por grosso e a retalho caiu 14%, equivalente a menos 143,9 mil milhões Kz. Segundo apurou o *Expansão*, são os efeitos da desvalorização cambial a pesar na concessão de crédito ao sector onde se encontra a maioria das empresas nacionais.

Ainda de acordo com o crédito por sectores de actividade, comércio, privados e indústria transformadora valem mais de 50% do stock de crédito da banca nacional. Ou seja, por cada 1.000 Kz que os bancos têm emprestados à economia, 529 Kz estão concentrados no comércio, nos consumidores e a indústria nacional.

Por outro lado, a construção continua a perder fulgor, já que em seis meses o stock de crédito a este sector caiu 1% para 378,9 mil milhões Kz. Desde 2020, o stock de crédito do sector da construção já caiu 30%, equivalente a menos 164,0 mil milhões Kz.

Quase um quarto do stock de crédito da banca nacional está concentrado no sector produtivo nomeadamente a indústria extractiva e transformadora, agricultura e pescas, com o conjunto destes três sectores a valerem pouco mais de 1,1 biliões Kz do crédito total. O stock ao crédito nas indústrias transformadoras cresceu 1% no período em análise (+5,1 mil milhões Kz) enquanto o do agro-negócio (que engloba agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) afundou 28% (-111,4 mil milhões Kz). Já o stock de crédito da indústria extractiva disparou 36% (+72,9 mil milhões Kz).

Se o crédito para o sector produtivo cresceu, o mesmo aconteceu no sector dos transportes e

armazenagem, que registou uma subida de 31% para 100,3 mil milhões Kz (+23,8 mil milhões).

Em sentido contrário, a descer, destaque para os já referidos sectores do comércio e da agricultura, mas também para as actividades administrativas e dos serviços de apoio, cujo stock de crédito afundou 68% para 35,8 mil milhões Kz (-77,0 mil milhões) e para as actividades de Saúde Humana e Acção Social, que caiu 60% para 7,5 mil milhões Kz (-11,2 mil milhões), tratando-se dos sectores que mais caíram em termos percentuais em apenas seis meses.

Em termos gerais, o stock de crédito na banca subiu apenas 1 % em seis meses, passando de 4,615 biliões Kz em Dezembro de 2022 para 4,648 biliões no final de Junho deste ano.

3.13 Formalização da Economia aumenta produtividade

Jornal Economia e Faianças
28 De Julho de 2023
Texto: Joaquim Suami

A Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) admitiu, ontem, em Luanda, que o potencial de crescimento económico do país, é limitado por uma série de obstáculos à economia formal, e pelo elevado nível de informalidade na economia, em diferentes sectores e segmentos de actividade.

Esta posição consta de um Estudo sobre Migração da Economia Informal para Formal em Angola, que a Câmara de Comércio e Indústria lançou, em Setembro do ano passado, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O estudo forneceu um quadro geral da situação de informalidade no contexto angolano que deve servir de base para o desenvolvimento de um plano de migração das empresas informais para a economia formal, com o apoio das associações patronais, em particular a Câmara de Comércio e Indústria.

Para a CCIA, o debate sobre o crescimento económico no país centrou-se, sobretudo, na agenda macroeconómica, que inclui questões ligadas à estabilidade monetária, cambial, sustentabilidade fiscal, evolução dos preços e resiliência externa.

Segundo a CCIA, apesar de algum progresso macroeconómico, o crescimento do país permanece muito limitado, com uma taxa média de crescimento de 3,6 por cento, entre 2006 e 2022. Para o mesmo período, a taxa de desemprego atingiu 56,7 por cento, no seio dos jovens. A taxa de inflação, entre 2011 e

2022, é de 15,24 por cento, e a dívida pública, em percentagem do PIB, é de 85 por cento, entre 2012 e 2022.

A Câmara de Comércio e Indústria aponta que, uma das principais razões dos indicadores de desempenho macroeconómico, é a existência de uma série de barreiras à economia formal no país, que levam a um crescimento mais lento da produtividade e do investimento produtivo, resultando em níveis mais baixos de progresso económico

De acordo com o estudo da CCIA, os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o terceiro trimestre de 2022, mostram 11.459.806 pessoas empregadas, no seio da população com mais de 15 anos, das quais 9.072.200 estão informalmente empregadas, que corresponde a um valor percentual de 79,2 por cento.

A Ficha Rápida do Inquérito ao Emprego, do 3º trimestre de 2022, menciona que do total da força de trabalho informal, 70,5 por cento, é masculino, e 87,8 é feminino, em que a taxa de desemprego da população activa é de 30 por cento.

O estudo da CCIA, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), aponta que, no terceiro trimestre de 2022, pessoas a trabalharem por conta própria representavam (51,9 %), trabalhadores familiares (27,1 %) e indivíduos a trabalharem para o seu próprio consumo (11,9 %).

Para a CCIA, a análise dos dados mostrou que a taxa de emprego informal na zona rural é de 95,6 por cento, e na zona urbana é de 66,8.

Programa microeconómico

No estudo, a Câmara de Comércio e Indústria propõe um programa microeconómico que alinha e reforça as políticas públicas para remover os obstáculos ao crescimento da economia formal em Angola. O estudo reforça que para compreender a informalidade e os seus principais efeitos é essencial compreender o conceito de produtividade, bem como a dinâmica resultante do desenvolvimento económico.

Para a Câmara de Comércio e Indústria, a produtividade é entendida como o resultado directo dos sistemas e processos que uma empresa utiliza para criar produtos e serviços, que resultam numa geração maior de valor para um determinado nível de recursos.

Segundo a CCIA, o aumento da produtividade é a forma mais rápida e segura de assegurar o crescimento do PIB per capita e o desenvolvimento

económico de um país. "A informalidade está associada ao desempenho de actividades legais de forma irregular, através do incumprimento de regulamentos que envolvem custos significativos, com impostos, o mercado de trabalho e o mercado de produtos".

O estudo realizado pela Câmara de Comércio e Indústria indica que as empresas informais são privadas do acesso ao sistema jurídico para fazerem cumprir os seus contratos, proteger os seus direitos de propriedade ou resolver litígios, o que aumenta o risco de expandirem as suas actividades fora da sua comunidade imediata.

O estudo adianta que a informalidade cria um desincentivo perverso ao crescimento em que uma empresa de maior dimensão pode atrair a atenção das instituições responsáveis pela supervisão regulamentar.

O estudo verificou, também, que as empresas informais tendem a estruturar as suas relações com fornecedores e clientes segundo linhas informais, levando ao desenvolvimento em muitos países de cadeias de valor totalmente informais, com vantagens de custos que não podem ser compensadas pelos concorrentes na economia formal.

3.14 Nove novos mercados municipais estão projectados para Luanda

Jornal de Angola

28 De Julho de 2023

Texto: Ana Paulo

Nove novos mercados, à razão de um por município, serão edificados em Luanda, no quadro de uma decisão do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e do Governo Provincial de Luanda (GPL), que, juntando aos 208 já implantados, vai elevar o número de infra-estruturas do género para 217, soube o Jornal de Angola de fonte oficial.

O director nacional de Parcerias Público-Privadas (PPP) do MEP, Augusto Dembo, que, ontem, anunciou os novos mercados no briefing semanal do departamento governamental com a imprensa, disse que a decisão complementa o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Desde que esse programa foi instituído, em 2020, 253 mil agentes económicos foram tirados da informalidade, ao mesmo tempo que obtêm benefícios como acesso ao financiamento e formação em gestão de negócios, com a regularização fiscal das operações.

No briefing, em que apresentou o balanço das actividades do sector do Planeamento referentes ao 2º trimestre deste ano, Augusto Dembo indicou que os novos mercados municipais serão erguidos com recursos financeiros de PPP, com o que se projectam praças devidamente infra-estruturadas e equipadas com serviços sociais como creches, restaurantes, bancos, seguradoras e espaços para estacionamento.

Está prevista a oferta de instalações para alojar serviços de proximidade da Administração Geral Tributária (AGT), Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Guiché Único de Empresa (GUE), Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e da Administração Local.

A implantação de esquadras policiais e postos de bombeiros figuram entre as prioridades dos parceiros, no sentido de manter a ordem pública e salvaguardar os possíveis acidentes de incêndio no local.

Augusto Dembo notou que os novos mercados serão uma emanção do processo de implementação do PREI, ao longo do qual foram constatados, nos mercados, constrangimentos que levaram a Comissão Multisectorial do programa a convidar o sector privado a apoiar e desenvolver as infra-estruturas acima descritas.

Por outro lado, Augusto Dembo explicou que um dos principais pontos a ter-se em conta para o sucesso do processo é trabalhar na documentação e titularidade dos mercados, para melhor desempenho no processo do concurso público para atribuição da gestão dos espaços.

Para o arranque do programa destas edificações, foram seleccionadas quatro províncias do país onde, por intermédio dos Governos Províncias, foram listados mercados que devem beneficiar da intervenção do sector privado.

Além da província de Luanda, faz parte também da lista a província da Lunda-Sul, onde serão constituídos três novos mercados e requalificados quatro dos já implantados. "Estamos a trabalhar com o Governo Provincial de Luanda no processo dos nove mercados e enviaram-nos, também, uma lista de praças que preenchem os requisitos para a entrada no concurso público", sublinhou.

Outro projectos

A carteira de projectos de PPP é estendida a outros sectores de actividade, anunciou Augusto Dembo, apontando a recolha de informação e actualização de 15 projectos já identificados no sector da Energia e Águas, bem como no Desporto.

Nove projectos estão afectos ao sector dos Desportos, ao abrigo dos quais há seis pavilhões e três estádios nacionais em construção, com os restantes constituídos na expansão de quatro redes de distribuição de água, um de transporte de energia e outro ligado à construção de um centro de estágios desportivos.

No que diz respeito ao programa de desenvolvimento das PPP, Augusto Dembo fez saber que, no sector das Águas, continua a decorrer um processo de triagem de 10 projectos indicados pelo Ministério da Energia e Águas que culminará com a selecção de quatro.

3.15 Remoção dos obstáculos ao crescimento acelera a formalização da economia

Jornal de Angola

29 De Julho de 2023

Texto: Joaquim Suami

A Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) considera que o potencial de crescimento económico do país é limitado por uma série de obstáculos à economia formal e pelo elevado nível de informalidade na economia, em diferentes sectores e segmentos de actividade.

Esta posição está inserta no Estudo sobre Migração da Economia Informal para Formal em Angola da CCIA e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado, ontem, no jornal "economia e Finanças", depois de apresentado, na quarta-feira.

O estudo fornece um quadro geral da situação de informalidade no contexto angolano que deve servir

de base para o desenvolvimento de um plano de migração das empresas informais para a economia formal, com o apoio das associações patronais, em particular a CCIA.

Para a agremiação empresarial, o debate sobre o crescimento económico no país centra-se, sobretudo, na agenda macroeconómica, que inclui questões ligadas à estabilidade monetária, cambial,

sustentabilidade fiscal, evolução dos preços e resiliência externa.

Segundo a CCIA, apesar de algum progresso macroeconómico, o crescimento do país permanece muito limitado, com uma taxa média de crescimento de 3,6 por cento, entre 2006 e 2022. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego atingiu uma média de 56,7 por cento no seio dos jovens, a taxa de inflação, entre 2011 e 2022, uma média de 15,24 por cento e a dívida pública, em percentagem do PIB, 85 por cento, entre 2012 e 2022.

A CCIA aponta que uma das principais determinantes dos indicadores de desempenho macroeconómico reside na prevalência de barreiras à economia formal no país, as quais levam a um crescimento mais lento da produtividade e do investimento produtivo, resultando em níveis mais baixos de progresso económico.

De acordo com o estudo da CCIA, os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o terceiro trimestre de 2022, mostram 11.459.806 pessoas empregadas, no seio da população com mais de 15 anos, 9.072.200 das quais estão informalmente empregadas, o que corresponde a um valor percentual de 79,2 por cento da força de trabalho activa.

A taxa de emprego informal na zona rural é de 95,6 por cento e na zona urbana é de 66,8 por cento. A Ficha Rápida do Inquérito ao Emprego, do 3º trimestre de 2022, afirma que a taxa de desemprego da população activa foi, naquele período, de 30 por cento.

3.16 Jovens optam pela lavagem de viaturas

Jornal de Angola

Texto: Isidoro Samutula

30 De Julho de 2023

A lavagem de viaturas na capital da Lunda-Norte começou a ganhar espaço no princípio dos anos 2000, quando um grupo restrito de adolescentes fazia dessa actividade, realizada junto ao rio Cundueji, o seu ganha pão. Na altura, aquele rio era um ponto turístico que atraía muitas pessoas aos finais-de-semana.

Tratando-se de um local turístico de eleição para banhos de rio e diversão, alguns jovens aproveitavam a ocasião para prestarem o serviço de lavagem de automóveis e motorizadas.

A prática começou a atrair outros jovens e o número de lavadores foi aumentando. A iniciativa propiciou o surgimento de outros lugares de lavagem de viaturas, como é o caso do situado junto ao rio Camundembele, ao longo da Estrada Nacional 180, que liga os municípios do Chitato e Lucapa.

Com o passar do tempo, o ponto de lavagem junto ao rio Camundembele foi ganhando maior "protagonismo", com a adesão de mais clientes, relegando para segundo plano o ponto turístico do rio Cundueji.

Aos poucos, a lavagem de carros foi disseminada para outros pontos turísticos. É assim que surgiu o ponto de lavagem junto ao rio Luachimo, concretamente na famosa ponte metálica da Estrada Nacional 180-A, entre os municípios do Chitato e Cambulo, que também, aos poucos, foi sendo bastante procurado pelos proprietários de viaturas e motorizadas.

Dos vários pontos de lavagem de viaturas e motorizadas na cidade do Dundo, além dos acima mencionados, realçamos o situado junto ao rio Dundo, na estrada para quem vai dar ao Hospital Sanatório do Sacavula, que no passado foi também um ponto turístico muito concorrido aos finais-de-semana. O do bairro Maboi, na estrada que vai para o bairro Cacanda e o da área do Carinhenga, próximo ao mercado municipal do Chitato, também são de referir.

Importância na renda familiar

Xieto Tambué, 21 anos de idade, estudante da 10ª classe do Curso de Ciências Económicas e Jurídicas no Liceu do Dundo, é lavador de carros há quatro anos no bairro Maboi. O jovem revelou ao Jornal de Angola que graças ao trabalho que exerce, tem conseguido sustentar a sua formação e acudir a outras necessidades. "É uma forma que encontrei para ganhar dinheiro para sustentar os meus estudos e garantir alimentação em casa", disse.

O jovem estudante exerce o trabalho de lavagem de viaturas das sete às catorze horas, de modo a preparar-se para ir à escola no período nocturno. Explicou que as necessidades que enfrentava todos os dias para alimentar-se, comprar roupa e material escolar e pagar o táxi, levaram-no a abraçar esse trabalho, que, segundo disse, tem dado resultados positivos. "Encontrei aqui o meu ganha pão. Hoje consigo acudir às minhas necessidades com o dinheiro que ganho por dia, que vai entre os cinco e seis mil kwanzas".

Xieto Tambué sublinhou que os ganhos diários variam em função da afluência de clientes.

João Medar Fernando, que trabalha na via que vai dar ao Hospital Sanatório do Sacavula, disse que começou a lavar carros em função das dificuldades por que passava com a família. Situação que o levou a desistir da escola, onde frequentava a 7ª classe, para abraçar uma actividade que, segundo garante, lhe tem ajudado bastante nas despesas diárias. Ele afirma mesmo que, apesar do actual custo de vida, em casa já não falta o pão. Todos os dias consegue, na lavagem de carros e motorizadas, no mínimo três mil kwanzas. "É um trabalho digno. Poderia optar por outras coisas para ganhar muito dinheiro, mas estou feliz com o que faço. Já posso voltar a estudar, porque tenho a garantia de rendimento para sustentar os estudos".

João Fernando dá muito valor à boa relação de trabalho com os colegas. "Quando há poucos clientes, lavamos os carros duas pessoas para que cada um leve algum valor para casa".

Jorge Chibichica, lavador de carros junto à ponte metálica sobre o rio Luachimo, disse que cobra por cada viatura ligeira 1.500 a 2.000 kwanzas, por cada motorizada 500 a 1.000 kwanzas, enquanto a lavagem de um camião varia de 10.000 a 16.000 kwanzas e um autocarro de 5.000 a 6.000 kwanzas. Por ser um trabalho de equipa, consegue levar para casa por dia 5 a 6 mil kwanzas.

O jovem revelou que trabalha como lavador de carros desde 2005 e conseguiu construir a sua casa com o dinheiro ganho. Agora pretende voltar a estudar. "Graças a este trabalho consegui uma residência e estou a criar as minhas condições de vida. Já não passo fome como antes".

Métodos mais lucrativos

Apesar da existência de lugares identificados para a lavagem de carros, muitos jovens, atraídos pela profissão e no desejo de conseguir ganhar dinheiro, procuram estabelecer contratos com os proprietários das viaturas, principalmente os moradores da Centralidade do Mussungue, de modo a serem pagos no fim do mês. Outros preferem oferecer os seus serviços, mesmo para serem pagos no momento, no estacionamento de viaturas dos edifícios daquela Centralidade. Situação que para alguns tem se revelado mais lucrativa, tendo em conta o maior número de carros que se pode conseguir lavar durante o dia.

O preço praticado pelos lavadores informais que circulam pela cidade ou que ficam nos lugares acima identificados (mil a dois mil kwanzas), tem atraído muitos automobilistas, que se recusam a ir a uma estação de serviço onde lhes são cobrados valores

que vão dos cinco mil kwanzas em diante pelo trabalho completo, tendo em conta o tamanho da viatura.

João Chicolassonhi, automobilista, reconheceu a qualidade da lavagem feita pelos jovens nos diferentes pontos da cidade do Dundo, que não deixa nada a desejar em comparação com a feita nas estações de serviço. "A lavagem é boa. Os jovens são bons, têm feito bom trabalho, o que nos deixa satisfeitos. Por isso preferimos a eles", sustentou, sublinhando que muitos dos jovens que actualmente trabalham nas estações de serviço começaram nos lugares onde a lavagem de viaturas é feita de modo informal.

António Joaquim, outro automobilista, disse que lavar carro na estação de serviço é muito caro, apesar do trabalho lá realizado ser completo. "Para além do bom trabalho que os jovens prestam com a lavagem dos carros, também é uma forma de os ajudarmos. Eles precisam de ganhar dinheiro condignamente, para satisfazerem as suas necessidades".

A Cidade do Dundo conta, presentemente, com quatro estações de serviço, insuficientes para corresponder à demanda, tendo em conta o número de viaturas e motorizadas disponíveis na urbe. A da Centralidade do Mussungue e a da zona do Primeiro de Maio são as mais concorridas.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Quebra no petróleo atira economia angolana para quase estagnação

Jornal Expansão
7 De Julho de 2023

A economia angolana entrou com o 'pé esquerdo' em 2023 já que o Produto Interno Bruto (PIE) no I trimestre do ano apenas cresceu 0,3% face ao mesmo período do ano passado, o que representa uma desaceleração da economia no arranque do ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística sobre as Contas Nacionais Trimestrais.

A quase estagnação do PIB neste período teve como principal causa a queda na actividade de extracção de petróleo (-8%), um dos dois sectores que mais contribuem para o produto interno. A empurrara economia para baixo estiveram ainda as actividades de pesca (-6,5%), a intermediação financeira de seguros (-9,1%), bem como os serviços de intermediação financeira (-5,4%).

Em sentido inverso, a atirar para cima a economia esteve a actividade de transporte e armazenagem, que foi a que mais cresceu nos primeiros três meses deste ano (27,1%), seguida da extracção de diamantes (22,9%), electricidade e água (7,8%) e outros, serviços (4,3%), que incluem serviços de hotelaria e restauração. Destaque também para o crescimento no comércio (2,5%), que é um dos dois sectores que mais contribui para o PIE.

Se em termos homólogos o PIB cresceu ligeiramente (0,3%), em relação ao IV trimestre de 2022 caiu 1,1%, descendo para terreno negativo pela primeira vez em dois anos.

Especialistas acreditam que a entrada com o 'pé esquerdo' em 2023, associado à forte desvalorização cambial e consequente subida dos preços ao consumidor (com forte retracção no consumo), colocam em risco a meta de crescimento da economia nacional em 3,3%, prevista no Orçamento Geral de Estado (OGE) para este ano.

Perante este cenário, os próximos trimestres deverão ser mais desafiantes, uma vez que os constrangimentos provocados pela crise do mercado

cambial, que levaram à desvalorização abrupta do Kwanza a níveis especulativos, deverão repercutir-se na economia neste período.

"Estou a falar da pressão inflacionária, o acúmulo de processos de importação por falta de divisas junto da banca, a imprevisibilidade da economia, a quebra dos stocks dos comerciantes e a necessidade da sua reposição. Mas também a redução da confiança dos agentes económicos na gestão da política cambial e política creditícia, e a lenta execução das despesas prevista no Orçamento Geral do Estado virados para o apoio ao sector produtivo da economia", concluiu Sabino da Conceição.

Para o académico Silva Pedro, a desaceleração do PIE no I trimestre de 2023 face a 2022, é um claro indicador da necessidade que o País tem de deixar de depender apenas do petróleo.

"Enquanto dependermos do petróleo a nossa economia vai oscilar em função dos preços deste produto a nível internacional e também da produção a nível interno. E como a produção caiu, tivemos este resultado. Se continuarmos assim, a situação pode não melhorar tão cedo. Por isso, é importante a diversificação", disse.

"Isto pode comprometer o objectivo de crescimento previsto no OGE e frustrar a saída da situação de Estado estacionário, em que o crescimento populacional está acima do crescimento da economia. Isto significa que a riqueza gerada não é suficiente para atender ao aumento do universo populacional, ou seja, a renda média per capita gerada mantém-se inalterada", disse o economista Sabino da Conceição.

Para além de comprometer o objectivo de crescimento do PIE na meta dos 3,3%, a estagnação da economia nos primeiros três meses do ano coloca também em risco a redução da taxa de desemprego, defende o economista.

4.2 Parlamento volta a violar OG-E ao atribuir subsídios de instalação e de fim de mandato na totalidade

Jornal Expansão
14 De Julho de 2023
Texto: Miguel Gomes

Depois da polémica com a entrega de viaturas de apoio à residência aos 220 deputados eleitos em Agosto de 2022, o pagamento na totalidade dos subsídios de fim de mandato no final da última

legislatura (2017-2022) e de instalação no início da legislatura actual (2022- 2027) volta a violar as restrições e cortes de subsídios que constam no Orçamento Geraldo Estado (OGE) de 2022 e de 2023. No ano passado, o Governo por via do OGE tinha limitado estes dois subsídios a apenas 5J)% do valor estabelecido, enquanto para o presente ano o corte (também de 50%) incide apenas sobre o subsídio de instalação.

De acordo com o relatório de fundamentação do OGE 2023, devido à difícil situação financeira e económica do País (com impacto directo na saúde das finanças públicas), é necessário tomar medidas ao nível da despesa para conter os gastos do Estado. Por isso, durante o presente exercício, o subsídio de instalação foi cortado para metade (50%) para todos os beneficiários, onde se encontram os deputados.

Diversas fontes parlamentares confirmam ao Expansão que o subsídio de instalação avaliado em 11.250.000 Kz foi pago aos deputados na totalidade no início do mandato e que, depois da recente actualização para 22.667.625 Kz, os deputados vão também receber os restantes 11.417.625 Kz em forma de retroactivos. Ora, ao duplicar o valor do subsídio de instalação, em termos teóricos, os deputados deixariam de violar a lei, mas como vão receber os retroactivos voltam a violar o OGE que até votaram em plenário.

Para além daquela limitação, as directrizes para 2023 retiram os subsídios de manutenção de residência e de reinstalação. A subvenção mensal vitalícia aos beneficiários que acumulam outras prestações sociais foi suspensa, salvo se aqueles optarem por receber "exclusivamente a subvenção mensal vitalícia". O subsídio de estímulo- que não se aplica aos deputados foi também restringido em 50%.

Ainda em 2023, está proibida a "atribuição de veículos do Estado para apoio à residência aos titulares de cargos políticos, magistrados e outros beneficiários". No que diz respeito às viagens, os titulares de cargos políticos, magistrados, deputados e respectivos cônjuges, deixam de poder utilizar fundos públicos para viajar em primeira classe, sendo obrigados a viajar em classe executiva, enquanto os titulares de cargos de direcção e chefia devem utilizar a classe económica.

Boa parte destas limitações, com apenas ligeiras mudanças, já tinham sido aplicadas em 2022, como também é possível constatar no relatório de fundamentação do respectivo OG E.

No exercício económico do ano passado, o Governo tinha restringido o subsídio de instalação em 50%

para todos os beneficiários, bem como o subsídio de estímulo e o subsídio de reinstalação e fim de mandato. Todos estes benefícios foram cortados para metade mas, segundo fontes parlamentares consultadas pelo Expansão, o subsídio de fim de mandato foi pago por inteiro (12.160.000 Kz) aos deputados que terminaram funções em 2022, contrariando as regras estabelecidas. Nas últimas semanas, o valor do subsídio subiu para os 24.501.184 Kz. E os deputados que o receberam no final da legislatura passada vão voltar a recebê-lo no final desta legislatura.

Ainda em 2022, o subsídio de estímulo também foi cortado para metade para todos os beneficiários, As regras sobre a subvenção mensal vitalícia, atribuição de veículos do Estado para apoio à residência aos titulares de cargos políticos, magistrados e outros beneficiários e viagens seguiram as mesmas orientações de 2023. Para além destas alterações, o OGE 2022 limitou novas admissões na função pública, excepto nos sectores da saúde, educação e ensino superior.

Justificações e equívocos

Todas as fontes parlamentares do Expansão e até pronunciamentos públicos de deputados vão no mesmo sentido: a Assembleia Nacional resolveu aumentar para o dobro os subsídios de instalação e de fim de mandato porque, desde 2008 (quando os benefícios foram atribuídos), devido à desvalorização do Kwanza e às diferentes crises económicas e financeiras que afectaram o País, registou-se uma erosão generalizada do poder de compra que também afecta os deputados. Dentro da Assembleia Nacional, parece que o único consenso que o principal partido da oposição tem com o MPLAM é quando são decididas à porta fechada as mordomias aos deputados.

Como explicou o líder parlamentar da UNITA, Liberty Chiaka, no dia 8 de Julho, o estatuto remuneratório dos deputados prevê este tipo de benesses. "A actualização feita agora ao valor dos subsídios é insuficiente para cobrir as despesas totais inerentes às responsabilidades sociais dos deputados e ao cumprimento do mandato por via de deputações junto dos eleitores em todos os municípios", referiu ainda o deputado, que falava aos jornalistas sobre a "crise de governação" que afecta o País e de uma suposta estratégia de distração da opinião pública por parte do MPLA por via do debate sobre os subsídios dos deputados.

"Importa esclarecer que o subsídio de instalação ora ajustado, não é mensal, nem anual. É um subsídio pago no início do mandato, que o deputado recebe

uma vez em cada cinco anos", acrescentou Chiaka, para depois anunciar que o Grupo Parlamentar da UNITA vai partilhar metade do subsídio de instalação com a sociedade. Resta saber se será a metade do valor que vai violar a lei do OGE.

Só que este posicionamento choca com a própria lei do OGE, que é aprovada pela Assembleia Nacional, e com as directrizes do Ministério das Finanças sobre o processo de orçamentação.

Por exemplo, segundo o anexo metodológico publicado no OGE 2021, que visa complementar as instruções de elaboração do quadro de despesa de médio prazo 2023-2025 (emitidas de acordo com a Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas), o Governo explica que é preciso orientar "a composição da despesa pública para estimular o crescimento económico e o bem-estar social", realidade que não se cumpre apenas com o aumento das despesas administrativas dos órgãos de soberania.

4.3 Crítica Cobrar impostos que não beneficiam os cidadãos «é imoral)

Novo Jornal

21 De Julho de 2023

Ilídio Manuel

E vai mais longe, mostrando-se mesmo contra a implementação do IVA: "SQu das pessoas que não acreditavam, em 2019, como não acredito agora, que Angola tenha as condições de produção e organizacionais para a implementação do IVA, pelo que teria sido mais vantajoso investir na criação dessas condições para depois aplicar o IVA".

Sobre o mesmo imposto, sublinha que "é preciso haver prestação de contas, porque os Estados cobram impostos para prover os serviços públicos, então é necessário equacionar os dois lados da equação. E quando me refiro a serviços relacionados, refiro-me nomeadamente à fiscalização das actividades económicas, não apenas em termos das condições para exercício das actividades, mas também dos preços praticados, o que se vem assistindo nas últimas semanas é vergonhoso e parece apontar para a inexistência desses serviços no nosso País».

Para a também activista cívica afecta ao MUDEI, as pessoas com menos recursos têm sido as que mais pagam o preço das más políticas económicas e fiscais e que "têm menos condições para suportar estes impactos".

Em relação ao IRT, refere que os salários dos trabalhadores são baixos e que qualquer imposto

sobre o rendimento do trabalho é um 'assalto' ao valor tão minguado que eles auferem.

Para a interlocutora, a saída das múltiplas crises que a sociedade angolana enfrenta exige a tomada de uma série de medidas que visam rentabilizar os múltiplos recursos de que o País dispõe, começando pela sua população. "Isto implica conhecer o País, de facto, e criar as condições para que as pessoas participem nos processos de tomada de decisão através de uma descentralização de tacto e a implementação de órgãos do poder local, de forma a antecipar que as prioridades em termos de investimentos sejam no sentido de apoiar a produção primária - agropecuária, pescas e florestas e a transformação dos produtos do sector primário, de preferência próximo dos locais de produção, de maneira a agregar valor.

4.4 Governo ataca gorduras do Estado COII I 'corte nos carros, viagens e obras

Jornal Expansão

21 De Julho de 2023

Numa altura em que já se fala numa eventual revisão ao Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023, mas em que ainda não há uma decisão tomada, até porque os pressupostos para a elaboração do OGE se mantêm, o Executivo já veio dizer que vai apertar o cinto, cortando despesas relacionadas com obras, carros e viagens ao exterior para tentar travar a derrapagem orçamental que pode atingir os 7,4 biliões Kz.

Na semana passada, a comissão económica do Conselho de Ministros esteve reunida para e aprovou um pacote de medidas para cortar despesa e garantir a execução do OGE, tendo o novo ministro de Estado da Coordenação Económica, José Massano, garantido que actualmente há dinheiro suficiente para pagar salários, serviço da dívida e despesas da Educação e da Saúde e com bolsas de estudo até ao final do ano. Mas para isso, é preciso travar a fundo nas outras, despesas e é isso que o Executivo está preparado para fazer, avançou o secretário de Estado do Tesouro, Ottoniel dos Santos.

"Redução de despesas ligadas a deslocação ao exterior, redução daquilo que é a composição das delegações que fazem parte destas saídas. Do ponto de vista da optimização patrimonial, estamos a prever reduzir aquilo que é a renovação de frotas automóveis, portanto esta renovação de frotas será suspensa, bem como definir plafonds mais económicos para atribuição de novas viaturas para

aqueles que são os detentores de cargos públicos", disse o secretário de Estado.

Otoniel dos Santos revelou que está prevista a venda de património não protocolar que o Estado tem e que será revista a carteira global das obras do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), à excepção dos que já têm uma execução mais avançada. "Todos os projectos que têm uma execução acima de 50% e que têm financiamento garantido serão continuados bem como aqueles que têm uma execução de 80% e que dependam de recursos extraordinários do Tesouro para sua execução", sublinhou.

A máquina do Estado é pesada e conhecida por ser alvo de várias mordomias ao nível das chefias e segundo vários especialistas é através destas despesas excessivas que é preciso começar a cortar, "Num período de crise muitas das benesses que os governantes e elementos da administração pública recebem, como cartões de combustível, precisam ser retiradas", admitiu o economista Fernandes Wanda. Por isso, defende, nesta altura em que os "indicadores mostram um aumento da pobreza, traduzida num aumento de pessoas no sector informal, desta vez é importante que este apertar do cinto comece pela classe governante. O titular do Poder Executivo tem de dar o exemplo".

Já Wilson Chimoco considera que é preciso ir mais longe nos cortes da despesa e realizar apenas as despesas essenciais, evitar créditos adicionais e "reduzir para o mínimo possível o funcionalismo público. Se possível restabelecer o teletrabalho obrigatório para generalidade dos funcionários públicos". Acrescenta ainda que se deve impulsionar os concursos públicos para fornecimento de bens e serviços, via plataforma de contratação pública, e que deve ser ajustado o plano de paramento da dívida pública interna, fazendo um "rollover" sem, no entanto, não causar stress de liquidez no sector bancário. Ainda assim, mais medida 'menos medida para Chimoco é certo que vamos todos ter de apertar os cintos.

"A economia toda vive em torno das despesas públicas. Uma ou outra actividade não petrolífera não depende dos desembolsos do Estado para se manter. Logo, é expectável que se voltem a assistir a elevados níveis de atrasados na economia e possivelmente encerramento de empresas e criação de desemprego adicional", sublinhou.

J.J.R.

4.5 Falta de financiamentos gera buraco de 7,4 biliões Kz e obriga a 'travar a fundo' na despesa

Jornal Expansão

21 De Julho de 2023

Texto: Joaquim José Reis

O Estado está sem dinheiro e as dificuldades em obter financiamentos, quer externos quer internos, bem como a queda das receitas fiscais no primeiro semestre, provocaram uma derrapagem orçamental que, de acordo com o Governo, deverá chegar aos 7,4 biliões Kz até ao final do ano, o que obriga a 'travar a fundo' na despesa do OGE.

No final da comissão económica do Conselho de Ministros realizada a 14 de Julho, o secretário de Estado para as Finanças e Tesouro, Otoniel dos Santos, adiantou que as projecções para o final do ano indicam um défice orçamental na ordem dos 7,4 biliões Kz, o que contrasta com o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2023 que apontava a um superavit de 600 mil milhões Kz. Apesar de se tratar de uma derrapagem orçamental tão violenta, o governante não explicou as razões que levam o Governo a apontar a um buraco orçamental equivalente a um terço do total de despesas e receitas previstas no OGE 2023.

No entanto, ao que o Expansão apurou junto de vários especialistas, a justificação parece ser só uma e está relacionada com um buraco do lado da receita e não da despesa. "Esta não é uma derrapagem pelo lado da despesa. E também não é um défice pelo lado da receita corrente, apesar de uma queda mas receitas fiscais petrolíferas. É uma derrapagem que acontece porque não se conseguem financiar", admitiu um consultor ao Expansão.

Para o economista Wilson Chimoco, além da redução na captação de receitas fiscais, não apenas no sector petrolífero mas também do não petrolífero, e na baixa execução do Plano Anual de Endividamento há um terceiro factor que se prende com uma "deficiente programação dos desembolsos da dívida pública para o I Semestre de 2023". O economista considera que "houve um excesso de confiança quanto à capacidade de arrecadação de receitas fiscais petrolíferas" .já que essas receitas acabaram por não ser concretizadas.

Já o economista Fernandes Wanda também atira culpas para as dificuldades em obter financiamentos. "O OGE indica que o Executivo iria cobrir parte das receitas através da dívida interna e externa. Não tendo ido aos mercados externos devido às taxas de juros, e tendo havido uma queda da produção petrolífera, já que o preço médio do barril de Brent esteve acima da meta inscrita no OGE, temos aí a possível razão do défice", sublinha Fernandes Wanda, que diz que agora é tempo de "apertar o cinto" e ajustar as despesas.

A própria ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, até já tinha admitido que o Estado não iria este ano avançar com a emissão de cerca de 1.000 milhões USD (mais 500 milhões USD que os previstos no Plano Anual de Endividamento 2023) em títulos de dívida em moeda estrangeira, os denominados eurobonds, justificando a decisão com o facto de os juros lá fora estarem muito altos. Basta olhar para as yields, as taxas de juro a que os investidores admitem cobrar para emprestar a Angola, que na segunda-feira variavam entre os 9,938% e os 11,857%, para perceber a decisão de não ida aos mercados lá fora. Isto porque estas yields estão acima das taxas de juro que Angola paga pelas quatro emissões de eurobonds que fez desde 2015, num valor total de 9.750 milhões USD, pelas quais paga juros que variam entre os 8,00% e 9,50% anuais, pagos semestralmente e que representam uma factura bastante pesada para os cofres do Estado. O Governo terá desistido das eurobonds, mas o mesmo parece não acontecer com as linhas de crédito, das quais estão previstos em 2023 o desbloqueio de quase 3,3 biliões Kz. Só que este tipo de financiamento não gera liquidez, já que é dirigido para fins específicos como obras, ou compras aos países que abrem essas linhas. Assim, aquilo que Angola precisa do estrangeiro, que é liquidez, parece estar fora de alcance, pelo menos para já.

Desta forma, se uma ida aos mercados lá fora está fora de hipóteses, resta ao Governo olhar para dentro e portas e procurar resposta nos bancos e investidores nacionais para tentar captar o maior capital possível para financiar o OGE.

De acordo com o Plano Anual e Endividamento, para este ano estão previstos a captação de 6,6 milhões Kz em financiamentos quer internos quer externos. dentro do mercado interno, estão previstos quase 3,1 biliões Kz, entre títulos de maturidades mais curtas e outras mais longas (ver página 4). Ora, nos primeiros 5 meses do ano, no mercado primário da BODIV A foram negociados apenas cerca de 572,2 mil milhões Kz, equivalentes a apenas 18,5% do total previsto para os 12 meses

ano, o que significa que o Governo terá de 'correr' para aumentar a colocação de títulos. Mas ao que o Expansão apurou, as taxas de juro que o Governo pretende pagar pela dívida titulada não são suficientemente apetecíveis para que as instituições bancárias invistam a sério nestes activos. Ainda mais nesta altura, de forte pressão cambial e de nova aceleração da inflação, com o BNA a apontar até ao final do ano a uma janela entre os 12% e os 14%, acima das taxas de juro de algumas das tipologias de títulos de dívida, como os bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro não reajustáveis a três anos cujas últimas taxas negociadas foram de 12,15% e 13,50%, respectivamente. O que configura que as taxas que o Governo pretende pagar pelos títulos de dívida serão negativas pelo que é difícil convencer a banca a investir em dívida titulada. Aliás, já este ano, como o Estado está praticamente sem dinheiro, pois a Conta Única do Tesouro atingiu, em Maio, o segundo valor mais baixo de sempre, com um total de 229.756 milhões Kz que davam apenas para pagar apenas cerca de um mês de salários da função pública (subindo para 332.734 em Junho), era urgente garantir liquidez e, por isso, o MinFin foi obrigado a aumentar essas taxas de juro para valores muito acima do que tem praticado. Numa das emissões feita a 15 de Junho, adquirida pelo BFA, o banco ficou com 20,2 mil milhões Kz em Bilhetes do Tesouro a 364 dias, com uma taxa de juro de 19,25%, acima dos 12,15% tabelados na BODIV A. Aliás, a taxa de juro desta emissão suplementar com maturidade de 364 dias foi superior à taxa definida para dívida titulada a 10 anos, que está fixada em 17,00%. Este é um sinal de que o sector financeiro espera que o Executivo altere a política de contenção e de reperfilamento da dívida interna, que apontava a maiores maturidades e taxas de juro inferiores às que foram contratualizadas no passado, muitas vezes acima dos 20% ao ano.

O ano de 2023 não está a ser fácil para o País, uma vez que o kwanza já deprecou mais de 40%, o que agravou os preços e, por sua vez, penalizou o poder de compra das famílias, e em que algumas delas já sofreram este ano com atrasos salariais já que têm membros que pertencem à função pública. E a 'culpa' é novamente do 'suspeito do costume', o petróleo, já que só nos primeiros cinco meses do ano houve uma quebra de produção que tirou 16,5 milhões de barris às exportações angolanas em comparação com o mesmo período de 2022. Contas feitas, entre Janeiro e Maio entraram 2,2 biliões Kz em receitas fiscais com a exportação de petróleo, menos 37% do que nos primeiros cinco meses do ano passado, equivalentes a menos 1,3 biliões Kz. Ainda assim, os barris de petróleo foram vendidos a um preço médio de cerca de 80 USD, acima dos 75 USD previstos no

OGE 2023. Logo, foi o factor produção a penalizar os cofres públicos. 1.500 milhões USD para repor conta na China

Este afundação no petróleo gerou problemas de tesouraria num ano em que Angola sabia que teria de retomar os pagamentos de dívida ao estrangeiro relativa ao período 2020 a 2022, para as quais obteve moratórias. Por exemplo, para a China, que apenas 'perdoou' nesse período o pagamento de amortizações (ao contrário dos países do G20 que concederam moratórias para os juros e amortizações) num valor a rondar os 6,2 mil milhões USD, o Governo tem agora de pagar esse valor em sete anos. Além disso, o acordo com o gigante asiático previa que o País reponha em 2023 na escrow account que Angola tem na China (uma conta garantia onde é colocado o dinheiro das vendas de petróleo à China com o propósito de lá depositar reservas para pagamentos futuros) 1.500 milhões USD. A tudo isto há que somar os juros e amortizações da dívida que já teria de pagar em condições normais este ano àquele que é o maior credor de Angola, a quem devemos 19,4 mil milhões USD, equivalente a 38% do total da dívida externa que era de 51,0 mil milhões USD no final do I trimestre deste ano.

É por isso que especialistas ouvidos pelo Expansão admitem que o Executivo deveria ter poupado uma boa parte das receitas que obteve com a exportação de petróleo o ano passado já que rondaram os 20 mil milhões USD, mais do dobro do que os 9,7 mil milhões USD obtidos em 2021, beneficiando, assim, da alta dos preços-do 'ouro negro' nos mercados internacionais já que o barril de petróleo chegou a ser vendido uma boa parte do ano a preços acima dos 100 USD. Mas parece que o objectivo era fortalecer "o Kwanza para baixar os preços dos bens de consumo em ano eleitoral e essa receita fiscal foi canalizada em grande parte para entupir o mercado de moeda externa "Agora pagamos a factura", diz um consultor.

E há que ter em conta outro factor, segundo avança um outro consultor de uma consultora internacional. "As contas nacionais no I trimestre apontavam a uma estagnação da economia, pelo que com a forte desvalorização cambial, o aumento dos preços da gasolina, que vão fazer cair o consumo e, por sua vez, a economia, significa que isso também gerará menor receita fiscal no sector não petrolífero", admite o consultor.

4.6 Redução do IVA para metade: entre o optimismo e pessimismo

Novo Jornal

21 De Julho de 2023

Texto: Ilídio Manuel

A redução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) de 14 para 7 por cento nos bens alimentares é um dos «produtos» do vasto pacote de medidas económicas que o Executivo apresentou na semana passada à opinião pública nacional e internacional, com vista a desagregar o custo de vida e aumentar o poder aquisitivo das famílias.

Desde a sua implementação, há 4 anos, o IVA volta a estar no centro das atenções, a gerar acesos debates no espaço público e a dividir as opiniões, depois da brusca e brutal retirada dos subsídios estatais à gasolina, que, como se sabe, fizeram disparar os preços de todos os produtos, sobretudo os da cesta básica.

Teresa Domingas, 37 anos, vende na zunga produtos de higiene pessoal. Ela faz parte do leque dos milhões de angolanos que vivem abaixo da linha da pobreza. Ou, por outras palavras, de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia, de acordo com estudos dos organismos especializados das Nações Unidas.

É viúva, tem sob sua responsabilidade 4 filhos, que dependem unicamente do resultado das suas vendas. Questionada sobre o IVA, diz que não sabe bem o que isso significa. Depois da devida explicação, não se mostra entusiasmada com a mais recente medida do Executivo angolano.

Limita-se a dizer que, se ela não vende, ninguém em sua casa come. "Comemos quando calha. Há dias em que não vendo e não temos nada para comer", diz com a « voz sumida.

O mesmo passa-se com outras zungueiras, que também não acreditam que a redução da taxa do IVA venha a aliviar-lhes as despesas dos alimentos, no curto prazo. Sabem apenas que a gasolina subiu e que isso «mexeu» com todos os preços nos alimentos. Na memória sobra-lhes as recordações dos preços bonificados da Reserva Estratégica Alimentar (REA), uma medida de cariz eleitoralista, segundo alguns críticos à governação do Presidente João Lourenço.

Sobre o assunto, o mestre em Direito Fiscal Tito Cambanje, que recentemente lançou um livro sobre as questões tributárias, considera a redução do IVA uma "boa medida, uma decisão acertada".

"Podíamos aproveitar esse ímpeto e descer a taxa geral do imposto de 14 para 10%, pelo que o Estado perderia receitas numa fase embrionária, contudo, como alargamento da base tributária, mais contribuintes iriam pagar e assim haveria um equilíbrio sustentável na arrecadação de receitas", adiciona o jurista.

Identifica-se como "defensor fervoroso da cidadania fiscal", ou seja, do dever fundamental de pagar os impostos, mas, adverte, "com taxas baixas e alargamento da base".

À pergunta sobre se defendia uma isenção total do IVA sobre os alimentos, o também advogado e professor universitário atira que discorda completamente dessa ideia. "Seria nefasto para a economia e daria lugar a distorções gravíssimas. Se o Estado quiser incentivar a baixa do preço dos bens alimentares, há outras medidas de políticas públicas que pode tomar, dentre as quais posso apontar as seguintes: eliminar as barreiras administrativas para aquisição de terras, continuar a fazer esforços para melhorar o ambiente de negócios, pressionar a banca para os créditos bancários serem com taxas bonificadas e monitorar bem os programas agrícolas".

Questionado sobre se o IRT deveria ser também reduzido, Cambanje advoga que a taxa pode baixar para aliviar o sacrifício das pessoas. "Quem faz a economia são as famílias e as empresas. Neste momento, as pessoas precisam desse apoio do Executivo, pelo que a taxa de IRT podia descer", sem, contudo, precisar em que percentagem.

Questionado, por fim, se acreditava no sucesso das medidas anunciadas pelo Executivo, o entrevistado do NJ espera que elas venham ajudar a inverter a actual situação, embora sejam "meramente emergenciais". O Estado dever "tomar decisões duras, necessárias e consistentes a longo prazo sobre as quais vão assentar o nosso crescimento e desenvolvimento económico sustentável com reformas estruturais alicerçadas em pilares realistas e adequadas à nossa realidade. Por exemplo, devemos apoiar mais as pequenas e médias empresas", reforça o académico.

Abordado sobre o mesmo tema, o economista e docente universitário Júlio Tchimbilundo de Paiva considera que a medida peca por tardia, pois, segundo ele, deveria ter entrado em vigor em 2022,

quando, em Novembro de 2021, o Conselho de Ministros, num comunicado, previu a redução do NA de 14% para metade para uma lista '28 produtos da cesta básica, bem como os insumos, alfaías agrícolas e materiais para pequenas embarcações.

Lembra que a medida não foi aplicada e que "visava diminuir o custo de vida das famílias, facilitar a produção e estimular a produtividade interna, com vista a mitigar a fuga de capitais causada pelas importações".

Júlio Tchimbilundo de Paiva, que é também consultor, questiona as razões que levaram à não-aplicação da medida que, segundo ele, "ficou adormecida durante muito tempo até ser resgatada na semana passada,

Na sua opinião, a redução do IVA no curto prazo não melhora a qualidade da despesa macro-económica, visto que "as famílias e empresas estão sujeitas à restrição orçamental, embora possa garantir a paridade de compra".

Defende que, a par da 'redução do NA, era necessário que o Estado aplicasse medidas de austeridade, tendo enumerado as seguintes: redução da despesa pública, por via do emagrecimento do Executivo, administrações municipais, embaixadas e consulados no estrangeiro; eliminação dos administradores não executivos nas empresas públicas, restrições às viagens ao exterior do país, rever as altas regalias dos membros do Executivo e Parlamento e, por último, optar por políticas de circulação da massa monetária restritiva do Kwanza, com vista ao novo equilíbrio cambial de juros e preços no sector de bens e serviços.

4.7 Ninguém devolveu património de forma voluntária

Jornal Expansão
21 De Julho de 2023

Apesar de o Estado ter oferecido a possibilidade de repatriar os bens e os activos parquados nos estrangeiro, sem consequências criminais, ninguém trouxe para Angola o seu património durante o período de 180 dias (a contar da data de publicação) previstos na Lei do Repatriamento de Recursos Financeiros, de 26 de Junho de 2018, apurou o Expansão junto de fonte do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

A referida legislação era, no fundo, uma amnistia quase total para quem tivesse praticado actos ilícitos relacionados com património que não estivesse em

território angolano. "Só quando as pessoas viram as primeiras detenções de figuras conhecidas é que se aproximaram do sistema de justiça para iniciar negociações", refere a mesma fonte.

A lei aplicava-se às pessoas singulares, com cidadania angolana e residência em Angola, e às pessoas colectivas com domicílio, sede, direcção efectiva ou estabelecimento em Angola, que sejam titulares desses elementos patrimoniais e correspondentes rendimentos detidos no estrangeiro.

Estavam previstas duas opções, a voluntária (efectuada no referido prazo de 180 dias) ou coerciva, com incidência sobre recursos financeiros provenientes de operações ilícitas.

Quando o repatriamento era voluntário, essa mesma via teria como consequência a "extinção de quaisquer obrigações fiscais e cambiais exigíveis em relação àqueles recursos financeiros", bem como a "exclusão de toda e qualquer responsabilidade por eventuais infracções fiscais, cambiais e criminais desde que conexas com os referidos recursos". Na prática, os efeitos desta abertura foram nulos.

Em Abril 2022, o Procurador-Geral da República, Hélder Pitta Grós, disse publicamente que o Estado tinha recuperado activos financeiros e não financeiros estimados em mais de 5 mil milhões USD, em território nacional e no estrangeiro, com destaque para países como Portugal, Holanda, Mónaco, Luxemburgo e Reino Unido.

O magistrado do Ministério Público divulgou também que foram apreendidos outros 12 mil milhões USD noutros processos e foram arrestados bens imóveis constituídos com fundos públicos. Antes, em Dezembro de 2021, Eduarda Rodrigues, responsável pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA) da PGR, tinha anunciado a apreensão de 13 mil milhões USD: quase 7 mil milhões USD em Angola e cerca de 6 mil milhões USD fora do País, maioritariamente contas bancárias.

Na altura, a magistrada alertava para a possibilidade de o País "arriscar perder património" devido às dificuldades associadas aos bens colocados no estrangeiro e às diferentes jurisdições envolvidas nestes processos.

M.G.

4.8 Estado recupera hotéis e fábricas avaliadas em quase 3.000 milhões USD

Jornal Expansão
21 De Julho de 2023
Texto: Miguel Gomes

Depois de muitas críticas e dúvidas sobre o processo de recuperação de bens financiados com recursos públicos, mas em posse de agentes privados, a Procuradoria-Geral da República (PGR) divulgou, no início da semana, uma lista oficial de bem; em posse do Estado, devolvidos após negociação, confiscados ou arrestados na sequência, de processos judiciais ou de investigações relacionadas com o combate à corrupção. Entre as mais-de 200 referências, os hotéis e as fábricas totalizam cerca de 3.000 milhões USD.

Só em hotéis recuperados a favor do Estado constam 84 unidades, avaliadas em 1.506 milhões USD, na larga maioria dos casos relacionadas com o processo da seguradora AAA, entretanto falida e extinta, e do seu antigo gestor e accionista Carlos São Vicente, condenado em primeira instância por peculato, fraude fiscal e branqueamento de capitais. A lista inclui 17 unidades da rede IKA, espalhadas pelo mesmo número de províncias e mais 61 imóveis da rede IU, também espalhados por quase todas as regiões do País.

A lista dos hotéis agora em posse do Estado contabiliza mais cinco unidades, entre elas o Hotel Thyke (localizado no espaço onde funcionava o antigo Teatro Avenida, nos Coqueiros), em Luanda, que também foi arrestado no processo que envolve o economista Carros São Vicente. Só na Suíça (900 milhões USD) e em Singapura (550 milhões USD), o antigo gestor - que tinha fortes ligações a Manuel Vicente - acumulou 1.450 milhões USD depositados em contas bancárias. Entretanto estes valores ainda não estão na posse do Estado pelo que não fazem parte desta lista.

Em relação às fábricas devolvidas ao Estado, que totalizam 1.372 milhões USD, o maior destaque vai para a Nova Cimangola, arrestada em 2019 num

processo que visava as participações de Sindika Dokolo (já falecido) e de Isabel dos Santos. A cimenteira, avaliada em 344 milhões USD, está sob gestão do Ministério do Comércio e Indústria.

As restantes sete unidades sob controlo estatal incluem também três conhecidas unidades têxteis (SATEC, no Dondo, Textang 11, em Luanda e a fábrica têxtil de Benguela), todas privatizadas no formato de cessão de exploração, com opção de compra no final dos contratos. Cada uma destas fábricas, recuperadas no pós-guerra com recurso a um financiamento bilateral do Japão, está avaliada em 273 milhões USD.

Para além das fábricas e hotéis, a lista de bens recuperados inclui participações sociais em, empresas, edifícios, apartamentos, vivendas e outros activos como lojas e imóveis em Angola e no estrangeiro.

Apesar de não terem sido divulgados mais pormenores, é possível concluir que a lista de activos diz respeito a processos mediáticos, como são os casos dos já referidos Carlos São Vicente, Sindika Dokolo e Isabel dos Santos, mas também dos processos negociais que envolvem o património de Leopoldino do Nascimento, Hélder Vieira Dias "Kopelipa", Pitra Neto, Augusto Tomás, entre outros. 19 mil milhões ou 8 mil milhões USD?

Se a publicação da lista de activos recuperados é uma novidade, o seu valor estimado continua envolver em polémica. APGI fala em 19 mil milhões USD, ma a descrição disponível publica mente totaliza apenas' cerca d 8 mil milhões USD. Se os hotéis fábricas correspondem a 3.001 milhões USD, só os activos e o dinheiro devolvido ao Fundo Soberano de Angola (FSDEA) totalizam 2.350 milhões USD.

A diferença, segundo fonte de Instituto de Gestão de Activos Participações do Estado (IGA PE), pode estar relacionada com o próprio andamento dos processos judiciais, sendo que os 8 mi milhões USD referem-se a bens sob efectiva gestão do Estado, estando os restantes 11 mil milhões USD identificados, envolvido em processos judiciais ou em negociações que aguardam por no vos desenvolvimentos.

A referida fonte diz mesmo que a maioria dos imóveis arres todos ou confiscados ainda não podem ser vendidos. "Apenas o que eram das AAA, que foram entregues voluntariamente, estão em condições de serem comercializados. Os restantes estão sol gestão do Estado mas não podem ser alienados", sublinhou, sendo que uma decisão final só pode se tomada após conclusão dos processos judiciais, algo que pode s arrastar pelos próximos anos.

Neste sentido, os processos relacionados com o património do Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) - como são os casos do edifício Sapiens ou do prédio da clínica Luanda Medical Center, agora em posse do Estado, sob gestão do próprio INSS - estão relativamente avançados, apurou o Expansão.

Outra questão importante está directamente relacionada com o dinheiro apreendido no estrangeiro. De acordo com a fonte do IGAPE, este dinheiro deve continuar fora do País, de acordo com as conversas realizadas com os países onde está depositado. A retirada de montantes elevados é sempre objecto de preocupação nos países de destino, até por conta de eventuais preocupações com a estabilidade do sistema financeiro e dos bancos onde os valores estão depositados.

"Neste momento, Angola está a abrir cantas bancárias em nome do Estado para deixar lá o dinheiro. Também os imóveis no estrangeiro vão ser registados em nome do Estado angolano", garante a fonte do IGAPE. O enquadramento legal destes processos é garantido pela Lei sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, que foi publicada em Diário da República em Dezembro de 2018.

A divulgação da informação sobre os bens recuperados foi também objecto de movimentações políticas, com a UNITA e as organizações da sociedade civil a assumirem a liderança das críticas públicas sobre a falta de transparência associada ao combate à corrupção.

4.9 Lista de Activos recuperados pela PGR deve ser aplaudida

Jornal Economia e Finanças

28 De Julho de 2023

Texto: Vânia Inácio

O economista e docente universitário Wilson Chimoco, disse que a iniciativa da Procuradoria Geral da Republica (PGR) em publicar a lista dos activos a fé aqui recuperados é muito positiva, e deve ser aplaudida e incentivada para uma realidade como a angolana onde há opacidade e falta de informação em tudo.

O docente reagia à publicação da lista do Serviço Nacional de Recuperação de Activos (Senra), que inclui 219 bens e activos recuperados, apreendidos ou arrestados, parte dos quais relacionados com processos ainda em-curso, num total de 19 mil milhões de dólares. Destes, 7 mil milhões de dólares correspondem a bens recuperados e cerca de 12 mil milhões de dólares foram apreendidos ou arrestados

"Penso que se continuar a investir mais na transparência na gestão do processo, haverá maior mobilização das pessoas neste processo e redução considerável nas suspeições que existem sobre a sua eficácia", disse Wilson Chimoco,

No que se refere aos destinos dos bens e dos valores recuperados, o acadêmico defende que "o melhor destino que se pode dar a esses activos é devolvê-los à economia".

"Colocá-los nas mãos de operadores económicos com capacidade de os gerir para que os mesmos sejam úteis e produzam resultados para economia, ao mesmo tempo que não continuem a ser um peso, para a sua manutenção, às contas públicas", sustentou

Sobre a aplicação dos valores recuperados para o Programa de Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), Wilson Chimoco disse que não lhe é possível avaliar o impacto do capital aplicado.

"Infelizmente não consigo fazer uma avaliação imparcial quanto à aplicação de fundos ao PIIM. Como sabe não existem dados públicos sobre a execução financeira do programa que me permitem dizer que houve uma correcta aplicação dos mesmos", concluiu o académico.

Lista de activos

A lista apresentada pelo Senra conta 219 bens e activos recuperados, 167 arrestados e 521 apreendidos, incluindo mais de 500 milhões de euros em dinheiro em Portugal, país onde Angola deverá passar a gerir vários imóveis em Lisboa, Porto e Santarém, um apartamento em Rio de Mouro, nos arredores da capital, e vivendas no Algarve, entre outros, caso ganhe os processos que correm em tribunal.

Entre estes activos recuperados constam fábricas, fazendas, minas, lojas e estabelecimentos comerciais, edifícios, urbanizações e condomínios, dezenas de hotéis, dois terminais portuários, bem como dinheiro e participações sociais.

A lista revela o tipo de bens, o seu valor, a sua actual situação e o ano em que foram recuperados, mas não menciona quem eram os seus anteriores detentores ou beneficiários.

A lista inclui maioritariamente activos recuperados no país, mas há também duas moradias no Algarve, no valor de 4,2 milhões de dólares (3,7 milhões de euros), entregues ao Ministério das Finanças em 2019, um apartamento em Lisboa, avaliado em 450 mil dólares também entregue ao Estado no mesmo

ano, e mais um apartamento em Telheiras, também entregue ao Minfin, com o valor de 320 mil dólares.

Há também apartamentos em São Paulo e no Rio de Janeiro, avaliados num total de 750 mil dólares (668 mil euros), com a indicação de que "aguardam formalização da entrega", desde 2019.

Bens apreendidos

A directora do Serviço Nacional de Recuperação de Activos (Senra), Eduarda Rodrigues, disse que foram identificados, nos dois últimos anos, mais 24 mil milhões de dólares nos processos em investigação sobre recuperação de bens, soma que agora ascende 70 mil milhões de dólares.

Segundo dados da PGR, a recuperação efectiva dos referidos activos deve acontecer na sequência da instauração da acção declarativa, com o objectivo de o Tribunal reconhecer que os bens apreendidos são propriedade do Estado angolano, devendo, no desfecho do processo, o Tribunal homologar o acordo.

Assim, dentre os bens apreendidos estão 30 relógios no valor de 2,6 mil milhões de dólares que estão desde 2021 "à guarda do fiel depositário", o Banco Nacional de Angola, ou o condomínio Tambarino, em Benguela, no valor de 138 milhões de dólares, cujo fiel depositário é o Banco de Poupança e Crédito.

Está também um Lamborghini, apreendido em 2021 que, à semelhança de outras dezenas de veículos de marcas de luxo, iates, camiões, motas de água, atrelados e jipes, aguarda ainda avaliação.

Além dos veículos, Angola arrestou também, no âmbito do combate à corrupção, camiões, escolas, vivendas no Algarve, apartamentos de luxo em Lisboa, Cascais e Santarém

Bens arrestados

Entre os bens arrestados pelas autoridades angolanas estão, de acordo com a lista disponível no site da PGR, várias aeronaves, um hotel na China, avaliado em 25 milhões de dólares, dois edifícios no valor de 130 milhões de dólares em Singapura, para além do activo mais valioso de toda a lista, o edifício de quatro andares em Wall Street, nº 23, avaliado em 450 milhões de dólares, arrestado no ano passado, e cujo fiel depositário é a China Sonangol International.

Além de muitos milhões de dólares, libras, euros e kwanzas, dos quais mais de 500 milhões de euros foram arrestados em Portugal, em apreensões que vão desde os 484 euros até montantes muito

significativos, com valores únicos de 51,9 milhões de euros, 71,9 milhões ou de 102,6 milhões de euros, a apreensão única mais valiosa em Portugal na lista dos activos arrestados, disponível no site da PGR.

Estes bens e activos, que não estão ainda a ser geridos pelo Executivo, aguardando uma decisão judicial definitiva, constam da lista actualizada disponível no site da Procuradoria-Geral da República (PGR), separados por bens recuperados, apreendidos e arrestados.

Os 19 activos imobiliários confiscados, segundo dados actualizados pelo SENRA, não têm ainda um fiel depositário, em virtude da actual condição em que se encontram os imóveis, em processo de conversão para a esfera do Estado.

Um dos edifícios localizados em Lisboa, estimado em mais de dois milhões de dólares, encabeça a lista dos imóveis arrestados pela PG R em território português, sendo que existem outros confiscados na mesma cidade e avaliados, em dólares, em 800; 170; 45 e 43 mil, respectivamente.

Ainda na capital portuguesa, estão apreendidos três apartamentos, nos valores de 533.500.00, 756.600.00 e 732.350.00 dólares.

4.10 Conta Geral do Estado 2021 aprovada na globalidade

Jornal de angola

28 De Julho de 2023

Texto: Mazarino da Cunha

A Conta Geral do Estado (CGE), referente ao Exercício Económico 2021, foi, quinta-feira, aprovada na globalidade por 100 votos a favor (MPLA), 61 contra (UNITA) e quatro abstenções do PHA, PRS e FNLA.

O diploma, aprovado pelo Grupo Parlamentar do MPLA, mas criticado pela oposição, foi considerado "positivo", com um saldo de 4,28 biliões de kwanzas, de acordo com a ministra das Finanças.

Vera Daves, ao intervir na abertura da 9ª Reunião Plenária Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da V Legislatura, na Assembleia Nacional, onde se discutiu o Projecto de Resolução sobre a Apreciação da Conta Geral do Estado, disse que o ano económico de 2021 foi positivo, porque teve uma dívida interna situada em 4,51 biliões de kwanzas, sendo 3,31 biliões correspondentes a pagamento principal e 1,20 biliões de liquidação de juros e comissões.

O balanço financeiro da Conta Geral do Estado, sublinhou a ministra Vera Daves, teve um fecho de superávit nominal de 793,99 mil milhões de kwanzas. Quanto à dívida externa, a ministra referiu que se cifrou em torno de 3,09 biliões de kwanzas, dos quais 1,85 biliões serviram para pagamento de amortizações e 1,24 biliões de juros e comissões.

No último mês de 2021, apontou Vera Daves, o stock da dívida governamental estava avaliado em 36,75 biliões de kwanzas, o equivalente a 66,2 mil milhões de dólares. O stock, continuou, estava distribuído 71 por cento da dívida externa (25,97 biliões de kwanzas) e 29 por cento da dívida interna, equivalente a 10,78 biliões.

A dívida de empresas públicas, nomeadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em 2,4 biliões de kwanzas (equivalente a 4,3 mil milhões de dólares).

No geral, frisou a ministra das Finanças, a perspectiva do exercício económico 2021 teve um stock da dívida pública de 39,16 biliões de kwanzas (equivalente a 70 mil milhões de dólares).

Despesas

Vera Daves referiu que as receitas e despesas estimaram-se no valor de 14,75 biliões de kwanzas, proporcionando uma arrecadação avaliada em 15,22 biliões e a execução de despesas em 14,42 biliões de kwanzas.

Em 2021, frisou a ministra das Finanças, foram executadas despesas que permitiram mitigar e combater os efeitos nefastos da Covid-19 na ordem de 142 mil milhões de kwanzas, dos quais 132,11 mil milhões foram destinados a despesas gerais da pandemia e 9,16 mil milhões para a construção de hospitais de campanha. No âmbito do Plano de Vacinação contra o vírus da Covid-19, disse a governante, foram desembolsados cerca de 104,57 mil milhões, destinados à aquisição de 22.946.400 doses de vacinas da Sputnik, Sinopharma e Janssen.

Relativamente ao Programa de Privatizações, a titular da pasta das Finanças realçou que foram privatizadas 33 empresas, que resultou num valor contratual de 442,40 mil milhões de kwanzas, tendo constituído entradas de recursos na Conta Única do Tesouro (CUT) no total de 425,84 mil milhões.

Por seu turno, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, ressaltou que o contexto macroeconómico de 2021, a nível mundial, foi marcado pela recessão, devido à pandemia da Covid-19.

José de Lima Massano admitiu que a pandemia obrigou os Governos a executarem na "incerteza", o que dificultou a caracterização de um cenário macroeconómico provável, tendo existido riscos elevados de desvios nas variáveis económicas do país.

Segundo José de Lima Massano, o OGE-2021 foi definido numa abordagem "conservadora", tendo em conta os pressupostos para a revisão intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

O Executivo, frisou o ministro de Estado para a Coordenação Económica, orientou, por isso, a política económica de 2021 para o aprofundamento da consolidação fiscal, solidificação da estabilidade macroeconómica e reanimação do sector produtivo.

A Conta Geral do Estado de 2021, acrescentou o governante, destacou-se no aumento da base tributária, no reforço dos instrumentos de gestão e na descentralização das finanças públicas.

Apesar do aumento generalizado de preços e do contínuo abrandamento do ritmo de crescimento das economias internacionais, ressaltou o ministro de Estado, em 2021 a economia nacional registou a recuperação do crescimento não petrolífero, com um aumento de 6,4 por cento, comparado com o previsto no OGE de dois por cento.

A taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 0,7 por cento, registando um saldo positivo ao fim de um período de cinco anos consecutivos de recessão económica.

De acordo com o ministro de Estado para a Coordenação Económica, o Orçamento Geral do Estado de 2021 espelha a importância e alcance das medidas implementadas pelo Executivo, com o propósito da protecção social, de equilíbrio das contas públicas e de maior resiliência da economia.

O Orçamento Geral do Estado de 2021, aprovado pela Lei n.º 42/20, de 31 de Dezembro, estimou receitas e fixou despesas no montante de 14.785.200.965.825,00 (catorze biliões, setecentos e oitenta e cinco mil milhões, duzentos milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco kwanzas).

4.11 40 Por cento dos activos recuperados pertenciam ao Fundo Soberano

Jornal Economia e Finanças
28 De Julho de 2023

Cerca de 40 por cento dos activos recuperados (3.35 mil milhões de dólares) pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos são provenientes do Fundo Soberano.

Segundo os dados divulgados pela Procuradoria Geral da Republica, dos restantes activos, cerca de 81 hotéis IKA e IU representam a maioria dos activos recuperados.

Consta ainda da lista de activos recuperados no país, as fábricas de têxteis avaliadas em mais de 500 milhões de dólares e uma fábrica de cerveja avaliada em 116 milhões de dólares.

Mais de três mil imóveis na Centralidade do Kilamba, avaliados em 170 milhões de dólares, são outros activos apreendidos, propriedade do China Investment Fund (CIF), cujos beneficiários últimos serão alguns chineses.

Da lista dos bens arrestados no país, aparece também a entrega das Torres CIF 1 e 2, no valor aproximado de 200 milhões de dólares e a gráfica Damer, avaliada em 120 milhões de dólares.

Ainda de referir o edifício do Instituto Sapiens de Luanda, no valor de 22 milhões de dólares e o Edifício Luanda Medical Center (44 milhões), bem como a TV Zimbo, avaliada em 99 milhões de dólares, e um depósito de 313 milhões de dólares.

Em relação aos destinos dos valores recuperados algumas especialistas dizem que os 313 milhões de dólares em dinheiro poderia ser utilizado directamente para iniciar um programa activo de combate ao desemprego.

Em relação aos outros activos, deveria ser criada uma sociedade de gestão que concentrasse esses activos.

A cargo dessa sociedade ficaria a gestão destas empresas, que seria acompanhada de perto por um organismo independente. O esquema previa a criação de uma comissão independente composta por membros das auditoras reconhecidas - KPMG e a Deloitte e da sociedade civil, com o objectivo de proceder à proposta de nomeação dos gestores da sociedade de gestão dos activos recuperados, bem como de controlar a sua gestão.

4.12 Conta Geral do Estado 2021 aprovada na globalidade

Jornal de Angola

28 De Julho de 2023

Texto: Mazarino da Cunha

A Conta Geral do Estado (CGE), referente ao Exercício Económico 2021, foi, quinta-feira, aprovada na globalidade por 100 votos a favor (MPLA), 61 contra (UNITA) e quatro abstenções do PHA, PRS e FNLA.

O diploma, aprovado pelo Grupo Parlamentar do MPLA, mas criticado pela oposição, foi considerado "positivo", com um saldo de 4,28 biliões de kwanzas, de acordo com a ministra das Finanças.

Vera Daves, ao intervir na abertura da 9ª Reunião Plenária Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da V Legislatura, na Assembleia Nacional, onde se discutiu o Projecto de Resolução sobre a Apreciação da Conta Geral do Estado, disse que o ano económico de 2021 foi positivo, porque teve uma dívida interna situada em 4,51 biliões de kwanzas, sendo 3,31 biliões correspondentes a pagamento principal e 1,20 biliões de liquidação de juros e comissões.

O balanço financeiro da Conta Geral do Estado, sublinhou a ministra Vera Daves, teve um fecho de superávit nominal de 793,99 mil milhões de kwanzas. Quanto à dívida externa, a ministra referiu que se cifrou em torno de 3,09 biliões de kwanzas, dos quais 1,85 biliões serviram para pagamento de amortizações e 1,24 biliões de juros e comissões.

No último mês de 2021, apontou Vera Daves, o stock da dívida governamental estava avaliado em 36,75 biliões de kwanzas, o equivalente a 66,2 mil milhões de dólares. O stock, continuou, estava distribuído 71 por cento da dívida externa (25,97 biliões de kwanzas) e 29 por cento da dívida interna, equivalente a 10,78 biliões.

A dívida de empresas públicas, nomeadamente Sonangol e TAAG, cifrou-se em 2,4 biliões de kwanzas (equivalente a 4,3 mil milhões de dólares). No geral, frisou a ministra das Finanças, a perspectiva do exercício económico 2021 teve um stock da dívida pública de 39,16 biliões de kwanzas (equivalente a 70 mil milhões de dólares).

Despesas

Vera Daves referiu que as receitas e despesas estimaram-se no valor de 14,75 biliões de kwanzas, proporcionando uma arrecadação avaliada em 15,22 biliões e a execução de despesas em 14,42 biliões de kwanzas.

Em 2021, frisou a ministra das Finanças, foram executadas despesas que permitiram mitigar e combater os efeitos nefastos da Covid-19 na ordem de 142 mil milhões de kwanzas, dos quais 132,11 mil milhões foram destinados a despesas gerais da pandemia e 9,16 mil milhões para a construção de hospitais de campanha. No âmbito do Plano de Vacinação contra o vírus da Covid-19, disse a governante, foram desembolsados cerca de 104,57 mil milhões, destinados à aquisição de 22.946.400 doses de vacinas da Sputnik, Sinopharma e Janssen.

Relativamente ao Programa de Privatizações, a titular da pasta das Finanças realçou que foram privatizadas 33 empresas, que resultou num valor contratual de 442,40 mil milhões de kwanzas, tendo constituído entradas de recursos na Conta Única do Tesouro (CUT) no total de 425,84 mil milhões.

Por seu turno, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, ressaltou que o contexto macroeconómico de 2021, a nível mundial, foi marcado pela recessão, devido à pandemia da Covid-19.

José de Lima Massano admitiu que a pandemia obrigou os Governos a executarem na "incerteza", o que dificultou a caracterização de um cenário macroeconómico provável, tendo existido riscos elevados de desvios nas variáveis económicas do país.

Segundo José de Lima Massano, o OGE-2021 foi definido numa abordagem "conservadora", tendo em conta os pressupostos para a revisão intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

O Executivo, frisou o ministro de Estado para a Coordenação Económica, orientou, por isso, a política económica de 2021 para o aprofundamento da consolidação fiscal, solidificação da estabilidade macroeconómica e reanimação do sector produtivo.

A Conta Geral do Estado de 2021, acrescentou o governante, destacou-se no aumento da base tributária, no reforço dos instrumentos de gestão e na descentralização das finanças públicas.

Apesar do aumento generalizado de preços e do contínuo abrandamento do ritmo de crescimento das economias internacionais, ressaltou o ministro de Estado, em 2021 a economia nacional registou a recuperação do crescimento não petrolífero, com um aumento de 6,4 por cento, comparado com o previsto no OGE de dois por cento.

A taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 0,7 por cento, registando um saldo positivo ao fim de um período de cinco anos consecutivos de recessão económica.

De acordo com o ministro de Estado para a Coordenação Económica, o Orçamento Geral do Estado de 2021 espelha a importância e alcance das medidas implementadas pelo Executivo, com o propósito da protecção social, de equilíbrio das contas públicas e de maior resiliência da economia.

O Orçamento Geral do Estado de 2021, aprovado pela Lei n.º 42/20, de 31 de Dezembro, estimou receitas e fixou despesas no montante de 14.785.200.965.825,00 (catorze biliões, setecentos e oitenta e cinco mil milhões, duzentos milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco kwanzas).

4.13 Conta Geral do Estado apresentou saldo positivo de 4,28 biliões de kwanzas

Jornal Economia e Finanças
28 De Julho de 2023

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, informou, ontem, em Luanda, que a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2021 fechou com um saldo positivo de 4,28 biliões de kwanzas.

Ao intervir na Assembleia Nacional (AN), durante a apreciação do balanço financeiro da Conta Geral do Estado, sublinhou que, relativamente ao balanço orçamental, o fecho foi de um superávit nominal de 793,99 mil milhões de kwanzas.

O documento, apresentado pela ministra à Assembleia Nacional, indica que em 2021 o serviço da dívida interna situou-se em 4,51 biliões de kwanzas, dos quais cerca de 3,31 biliões correspondem a pagamento de principal e 1,20 bilião de pagamento de juros e comissões.

Por outro lado, o serviço da dívida externa cifrou-se em torno dos 3,09 biliões de kwanzas, dos quais cerca de 1,85 bilião serviram para pagamento de amortizações e 1,24 bilião de juros e comissões.

Em Dezembro de 2021, o stock da Dívida Governamental situou-se em 36,75 biliões de kwanzas, equivalente a 66,2 mil milhões de dólares e estava composta por 71 por cento de dívida externa, no valor de 25,97 biliões kwanzas, equivalente a 46,79 mil milhões de dólares, e 29 por cento de dívida interna no valor de 10,78 biliões de kwanzas, equivalente a 19,43 mil milhões de dólares.

O stock da dívida das Empresas Públicas, designadamente Sonangol E.P. e a Taag, E.P., cifrou-se em 2,4 biliões de kwanzas, equivalente a 4,3 mil milhões de dólares.

Nesta perspetiva, no exercício de 2021, o stock da Dívida Pública, que engloba a Dívida Governamental e das Empresas Públicas, atingiu os 39,16 biliões de kwanzas, o equivalente a 70 mil milhões de dólares.

O Orçamento Geral do Estado de 2021, estimou receitas e despesas no valor de 14,75 biliões de kwanzas, e evidenciou uma arrecadação de receitas no valor de 15,22 biliões e execução de despesas no valor de 14,42 biliões, resultando num superávit nominal no valor de 793,99 mil milhões.

Por outro lado, importa referir que, no período em apreço, o Saldo Fiscal foi igualmente superavitário na ordem de 1 bilião de kwanzas, e o Saldo Corrente cifrou-se em 3,49 biliões, demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para cobrir as despesas correntes.

O parlamento angolano aprovou a Conta Geral do Estado (CGE) 2021, recomendando ao Governo que melhore os mecanismos de responsabilização dos gestores públicos pelo incumprimento e atraso na prestação de contas, sobretudo das missões diplomáticas e governos provinciais.

4.14 PGR já recuperou mais de mil USD 19 mil milhões desviados

Jornal Economia e Finanças
28 De Julho de 2023

Mais de 19 mil milhões de dólares é o montante em valores e bens já recuperados pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA) da Procuradoria Geral da República (PGR), em Angola e no exterior, no âmbito do combate à corrupção e branqueamento de capitais, revelou, ontem, em

Luanda, a directora da instituição, Eduarda Rodrigues.

De acordo com a responsável pelo Departamento da PGR encarregue de identificar, localizar, apreender e recuperados valores financeiros e bens resultantes da prática de crimes ou proventos do crime, deste montante avançado, sete mil milhões de dólares foram recuperados no interior do país, enquanto 12 mil milhões, no exterior.

Instada a actualizar os dados sobre o sector, à margem da sessão de abertura do workshop sobre "Recuperação de Activos para os Procuradores de todas as províncias de Angola", que decorreu em Luanda, numa organização conjunta com as Nações Unidas sobre Drogas e Crime (ONUDD), Eduarda Rodrigues assegurou que houve um crescimento nas estatísticas, fruto das novas recuperações efectuadas.

"Até ao momento, o SENRA já recuperou, em Angola, mais de sete mil milhões de dólares. Portanto, já melhoramos os números, porque recentemente tivemos outras recuperações", adiantou-se a esclarecer a directora do Serviço Nacional de Recuperação de Activos da PGR.

"Em quatro anos, procedemos à apreensão de mais de 12 mil milhões de dólares em diversos processos, no estrangeiro. E, isto só foi possível com base na colaboração internacional", acrescentou, a também procuradora-geral adjunta da República.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Secretário de Estado defende reforço da desconcentração administrativa

Jornal de Angola

8 De Julho de 2023

Texto: Isidoro Samutula

O secretário de Estado do Ministério da Administração do Território para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, defendeu, sexta-feira, no Dundo, capital da Lunda-Norte, o reforço das acções de desconcentração administrativa, com vista a aproximação dos serviços às populações.

Falando na cerimónia de apresentação da 4ª Edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola na região Leste do país, disse que o caminho da desconcentração administrativa e financeira pode e deve ser trilhado, aumentando o espaço de intervenção dos municípios para que sejam melhores e mais desenvolvidos.

Na presença de 23 administradores municipais da região Leste, entre os quais 10 da Lunda-Norte, nove do Moxico e quatro da Lunda-Sul, reiterou que a Feira é uma janela de oportunidades para o desenvolvimento local, por ser um momento de diálogo e partilha que disponibiliza espaços para cada município apresentar e expor o trabalho, mostrando as potencialidades voltadas ao crescimento sócio-económico.

A divulgação dos hábitos e costumes dos municípios e cidades de Angola consta, também, dos principais objectivos do evento, afirmou o secretário de Estado Márcio Daniel.

Sublinhou que a Feira contribui na partilha e criação de parcerias entre os 164 municípios de Angola, captando as boas práticas de governação local, de modo a aperfeiçoar os processos, metodologias de trabalho e promover o estabelecimento de intercâmbio entre as circunscrições, investidores privados, instituições públicas interessadas em ter serviços cada vez mais municipalizados.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais convidou os cidadãos, empresários nacionais e estrangeiros a participarem da próxima edição da

Feira dos Municípios e Cidades de Angola. "Venham conhecer Angola, nossa terra, nossa Nação. Venham conhecer as novas dinâmicas da governação local", apelou.

Frisou que o reforço das competências dos municípios é uma realidade e um processo irreversível, por ser a via através da qual se promove a solidariedade financeira, orçamental e institucional, conferindo mais capacidade de realização aos que estão mais próximos dos cidadãos, colocando-os no centro do desenvolvimento nacional. Márcio Daniel apontou o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, o de Fortalecimento da Protecção Social "Kwenda" e o Orçamento Participativo como alguns exemplos que contrariam qualquer cepticismo relacionado ao processo de governação.

Destacou que uma das principais pretensões do Executivo, com a Feira, tem a ver com a necessidade da criação de um espaço para a apresentação e exposição das potencialidades dos municípios, atrair o investimento privado sustentável, visando a promoção do desenvolvimento local, ao dar a conhecer o mosaico cultural de cada região.

Consta ainda dos objectivos a criação de uma plataforma permanente de diálogo, debate entre os órgãos centrais e locais do Estado com a sociedade, partilha de boas práticas, estratégias nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento local, garantindo a excelência na governação por via de parcerias.

Riqueza cultural

O vice-governador para o Sector Político, Social e Económico da Lunda-Norte, Frederico Barroso, disse que as províncias do Leste do país, nomeadamente, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico são detentoras de uma vasta riqueza natural, cultural e artística, com destaque para as potencialidades hidrográficas, ecológicas, turísticas, climáticas, incluindo a diversidade etnolinguística.

Reforçou que as localidades da região estão a trabalhar afincadamente para estarem presentes na 4ª Edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola, através da exposição de todas as potencialidades.

Na ocasião, os administradores municipais afirmaram que estão a criar as condições necessárias para o êxito na participação da Feira de Municípios e Cidades de Angola, que acontece de 10 a 13 de Agosto, na cidade de Lubango, província da Huíla.

A administradora do Cambulo, na Lunda-Norte, Bernardete Muacariata, disse que vai aproveitar a Feira para expor as potencialidades do município, com realce para os produtos agrícolas e o artesanato local.

Por sua vez, o administrador municipal de Saurimo, província da Lunda-Sul, Adérito Cahanga, referiu que está a preparar uma exposição para arrebatar o prémio no evento, sobretudo, os produtos agrícolas, gastronomia, danças e músicas que representam a cultura Lunda Cokwe.

Já o administrador municipal de Cameia, província do Moxico, António Willis, realçou que a área é potencialmente agro-pecuária e que vai estar bem representada pelos nove expositores preparados para a Feira.

5.2 “Orçamento Cidadão 2023” reforça transparência

Jornal de Angola

Texto: Regina Handa

13 De Julho de 2023

O Ministério das Finanças e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) concretizaram, ontem, em Luanda, mais um dos grandes desafios da governação no que diz respeito à melhoria da transparência da gestão do erário, com a apresentação pública do “Orçamento Cidadão 2023”.

Segundo a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Juciene Cristiano, a parceria do Governo angolano com o UNICEF tem sido bastante frutífera. A mesma permitiu transpor-se para a realidade angolana as melhores práticas internacionais de divulgação do Orçamento Geral do Estado de uma forma acessível a todos os cidadãos.

"Acreditamos que o Orçamento Cidadão 2023, que (hoje) está a ser apresentado, irá facilitar uma compreensão mais nítida e mais ampla sobre a forma como o Estado obtém e aplica os recursos", disse.

Juciene Cristiano lembrou também de que o projecto não é novo, pois há já vários anos que é feito e publicada esta versão simplificada do Orçamento Geral do Estado.

"Queremos que tenha mais visibilidade e como forma de reforçar a literacia financeira de todas as angolanas e angolanos", afirmou.

Uma das razões de divulgação do Orçamento Cidadão, conforme explicou Juciene Cristiano, é porque se trata do "bolo de todos nós". Trata-se de

um bolo confeccionado todos os anos, para satisfazer as principais necessidades do Estado e dos cidadãos.

Dar a conhecer, amplamente quanto possível, os ingredientes desse bolo e a forma como as múltiplas fatias são distribuídas, é fundamental para melhorar a governação e atender às legítimas expectativas de todos, em especial dos mais jovens.

Por sua vez, o representante do UNICEF, Ivan Yerovi, lembrou que o Orçamento Geral do Estado deve ser um documento onde cada cidadão deve ter as aspirações ou necessidades revistas.

"Daí a importância de exercícios como estes, que demonstram não só o compromisso com a transparência, mas também assegura a participação do cidadão, que no final de tudo é o principal beneficiário de qualquer acção, projecto, programa, incluído no Orçamento", lembrou.

Ivan Yerovi explicou ainda que as decisões que os governos tomam sobre a forma de financiar políticas e serviços sociais são fundamentais para as crianças e para o desenvolvimento equitativo em geral. Referiu que, no caso do Orçamento Geral de Estado para 2023, se verifica na dotação orçamental do sector social, que a Educação absorveu a maior fatia, tendo-se situado nos 32,6 por cento, seguida da Saúde com 27,7 por cento e Habitação e Serviços Comunitários, com 22,9 por cento. A protecção social ficou com uma fatia de 14,2 por cento, e é notório este aumento, sendo, por isso, expectável que o mesmo tenha um reflexo positivo na vida das famílias, particularmente das crianças.

5.3 Programa de Combate à Pobreza com 362 acções concluídas na Lunda-Norte

Jornal de Angola

14 De Julho de 2023

Texto: Armando Sapalo

O Programa de Combate à Pobreza (PIDCLP), na província da Lunda Norte, concluiu 362 acções que se prevê que venham a beneficiar um total de 119.974 inscritos no PIDLCP, informou, esta quinta-feira, a

ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento.

Em declarações à imprensa antes do encontro de Monitoria e Avaliação do PIDLCP, com o governo local e os dez administradores municipais da Lunda Norte, Ana Paula do Sacramento Neto avançou que,

neste momento, 73 outros projectos inseridos no programa, também, estão em curso.

5.4 Censo Piloto da População arranca hoje em sete províncias

Jornal de Angola

19 De Julho de 2023

Texto: César Esteves

O Censo Piloto, etapa que serve de base para testar e verificar a capacidade de recolha de informações em todo o território nacional, arranca hoje em sete províncias e 14 comunas do país.

As províncias seleccionadas são Luanda, Bengo, Lunda-Norte, Uíge, Bié, Cuando Cubango e Cunene. O exercício, inicialmente previsto para 15 de Maio, serve, igualmente, para aferir a capacidade de meios tecnológicos a serem usados no acto da realização do Censo Geral do próximo ano, bem como definir o número de agentes a serem recrutados.

O porta-voz da Comissão Multisectorial de Apoio à Realização do Censo 2024, Hernany Pena Luís, assegurou, no final de uma das reuniões de trabalho do grupo, realizada em finais de Junho deste ano, estarem criadas todas as condições técnicas e de acesso para a realização do Censo Piloto.

O também director-geral adjunto do Instituto Nacional de Estatística (INE) informou, na ocasião, que esta operação vai contar com uma equipa reforçada de 570 cartógrafos, 114 motoristas, além de outros serviços indispensáveis para a sua realização com êxito.

O acto será marcado pela realização, em Luanda, de uma cerimónia de abertura do Censo Piloto, que vai contar com a presença do coordenador da Comissão Multisectorial de Apoio à Realização do Censo 2024, o ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Furtado, do ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, além de várias outras individualidades ligadas ao processo.

O país vai realizar o segundo Censo Geral da População no próximo ano, dez anos depois da realização do primeiro, em 2014, que apurou um total de 25.789.024 habitantes, dos quais 6.945.386 encontravam-se a residir na província de Luanda. Estima-se que o Censo Geral da População de 2024 apresente um quadro demográfico a rondar os 35 milhões de habitantes, tendo em conta a actual taxa de crescimento populacional, à volta de 3 por cento

ao ano, tal como avançou o director-geral do Instituto Nacional de Estatística, José Calengue.

A propósito da realização do Censo Geral 2024, Hernany Pena Luís referiu que o mesmo vai permitir recolher informações de índole sócio-demográfica e económica, lembrando que por via dele será possível fazer, também, o levantamento do parque habitacional do país, informações que considerou robustas para o enriquecimento do acervo estatístico nacional.

O porta-voz da Comissão Multisectorial de Apoio à Realização do Censo 2024 fez saber que o Censo Geral de 2024 vai ser muito rico e completo em termos de informações.

5.5 INAP capacita administradores comunais sobre Gestão Administrativa

Jornal de Angola

19 De Julho de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Um total de 21 administradores comunais adjuntos da província do Cuando Cubango está a ser capacitado, em Menongue, sobre Gestão Municipal e Unidade Urbana, no quadro do actual contexto da descentralização e transferência de competências, face à proposta da nova Divisão Político-Administrativa (DPA).

Promovido pelo Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), em coordenação com o Gabinete Provincial dos Recursos Humanos do Cuando Cubango, a acção formativa foi antecedida por cursos aos administradores comunais, que teve a duração de cinco dias.

Segundo o chefe do Departamento de Gestão de Carreiras e Capacitação Técnica do Gabinete dos Recursos Humanos do Cuando Cubango, Denilson Ernesto, em declarações ao *Jornal de Angola*, a formação está a ser ministrada em vários módulos, com base no actual contexto da descentralização e transferência de competências.

Denilson Ernesto afirmou que o ciclo formativo tem como finalidade munir os participantes de conhecimentos sobre regras de prestação de contas e melhorar as técnicas utilizadas no planeamento para o desenvolvimento sustentável a nível das administrações locais do Estado.

Denilson Ernesto disse que a par desta formação, ainda este ano foram ministrados cursos do género, dirigidos aos técnicos dos Recursos Humanos, Contabilidade e Gestão de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), designadamente dos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale, Mavinga, Rivungo, Dirico, Nancova, Calai, Cuangar e Cuchi.

O técnico disse que os participantes foram capacitados sobre Código de Procedimentos Administrativos, Regime Disciplinar da Administração Pública e Gestão de Contratação Pública, Gestão de Contratos de Competências, entre outros temas, tendo em conta a proposta da Divisão Política e Administrativa (DPA) que prevê elevar as sedes comunais à categoria de municípios.

Denilson Ernesto lembrou que caso seja executada a proposta sobre a DPA, o Cuando Cubango será dividido pelas províncias do Cubango, cuja capital será Menongue, e o Cuando, com sede em Mavinga.

A província do Cubango terá dez municípios, nomeadamente Menongue, Cuchi, Cuangar, Nancova, Calai, Caiundo, Savate, Longa, Tchinguanja e Cutato, enquanto o Cuando terá oito municípios, nomeadamente Cuito Cuanavale, Mavinga, Dirico, Rivungo, Luiana, Cutuilo, Dima e Lungue.

5.6 Comitês decidem projectos e não prestam contas à comunidade

Jornal Expansão

28 De Julho de 2023

Os Comitês de Gestão do Orçamento do Município (CTGOM), por falta de conhecimento da comunidade, decidem e aprovam as carteiras de projectos e não prestam contas à comunidade, tomando-se assim "árbitros e jogadores", revela João Domingos, gestor do Sector de Governação da Development Workshop (DW). O Orçamento do Município foi criado com a expectativa de aumentar o exercício de cidadania e participação na gestão dos fundos públicos e permitir um escrutínio na aplicação dos fundos através de uma monitoria continuada dos municípios.

"Contudo, o que aconteceu foi criar um grupo de elite que, na prática, não são eleitos pela comunidade e que prestam contas apenas às administrações municipais", explica o especialista em gestão do sector de governação.

João Domingos acredita que até os mais letrados têm desconhecimento geral sobre o Orçamento do Município por falta de divulgação da iniciativa, e este

tem sido um factor de peso para a fraca participação das comunidades.

Por esta falta de conhecimento os cidadãos não sabem diferenciar quando é que se trata de uma intervenção da administração municipal qual é o projecto financiado pela verba na qual os municípios têm o direito de decidir.

"Há também uma confusão no Orçamento Participativo. No fundo, o Governo dividiu em dois, o que é pouco comum em outras realidades em que este instrumento de cidadania e de reforço de democracia tem sucesso. A execução do Orçamento do Município confunde-se muito com o Orçamento Participado da Administração Municipal e fica difícil coabitarem", explica.

O modelo é também questionável, sobretudo numa realidade como a nossa, em que há crise de confiança nos servidores públicos, ainda mais quando o programa apresenta "buracos normativos" e a dimensão participativa do cidadão é mensurada através das comissões de moradores.

"Mas o objectivo deste instrumento é de estender o exercício de cidadania, de aumentar a transparência, de exigir prestação de contas, de atender às prioridades das comunidades e, mais do que isso, gerar mais confiança ao poder público", afirma.

No entender do especialista, era fundamental criar-se equipas de monitorização e envolver os Conselhos de Auscultação da Comunidade (CAC) e outras organizações da sociedade civil para servirem de contrapeso aos comitês de gestão.

O coordenador da DW explica que a implementação quer do Orçamento do Município, quer do Orçamento Participado da Administração Municipal, deve ser aplicado mais num contexto em que há autarquias, que pressupõe uma fiscalização e proximidade do cidadão ao poder público.

J.G.

5.7 Um terço do orçamento do município vai para despesas dos comitês de gestão

Jornal Expansão

28 De Julho de 2023

Texto: José Gongga

O Orçamento do Município para 2023, orçamentado em 4,2 mil milhões Kz, prevê despesas de quase 1,4 mil milhões Kz para o funcionamento dos Comitês

Técnicos de Gestão do Orçamento do Município (CTGOM), valor que corresponde a 33% da verba global destinada aos 164 municípios do País o que, segundo especialistas, compromete o espírito do programa já que acaba por retirar verbas às obras e projectos sob decisão dos munícipes.

Cada um dos municípios do País recebe anualmente 25 milhões Kz com o objectivo de serem os munícipes a decidir livremente sobre os projectos a executar. De acordo com o artigo 4 do Decreto Presidencial nº 235/19, de 22 de Julho, relativo ao Regulamento do Orçamento Participativo, o objectivo deste mecanismo é o de envolver o munícipe na definição das despesas municipais, de promover uma gestão participada, democrática e compartilhada dos recursos públicos e de estimular o exercício efectivo da cidadania. Outros dos objectivos passam ainda por instituir mecanismos de acompanhamento e controle dos gastos públicos, bem como estimular a participação dos cidadãos de forma inclusiva, propiciando que a administração pública actue de forma integrada para satisfação dos interesses da população.

A expectativa criada com este mecanismo era que cada município teria, assim, 25 milhões Kz anuais para obras em serviços de iluminação pública, áreas verdes ou limpeza urbana, ou obras de saneamento básico, ou gastos em centros comunitários, em actividades culturais e manutenção de bibliotecas municipais. Até porque o regulamento não atribui qualquer remuneração no âmbito do Orçamento Participativo. Mas da teoria à prática, o que é certo é que apenas dois terços da verba inscrita no OGE 2023 terão como destino estas áreas de intervenção já que o restante vai para despesas dos Comitês Técnico de Gestão do Orçamento do Município.

De acordo com director geral da ADRA, que foi um dos parceiros do Governo na implementação do Orçamento Participativo/Município, estas despesas administrativas "desvirtuam o espírito" com o qual este mecanismo de cidadania foi institucionalizado, que está assente na gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos, assim como na satisfação das prioridades dos municípios. "Este é um dos grandes desafios que deve ser melhorado na implementação do Orçamento do Município e na governação local. É importante reforçar os mecanismos de gestão e fiscalização desta verba", explica Carlos Cambuta,

Já Luís Jimbo, director executivo do Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED), outro parceiro do Governo na implementação do Orçamento Participativo, afirma que a grande questão é que continua na mesa até hoje

tem a ver com os limites de funcionalidade dos comités gestão, uma vez que lhes é permitida alguma arbitrariedade na gestão do orçamento. "Até onde se sabe, a actuação dos comités não foi definida como tal. Com 33% das despesas a serem direccionadas para o funcionamento dos comités, o que pode acontecer é reduzir significativamente o impacto económico do orçamento", afirma Jimbo ao Expansão, defendendo que o sucesso deste mecanismo de cidadania depende, essencialmente, da limitação da verba para os gastos com os comités. "Era fundamental, por exemplo, criar-se um fundo na administração dos municípios para atender a estas despesas, sem se mexer nos 25 milhões Kz destinados para necessidades das localidades", sublinha. E acrescenta: "Talvez tenhamos de criar um instrumento que fixe em termos percentuais os gastos dos CTGOM, como acontece com os financiamentos das ONGs. Pois sabemos todos que quando se trata de dinheiro público, os primeiros beneficiários são os gestores", atira Jimbo,

De acordo com o regulamento, a gestão dos 25 milhões Kz alocados anualmente é feita por 11 representantes eleitos pela comunidade/municípios e mais dois designados pela administração do respetivo município, perfazendo 13 elementos por cada município. Contas feitas, os 164 comités de gestão em todo o País têm 2.132 membros.

O Expansão sabe que uma boa parte dos membros que compõem os comités são funcionários públicos e, desde o início da implementação em 2021, têm levantado a necessidade de serem remunerados por considerarem ser um trabalho adicional.

Contudo, os parceiros ADRA e IASED são totalmente contra esta tentativa, considerando que pode subverter o objectivo principal que é atender as prioridades e necessidades básicas dos municípios e dar a sensação de gestão partilhada da coisa pública.

A outra questão que tanto Jimbo como Cambuta levantam está relacionada com a falta de auditoria e fiscalização aos gastos, o que põe em causa a transparência de todo este processo e potencia a corrupção.

No Moxico o CTGOM fica com 70%

A média nacional das despesas previstas com o funcionamento dos comités no Orçamento do Município 2023 é de 33%, mas há províncias em que estes números são mais elevados. No Moxico, dos 225 milhões KZ para os 9 municípios, o CTGOM fica com 158,5 milhões Kz, equivalente a 70% do orçamentado. Já Cabinda tem a despesa com os comités mais baixa, apenas 8 milhões Kz, equivalente

a 7% dos 110,9 milhões Kz que foram alocados para os quatro municípios (ver caixa).

Se recuarmos ao Orçamento do Município de 2022, no site do Ministério das Finanças, que o Ministério da Administração confirma ter executado a 95%, a média com os gastos dos comités é de 37% dos 12,3 mil milhões Kz disponibilizados para os 164 municípios. Se tivermos em conta que cada município tem direito a 25 milhões Kz definidos por decreto presidencial n.º234/19, os 12,3 milhões é três vezes mais do que o preestabelecido no regulamento. A única justificação é que este valor contempla o Orçamento do Município e também o Orçamento Participado da Administração Municipal. Recorde-se que o Orçamento do Município é apenas uma das faces do Orçamento Participativo, sendo que a outra parte é o Orçamento Participado das Administrações Locais, gerido pelas administrações, cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao Ministério da Administração do Território, que respondeu que limitou a despesa dos comités para apenas 10% do orçamento cabimentado aos municípios e que estas verbas serão para alugar viaturas e aquisição de combustíveis nos casos em que membros destes comités se têm de deslocar. "Os comités elaboram relatórios anuais que são auditados pelas delegações municipais das finanças", justificou Santinho Figueira, um dos responsáveis do MAT por este programa.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Cassenda: Ascensão e declínio de um bairro que já foi da elite

Jornal de Angola

Texto: César André

9 De Julho de 2023

O antigo bairro Américo Tomás, hoje designado Cassenda, era considerado, durante os anos 60, zona de elite. A circunscrição, que também já se chamou Posto Belas, era de se lhe tirar o chapéu devido à sua posição geográfica privilegiada, e não só. Os seus moradores tinham o ensejo de ver de perto, através das janelas e varandas, as aeronaves que descolavam e aterrizavam nas pistas do aeroporto António Craveiro Lopes. Foi nessa infra-estrutura aeroportuária onde, em 1973, aterrou o avião Concorde. Naquela época nenhum aeroporto de Lisboa, a capital da Metrópole, tinha condições de aterragem daquele gigante do ar. Tal era o desenvolvimento de Angola. Foram bons momentos, segundo relatam moradores que vivenciaram esses outros episódios inesquecíveis.

Associado à elite colonial portuguesa, o antigo bairro Américo Tomás surgiu nos anos 1960, num projecto bem estruturado, urbanizado, caracterizado pela vista «privilegiada ao aeroporto António Craveiro Lopes, hoje Internacional 4 de Fevereiro. A Norte e a Sul o cenário era marcado pelavista panorâmica das magníficas praias da Samba.

Situado num local confortável da cidade, vizinho ao antigo bairro Salazar, actual Mártires de Kifangondo, o bairro Américo Tomás, a partir de 1974 passou a ser designado Cassenda. A localidade, desenhada a régua, esquadro e compasso por um renomado arquitecto português, assemelhava-se às de Sintra, Setúbal, Costa da Caparica, e outras de Portugal. Para além das vivendas foram também construídos cinco prédios para suportar a avalanche da população que não parava de vir da Metrópole. Esses edifícios, com o andar do tempo, tornaram-se cartões de visita para quem viesse de avião para Luanda.

Durante a projecção do bairro foram traçadas duas ruas principais, nomeadamente a rua direita do aeroporto, que desembocava na zona da antiga Base Aérea nº 9 da Força Aérea Portuguesa, na hoje designada Avenida 21 de Janeiro e a Rua 14, que faz fronteira com o Laboratório de Engenharia de

Angola (LEA) e a Comissão do Prenda (actual Sagrada Esperança).

Era nessa importante infra-estrutura rodoviária, então de terra batida e que dá acesso ao bairro da Samba - Rua 14 ou do Laboratório de Engenharia - que naquele tempo circulavam os autocarros 29 e 46. O primeiro partia da Baixa de Luanda, nas imediações da fábrica de gasosa Mission e Quick - actual sede da CNE nos Coqueiros, e tinha como término a Comissão do Bairro Prenda, defronte ao Centro Espírito Santo, ligado à Paróquia de São Pedro Apóstolo.

Já o autocarro 46, no pós-independência, partia do Centro Espírito Santo da Paróquia de São Pedro Apóstolo, no final da Comissão do Prenda, subia pela actual Rua do Felício, passava pela Rua 14 e tinha como término o bairro da Kinanga, no local onde foi construído o Memorial Dr. António Agostinho Neto.

A Rua 14 começava na esquina da Comissão do Prenda, passava em frente ao Laboratório de Engenharia de Angola e terminava no espaço onde foi construída a passagem superior do Prenda, para quem se dirige ao Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro. A circulação, naquela época, era feita em terra batida e em sentido inverso ao actual: ao subir podia-se passar em frente ao LEA e alcançar a Avenida Lisboa (actual Revolução de Outubro), ao passo que hoje tem apenas um sentido, passando pela Administração Municipal da Maianga (ex- Posto Belas) para atingir a estrada principal, a antiga Avenida Lisboa.

A ex-Avenida Lisboa, que nasce no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro e serpenteia até ao Largo da Maianga, sempre foi considerada uma via

estratégica para circulação do Norte para o Centro da cidade. Deste ponto de intercepção (Largo da Maianga) passando pelo Largo Serpa Pinto, seguindo em direcção a Mutamba e terminando na Avenida Marginal, essa rua no tempo colonial chamava-se Pereira Forjaz. No pós-independência passou a chamar-se Amílcar Cabral, em homenagem ao líder da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Voltando ao bairro Américo Tomás, o actual Cassenda. Para facilitar a mobilidade dentro do bairro e para desafogar o pequeno movimento automóvel da época, foram traçadas e construídas as ruas número 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 24 e as posteriormente designadas Sagrada Esperança e Unidade e Luta, e as travessas 3, 7, 9 e 12. Esse modelo de urbanização consolidada e sem labirintos facilitou, no tempo colonial, o trabalho dos agentes policiais e da PIDE, que controlavam

milimetricamente as populações indígenas que viviam nas imediações do bairro. Há relatos, por exemplo, de antigos moradores segundo os quais os famosos agentes da PIDE Galo e Cabo Russo, com as suas viaturas Jeep ruscavam a zona para prender os "turras" que encontravam refúgio em casa dos seus padrinhos e patrões europeus. Foram momentos memoráveis e de terror, segundo conta Kindala Kalamina, um antigo morador que frequentava, com regularidade, a zona adjacente ao colégio Monte Sol, onde vivia o seu padrinho de baptismo Lopes Joaquim, oriundo do Algarve, região do extremo Sul de Portugal conhecida pelas praias mediterrânicas e pelos resorts e campos de golfe. Fernando Pereira Silva, um português que viveu neste bairro nos anos 60, e que em 1974 comprou a sua casa deixando de pagar a renda no ano seguinte, afirma que "Américo Tomás era um bairro que naquele tempo já era comparado a zonas da Grande Metrópole como Cascais, Odivelas, Sintra, entre outros".

Aos 78 anos de idade Fernando Silva, proveniente do Distrito de Bragança, região de Trás-os-Montes, recorda com certa nostalgia que foi durante as confrontações armadas entre os três movimentos de libertação, em 1975, que "fugiu" de Luanda com a família deixando a sua casa toda ela mobilada e embarcando para Portugal, onde começaria uma nova vida.

Rui Branco Silva, algarvio de gema, diz ter vivido durante aquele período (colonial) no Prenda, no limite com o Américo Tomás, perto da antiga Clínica Veterinária e do Café Kissange. "O bairro já era considerado um ex-libris da zona", disse.

Hermínia Parenta, também antiga moradora, diz que no tempo colonial a construção era ordenada e de bom gosto e não havia barracas à semelhança do que acontecia nos bairros periféricos considerados musseques.

Os moradores que habitavam nos prédios tinham o privilégio de contemplar as aterrizações dos aviões, que, na sua maioria, eram provenientes do outro lado do Atlântico. "O momento era aproveitado para fazer fotos de recordação", como contou Herculano Reis, morador do prédio número 40.

"Era do terceiro andar para cima destes prédios que nós observávamos os aviões da TAP, os DC-30 da Força Aérea Portuguesa e de outras companhias aéreas a descolarem e a aterrarem com certa regularidade. Nós fazíamos fotos e muito mais", disse Manuel Bandeira, antigo morador. Manuel Bandeira contou ainda que, uma vez, quando viajou para a Metrópole (Portugal) teve o ensejo de se sentar junto a janela da aeronave e pôde

contemplar a paisagem de fora, ver o prédio onde residia, e, inclusive, o seu apartamento e fazer um adeus aos familiares que acenavam da varanda, tudo isso numa acção combinada.

Manuel Bandeira revelou ter na memória o registo dos momentos ímpares dos dias da ponte aérea que aconteceu em 1975, quando milhares de portugueses (seus conterrâneos) em desespero abandonaram a vida em Angola, numa das maiores operações mundiais de resgate de cidadãos civis.

"Foi a partir do quinto andar do meu apartamento que eu fotografei as aeronaves da TAP e de outras companhias aéreas que transportavam os que embarcavam na ponte aérea, provenientes das cidades e dos confins de Angola", disse.

Mas, diga-se, naqueles dias de desespero, em que muitos optaram por fugir da instabilidade e da guerra civil, nem todos os portugueses se foram embora. Alguns mantiveram-se no país. Muitos dos que partiram eram portugueses mas nunca haviam estado em Portugal. Alguns, que tinham "afilhados" negros, deixaram as suas residências e os seus bens com estes. No geral, as residências do bairro Américo Tomás foram saqueadas e ocupadas abruptamente pela população autóctone da periferia. Um quantas casas foram transformadas em bases dos pioneiros guerrilheiros.

Os primórdios do bairro

Segundo relatos de antigos moradores, o nome Cassenda foi atribuído ao bairro em homenagem a uma mulher chamada Cassenda, proveniente da região da Kibala, província do Cuanza-Sul e que se instalou na zona nos primórdios dos anos 1930, tornando-se na primeira moradora. Na época o local era uma mata com vegetação alta, árvores e arbustos de "piteiras" (tabaibos). Dona Cassenda construiu a sua cubata de pau-a-pique e dedicou-se à pequena agricultura de subsistência. No princípio dos anos 1940 Dona Cassenda convidou alguns dos seus conterrâneos que viviam na Kibala, Calulo e nos arredores da antiga cidade de Novo Redondo, actual Sumbe, a viajarem para Luanda e se instalarem no local onde ela residia, com o intuito de povoarem a área. É assim que num ápice o local foi "invadido" por populares provenientes daquelas localidades.

Naquele época ainda não havia a estrada asfaltada que separava o Cassenda da Elite (Américo Tomás) da parte que passou a ser designada Musseque Cassenda, que fica ao lado do Laboratório de Engenharia. Era uma zona única, livre, em que as populações andavam de um lado para o outro.

Se até ao início da década de 1950 as populações que se instalaram na zona eram, fundamentalmente, oriundas do Cuanza-Sul, posteriormente começaram a surgir gentes provenientes de Malanje, Catete, Caxito e Ndalatando.

Fruto desta avalanche populacional a circunscrição passou, durante muito tempo, a ser chamada Musseque Cassenda, por causa das casas que eram construídas, na sua maioria, com chapas de tambor, pau-a-pique e madeira, à semelhança das do bairro Catambor.

"Aquele era o primeiro bairro Cassenda, do tempo colonial. O outro, próximo do aeroporto, ainda não existia, era apenas um enorme matagal", conta Avelino Máquina, antigo morador originário de Calulo, município do Libolo e que se instalou no Cassenda nos finais dos anos 1950. O bairro baptizado Musseque Cassenda surgiu num local onde existe, até aos dias de hoje, uma frondosa mulembeira, na área adjacente à antiga loja do comerciante português Carvalho, figura lendária na circunscrição, cuja esposa chamava-se dona Fêmia. Essa casa comercial no pós-independência viria a chamar-se Casa Bumba, que depois deu lugar ao supermercado Shoprite- passe a publicidade.

Posto Belas versus Cassenda

António Sete, 84 anos, natural da Kibala, instalou-se no Cassenda nos anos 1940. Ele dá a conhecer que o Cassenda era também conhecido por Posto Belas, pelo facto da Administração Colonial funcionar ali perto, por detrás do Laboratório de Engenharia de Angola.

"Cassenda ou Posto Belas era a mesma coisa, razão pela qual não havia muita confusão ou diferença por parte da população. É assim que quando alguém dissesse 'vou ao Posto Belas' ficava logo subentendido que ia ao Cassenda ou vice-versa", frisou António Sete.

O ancião sublinhou que Posto Belas referia-se sobretudo "àquele Cassenda que se desenvolveu muito rapidamente pelo facto da administração colonial ter aí construído casas de alto padrão". Proveniente da aldeia de Cabezo, município da Kibala, António Sete recorda que veio a Luanda a convite do seu irmão mais velho Domingos Evaristo Sete, já falecido e que se encontrava a residir no musseque Cassenda na área adjacente à zona do Manuel Praia.

"O meu irmão mais velho, na época, já era muito conhecido nas lides desportivas, pelo facto de ser um dos mais altos dirigentes da equipa de futebol local, o Sporting da Kibala. Isso ajudou a minha inserção no bairro. Ele também era o responsável pela

manutenção do recinto de jogo que se situava em frente a Igreja Metodista do Prenda, por detrás do Lote 22".

Ainda segundo o nosso interlocutor, "naquele recinto de jogos, nos anos 60, sob sol abrasador, se registaram grandes trununos e derbys, entre os quais se destacavam Sporting da Kibala-Las Palmas e 11 Bravos da Samba-Sporting da Gabela. No decorrer dos jogos, quando uma das equipas marcasse golo, os adeptos saltavam e gritavam em delírio".

Naquele tempo no musseque Cassenda, ainda no dizer da nossa fonte, as casas eram construídas à noite, em tempo record, "senão arranjavas problemas sérios com o colono e ainda por cima pagavas multa".

António Sete diz que havia muita rigorosidade em termos de fiscalização e todo o cidadão que fosse surpreendido a construir sem autorização para além da multa era de imediato detido. "E mesmo nós, quando viéssemos dos kimbos e fóssemos apanhados na rua éramos levados para as casas dos brancos para trabalharmos como criados", disse.

Contou que um dia desses, quando foi à loja do senhor Cunha beber um copo de vinho teve que se esconder no quintal do lojista para não ser detido e levado para ser criado(empregado doméstico). "Como nem sempre a sorte está connosco, um dia andava distraidamente e em plena rua fui 'agarrado' pelos polícias e posteriormente levado e colocado a trabalhar como criado em casa do senhor Albano César, antigo director-geral do Liceu Nacional Salvador Correia". António Sete dá a conhecer que os trabalhos prestados como criado eram grátis, sem qualquer remuneração financeira, razão pela qual muitos autóctones nessa condição fugiam para parte incerta, com maior incidência para as respectivas aldeias de origem.

Musseque Cassenda

Maria Pedro, 78 anos de idade, 50 dos quais como moradora, diz que no tempo colonial o Musseque Cassenda "já era respeitado porque nele vivia gente assimilada".

"Naquele época (anos 1960) a zona tinha sido ocupada por poucas pessoas e as suas casas de madeira e pau-a-pique eram construídas com traços bem definidos, tinham qualidade. E as ruas possibilitavam que a circulação rodoviária se fizesse sem constrangimento", conta Maria Pedro. No período pós-independência esse cenário mudou de figurino e o bairro ficou transformado num

labirinto. Hoje não é possível circular comodamente pela área adentro, explica a anciã.

Para além da velha Cassenda viviam inicialmente no que viria a chamar-se Musseque Cassenda a velha Chica Graciano, Maria Safa, mulher do kota Jaburu, Isabel Preta, esposa do Mário que era filho do senhor Carvalho, Domingos Sete, tio do falecido Domingos Bumba, entre outras figuras emblemáticas da circunscrição.

No tempo colonial toda aquela zona adjacente onde hoje estão a concessionária Lusolanda, os prédios Libertação Total para África e dos soviéticos, e a rua das Mangueirinhas, era arenosa e verdejante com cajueiros. Essa parte do musseque Cassenda era uma zona verdejante com vista privilegiada para a antiga Avenida Lisboa, actual Revolução de Outubro, e que tinha como referência, do outro lado da avenida, o campo do Clube Desportivo Universitário de Angola (CDUA), onde, nas décadas de 1970 e 1980, desfilaram grandes estrelas do hóquei em patins, o lendário árbitro Marinho bem como figuras memoráveis do basquetebol angolano. Das estrelas do hóquei em patins que brilharam no CDUA destacam-se o Fragata, Damásio dos Santos Júnior "Kaisara", Julião, Bulica, Inácio Santos "Mama", Kamão, Domingos Muhongo "Mingo Mucotó", Manuel dos Santos "Né", Nelson Amado "Sony", entre outros. Devido à sua proximidade com a Avenida Lisboa, foram construídas infra-estruturas comerciais de raiz no musseque Cassenda, como a Casa Lusolanda, concessionária das viaturas Suzuki, e muitas outras estruturas.

Mas nem tudo, no tempo colonial, era um mar de rosas. No coração do bairro assistiu-se à construção desordenada de casas, o que deixou a zona com apenas três ruas de alvenaria, nomeadamente a das Mangueiras, a do Prédio dos Sovieticos, que hoje dá acesso ao edifício da Logotécnica, e outra que passa por detrás da concessionária Lusolanda. Esta última rua, com ou sem chuva, ficava permanentemente num estado lastimável, molhada e com lama à mistura. Essa situação tornava-a intransitável. A falta de esgotos ou saneamento básico fazia com que os moradores lançassem as águas residuais para a rua. A má concepção urbanística está na origem dos males que até hoje afectam aquela zona do Cassenda, quer em termos de saneamento básico, quer de mobilidade rodoviária. Nos anos 1970, a circunscrição viu "nascer" uma grande infra-estrutura habitacional, o prédio que depois da independência ficou conhecido como "Libertação Total para África".

O mítico Balão do Meio-Dia

O Cassenda possuía importantes infra-estruturas, com destaque para o Laboratório de Engenharia de Angola, onde posteriormente também funcionou, provisoriamente, a Companhia de Transmissões do Exército Colonial Português, bem como uma estrutura do Centro de Meteorologia de Angola, que servia de apoio às operações no aeroporto Craveiro Lopes. Todos os santos dias, ao meio-dia, esse Centro lançava um balão para situar a hora e o período do dia. É assim que os moradores o apelidaram "Balão do Meio-Dia". Quando quisessem ter noção do tempo, naquele período, as pessoas baseavam-se no lançamento do Balão do Meio-Dia. Os adolescentes que se dirigiam às "explicações estudantis" improvisadas em quintais, corriam euforicamente para ver de perto o Balão do Meio-Dia, que era de cor branca. O balão atraía muita gente e também era visto pelos moradores dos bairros circundantes, nomeadamente Prenda, Samba, Maianga e outros. O objecto "flutuante" depois de lançado fazia o seguinte trajecto: passava por cima do aeroporto Craveiro Lopes, prosseguia em direcção ao bairro Cassequel, Golfe, Viana e continuava até desaparecer de vista lá para os lados de Catete. Havia adolescentes curiosos que, nas suas brincadeiras, se dirigiam à "estação de meteorologia" e lançavam os seus papagaios para ver se alcançassem o balão do meio-dia. Claro que as tentativas dos petizes redundavam em fracasso...

Para além das infra-estruturas acima mencionadas, havia também o supermercado Dia-a-Dia, o restaurante-bar Sol do Oriente, o Colégio Monte Sol e a loja do senhor Careca, um português que se notabilizou na época.

Em frente a essa loja do comerciante Careca havia um campo de futebol, onde, nos finais de semana, os moradores disputavam partidas renhidas sob o sol ardente.

Antes do 25 de Abril, o bairro Américo Tomás, referimo-nos à parte elitizada, era de acesso "condicionado" aos cidadãos de raça negra. Esses quando se dirigiam para a circunscrição apresentavam-se como criados, biscateiros ou afilhados de baptismo de cidadãos de raça branca, sob pena de serem presos a qualquer momento.

Havia situações em que, quando um agente da PIDE apanhasse um autóctone, esse tinha como obrigação indicar a residência onde trabalhava ou justificar os motivos que o levavam a estar naquela zona.

Em termos de diversão o bairro era bastante pobre. Não tinha nada de atracção, é assim que os seus moradores tinham de atravessar a Avenida Lisboa e dirigirem-se ao antigo bairro Salazar onde existiam discotecas e os carroséis que eram montados nos finais de semana.

Os moradores do Cassenda davam-se ao luxo de se dirigir até a área defronte ao colégio do IASA, no Prenda, para assistirem ao Kutonoca ou apreciarem filmes no cinema volante, no largo próximo à Paróquia de São Pedro Apóstolo.

Em suma, os moradores do antigo bairro Américo Tomás não tinham, por assim dizer, muitas opções de diversão. Por essa razão "invadiam" o musseque Prenda, e não só, para saciarem a ânsia de lazer.

Compão e a reportagem de Charulla de Azevedo

Em 1965 a administração colonial portuguesa, com o intuito de acomodar alguns dos seus funcionários, escolheu um terreno próximo ao Laboratório de Engenharia de Angola, onde construiu casas em formato de "comboio". Era um espaço privilegiado que passou a chamar-se Compão. Constituídas por dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho e um vasto quintal, essas residências foram entregues a pessoas assimilada de profunda confiança. No Compão também foi construído um balneário público, bem como um campo multiuso. Moradores que residiam próximo ao Compão relataram que ali passaram também a morar uns quantos "bufos", informadores da PIDE, misturados numa simbiose com os funcionários da Câmara Municipal que pertenciam ao Posto Belas.

Foi nessa área do Cassenda onde, em 1970, a emblemática revista "Notícia", através da pena refinada do seu fundador, o jornalista João Charulla de Azevedo, publicou uma grande reportagem sobre o "modus vivendi" da população e o trabalho dos informadores disfarçados da PIDE, que ali residiam. Na reportagem o articulista contava, sem receio e detalhadamente, o "modus operandi" da polícia secreta, bem como narrava o quotidiano e as aventuras de alguns dos seus moradores.

O escriba entrevistou vários moradores, dentre os quais se destacavam o menino Contreiras, de 15 anos, natural de Malanje, que foi apanhado de surpresa e fotografado quando andava debaixo das acácias a tentar caçar um "rabo de junco" para saciar a fome. A reportagem abordava também problemas relacionados com a situação das zonas adjacentes ao bairro, bem como as buscas e detenções de que os autóctones eram alvo por parte da PIDE. A reportagem de Charulla de Azevedo sobre o

Compão "ganhou" manchete na revista semanal "Notícia" e teve bastante repercussão tanto em Luanda como nas demais províncias ultramarinas portuguesas.

João Charulla de Azevedo foi, inegavelmente, uma das figuras políticas mas discutidas na colónia portuguesa de Angola, na década de 1960. Jornalista possuidor de um estilo directo e de certa maneira de "falar" com o leitor, os seus escritos eram sempre carregados de intenção. Tivesse razão ou não, era sempre convincente. Arrastava a opinião pública atrás de si. Mas nunca se recusou a reconhecer um erro. Nunca hesitou em rectificar, com sinceridade, posições erradas.

Não foi perfeito. Nem infalível. Mas foi certamente um dos mais distintos e combativos jornalistas de Portugal, que veio a falecer prematuramente aos 34 anos de idade, em 1967. Soares André Luís "Rito" diz que se recorda da revista "Notícia" e da edição que tinha como manchete o Compão. Mas, o que mais o marcou naquele tempo era, segundo ele, quando em companhia dos seus amigos saltava o muro do Laboratório de Engenharia para ir buscar (roubar) mangas e cajus.

Loja do senhor Carvalho

No tempo colonial no musseque Cassenda existia uma loja, próximo à entrada do Laboratório de Engenharia, que era muito concorrida e cujo proprietário era o português Aníbal de Carvalho, mais conhecido por senhor Carvalho, esposo da Dona Fêmea. O estabelecimento comercial apresentava-se recheado de produtos básicos e era bastante frequentado pelos moradores das redondezas, muitos dos quais se beneficiavam dos fiados (kilápis/créditos).

Nascido na Freguesia de Antas, região de Viana do Castelo, Portugal, o senhor Carvalho tinha uma "mão benevolente". Ajudava os cidadãos humildes que se dirigiam à sua loja com o intuito de solicitar um fiado, que devia ser pago no final de cada mês. Apesar de algum "racismo à mistura", o comerciante prestava os favores que lhe eram solicitados pelos moradores, que o tinham quase como um "Deus". A loja tornou-se numa referência obrigatória no bairro. O senhor Carvalho era também proprietário de outros estabelecimentos comerciais espalhados por Luanda: Flor do Prenda, Farmácia ao Lado, edifício do Granada e Agência de Viagens Expresso. As suas propriedades incluía numa parte dos Armazéns Mulembeira, situado no bairro do Catambor, e

moradias espalhadas por alguns musseques de Luanda.

Judith Bumba, esposa do falecido Domingos Bumba, ambos afilhados de casamento do senhor Carvalho e de dona Fêmea, diz que estes entregaram-lhes a famosa "loja do senhor Carvalho" quando em 1975 embarcaram na ponte aérea para Portugal. A nossa interlocutora disse que o património deixado pelos padrinhos não lhes foi entregue de mão beijada, sublinhando que envolveu alguns valores para que tivessem acesso àquele estabelecimento comercial, "que de loja pequena foi transformada numa loja gigante".

Para além desta loja, de acordo com Judith Bumba, os padrinhos deixaram outros estabelecimentos que "acabaram por se perder por causa da ganância de certas pessoas". "Estamos a trabalhar afincadamente com os tribunais para ver se conseguimos recuperar outros imóveis deixados pelos nossos padrinhos e que nos foram atribuídos", garante Judith Bumba. O Jornal de Angola apurou que os netos do senhor Carvalho e da dona Fêmea, nomeadamente Calucha e Pilito, só para citar estes, actualmente vivem, juntamente com a sua mãe dona Fernanda, no edifício Flor do Prenda.

Mas no Cassenda da elite existiam outros comerciantes portugueses, como foram os casos dos senhores Cunha, Gil, António Bessa, Pinto, Dona Maria, esposa do senhor Joaquim e os proprietários da loja das Montanhas, que ficava situada numa pequena montanha que existia no bairro, naquele tempo, segundo contou Dona Nené, irmã menor de Dona de Fernanda.

Memorável Carro do Fumo

À semelhança do que acontecia noutros musseques de Luanda, o carro do fumo era uma presença marcante no Cassenda: "Abram as janelas, vem aí a tifa!". Era assim que o carro do fumo era anunciado. Com o anúncio, num ápice, um bando de crianças saía à rua em êxtase, atrás de um dos seus maiores divertimentos, no rescaldo das chuvas. "Eram assim na maioria das vezes", diz Soares André Luís "Rito", antigo morador da Comissão do Prenda, hoje Sagrada Esperança, zona fronteiriça ao antigo bairro Américo Tomás, que acompanhou muitas vezes de perto esses episódios. "Ninguém perdia a alegria de correr atrás de uma carrinha de caixa aberta que aspergia uma gorda e apetitosa nuvem de DDT para matar mosquitos. As viaturas que faziam esse tipo de trabalho pertenciam à empresa de distribuição e venda de combustível SACOR".

Segundo o nosso interlocutor, o carro do fumo não circulava apenas nos bairros da elite, onde residia a população de raça branca. Também iam desinfestar os musseques. "No quesito desinfestação o colonialista português teve uma acção de inclusão. O paludismo, a partir dos anos 1970, começou a ser mesmo combatido a sério", afirma Soares André Luís "Rito".

A antiga SACOR, que procedia à desinfestação, note-se, foi a primeira empresa portuguesa a dominar todo o processo de importação, transporte, refinação e distribuição dos produtos petrolíferos. Foi fundada em 28 de Junho de 1937 por dois cidadãos romenos radicados em França, Martin Sain e Sando Garran, que acabariam por se instalar em Portugal.

O lendário Laboratório de Engenharia de Angola

O Laboratório de Engenharia de Angola, projectado nos anos 1960 pelo arquitecto português Vasco Vieira da Costa e construído no mesmo ano, tornou-se na "coqueluche" do bairro Cassenda. Essa magnífica infra-estrutura de apoio ao ramo da construção civil, e não só, foi durante muito tempo uma das referências obrigatórias da circunscrição e além fronteiras.

Localizada junto ao antigo musseque Prenda, a edificação dessa infra-estrutura de betão armado e fibrocimento (pavilhões) teve como objectivo não só organizar a cidade do asfalto mas também promover o desenvolvimento consolidado.

OLEA destaca-se no musseque com um conjunto de grande dimensão, definido por eixos ortogonais e espaços verdes distribuídos entre pavilhões. Na época, de acordo com o projetista Vasco Vieira da Costa, era clara a intenção de se criar uma hierarquia de percursos quer viário quer pedonal, associada à concepção de pequenas praças que contribuíssem para a reestruturação do conjunto. As clareiras de águas pluviais foram integradas neste sistema acompanhando os caminhos pedonais, e assim desenhando o espaço público.

A entrada faz-se pela rua do Laboratório especialmente traçada para aceder aos equipamentos e aos cerca de sete hectares livres de restrições e que libertaram, aparentemente, o arquitecto de limitações na implementação do edifício.

Na Memória Descritiva do projecto o arquitecto explica, detalhadamente, como a topografia do terreno foi um dos factores determinantes na implantação dos vários pavilhões que albergam os laboratórios.

A propósito dos pavilhões de Geotecnia (A), Estradas e Aeródromos (B) e Edifícios e Estruturas (C), o arquitecto refere que se defendeu a necessidade de se manter o pavimento à mesma cota do terreno.

Os três pavilhões situam-se no extremo norte do edifício, com 30 metros de intervalo entre eles, e são coroados pelas oficinas e pelo pavilhão de materiais de construção implantados num eixo perpendicular. Projectar de acordo com o clima foi um dos aspectos centrais na obra de Vasco Vieira da Costa, o que é reafirmado na Memória Descritiva, uma vez que a preocupação com a organização dependeu, principalmente, do estudo judicioso e da necessidade de atenuar os inconvenientes resultantes da incorreta orientação a que a topografia do terreno conduziu. Nesse quesito, Vasco Vieira da Costa tirou proveito da exposição de uma das fachadas de maior desenvolvimento aos ventos predominantes de Sudoeste, criando condições para que todos os espaços de trabalho fossem ventilados transversalmente, de modo a evitar qualquer tipo de ventilação mecânica.

Triste cenário actual

Com a proclamação da independência e o consequente nascimento da República Popular de Angola, o Governo decidiu prestar maior atenção ao bairro, que sofreu uma requalificação. Com outra imagem e visual, fruto da requalificação, o bairro Cassenda, o da elite, foi a partir dos anos 1990 "invadido" por cidadãos do Oeste de África à semelhança do Mártires de Kifangondo, o antigo bairro Salazar.

Devido à proximidade ao Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, o bairro, num ápice, transformou-se num local apetecível de comércio informal e de negócios "escuros" e de alto padrão, como se dizer-se. Assim, nos dias de hoje, são notórias as cantinas dos famosos "mamadus" em cada esquina.

A circunscrição no pós-independência ganhou novas infra-estruturas e mudou de figurino. Estamos a falar dos blocos de apartamentos construídos por empresas cubanas defronte à Força Aérea Nacional e ao Terminal Aéreo Militar, bem como dos blocos adjacentes à rotunda da avenida Hochi Min.

Os antigos prédios erguidos no tempo colonial e que sempre foram considerados cartão de visitas para quem chegasse de avião encontram-se, nos dias de hoje, cansados, fruto da má utilização por parte dos utentes e da falta de manutenção. Desde a sua construção nos anos 1960, de acordo com relatos de alguns antigos moradores, os edifícios nunca sofreram manutenção, razão pela qual carecem,

urgentemente, de profunda reabilitação, sob pena de consequências irremediáveis. As escadas deste prédios são escuras, já não possuem corrimãos, os elevadores não funcionam e os moradores são obrigados a carregar água aos bidons escadas acima pois há muitos anos este precioso líquido deixou de jorrar nas torneiras. As áreas de alvenaria foram alteradas com a construção de novas estruturas, os espaços de lazer para crianças estão cheios de água paradas e os esgotos totalmente entupidos. O péssimo estado em que se encontram esses edifícios "prospera" ante o olhar silencioso e quiçá cúmplice das autoridades.

Vários apartamentos, alguns dos quais coabitados por duas ou três famílias, mudaram de figurino, com a construção de novos compartimentos. O arrendamento de apartamentos a expatriados está na ordem do dia. "É um negócio lucrativo. A procura é enorme e assustadora", diz Suzana Inácio, antiga moradora de um dos icónicos edifícios que já foram cartão de visitas do Cassenda e de Luanda.

Outra dor de cabeça que sentem os moradores conscienciosos do Cassenda está relacionada com os espaços baldios que os colonos reservaram para a construção de quadras multiuso e parques de lazer e de estacionamento de viaturas, que foram invadidos e ocupados por novas edificações.

As próprias vivendas foram de tal modo alteradas, algumas transformadas em edifícios de um ou mais andares e os quintais com muros altos, que os antigos proprietários e os próprios arquitectos seriam incapazes de as reconhecer.

6.2 O cartão de visitas para os moradores

Jornal Luanda

10 De Julho de 2023

NO BAIRO DA BOAVISTA encontramos figuras de referência entre os moradores. com destaque para tio Paulino ou. o professor Paulino. por dedicar mais de 40 anos ao sector da Educação. E considerado por muitos como um dos maiores exemplos para os habitantes da área.

A reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda esteve à conversa com o morador Paulo Custódio. que considerou o professor Paulino, como cartão postal para os moradores da Boavista. Paulo

Custódio lembra que antigamente. o Bairro da Boavista era considerado "espelho" dos musseques de Luanda.

O morador visivelmente emocionado, refere que, as delimitações do bairro, começavam no Porto de Luanda, e se estendia até a rotunda onde hoje foi erguido o viaduto que liga o bairro à Comarca da Cidade de Luanda (CCU, e estendendo-se até ao Porto Pesqueiro.

Outra das atracções que levavam os luandenses a frequentarem a zona da Boavista, é a sua proximidade ao mar. No tempo colonial e mesmo depois da independência, em 1975, todos os munícipes de Luanda, tinham como local preferido para lazer a conhecida Praia da Draga.

"A Boavista era muito movimentada, por conta das praias que Unhamos na altura. Toda a malta de Luanda e de outras zonas, fazia aqui o seu ponto de encontro sem falar no barco que ficou aqui atracado, onde subíamos para dar os mergulhos", recordou Paulo Custodio. JP

6.3 Requalificação anima moradores

Jornal Luanda

10 De Julho de 2023

Texto: João Pedro

A estrada, feita anteriormente de asfalto, actualmente, no projecto de reabilitação da mesma consta a aplicação de betão no pavimento em toda a sua extensão, dando maior durabilidade, por conta do fluxo de camiões carregados com toneladas de mercadorias, que saem do Porto de Luanda e das máquinas usadas pelas empresas instaladas na SONILS.

A reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda (JML), deslocou-se até a Avenida Kima Kienda, onde percorreu durante vários minutos as obras de requalificação com início na zona do Porto de Luanda até ao Bairro da Boavista. António Manuel, motorista de camião cisterna de combustível, disse que as obras estão a dar nova imagem à zona.

Numa comparação entre o passado e o presente, o automobilista lembrou que era insustentável passar pela Kima-Kienda, devido aos inúmeros buracos que a estrada apresentava. Satisfeito com a nova realidade, António Manuel diz que os riscos fazem parte do passado.

"Houve melhorias e temos certeza de que, com a conclusão das obras, há satisfação de todos os motoristas e moradores da Boavista", salientou António Manuel.

Localização geográfica

O bairro da Boavista está localizado numa das zonas nobres da cidade de Luanda, mais precisamente, o 5ambizanga, Porto de Luanda, Caminhos de Ferros de Luanda (CFL) e a base da 50- NILS, empresa de direito angolano, conceituada em logística para a indústria de petróleo e gás.

O nome - Boavista - resulta da aglutinadas de duas palavras (boa+vista), por conta da sua localização e a possibilidade de as pessoas vislumbrarem o mar com toda a facilidade, cenário que permite observar o pôr do sol e que tem inspirado muitos artistas.

Muitos moradores dos edifícios limítrofes, atraídos pelo lucro, arrendaram as casas e outros venderam a instituições pertencentes à gestão marítima e portuária, bem como à indústria petrolífera. Encontrar terreno baldio no Bairro da Boavista é como procurar uma agulha no palheiro, ou seja, é muito difícil. Actualmente, os terrenos estão avaliados em milhões de kwanzas e são muitas vezes motivos de litígios, por conta dos burladores que se fazem passar pelos verdadeiros proprietários, segundo nos confidenciou um dos moradores da área.

6.4 Inundações das residências e os problemas do dia a dia

Jornal Luanda

10 De Julho de 2023

ANTES DA existência das empresas ao longo da costa marítima, as águas da chuva desaguavam directamente no mar sem causar problemas aos moradores. Mas com a construção da Sonils, as valas de drenagens que davam ao mar foram fechadas, o que resultou em inundações das residências.

"E quando começa a chuva temos que acordar, caso contrário ficamos a nadar. Por isso, é que em todas as portas colocamos blocos para não entrar água nas residências", frisou o professor.

Dona Manuela que vive no bairro há 30 anos, queixou-se que muitos moradores não contribuem para o bem social, e depositam o lixo nas vatas de drenagem que dificultam o escoamento das águas, motivo pelo qual há mundações frequentes. A anciã refere que a construção da Sonils retirou dos moradores o acesso à praia.

Apontou ainda que antigamente havia mais higiene e que as residências não estavam ligadas uma às outras como actualmente. As construções respeitavam os critérios adequados de construção civil. desabafou dona Manuela.

"Com a requalificação da Boavista que começou na encosta do Miramar e está a se estender até este lado temos certeza que no futuro estas casas também podem ser retiradas desta zona" garantiu.

A equipa de reportagem do Jornal Metroponatano de Luanda constatou que os moradores da Boavista podem dar-se por felizes no domínio do abastecimento de água potável pois que, ao longo da Avenida Comandante Kima Kienda, existem vários chafarizes. Com baldes na cabeça alguns moradores percorrem pequenas distâncias à procura do precioso líquido, mas ninguém volta para casa sem levar água.

A reportagem do JML, constatou que, no domínio da energia eléctrica todas as residências do Bairro Miramar estão ligadas ao sistema de distribuição feito pela Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE). Razão para dizer que energia eléctrica não consta da lista dos problemas do Miramar.

A grande preocupação prende-se com a recolha do lixo pelas empresas licenciadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPU)

Outra inquietação que atormenta os moradores prende-se com a antiga fábrica de tecidos Textang, cuja chaminé constitui um perigo porque quando faz muito vento abana e deixa os moradores aflitos.

"Pedimos encarecidamente que retirem estas duas chaminés tal como fizeram com a grua que estava no Bairro do Prenda, para que se evite uma tragédia", disse a moradora, Ana Manuel.

A principal actividade na Boa vista era a pesca pelo facto de estar ligado ao mar. e na época colonial existia muitas indústrias como as de fábrica de bolachas, Gelo Textang entre outras.

JP

6.5 "Modus vivendi" dos colonos e dos pescadores

Jornal Luanda

10 De Julho de 2023

NA SUA GÉNESE o Bairro da Boa vista assim como boa parte das Infra-estruturas de Luanda estão intrinsecamente ligados à presença de portugueses A

presença portuguesa está relacionada com a pesca o morador. Paulo Custódio recuou no tempo para descrever como era o *modus vivendi*" desta comunidade.

Conta que os portugueses viviam separados dos pescadores das traineiras (pequena embarcação de pesca. Cuja característica era fazer muito barulho e ter uma performance lenta), que eram os barcos utilizados na altura.

Acrescentou que na parte frontal da empresa Sonils, estava localizada a zona dos pescadores. muitos dos quais provenientes da Ilha do Cabo.

"Todos os nativos estavam separados ou seja isolados porque existia classes. Hoje, o bairro cresceu. Naquele tempo só existia urna estrada, que estava do lado do Caminho- de-Ferro de Luanda.

Questionado sobre a origem do nome "Orago", Paulo Custódio disse que o nome referia-se a uma embarcação. E um barco africano. Ele veio aqui para fazer o trabalho de aprofundar a costa marítima da Baía, mas por motivos mecânicos houve urna avaria e ficou aqui ancorado.

O morador refere que "Orago", foi o responsável pelo aprofundamento da zona litoral da Boavista para que os navios de grande porte não ficassem P-€SCIS. Recorda que, na adolescência, todos subiam ao barco para depois mergulhar. Era uma praia bastante frequentada.

Mais adiante existia uma ponte onde era descarregado o peixe "Foram bons tempos, todos os jovens naquela altura se preocupavam com os estudos apesar de existir apenas urna escola na zona" lembrou

JP

6.6 Centralidade do Mussungue e outras infra-estruturas na Lunda-Norte fora de perigo

Jornal de Angola

10 De Julho de 2023

Texto: Armando Sapalo

O Programa Nacional de Contenção e Estabilização de centenas de ravinas inventariadas em todo o país pelo Executivo, através do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, já está a produzir resultados satisfatórios, na província da Lunda-Norte.

Segundo o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas da Lunda-Norte,

Domingos Dala, as infra-estruturas de impacto sócio-económico, até então em risco de destruição, estão, agora, fora de perigo, depois dos trabalhos de estancamento, iniciados neste ano.

Domingos Dala afirmou que, só a Norte de um quarteirão da Zona-1 da Centralidade do Mussungue, no Dundo, por exemplo, as obras de contenção e estabilização da ravina, que ameaçava "engolir" aquela parte da área habitacional, decorrem a um ritmo satisfatório.

Declarou que a execução física dos trabalhos, que têm a ver com os movimentos de terra na ravina da Centralidade do Mussungue, ronda os 80 por cento, ao passo que os de construção da vala de drenagem estão na ordem de 45%.

Em declarações à imprensa, à margem de uma jornada de campo realizada, sexta-feira, pela governadora provincial, Deolinda Vilarinho, explicou que, no quadro do Plano de Emergência, aprovado pelo Executivo, para a Lunda-Norte, especificamente, foram consignadas seis das treze ravinas inscritas para a contenção e estabilização.

O vice-governador esclareceu que as seis ravinas consignadas, com os trabalhos de estancamento em curso, são as da zona Norte da Centralidade do Mussungue, rotunda do Aeroporto, do rio Dundo, bairro 4 de Abril (Dundo), perímetro do Antigo Reservatório de Combustível no município do Lucapa e Tanda-2, ao longo da Estrada Nacional N° 225, na circunscrição do Cuilo.

De acordo com o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, a execução física das obras de contenção da ravina no Tanda-2 estão a 100% por concluída, tendo sido igualmente repostos o tapete asfáltico do troço, até então, em perigo de destruição.

A construtora AFAVIAS, contratada pelo Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação para o estancamento da erosão naquele troço rodoviário, está, nesta altura, em fase de colocação da sinalização, realçou Domingos Dala.

"Dentro do Plano de Emergência do Executivo, são, neste momento, seis ravinas que estão a ser estancadas, num total de 13 que tinham sido inscritas. Todas as obras decorrem a um bom ritmo. É importante informar que temos a ravina do Tanda-2, ao longo da Estrada Nacional N° 225, no município do Cuilo, cujas obras estão a 100 por cento concluídas, e já foi repostos o tapete asfáltico. Nesta altura, o empreiteiro está a colocar a sinalização na via", reforçou o vice-governador.

Garantiu, também, que há avanços significativos na execução física da ravina da rotunda do Aeroporto Kamanquenzo, tendo em conta que, a par dos movimentos de terra e acções de terraplanagem em curso, está em fase de conclusão a construção da nova vala de drenagem.

A ravina, segundo vice-governador, forçou, desde o início deste ano, a interdição da via da rotunda do aeroporto, uma situação que deixou o trânsito, principalmente, na ligação entre os três distritos urbanos da cidade do Dundo, em apenas um único sentido e, como consequência, foram surgindo vários acidentes de viação.

Disse que, dada a evolução registada nas obras de contenção da ravina a cargo da empresa 7 Cunhas, as autoridades governamentais da Lunda-Norte, em coordenação com a Administração Municipal do Chitato e o Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária do Comando da Polícia Nacional, estão a ponderar a definição de medidas técnicas para a reabertura ao tráfego de uma das faixas da via da rotunda do aeroporto.

A ideia, de acordo com Domingos Dala, é assegurar a fluidez do trânsito rodoviário urbano do Dundo e segurança dos utentes, evitando que surjam mais acidentes de viação, à semelhança do que aconteceu, recentemente, na zona do Mercado Municipal do Carinhenga, em que um camião desgovernado atropelou e provocou a morte de quatro pessoas.

Prazo contratual

O chefe de secção das Obras de Contenção e Estabilização da ravina da rotunda do Aeroporto, Armando Carneiro, afecto à construtora 7 Cunhas, explicou que os trabalhos globais de execução física estão na ordem de 70 por cento. Considerou o desafio da empresa "cumprir os oito meses do prazo contratual, desde que as próximas chuvas não interfiram no programa".

Prevê-se concluir as obras até ao final deste mês. A vista panorâmica da área de erosão, segundo o responsável, é completamente nova, pois, a partir da rotunda, está a ser construída, e em fase final, uma vala de drenagem dimensionada com três metros de diâmetro, para possibilitar a permeabilização das águas.

Sublinhou que o empreiteiro está a aproveitar o tempo de Cacimbo, para acelerar a conclusão das obras, tendo em conta que, com as chuvas, a dinâmica das actividades pode reduzir.

6.7 Programa de Combate à Pobreza com 362 acções concluídas na Lunda-Norte

Jornal de Angola

14 De Julho de 2023

Texto: Armando Sapalo

O Programa de Combate à Pobreza (PIDCLP), na província da Lunda Norte, concluiu 362 acções que se prevê que venham a beneficiar um total de 119.974 inscritos no PIDCLP, informou, esta quinta-feira, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento.

Em declarações à imprensa antes do encontro de Monitoria e Avaliação do PIDCLP, com o governo local e os dez administradores municipais da Lunda Norte, Ana Paula do Sacramento Neto avançou que, neste momento, 73 outros projectos inseridos no programa, também, estão em curso.

6.8 Financiamento de Habitação para Arrependimento em África (parte II)

Jornal Economia & Finanças

21 De Agosto de 2023

A habitação e Arrendamento acessível tem um potencial significativo na expansão o acesso à habitação a famílias de baixos rendimentos em África.

Bem poderia ser um slogan, de forma mais comprimida, de qualquer Governo da África Subsaariana, na qual se incluem os países abaixo do Deserto do Saahara, e Angola e Moçambique incluem-se naturalmente, se um dia apostarem, efectivamente no sector de Habitação.

No entanto, essa opção de posse de moradia tem sido negligenciada em muitas políticas nacionais de habitação em todo o continente africano.

Na Tunísia, por exemplo, o Governo local tem como meta uma taxa de posse de casa própria de 80 por cento como parte fundamental da sua política habitacional. Em muitas outras cidades africanas, um grande número de famílias africanas são actualmente inquilinos.

Como uma parte, lembremo-nos que metade da população mundial já vive em cidades e previmos que nos próximos 10 anos, seja uma realidade em toda a África.

Em Angola, cerca de 1/3 da população vive na província de Luanda, e brevemente, até 2027, metade da população angolana viverá nas maiores cidades: Luanda, Lubango, Benguela e Huambo.

Portanto, e assim, é imperativo que os Governos adoptem políticas que possam ajudar a desenvolver e regular o arrendamento de casas: apartamentos e moradias.

Em Joanesburgo, a capital económica e financeira da África do Sul (país mais rico de África), 42 por cento das famílias são inquilinos, em comparação com 63 no Cairo (capital do Egipto), enquanto em Nairóbi (Quénia), 80 por cento dos moradores são inquilinos.

Na cidade Lagos (Nigéria), 60 a 65 por cento dos profissionais de negócios são inquilinos devido aos altos preços das casas e à falta de produtos hipotecários acessíveis, de acordo com a Residential Auctions Company, uma empresa de pesquisa imobiliária na Nigéria.

Essa tendência também é predominante em assentamentos informais em muitos países africanos.

Em algumas cidades, a maioria dos moradores de favelas vive em alojamentos arrendados. Em Dacar ou Dakar (Senegal), estima-se que 25,5 por cento dos moradores das favelas são inquilinos, em comparação com 91,5 em Nairóbi.

Como aqui se pode constatar, aqui apresenta-se um conjunto de exemplos de cidades de norte a sul, oeste e este de África.

Depende-se por uma pequena amostra que as cidades em países em vias de desenvolvimento, países exportadores de petróleo e Angola enquadra-se neste contexto, o mercado de arrendamento, é muito grande, muito acima do mercado habitacional de casa própria e com casa paga directamente (sem recurso a crédito bancário hipotecário) e com recurso aos bancos comerciais.

Parece evidente que a ligação do Produto Interno Bruto, do Produto Nacional Bruto do país e per capita, nível de emprego e desemprego, influencia e muito com a capacidade de viver sob o regime de casa arrendada ou em casa própria.

A realidade «mascarada» é que ainda há um grande segmento de famílias africanas que não têm condições de comprar uma casa, mesmo que seja fortemente subsidiada. Para muitas famílias, o arrendamento é uma alternativa mais barata à casa própria.

Ao contrário dos países desenvolvidos, a habitação para arrendamento ainda não é uma componente importante das políticas nacionais de habitação em África. Alguns obstáculos ao crescimento do mercado imobiliário de arrendamento de África incluem um alto viés cultural em favor da casa própria, marcos legais fracos ou inexistentes e a falta de opções de capital para apoiar projectos de arrendamento de imóveis.

Como apresentado num artigo anterior e aqui publicado, parte da solução para a crise habitacional tem que vir de mudanças de mentalidade e comportamento para reflectir o facto de que nem todos podem ser proprietários. Algumas pessoas terão que se contentar com apartamentos, implicando algum adensamento da construção.

A economia dos mercados de arrendamento já foi bem narrada em outros estudos. Autores como Peppercorn e Taffin, em 2013, com o estudo *A Policy Guide to Rental Housing in Developing Countries*, da ONU-Habitat, contêm propostas relevantes sobre como aumentar a oferta de stocks de casas para arrendamento acessível em mercados emergentes.

O desenvolvimento de um mercado de arrendamento acessível em África depende em grande medida do empenho dos Governos em criar um ambiente propício em termos de regulamentação, tributação e o quadro jurídico necessário. São necessárias leis que definam claramente os direitos e obrigações dos inquilinos, bem como proporcionem uma protecção legal eficaz aos senhorios. Em Angola, o quadro jurídico é o seguinte:

- A Lei Especial de Arrendamento Urbano nº 26115, de 23 de Outubro;

- O Decreto n.º 43.525/61, de 7 de Março de 1961 (Código Civil).

Estas duas leis, uma delas do tempo colonial e de 1961 (62 anos), constituem as leis básicas que estabelecem o regime jurídico do arrendamento urbano em Angola, encontram-se desactualizados e desajustados à realidade constitucional e económico-social.

Quadros jurídicos melhorados estão actualmente em vigor ou estão a ser elaborados em países como o Egipto, a Tunísia, Marrocos e a África do Sul.

A legislação de arrendamento anterior no Egipto congelou os valores de arrendamento e impôs a renovação de contratos entre inquilinos e proprietários, com apartamentos às vezes passando por gerações (Egypt Independent 2012). Em 2018,

mais de 4 milhões de unidades de arrendamento no Egipto estavam vagas; uma consequência não intencional dos controlos de arrendamento, que estrangularam ainda mais o crescimento de stocks de casas para arrendamento.

O governo egípcio está actualmente a rever a sua estrutura de arrendamento para enfrentar esses obstáculos, em 2014, Marrocos tomou medidas que melhoraram significativamente o seu quadro jurídico.

A lei de arrendamento revista delineou as obrigações dos inquilinos e senhorios e definiu claramente as condições para as renovações e rescisões do arrendamento,

Um aumento de 8 por cento no arrendamento a cada três anos também foi consagrado na nova legislação. Essa melhoria do ambiente jurídico tem atraído novos investimentos para o mercado de locação.

Na frente financeira, os reguladores precisam criar um ambiente propício que garanta que as Instituições financeiras possam levantar fundos de longo prazo de financiadores a um custo acessível. Relações equilibradas entre locador e Inquilino são fundamentais para atrair capital nesse importante segmento, ao mesmo tempo em que garantem segurança de posse às famílias. As estruturas de arrendamento, no entanto, não são difundidas e, às vezes, muito restritivas.

A Lei de Habitação para Arrendamento da África do Sul de 1999 fornece um raro exemplo de uma estrutura relativamente amigável ao investidor.

Nos países desenvolvidos, os Governos fornecem incentivos fiscais e subsídios para melhorar a qualidade e a quantidade de estoques privados de arrendamento.

O programa Low Income Housing Tax Credit (LIHTC) nos Estados Unidos é um exemplo de métodos usados por Governos para atrair capital privado para casas de arrendamento direcionadas a famílias de baixa renda e rendimento média,

Mais importante, um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) pode ser um novo veículo de investimento para canalizar recursos do mercado de capitais para investimentos de arrendamento em África,

Dado que os mercados de capitais no continente estão a dar os primeiros passos, este instrumento só pode ser realisticamente previsto a médio e longo prazo (2025 - 2030), para dar tempo ao amadurecimento dos mercados de capitais africanos.

Um Fil é um veículo de propósito específico, empresa que investe em imóveis residenciais e comerciais.

Os FII's também podem investir em hipotecas e títulos lastreados em hipotecas.

Como um veículo de investimento, os FII's permitem que os investidores possuam participações accionistas nos activos que possuem de forma semelhante à posse de acções de qualquer outra empresa aberta ao público em geral.

Os acionistas recebem rendimentos do produto do arrendamento sob a forma de dividendos de activos imobiliários e também se beneficiam do crescimento desses activos ao longo do tempo. Ser negociado na bolsa de valores local também torna esse activo muito líquido.

Actualmente em Angola há um conjunto de Sociedades de Investimento Imobiliárias (Organismos de Investimentos Colectivo), negociadas no BODIVA, com a supervisão da comissão de Mercados de Capitais.

6.9 Moradores do Paraíso pedem hospital e fim da criminalidade

Jornal Luanda

24 De Julho de 2023

Texto: Augusto Panzo e Mayomona

Artur

Com o passar dos anos, a população foi aumentando e as autoridades estatais começaram a implantar serviços sociais básicos na zona. Foi assim que surgiu o primeiro sistema de abastecimento de água, através de uma cooperação com o Governo japonês, a construção do Posto de Saúde pelo Fundo de Apoio Social (FAS) e outros.

Passados 26 anos, uma equipa de reportagem do Jornal Metropolitano esteve naquela zona de Luanda, onde se situa o Bairro Paraíso para, de entre outros assuntos, inteirar-se da situação sanitária e delituosa no bairro, aspectos que mais preocupam os moradores.

ATENDIMENTO DEFICIENTE NA SAÚDE

Apenas um Posto de Saúde funciona na circunscrição onde residem mais de 200 mil habitantes. Realidade que preocupa os utentes, sobretudo, porque a unidade sanitária existente abre às 8H00 e fecha às 15H30. Para as ocorrências nocturnas, a população arranja soluções individuais fora do bairro. Por esta

razão, os moradores clamam por um hospital de referência, pois o Posto de Saúde, construído em 2003, pelo Fundo de Apoio Social (FAS), tem capacidade para atender 500 pessoas, já não suporta a demanda.

Um número muito elevado de utentes procura aquele serviço. Os técnicos de saúde, em serviço na referida unidade Sanitária, fazem "das tripas coração". para cobrir as solicitações. Além das urgências, atendem mais de 130 doentes em consultas diárias, nas especialidades de Medicina, Pré-Natal, Pediatria e PAV (programa alargado de Vacinação).

Em função disso, os utentes reclamam do tempo de espera. Para um paciente ser atendido tem de chegar de madrugada ao local para marcar o lugar, colocando o seu nome na lista que é feita pelo elemento da "segurança". Muitos chegam ao Posto de Saúde às 5h00 horas da manhã, mas o atendimento só começa por volta das 8h00, que é a hora de entrada dos técnicos que largam às 15h30. É caso para dizer que no bairro Paraíso o sector da Saúde "está doente".

FALTA DE AMBULÂNCIA

Maria António, 40 anos, manifestou-se preocupada com a falta de uma ambulância no Posto de Saúde do bairro Paraíso. Pois, quando se dão casos em que há necessidade de transferência para Hospitais de Referência, os familiares dos pacientes são obrigados a pagar pelo aluguer de um meio de transporte.

"Quando há uma situação mais complicada, os familiares dos pacientes são obrigados a alugar motorizadas de três rodas para levarem seus entes ao Hospital Municipal de Cacuaco", referiu.

Em função dos constrangimentos, os utentes defendem que o bairro Paraíso precisa de um Hospital de Referência, capaz de satisfazer as necessidades sanitárias dos moradores daquela área do Distrito Urbano dos Mulenvos de Baixo.

Tal como os moradores e utentes, o Chefe do Posto de Saúde, Félix Francisco José, também mostra-se inquieto. Queixou, dizendo que os 14 funcionários que ali labutam são insuficientes para atender 300 a 400 doentes que diariamente acorrem à unidade sanitária.

Analisando a situação do Centro, Félix José pretende ter mais cinco funcionários e acredita que, com o número já existente, serão capazes de dar conta dos utentes e do trabalho. Também deseja que seja construída uma nova unidade sanitária da categoria de Hospital Municipal. Segundo a fonte, está em carteira um projecto para o efeito e as autoridades

sanitárias municipais, em colaboração com as entidades governamentais da província de Luanda, têm estado a trabalhar em busca de soluções.

"Estamos a falar de um Posto de Saúde que foi concebido para 500 habitantes em 2003, ano da sua construção. Hoje, a realidade é bem diferente, porque a população anda a volta de mais de 200 mil habitantes. Daí a necessidade de se construir aqui um Centro Materno Infantil ou mesmo um Centro de Saúde de Referência. Só a título de exemplo, a moldura humana, aqui presente, hoje, não é nada, em relação ao que temos registado noutros dias. "Assim sendo, um posto construído para atender 500 pessoas, torna-se urna gota no oceano para toda essa multidão", disse Félix José.

6.10 Presidente da República autoriza construção de 1500 casas para reassentamento

Jornal de Angola
25 De Angola de 2023

Várias famílias que vivem em condições precárias de habitabilidade, insegurança e riscos eminentes de diversas doenças endémicas no bairro Ngolone, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, serão realojadas em casas sociais a serem construídas na mesma zona.

O Presidente da República, através do Despacho Presidencial n.º 178/23, de 19 de Julho, autorizou o valor global em kwanzas equivalente a 75, 7 milhões de dólares, para a construção de 1.500 habitações sociais, incluindo as respectivas infra-estruturas e equipamentos sociais, divididos em três lotes.

O documento refere que o primeiro lote compreende a construção de 500 casas sociais, uma escola do I Ciclo, escola secundária, jardim de infância, creche e posto de polícia, no valor em kwanzas equivalente a 18, 1 milhões de dólares.

O segundo lote também contempla a construção de 500 residências sociais, escola do I Ciclo, jardim de infância, creche e posto de saúde, no valor em kwanzas equivalente a 19, 8 milhões de dólares.

No terceiro lote serão construídas 500 casas sociais e as respectivas infra-estruturas internas e externas, num montante equivalente em kwanzas a 40, 7 milhões de dólares.

O Despacho Presidencial também autoriza o contrato para a elaboração de estudos e projectos e

coordenação da empreitada, no valor em kwanzas equivalente a 2,4 milhões de dólares.

Igualmente, autoriza o contrato para a fiscalização da empreitada, num montante em kwanzas equivalente a 1,7 milhões de dólares.

O Presidente da República, João Lourenço, delegou ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação competência, com faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar, incluindo a elaboração das peças do procedimento, a adjudicação, celebração e assinatura dos contratos.

O Despacho Presidencial n.º 178/23, que entrou em vigor no dia 20 do corrente mês, acrescenta que a ministra das Finanças foi autorizada a inscrever os projectos no Programa de Investimento Público (PIP) de 2023 e garantir os recursos financeiros necessários para a implementação dos contratos.

As famílias a serem reassentadas residiam em terrenos localizados na reserva fundiária junto à cabeceira da pista do Novo Aeroporto Internacional de Luanda Dr. António Agostinho Neto.

6.11 Obras de requalificação Urbana da cidade do Lubango vão custar 290,8 milhões USD

Jornal Expansão
28 De Julho de 2023

As obras de requalificação urbana da cidade do Lubango vão custar ao Estado 290,8 milhões USD ao câmbio actual, aprovados pelo Presidente da República através de um ajuste directo.

O dinheiro está subdividido em duas partes, sendo 287,3 milhões USD para a construção e reabilitação de 90,44 Km de vias periféricas e urbanas com elevado grau de degradação, e 3,5 milhões USD vão servir para pagar à empresa que vai fazer os trabalhos de fiscalização das obras. De acordo com um Despacho Presidencial publicado esta semana; a empreitada inclui serviços complementares como recolha e tratamento de resíduos sólidos, captação e distribuição de água, reabilitação de edifícios públicos e de iluminação.

No documento, o Presidente da República delega competência ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar, incluindo a elaboração das peças do procedimento, a adjudicação, a celebração e

a assinatura dos contratos de empreitada e de fiscalização das obras.

Em Junho de 2017 foi consignada uma obra ao consórcio formado pela Omatapalo e a empreiteira Imosul, prevendo trabalhos de reabilitação ao longo

de 100 quilómetros de infraestruturas integradas e estradas.

Segundo a Omatapalo, as obras iriam decorrer durante 36 meses e envolviam em concreto a pavimentação das ruas do casco central da cidade, a colocação de sistemas de drenagem de águas pluviais, de saneamento e de iluminação pública, entre outras.

Na ocasião, os contratos pretendiam assegurar igualmente a reabilitação de jardins, equipamentos sociais e de 17 quilómetros de rede de abastecimento de água potável à nova centralidade da Quilemba, bem como a construção de uma estação de tratamento de águas residuais.

H.B.

6.12 Cidadão constrói casa ecológica a baixo preço

Jornal de Angola

Texto: Guimarães Silva

30 De Julho de 2023

O técnico informático Miguel Pereira, com 250 mil kwanzas, construiu uma casa ecológica funcional, com um estilo arquitectónico integrado no contexto da região de Nambuagongo e respeitador dos valores culturais locais. A moradia foi construída com pedras, paus de momboto, mutamba, munzi, muanga, lubanga e bambu, além de argila, capim de gibomba, junco e cordas de casca de árvores. Ele produz a electricidade através de fezes de animais. Ele garante que a casa tem um tempo de vida útil situado entre 30 e 40 anos

Miguel Pereira é um jovem de Nambuagongo com ideias próprias e criatividade acima da média. A proposta de casas ecológicas em zonas rurais e peri-urbanas é uma das apostas do empreendedor, de 30 anos de idade, que sonha em ajudar as pessoas a viver sem restrições de modernidade, ajudando a resgatar os valores culturais dos povos africanos. Para que possam desfrutar de meios de vida sustentáveis, com agricultura, conhecimento do local onde habitam e aproveitamento racional de recursos naturais.

"A minha proposta não é nova. Nasci e vivi em cubatas que são o exemplo acabado de casas ecológicas, tal e qual os nossos avôs faziam. A

intenção é a preservação cultural, porque precisamos de resgatar esses valores, promovendo o turismo nas zonas rurais e preservando o meio ambiente. Desta feita, pego em materiais orgânicos e inorgânicos e dou-lhes outra finalidade para servir a todos. Inspiro-me nas residências antigas para a construção de modelos com matéria-prima cem por cento natural", afirma, socorrendo-se do termo ecologia, criado por Haeckel em 1866, que define a ciência que estuda os seres vivos no seu habitat natural.

Estudioso, sem muita publicidade do que faz, para não lhe chamarem de "feiticeiro", passou da teoria à prática e já fez a sua casa ecológica. Produz electricidade sustentável a partir de fezes de animais e frutos, admitindo que "é possível o casamento entre as casas tecnológicas e as Tecnologias de Informação e Comunicação. Tenho em minha casa computador e televisor, que funcionam com energia produzida por mim".

O jovem de Nambuagongo, que é igualmente informático de profissão, respeita as tradições e não se opõe a quem constrói com materiais convencionais, a exemplo dos vizinhos que apostaram em casas de adobe cozido, por sinal matéria-prima igualmente ecológica, tradicional e bem aproveitada na região norte de Angola. "Respeito a natureza com todas as suas componentes. Sou amigo das árvores, dos animais, da boa circulação do ar, e agora, de obras executadas a baixo custo", confessa, admitindo que "a própria natureza rejeita quem agride animais e plantas. Aliás, por causa do corte indiscriminado de árvores, temos o aquecimento global e mudanças climáticas assustadoras", realça.

A casa ecológica

A casa ecológica que construiu é um elemento arquitectónico não distante do que existe nas zonas rurais, construída à base de pedras, paus, argila, capim e cordas naturais. "A casa pode durar entre 30 e 40 anos, desde que bem estruturada com a utilização de pedras e paus resistentes como o momboto, mutamba, munzi, muanga, lubanga e bambu, e ainda o capim de gibomba, junco e cordas de casca de árvores", informa, salientando que "há técnicas que usamos com raízes, num processo químico que passa pela fermentação para afugentar insectos e neutralizar o salalé".

O interlocutor sublinha que dentre as vantagens das casas ecológicas estão inúmeros benefícios para a saúde humana. Em termos económicos, adianta que "com 250 mil kwanzas podemos ter uma casa segura, com três cómodos, WC e cozinha onde utilizo um fogão que funciona à base de biogás produzido a

partir de lixo como dejectos de galinhas, porcos e ovelhas, que têm pouca capacidade de combustão e não provocam incêndios”.

A fonte para a iluminação provém de um processo de produção de energia que une frutos, dejectos animais (que possuem potássio, ácidos acético e cítrico

quando azedam) e sal, e ainda o recurso a placas transformadoras e a um medidor de tensão antigos (reaproveitados); fios condutores, num misto que, para nosso espanto, dá o resultado esperado: corrente alternada de seis volts, que amplia até aos 24 volts. Miguel Pereira adianta que estuda métodos para aumento da quantidade de energia, porque "a que produzo com o meu processo só dá para alimentar o televisor, computador e algumas lâmpadas fluorescentes.”

"Preciso de aprender mais, contactar quem utiliza energias renováveis como a foto voltaica e a eólica. Por enquanto, estou em processos de produção simples, aqueles que consigo encontrar facilmente em Nambuangongo”.

O jovem está a desenvolver um instrumento para aproveitamento de água do subsolo. Por enquanto socorre-se de outras fontes, como o rio. Contudo, "tenho muitos seguidores. Há gente interessada em construir os meus modelos de casas em resorts e fazendas. Ando à procura de patrocinadores para levar avante o projecto que reúne residências, resgate cultural e turismo”, disse.

7. TERRAS

7.1 Construção de prédio de 4 pisos na Vila Alice envolve num manto de suspeitas

Novo Jornal

7 De Julho de 2023

Texto: Ilídio Manuel

As obras do edifício, que já tinham sido embargadas há alguns meses durante o período em que Ana Paulo de Carvalho esteve à frente da governação de Luanda, retomaram em Maio deste ano, num espaço completamente vedado aos olhos dos mirones.

Está a causar estranheza a certos moradores da zona e não só o facto de na licença emitida pelo GPL não constar o número da casa térrea que foi destruída para dar lugar a construção do novo edifício.

"Como foi possível o GPL licenciar uma obra sem número da casa demolida, na rua Eugénio de Castro, quando se sabe que no referido troço todas as moradias estão "numeradas desde a década de 1950, ou seja, há mais de 70 anos?", questiona um antigo morador da vila Alice.

A ausência de numeração na licença levanta igualmente suspeitas a outro morador, já que se trata, segundo ele, de "casas geminadas e numeradas".

Diz que não acredita numa omissão in-voluntária da parte do GPL, uma vez que a obra já tinha sido embargada.

Os dois moradores, que falaram na condição de não serem identificados, por razões óbvias, alinharam pelo mesmo diapasão quanto a uma eventual quebra da harmonia arquitectónica da zona.

"Há uns anos, um influente político do partido governante construiu um colégio de seis pisos" numa zona em que apenas existem casas térreas",

Uma das fontes do NJ acredita que situações do género seriam evitáveis caso fossem implementadas as autarquias, uma vez que as decisões para a licenciamento de obras seriam tomadas em sede colegial e não de forma individual.

Contactado a propósito, o reputado engenheiro de construção civil António Venâncio manifestou a sua estranheza pela ausência do que considera "número de polícia" na licença de construção do GPL.

Em relação ao número de pisos que serão erguidos no espaço, disse que isso dependia da cêrcea, ou seja, dos edifícios envolventes e que não podiam exceder aos admitidos por lei.

Abordado sobre o mesmo assunto, um jurista, que falou sob anonimato, mostrou igualmente a sua perplexidade pela ausência desse "dado [número da casa] importante na licença", o que, em sua opinião, poderá levantar suspeitas de favorecimento de emissão de licença ou mesmo "actos de corrupção por parte dos funcionários da administração local".

GPL diz que anomalias foram ultrapassadas

Confrontado com o assunto, o director municipal de infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação de Luanda, arquitecto Cláudio Revelas, disse, de forma lacónica, que o "número de polícia não é requisito de licenciamento para qualquer tipo de obra".

Em resposta a um questionário que lhe havia sido enviado por escrito, justificou as razões que terão levado ao embargo da obra. "A obra estava a ser executada sem o devido licenciamento, ou seja, em transgressão administrativa. O proprietário foi multado pelos órgãos de Fiscalização e, depois de pagar, deu entrada do processo de licenciamento, que foi avaliado pelo conselho técnico da DMIO'TH, (Direcção Municipal de Infra-estrutura, Ordenamento do Território e Habitação). O pedido de licenciamento mereceu um parecer favorável".

Questionado sobre se a execução da obra não punha em causa a segurança dos edifícios vizinhos, disse que, no acto de licenciamento, constaram no projecto todas as especialidades, com destaque para o projecto de estrutura.

"Em relação às casas vizinhas, foram acauteladas todas as condições para evitar-se qualquer tipo de danos, tanto que foi apresentado um termo de responsabilidade. Caso ocorra algum incidente que possa causar algum dano, o proprietário da obra será chamado a repará-lo".

Sobre a cêrcea, ou seja, o número de pisos que o edifício deve comportar, assegurou que o edifício não ia causar qualquer desarmonia arquitectónica, visto que existem outros edifícios envolveu-teso

"O edifício em causa comportará rés-do-chão, mais 3 (três) pisos, sendo 1 (um) terraço visitável, o que totalizam 4 (quatro) pisos, conforme está referenciado na licença", pontualizou, ao finalizar, Cláudio Revelas.

7.2 A banca e as cooperativas habitacionais

Jornal Economia e Finanças

7 De Julho de 2023

O banco dedicado ao crédito à habitação do Senegal: "Banque de l'Habitat du Sénégal" (BHS) tem uma estratégia muito inovadora e bem sucedida baseada numa parceria tripartida integrada entre cooperativas habitacionais, promotores imobiliários e o banco BHS que foi estabelecido para ajudar a fechar a lacuna de financiamento habitacional. De fato, o banco BHS formou parcerias estratégicas com cooperativas habitacionais, que são representadas pela União Nacional das Cooperativas Habitacionais (UNACOOOP-Habitat), nas quais as economias dos membros são depositadas no banco BHS, em troca de empréstimos com taxas preferenciais (7 por cento em comparação com 8-10% em bancos comerciais e até 14% em IMFs - sociedades de microcrédito habitacional, entidade tipo apresentada nos artigos anteriores). O banco BHS pré-qualifica os membros da cooperativa para empréstimos futuros e ajuda a organizar acordos de "venda por atacado" entre as cooperativas e promotores imobiliários, incluindo descontos nos preços. O banco BHS oferece empréstimos para compra ou construção de novas unidades, bem como para compra de terrenos pelas cooperativas, sendo o pagamento garantido pela poupança acumulada dos cooperados. A fim de incentivar essa parceria, o governo senegalês fornece às cooperativas terras gratuitas, bem como acesso prioritário a empreendimentos fundiários baseados em parcerias público-privadas, isenções anuais de impostos sobre lucros e redução no registo de encargos para lotes de terra (1 por cento em vez de 10 por cento).

Soluções Inovadoras para Aumentar o Acesso ao Financiamento Habitacional

A expansão do acesso ao financiamento habitacional para famílias de baixa e média renda requer soluções inovadoras para cortar custos de transações e informações, reduzir o risco do segmento de mercado imobiliário de baixa renda e fornecer assistência técnica. Alguns modelos inovadores adicionais de financiamento habitacional que foram projectados para aumentar o acesso ao financiamento habitacional para famílias de baixa e média renda são discutidos abaixo.

Combinando sociedades de microcrédito (SM) com assistência técnica

Para ajudar a minimizar o risco e maximizar o impacto dos investimentos imobiliários, a maioria dos

credores identificou a necessidade de combinar financiamento com serviços de apoio habitacional. Este tipo de serviços inclui assistência técnica de construção, capacitação, formação, projectos arquitectónicos, entre outros. No Quênia, por exemplo, a equipa e os consultores da NACHU ("Kenya's National Cooperative Housing Union" ou União Nacional de Cooperativas do Quênia) são os principais fornecedores de SM para as cooperativas membros da NACHU. As cooperativas habitacionais afiliadas à NACHU usam a organização quase exclusivamente para atender às suas necessidades habitacionais, contando com a NACHU para vários serviços de suporte técnico, pois obtê-los em outro lugar é substancialmente caro e, portanto, inacessível. O programa de habitação popular da LafargeHolcim em 16 países, 6 dos quais na África - Argélia, Camarões, Quênia, Marrocos, Nigéria e Zâmbia - fornece um exemplo ilustrativo de SM. Em 2012, a LafargeHolcim, uma fabricante de cimento; lançou um programa de habitação acessível em economias emergentes. O objectivo deste programa é contribuir para a melhoria das Condições de moradia de 2 milhões de pessoas até 2020, enquanto constrói novos mercados para a LafargeHolcim.

A LafargeHolcim trabalha em parceria com MFIs (sociedades de microfinanças), ONGs (Organizações não Governamentais) e comerciantes de materiais de construção para avaliar as necessidades do mercado e identificar oportunidades em moradias populares. Esta é uma abordagem de solução integrada, que coloca o mutuário junto com comerciantes de materiais de construção, MFIs e ONGs que podem fornecer assistência técnica. Faz parceria com MFIs para conceder empréstimos habitacionais no valor médio de US\$ 2.500, com prazo de dois a três anos. As MFIs participantes beneficiam-se das pesquisas de avaliação de mercado da LafargeHolcim, que as ajudam a avaliar o tamanho dos mercados de SM e entender melhor as necessidades dos clientes. PRINCIPAIS

CONCLUSÕES DA PESQUISA LAFARGEHOLCIM DE 2014 NOS CAMARÕES

Uma dessas pesquisas conduzida pela LafargeHolcim nos Camarões permitiu que uma instituição financeira compreendesse melhor seus solicitantes de empréstimos habitacionais, incluindo suas necessidades e expectativas. As principais conclusões desta pesquisa de 2014 incluíram o seguinte:

Arenda mensal dos solicitantes de empréstimo varia entre CFAF 200.000 e CFAF 400.000 (US\$ 340-680), com uma economia mensal estimada de CFAF 120.000 (US\$ 204); a idade dos candidatos variou entre 25 e 45 anos.

Cerca de 28% dos solicitantes de empréstimos habitacionais identificaram as taxas de juros como o principal factor que influencia a seleção de uma instituição financeira. Outros critérios importantes de selecção incluem a reputação da instituição financeira (17%), a qualidade do serviço (16%) e a proximidade da instituição financeira (13%).

Os solicitantes de crédito estavam interessados principalmente em empréstimos de médio a longo prazo: 1 a 5 anos (27 por cento), 5 a 10 anos (32 por cento) e 10 a 15 anos (16 por cento).

Cerca de 86 por cento dos solicitantes de crédito pretendiam usar o empréstimo para construção de casas, enquanto os 14 por cento restantes pretendiam usar o empréstimo para melhorias na casa.

Cerca de 76% dos candidatos a empréstimos estão interessados em receber serviços gratuitos de assistência técnica, como listas de quantidades (22%), conselhos sobre o tipo de materiais de construção (20%), conselhos sobre o uso de materiais de construção (14%) e especificações de projeto (13% por cento).

Além das pesquisas de mercado, a LafargeHolcim desenvolveu um kit de ferramentas para treinar agentes de crédito de SM em noções básicas de construção, bem como fornecer a eles uma ferramenta de TI (tecnologias de informação) para facilitar o processamento de solicitações de empréstimos habitacionais. Isso contribuiu para desenvolver e fortalecer a capacidade da equipa nas SM parceiras da LafargeHolcim. Além disso, os mutuários recebem projectos arquitectónicos gratuitos e assistentes técnicos de construção que ajudam os solicitantes de empréstimos a preparar as listas de quantidades. Cerca de 70% do valor do empréstimo é desembolsado directamente para a rede de comerciantes de materiais de construção da LafargeHolcim, o que ajuda a evitar «vazamentos» e garantir que o empréstimo seja usado para fins de construção de moradias.

Outro exemplo que trago é fora do continente berço, mas do México, no continente americano.

DAS VENDAS DE CIMENTO As SOLUÇÕES INTEGRADAS: CEMEX PATRIMONIO HOY, MEXICO

A CEMEX, uma multinacional produtora de cimento com sede no México, mantém um relacionamento próximo com os clientes, avaliando minuciosamente as necessidades e fornecendo soluções holísticas por meio de sua subsidiária "Património Hoy". A CEMEX trabalha com soluções habitacionais

integradas e materiais de construção acessíveis há mais de 16 anos e refinou seu modelo de negócios para vendas de cimento por meio da "Património Hoy". O objectivo geral do "Património Hoy" é oferecer uma solução baseada no mercado para as necessidades de moradia de famílias de baixa renda em áreas urbanas marginalizadas, a fim de melhorar sua qualidade de vida e capacitá-las. Para a "CEMEX Património Hoy", a curva de aprendizagem inicial foi íngreme. A CEMEX sabia que cerca de 30% a 40% do cimento ensacado era consumido no segmento de baixa renda, mas a CEMEX não sabia como as pessoas construíam, quais eram seus problemas e assim por diante. Para reconhecer isso, a CEMEX fez uma Declaração de Ignorância interna.

Para obter conhecimento e acertar o modelo, a CEMEX lançou um extenso estudo prático de mercado em Guadalajara e estava aberta a desconsiderar as abordagens tradicionais de negócios e considerar novas maneiras de alcançar clientes de baixa renda. O principal «insight» foi que, para construir uma casa de 10 m², as famílias gastam em média de quatro a cinco anos na construção devido a falhas significativas de mercado, incluindo (1) falta de acesso a crédito e/ou financiamento; (2) falta de competência (as pessoas são auto-construtoras, mas carecem de conhecimento de construção e muitas vezes são enganadas); e (3) falta de oportunidades de armazenamento, o que leva a um longo tempo de construção.

Como resultado dessas descobertas, a CEMEX decidiu repensar as suas relações com os clientes lançando a "Património Hoy" - um negócio inclusivo, que oferece soluções habitacionais integradas, abrangendo não apenas construção, mas também financiamento, consultoria especializada e afins. Pás garantir o desenvolvimento de relações valiosas com os clientes, os clientes entram num modelo de microcrédito, onde as famílias se inscrevem sem nenhum requisito além da identificação pessoal. O cliente é responsável por se comprometer com um projecto de 70 semanas e pagar uma modesta parcela semanal de US\$ 21, que é retida como crédito para o futuro material de construção. O modelo funciona como um esquema de poupança e crédito onde o cliente pode escolher entre um cronograma com múltiplas entregas de materiais de construção, dependendo de suas necessidades e do cronograma desejado para a execução da obra.

A "Património Roy" retém uma taxa de adesão de cada remessa semanal que cobre serviços e garantias. A "Património Hoy", por exemplo, disponibiliza um arquitecto para planear e organizar «in loco» com os participantes e todos os familiares.

Além disso, o custo dos materiais é mantido fixo ao longo do trabalho, protegendo os clientes das flutuações de preços e outras instabilidades macroeconómicas. A "Património Roy" também oferece aos clientes a opção de fazer uma pausa na entrega de materiais, se os clientes passarem por períodos de trabalho inconsistente ou desejarem atrasar a construção.

Ao agregar valor ao relacionamento com o cliente "Património Hoy" vende soluções completas de habilitação, que incluem financiamento, assistência técnica, garantias por preços fixos e todo tipo de material de construção e acabamento. Ao usar esse modelo, o empreendimento "Património Hoy" forneceu soluções acessíveis de reforma residencial para mais de 425.000 famílias (equivalente a mais de 2 milhões de pessoas) na América Latina e apoiou a construção de mais de 3 milhões de metros quadrados de espaço. Mais de US\$ 280 milhões foram concedidos em créditos, com uma taxa de reembolso de 99 por cento.

7.3 Construção de prédio de 4 pisos na Vila Alice envolve num manto de suspeitas

Novo Jornal

7 De Julho de 2023

Texto: Ilídio Manuel

As obras do edifício, que já tinham sido embargadas há alguns meses durante o período em que Ana Paulo de Carvalho esteve à frente da governação de Luanda, retomaram em Maio deste ano, num espaço completamente vedado aos olhos dos mirões.

Está a causar estranheza a certos moradores da zona e não só o facto de na licença emitida pelo GPL não constar o número da casa térrea que foi destruída para dar lugar a construção do novo edifício.

"Como foi possível o GPL licenciar uma obra sem número da casa demolida, na rua Eugénio de Castro, quando se sabe que no referido troço todas as moradias estão "numeradas desde a década de 1950, ou seja, há mais de 70 anos?", questiona um antigo morador da vila Alice.

A ausência de numeração na licença levanta igualmente suspeitas a outro morador, já que se trata, segundo ele, de "casas geminadas e numeradas".

Diz que não acredita numa omissão involuntária da parte do GPL, uma vez que a obra já tinha sido embargada.

Os dois moradores, que falaram na condição de não serem identificados, por razões óbvias, alinharam pelo mesmo diapasão quanto a uma eventual quebra da harmonia arquitectónica da zona.

"Há uns anos, um influente político do partido governante construiu um colégio de seis pisos" numa zona em que apenas existem casas térreas",

Uma das fontes do NJ acredita que situações do género seriam evitáveis caso fossem implementadas as autarquias, uma vez que as decisões para a licenciamento de obras seriam tomadas em sede colegial e não de forma individual.

Contactado a propósito, o reputado engenheiro de construção civil António Venâncio manifestou a sua estranheza pela ausência do que considera "número de polícia" na licença de construção do GPL.

Em relação ao número de pisos que serão erguidos no espaço, disse que isso dependia da cêrcea, ou seja, dos edifícios envolventes e que não podiam exceder aos admitidos por lei.

Abordado sobre o mesmo assunto, um jurista, que falou sob anonimato, mostrou igualmente a sua perplexidade pela ausência desse "dado [número da casa] importante na licença", o que, em sua opinião, poderá levantar suspeitas de favorecimento de emissão de licença ou mesmo "actos de corrupção por parte dos funcionários da administração local".

GPL diz que anomalias foram ultrapassadas

Confrontado com o assunto, o director municipal de infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação de Luanda, arquitecto Cláudio Revelas, disse, de forma lacónica, que o "número de polícia não é requisito de licenciamento para qualquer tipo de obra".

Em resposta a um questionário que lhe havia sido enviado por escrito, justificou as razões que terão levado ao embargo da obra. "A obra estava a ser executada sem o devido licenciamento, ou seja, em transgressão administrativa. O proprietário foi multado pelos órgãos de Fiscalização e, depois de pagar, deu entrada do processo de licenciamento, que foi avaliado pelo conselho técnico da DMIOTH, (Direcção Municipal de Infra-estrutura, Ordenamento do Território e Habitação). O pedido de licenciamento mereceu um parecer favorável".

Questionado sobre se a execução da obra não punha em causa a segurança dos edifícios vizinhos, disse que, no acto de licenciamento, constaram no projecto todas as especialidades, com destaque para o projecto de estrutura.

"Em relação às casas vizinhas, foram acauteladas todas as condições para evitar-se qualquer tipo de danos, tanto que foi apresentado um termo de responsabilidade. Caso ocorra algum incidente que possa causar algum dano, o proprietário da obra será chamado a repará-lo".

Sobre a cércea, ou seja, o número de pisos que o edifício deve comportar, assegurou que o edifício não ia causar qualquer desarmonia arquitectónica, visto que existem outros edifícios envolveu-teso

"O edifício em causa comportará rés-do-chão, mais 3 (três) pisos, sendo 1 (um) terraço visitável, o que totalizam 4 (quatro) pisos, conforme está referenciado na licença", pontualizou, ao finalizar, Cláudio Revelas.

7.4 População constrói casas dentro da Fazenda Avinova, administração alega falta de condições para agir

Novo Jornal

14 De Julho de 2023

Texto: Euclides Sela e Adjali Paulo

Mais de 300 famílias, entre civis e ex-militares, construíram vários casebres no interior da Fazenda Avinova, município de Cacuaco, em Luanda, alegando ser herança dos pais que foram camponeses.

Instalada num espaço de 200 hectares desde 2000, na comuna do Musseque Sequele, município de Cacuaco, com o título de concessão de terras em regime ilimitado, n.º 47/DP/DNDR/2004, passado pela Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, a Fazenda Avinova dedica-se à produção de ovos, frango de corte e de nível industrial.

Entretanto, sem ceder espaço a ninguém, de acordo com declarações da administradora da empresa, Maria José, a fazenda, com capacidade de produção para 150 toneladas de frango/mês e mais de 300 mil ovos/dia, está a ser invadida desde 2019 por populares que construíram casebres com chapas de zinco e blocos no local.

Para Maria José, os supostos invasores têm construído, preferencialmente, junto às naves de criação, alimentação e abatedores, o que, por conseguinte, tem levado a que se assista com regularidade à vandalização dos equipamentos dos aviários.

Segundo ainda a responsável, a situação forçou a produção avícola à paralisação e 180 colaboradores ao despedimento.

Maria José explica que, de acordo com as regras da indústria avícola e de biossegurança, num raio de dois quilómetros de distância entre os aviários, não devem existir residências, com vista a preservar-se a saúde dos animais e dos populares.

Aliás, a direcção da fazenda, apercebendo-se da invasão, já por três vezes procurou fechar os caminhos criados pelos invasores, que destruíram a vedação, mas, em todas estas ocasiões, a população insurgiu-se contra os trabalhadores e a segurança da fazenda com objectos contundentes e armas brancas e de fogo, chegando mesmo a queimar os meios usados no processo de vedação, queixa-se a responsável.

Conforme Maria José, "os impulsionadores da invasão são elementos afectos à Administração do Distrito, Direcção Municipal da Fiscalização e à coordenação do Bairro". Para resolver o problema, a Avinova escreveu mais de uma dezena de cartas para a Administração Municipal de Cacuaco, com o conhecimento do Governo Provincial de Luanda e do Comando da polícia, entretanto, sem resposta até ao fecho desta edição do jornal.

E enquanto se espera, os casebres, conforme constatação da equipa de reportagem do Novo Jornal e relato da proprietária, são construídos diariamente no período da noite. Em cada metro percorrido, vislumbram-se sinais de marcação de terreno, casas em construção e vegetação a ser queimada. Devido à alegada morosidade das autoridades administrativas, a gestora diz que o advogado da instituição prepara um dossiê para interpor um recurso extraordinário a solicitar providência cautelar ao tribunal competente, pois, apesar de alguns responsáveis pela comercialização de terrenos no interior da fazenda terem sido chamados pelo Tribunal de Comarca de Cacuaco para julgamento sumário em 2022, a situação de venda acelerou. Segundo relatos, os preços dos terrenos variam entre 100 e 300 mil kwanzas.

Populares negam acusação e falam em «herança» dos pais

Entre a população supostamente 'invasora', a maioria é proveniente das províncias de Malanje, Kwanza-Norte, Uíge e de bairros de Luanda como Belo Monte, Malueca, bem como de outros pontos de Cacuaco. Ao NJ, negam a acusação da proprietária da fazenda e dizem ser herdeiros dos terrenos, os quais, supostamente, eram lavras dos seus pais.

Os populares começaram a efectivar a ocupação em 2019.

O bairro, onde já foram instalados mais de 200 casebres feitos de chapa e de blocos, chama-se 'Che Guevara' e tem estruturas como uma comissão de moradores e um Comité de Acção do Partido MPLA.

O coordenador da Comissão de Moradores, João Salazago, defende que são os proprietários do terreno por via de herança.

"Estamos no nosso terreno. Tentaram corromper os nossos pais com 50 dólares em 2002, a fim de terem sido transferidos para outra área, mas eles haviam recusado", reitera João Salazago.

O responsável pelos moradores lamenta a alegada brutalidade usada, em 2015, pelos militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), para os retirar à força do terreno João salazago explica que, com o decorrer do tempo, se decidiram a responder, recorrendo à administração e à PGR do distrito, mas foram respondidos com detenção.

O também responsável do CAP do MPLA lamenta o facto de as negociações com a dona da Avinova não terem sido bem-sucedidas. João Salazago adianta, contudo, que continuarão no terreno até se encontrar uma solução para o litígio.

"A dona Maria José, neste mesmo ano [2015], tinha-nos dito que iria criar condições para sermos transferidos para o Mayé-Mayé, mas recusámos a proposta. Porém, continuamos à espera de uma proposta melhor, apesar de termos irmãos que frequentemente têm chegado de vários pontos do país, com o objectivo de ocuparem a parte da herança que lhes cabe", explica.

Cacuaco pede apoio de fiscais de outras administrações e da PN para demolir casebres

Sobre o assunto, o director do Gabinete de Comunicação Social (GCS) da Administração de Cacuaco confirma terem recebido as queixas da proprietária da fazenda, mas lamenta a falta de condições para pôr em acção o programa de demolição. José Kimbanza justifica que, para além das alegadas condições técnicas e humanas, a administração não reagiu imediatamente porque acautelou aproveitamento político e, se avançasse, iriam levantar-se "muitos problemas".

O director José Kimbanza afirma que a administração protege todas as instituições legalmente reconhecidas que estão no município e que a Avinova é uma delas, aliás tem investido e garantido emprego aos municípios de Cacuaco.

O responsável rebate as acusações segundo as quais o administrador estaria envolvido na invasão com os seguintes argumentos: "O caso arrasta-se desde 2019 e técnicos da administração estiveram lá para a constatação. Entretanto; como naquela altura eram poucos invasores, conseguiu-se 'expulsá-los do terreno, porém voltou um conjunto de invasores bem preparados e na sua maioria ex-militares. Aí há ameaças de morte".

José Kimbanza garante, por isso, que não há envolvimento do administrador nem da administração. Questionado sobre as dezenas de cartas enviadas pela Avinova para a administração, mas sem resposta até à altura das declarações ao NJ, o responsável respondeu que normalmente, quando o administrador recebe esses documentos, despacha para as áreas competentes. Por outro lado, lamenta o facto de terem notificado a administração depois de as "coisas estarem muito fora de controlo".

"O problema é que o munícipe ou o titular de algum terreno reclama depois de as coisas estarem complicadas após tentativa de negociação com os invasores não ter o êxito esperado. Em contrapartida, você, quando está ser invadido, não deve negociar com o invasor, mas dirigir-se à administração e abrir um processo, porque é um assunto que tem de envolver a Polícia. Essas forças é que têm de tomar medidas ao invasor", diz o director do GCS.

O porta-voz do município de Cacuaco afirma que a administração é autónoma nessas decisões, mas pede, por exemplo, o apoio de fiscais de outras administrações, das Polícias de Patrulhamento e Reacção e de Cavalaria para actuar neste caso e noutros de invasão de terrenos. José Kimbanza declara que a execução do programa de demolição daqueles casebres que estão dentro do perímetro da Avinova e de outros pontos onde há o mesmo problema está previsto para, talvez, depois de Julho ou Agosto.

A administração diz que aguarda por apoio das forças da ordem para demolir as residências.

7.5 Mobiliária Casa Nova vai apresentar inovação

Jornal Economia e Finanças
14 De Julho de 2023

Uma vasta linha de novos produtos e serviços diversos, constituem as novidades que a Casanova Imobiliária vai apresentar aos visitantes na presente edição da Filda, que arranca na próxima terça-feira em Luanda.

Segundo o Presidente do Conselho de Administração, Emin Herji, a instituição é uma marca assídua da Filda, "e como não poderíamos deixar de ser, este ano marcamos novamente presença e com muitas novidades, uma delas é o facto de estarmos presentes em 2 stands, um no interior e outro no exterior do pavilhão".

O gestor disse ainda que o destaque para esta edição, é a apresentação dos móveis de produção nacional para quartos, cozinhas, escritórios (estofos), todos certificados com o selo Feito em Angola.

Disse que a empresa terá um espaço completamente dedicado aos consumíveis de escritório e material didáctico, bem como a apresentação do novo serviço ao cliente, o Quick Casanova.

"Estamos confiantes de que poderemos fechar óptimos negócios com parceiros e clientes durante o evento, por isso acreditamos que as novidades que serão apresentadas farão a diferença na casa ou no escritório de cada visitante", assegurou Emin Herji.

Avançou que a Filda é e será sempre a maior montra de grande valor acrescentado para as empresas comercializarem os seus produtos e serviços, argumentando que o local é ideal para se forjar parcerias e estreitar relações comerciais.

"Para a Casanova, a conjugação destes factores é muito importante para que se consiga atingir os objectivos traçados para cada ano e cada edição" disse.

Lembrou que na edição de 2022, a empresa conseguiu atingir os objectivos traçados, tendo apresentado os seus produtos de forma impactante.

"Fizemos diversas parcerias, fortalecemos o relacionamento com os nossos clientes e o mais importante, nos aproximamos dos futuros clientes", concluiu, o responsável.

7.6 Subida do preço do material construção adia o sonho da casa própria e asfixia vendedores

Jornal O PAÍS

14 De Julho de 2023

Texto: Miguel Kitari

O preço do saco de cimento para a construção civil, cimento cola, chapas de zinco, ferros do tipo varão e cantoneira, tinta, mosaico e não só registaram um aumento substancial no mercado.

As causas, segundo contam os vendedores, estão relacionadas com a desvalorização do Kwanza, assim como a subida do preço da gasolina. Os comerciantes de Luanda dizem não terem mais clientes. Vendedora de material de construção no mercado informal do Bita Progresso, município de Belas, em Luanda, Madalena Manuel Paulo avança que até ao ano passado o saco de cimento de 50 quilogramas era comercializado por Kz 3.800, e agora está a ser vendido por Kz 4.500. Sobre a causa da subida, Madalena refere que "os fornecedores associam a valorização do dólar face ao Kwanza, bem como a subida da gasolina. E esse novo preço começou a vigorar assim que subiu a gasolina", explicou.

Por esta causa, diz que passaram a comprar menos cimento aos fornecedores, pois não possuem capacidade para aquisição de grandes quantidades. Do mesmo modo, lamenta a redução considerável de clientes que afluem à sua bancada para comprar o produto.

O mesmo acontece com os varrões de aço, cujo atado de 12 está a ser vendido por Kz 52 mil, contra os 38 do mês passado, período em que a gasolina registou um aumento superior a 80% e o Kwanza perdeu terreno face à moeda norte-americana.

Quanto às cantoneiras, a de 40/70 custa agora Kz 7 mil, que antes era comercializada por Kz 4 mil.

"Estamos a perder muitos clientes. As coisas sobem todos os dias e as pessoas não têm capacidade de compra. As obras estão paralisadas", afirmou.

Patrícia Belmira, outra vendedora do mercado do Bitá, refere que antes do actual cenário macroeconómico comercializavam o saco de cimento de 50 quilogramas por Kz 3.200, e mais tarde 3.500. "Mas com a subida do combustível tudo disparou. Agora vendemos o saco por Kz4.500", diz, vaticinando que "não é um preço fixo", porque "há previsões de subida".

Por causa da alta dos preços, Patrícia Belmira lamentou o facto de terem perdido clientela, realçando que muitos chegam apenas para perguntar e quando se deparam com os preços abanam a cabeça e dão meia volta.

A vendedora não tem dúvidas que o dinheiro está difícil e que os preços actuais afugentaram os clientes, deixando prejuízos para elas, pois podem passar um dia inteiro sem vender absolutamente nada.

"Nos últimos dias, não podemos falar de lucros. O que acontece é que vendemos a um determinado preço e quando voltamos à loja tudo subiu. E temos

que acrescentar mais dinheiro para poder levar a mercadoria", lamentou.

Explica ainda que a chapa de zinco, com seis metros, da referencia 0/30, que era vendida por Kz 7 mil agora é comercializada por Kz 15 mil, um aumento de 100%. O pedido desta jovem, que se dedica ao comercio, vai no sentido da baixa e estabilidade dos preços para que possam vender e ter lucros.

"Ninguém faz negócio para não ter lucro. E é o que está a acontecer connosco", reforçou.

Vendedora de material de construção há cinco anos, Eugênia João também não está satisfeita com a alta de preços que considera prejudicial para o negócio que realiza.

A comerciante lembra que até ao ano passado o saco de cimento de 50 quilogramas era vendido por Kz 3.200, e agora pode ser adquirido por Kz 4.500, admitindo um aumento substancial nos próximos dias. Quando questionada se sabe das razões, indicou logo a alta do dólar, assim como a subida do preço da gasolina, uma decisão do Governo angolano, materializada no passado mês de Junho.

"A subida dos preços não nos beneficia em nada. Antes pelo contrário' só está a nos prejudicar. Não temos clientes. Queremos que os preços baixem nas fábricas para que toda a gente tenha a possibilidade de comprar e fazer as suas obras", defendeu.

Quanto aos varrões de 12, explica que estavam a ser comercializados por Kz 35 mil, e que agora custam Kz 52 mil. As chapas, segundo a vendedora, custavam até Kz 7.500, passando a valer Kz 15 mil, as cantoneiras que eram Kz 5 mil estão a ser vendidas por Kz 8 mil.

Outro vendedor do mercado do Bitá é Nsimba Pedro. Ele começa por explicar que, além do cimento para construção, os materiais para acabamento também registaram subidas. Sobre o assunto, refere que antes o cimento cola, no caso o saco de 20 quilogramas, era vendido por Kz 1.200 e agora custa Kz 2.000.

"Desde que os preços subiram, no mês passado, e continuam a subir, temos muitas dificuldades em ter clientes. Está muito complicado, pois essa subida só nos está a prejudicar", lamentou.

Explica que de subida em subida, a chapa de seis metros agora custa Kz 15 mil, contra os Kz 7 mil anterior. Na bancada de Nsimba, o atado de varrões que custava Kz 40 mil é vendido por Kz 60 mil.

"Até as madeiras e os contraplacados que são usados nas obras subiram", referenciou, sublinhando que o balde de tinta passou de Kz 6 mil para Kz 8.500, ao passo que o rolo de cabos elétricos passou de Kz 4 mil para Kz 8 mil, o tubo de canalização para esgotos, com o diâmetro de 110 e três metros, subiu de Kz 2 mil para Kz 4 mil.

A subida do preço do cimento teve impacto noutros produtos derivados. Os preços dos respiradores feito a base de cimento e as vigas são alguns das matérias que sofreram alterações nos preços.

Nunes Barbosa, que se dedica à produção de respiradores e de vigas, lamenta o facto de o cimento ter registado uma subida considerável, pois também teve uma alteração nos preços e com isso perdeu clientes.

"Como somos dependentes do material de construção, o cimento subiu e o preço do varrão também, não tivemos alternativa se não acompanhar a dinâmica do mercado. A vigota de três metros, que vendíamos por Kz 4 mil, agora custa Kz 7.500", explicou.

Em face disso, afirma que não têm tido lucro. O que mais quer é que haja alteração dos preços em baixa, no sentido de devolver o poder de compra aos cidadãos que procuram erguer a casa própria.

7.7 Programas de garantia de hipoteca

Jornal Economia e Finanças
14 De Julho de 2023

Os Esquemas de Garantia destinados a incentivar os credores a atender os grupos de pessoas com mais debilidades materiais ou de rendimento baixo raramente são usados com sucesso na África subsaariana, devido ao pequeno tamanho das carteiras de empréstimos habitacionais e à falta de dados confiáveis necessários para precificar adequadamente os riscos. Países como: Gana, Quênia e África do Sul desenvolveram um produto chamado "Collateral Replacement Indemnity" (CRI), que teve um impacto moderado no aumento do acesso ao financiamento habitacional. A "Horne Loan Guarante e Company" (HLGC), uma empresa sem fins lucrativos na África do Sul, lançou o produto "CRI" há 25 anos para substituir a necessidade de adiantamentos. O "CRI" permite que potenciais tomadores de empréstimos tenham um LTV (Lifetimevalue, é uma estimativa da receita média que um cliente irá gerar ao longo de sua vida como cliente) de até 100%. Este produto é frequentemente

direccionado para as famílias de baixa e média renda. Por meio desse produto, o "HLGC" permitiu que mais de 300.000 sul-africanos de baixa renda se tornassem proprietários de casas. O "HLGC" facilitou mais de R 40 bilhões (US\$ 3,2 mil milhões) em empréstimos imobiliários para sul-africanos de baixa renda até o momento. Uma tentativa no Mali de lançar um seguro hipotecário baseado em LTV não foi bem sucedida, pelo menos por enquanto. No Burkina Faso, um Fundo de Garantia também foi desenvolvido para empréstimos habitacionais de médio prazo concedidos pela "Caisse d'opulaires du Burkina". No entanto, este projecto-piloto nunca foi ampliado para outros países em África. Na Nigéria, está em processo de criação um Esquema de Garantia apoiado pelo Estado com o objectivo de promover mais empréstimos para grupos de rendimento baixo.

Uma das principais razões pelas quais os credores tradicionais não se aventuram na faixa moderada à inferior do mercado de financiamento habitacional é a predominância do emprego informal, cenário idêntico também em Angola e em Moçambique, uma categoria de risco que eles falharam em avaliar com precisão. Os clientes com crédito neste segmento são ignorados pelas instituições financeiras tradicionais (bancos comerciais), mas podem não encontrar produtos adequados no canal de microfinanças (sociedades de microfinanças, etc), o que explica em grande parte a "terra de ninguém" entre os dois tipos de instituições financeiras. A capacidade de atender aos assalariados informais com empréstimos maiores que os microcréditos deve ser um poderoso impulsor da ampliação significativa da cobertura dos sistemas de financiamento habitacional. É possível emprestar com segurança para o segmento de renda baixa e informal, como demonstrado no Marrocos. Fazer isso exige que as instituições financeiras convencionais se esforcem e aprendam a avaliar melhor a qualidade de crédito dessa população e não simplesmente usar os processos de subscrição padrão que claramente não se encaixam no objetivo de reduzir o mercado de financiamento imobiliário.

Em Marrocos, o governo do país desenvolveu um Esquema de Garantia inovador e bem-sucedido, o "Fonds de Garantie pour les Populations à Revenus Irréguliers ou Modestes" (FOGARIM), que incentiva os bancos a financiar famílias informais e de baixa renda garantindo os seus empréstimos contra risco de crédito. Esta garantia cobre 70 por cento do empréstimo hipotecário e até 80 por cento para empréstimos no âmbito do programa "Villes Sans Bidonvilles" (VSB). Os empréstimos podem ser disponibilizados até 100% do LTV. As cobranças premium são fixadas entre 0,25% e 0,5% ao ano,

dependendo do LTV (para LTVs abaixo de 50%) e até 0,65% (para LTVs acima de 90%). Além de ser um comprador de casa pela primeira vez, os mutuários devem ter seguro devida e a casa precisa ser garantida por uma hipoteca. Mais de 115.000 empréstimos, ou cerca de 20 por cento de todas as hipotecas em Marrocos foram pagas ao abrigo deste regime desde a sua criação em 2004. O sucesso deste programa deve-se em grande parte à forte vontade política e ao esforço do governo em favor da implementação de uma política habitacional.

A Índia fornece exemplos valiosos de como duas empresas de financiamento habitacional (HFCs) "Dewan Housing Finance Corporation" e "GRUH Finance Limited" - estão a atender às necessidades de financiamento habitacional de famílias carentes de renda baixa e média-baixa. O "GRUH", por exemplo, concede empréstimos entre US\$ 1.500 e US\$ 15.000 até 20 anos. Estes empréstimos são garantidos por hipotecas e por garantias pessoais, com LTVs não superiores a 65 por cento. Os mutuários são clientes existentes com um histórico de poupança de vários anos. O "GRUH" tem um bom conhecimento das receitas típicas geradas por vários ofícios em áreas específicas. Desenvolveu, igualmente, um modelo interno de scoring (avaliação ou notação) no qual se baseiam as escalas de taxas de juro. O desempenho de crédito da carteira "GRUH" é excelente: a taxa de NPL (Quando um cliente bancário deixa de pagar as prestações de um empréstimo, o banco classifica esse crédito como crédito não produtivo (em inglês, non-performing loan ou NPL) caiu para 0,32 por cento no ano fiscal de 2013. Na esteira dos esforços de aprofundamento do mercado iniciados em 2008, novos credores entraram no segmento da população informal ao verem a lucratividade demonstrada deste segmento do mercado imobiliário.

Fica claro a partir desses exemplos que os princípios de conhecer o seu cliente são de particular importância no segmento de financiamento habitacional de rendimento baixo e média das famílias africanas. Recomenda-se, assim, que os mutuários tenham construído um registo de crédito com seus credores, que precisam ter a capacidade de avaliar os fluxos de caixa de seus clientes ao longo do tempo, especialmente para fluxos de renda não documentados e sem possibilidade de ser dado como garantia, o que se exclui aqui a questão da existência de um(a) avalista.

7.8 População constrói casas dentro da Fazenda Avinova, administração alega falta de condições para agir

Novo Jornal

14 De Julho de 2023

Texto: *Euclides Sela e Adjali Paulo*

Mais de 300 famílias, entre civis e ex-militares, construíram vários casebres no interior da Fazenda Avinova, município de Cacuaco, em Luanda, alegando ser herança dos pais que foram camponeses.

Instalada num espaço de 200 hectares desde 2000, na comuna do Musseque Sequele, município de Cacuaco, com o título de concessão de terras em regime ilimitado, n.º 47/DP/DNDR/2004, passado pela Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, a Fazenda Avinova dedica-se à produção de ovos, frango de corte e de nível industrial.

Entretanto, sem ceder espaço a ninguém, de acordo com declarações da administradora da empresa, Maria José, a fazenda, com capacidade de produção para 150 toneladas de frango/mês e mais de 300 mil ovos/dia, está a ser invadida desde 2019 por populares que construíram casebres com chapas de zinco e blocos no local.

Para Maria José, os supostos invasores têm construído, preferencialmente, junto às naves de criação, alimentação e abatedores, o que, por conseguinte, tem levado a que se assista com regularidade à vandalização dos equipamentos dos aviários.

Segundo ainda a responsável, a situação forçou a produção avícola à paralisação e 180 colaboradores ao despedimento.

Maria José explica que, de acordo com as regras da indústria avícola e de biossegurança, num raio de dois quilómetros de distância entre os aviários, não devem existir residências, com vista a preservar-se a saúde dos animais e dos populares.

Aliás, a direcção da fazenda, apercebendo-se da invasão, já por três vezes procurou fechar os caminhos criados pelos invasores, que destruíram a vedação, mas, em todas estas ocasiões, a população insurgiu-se contra os trabalhadores e a segurança da fazenda com objectos contundentes e armas brancas e de fogo, chegando mesmo a queimar os meios usados no processo de vedação, queixa-se a responsável.

Conforme Maria José, "os impulsionadores da invasão são elementos afectos à Administração do Distrito, Direcção Municipal da Fiscalização e à coordenação do Bairro". Para resolver o problema, a Avinova escreveu mais de uma dezena de cartas para a Administração Municipal de Cacuaco, com o conhecimento do Governo Provincial de Luanda e do Comando da polícia, entretanto, sem resposta até ao fecho desta edição do jornal.

E enquanto se espera, os casebres, conforme constatação da equipa de reportagem do Novo Jornal e relato da proprietária, são construídos diariamente no período da noite. Em cada metro percorrido, vislumbram-se sinais de marcação de terreno, casas em construção e vegetação a ser queimada. Devido à alegada morosidade das autoridades administrativas, a gestora diz que o advogado da instituição prepara um dossiê para interpor um recurso extraordinário a solicitar providência cautelar ao tribunal competente, pois, apesar de alguns responsáveis pela comercialização de terrenos no interior da fazenda terem sido chamados pelo Tribunal de Comarca de Cacuaco para julgamento sumário em 2022, a situação de venda acelerou. Segundo relatos, os preços dos terrenos variam entre 100 e 300 mil kwanzas.

Populares negam acusação e falam em «herança» dos pais

Entre a população supostamente 'invasora', a maioria é proveniente das províncias de Malanje, Kwanza-Norte, Uíge e de bairros de Luanda como Belo Monte, Malueca, bem como de outros pontos de Cacuaco. Ao NJ, negam a acusação da proprietária da fazenda e dizem ser herdeiros dos terrenos, os quais, supostamente, eram lavras dos seus pais.

Os populares começaram a efectivar a ocupação em 2019.

O bairro, onde já foram instalados mais de 200 casebres feitos de chapa e de blocos, chama-se 'Che Guevara' e tem estruturas como uma comissão de moradores e um Comité de Acção do Partido MPLA.

O coordenador da Comissão de Moradores, João Salazago, defende que são os proprietários do terreno por via de herança.

"Estamos no nosso terreno. Tentaram corromper os nossos pais com 50 dólares em 2002, a fim de terem sido transferidos para outra área, mas eles haviam recusado", reitera João Salazago.

O responsável pelos moradores lamenta a alegada brutalidade usada, em 2015, pelos militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), para os

retirar à força do terreno João Salazago explica que, com o decorrer do tempo, se decidiram a responder, recorrendo à administração e à PGR do distrito, mas foram respondidos com detenção.

O também responsável do CAP do MPLA lamenta o facto de as negociações com a dona da Avinova não terem sido bem-sucedidas. João Salazago adianta, contudo, que continuarão no terreno até se encontrar uma solução para o litígio.

"A dona Maria José, neste mesmo ano [2015], tinhamos dito que iria criar condições para sermos transferidos para o Mayé-Mayé, mas recusámos a proposta. Porém, continuamos à espera de uma proposta melhor, apesar de termos irmãos que frequentemente têm chegado de vários pontos do país, com o objectivo de ocuparem a parte da herança que lhes cabe", explica.

Cacuaco pede apoio de fiscais de outras administrações e da PN para demolir casebres

Sobre o assunto, o director do Gabinete de Comunicação Social (GCS) da Administração de Cacuaco confirma terem recebido as queixas da proprietária da fazenda, mas lamenta a falta de condições para pôr em acção o programa de demolição. José Kimbanza justifica que, para além

das alegadas condições técnicas e humanas, a administração não reagiu imediatamente porque acautelou aproveitamento político e, se avançasse, iriam levantar-se "muitos problemas".

O director José Kimbanza afirma que a administração protege todas as instituições legalmente reconhecidas que estão no município e que a Avinova é uma delas, aliás tem investido-e garantido emprego aos munícipes de Cacuaco.

O responsável rebate as acusações segundo as quais o administrador estaria envolvido na invasão com os seguintes argumentos: "O caso arrasta-se desde 2019 e técnicos da administração estiveram lá para a constatação. Entretanto; como naquela altura eram poucos invasores, conseguiu-se 'expulsá-los do terreno, porém voltou um conjunto de invasores bem preparados e na sua maioria ex-militares. Aí há ameaças de morte".

José Kimbanza garante, por isso, que não há envolvimento do administrador nem da administração. Questionado sobre as dezenas de cartas enviadas pela Avinova para a administração, mas sem resposta até à altura das declarações ao NJ, o responsável respondeu que normalmente, quando o administrador recebe esses documentos, despacha para as áreas competentes. Por outro lado, lamenta o

facto de terem notificado a administração depois de as "coisas estarem muito fora de controlo".

"O problema é que o município ou o titular de algum terreno reclama depois de as coisas estarem complicadas após tentativa de negociação com os invasores não ter o êxito esperado. Em contrapartida, você, quando está ser invadido, não deve negociar com o invasor, mas dirigir-se à administração e abrir um processo, porque é um assunto que tem de envolver a Polícia. Essas forças é que têm de tomar medidas ao invasor", diz o director do GCS.

O porta-voz do município de Cacuaco afirma que a administração é autónoma nessas decisões, mas pede, por exemplo, o apoio de fiscais' de outras administrações, das Polícias de Patrulhamento e Reacção e de Cavalaria para actuar neste caso e noutros de invasão de terrenos. José Kimbanza declara que a execução do programa de demolição daqueles casebres que estão dentro do perímetro da Avinova e de outros pontos onde há o mesmo problema está previsto para, talvez, depois de Julho ou Agosto.

A administração diz que aguarda por apoio das forças da ordem para demolir as residências.

7.9 Mais de 80 imóveis já recuperados este ano no combate à corrupção

Jornal de Angola

19 De Julho de 2023

Texto: Paulo Caculo

Oitenta e sete bens imóveis localizados no país, entre hotéis e escritórios, foram já recuperados, este ano, pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA) da Procuradoria-Geral da República (PGR), no âmbito do combate à corrupção e ao branqueamento de capitais.

Os activos, agora revertidos a favor do Estado e depositados em nome do Ministério das Finanças, segundo dados actualizados pela entidade da PGR responsável pelo confisco, encontram-se localizados nas províncias do Cuanza-Sul, Benguela, Namibe, Huambo, Bié, Moxico, Luanda, Malanje, Zaire, Cabinda, Cunene e Cuando Cubango.

No Cuanza-Sul, mais concretamente na cidade do Sumbe, encontra-se arrestado o Hotel IKA, avaliado em mais de 30 milhões de dólares (USD 34.210.644.00), sendo que vários outros patrimónios da mesma rede de hotéis, também revertidos para a esfera do Estado e fixado nos mesmos valores, foram

apreendidos em Benguela, Huíla, Namibe, Huambo, Cuando Cubango, Bié e Moxico.

Três hotéis da rede IU estão contabilizados na cidade de Malanje, nomeadamente Hotel IU - A, B e C, avaliados em mais de nove milhões de dólares (USD 9.009.075.00). Com igual valor e localizados no Soyo, província do Zaire, estão mais três unidades hoteleiras da mesma rede, todas recuperadas a favor do Estado.

Em Cabinda, estão localizados mais quatro hotéis IU, três localizados em Caio Litoral e um em Chiazí, avaliados, também, em mais de nove milhões de dólares. A mesma rede hoteleira estende-se à localidade de Santa Clara (Cunene) e Talatona (Luanda), estando o valor do património confiscado pelo Estado, no âmbito do combate à corrupção, fixado igualmente em USD 9.009.075.00.

Os edifícios de escritórios da companhia AAA Seguros, localizados na Praia do Bispo, em Luanda, integram igualmente o naipe de património ou activos arrestados pelo Estado, estando os imóveis avaliados em mais de dez milhões de dólares (USD 10.569.485.72).

Ainda na capital do país, o Serviço de Recuperação de Activos apreendeu o Hotel Thyke, avaliado em mais de 300 milhões de dólares (USD 313.029.409.99), seis vivendas no Condomínio Sodimo, com valor estimado em mais de 30 milhões de dólares (USD 32.490.000.00), Edifício Adli (USD 21.000.000.00) e um Centro de Sinistros (USD 7.683.140.00).

Na vasta lista de património agora revertido para a esfera do Estado, constam, igualmente, hotéis privados que terão sido erguidos com dinheiros públicos nas cidades de Mbanza Kongo, Caxito, Saurimo, Uíge, Ndalatando e Lubango, avaliados em mais de dez milhões de dólares.

Recomendações do GAFI

No árduo processo de combate à corrupção e ao branqueamento de capitais, o grande desafio do Serviço Nacional de Recuperação de Activos da PGR prende-se em procurar implementar as 40 recomendações do Grupo de Acção Financeira (GAFI).

Depois da avaliação submetida muito recentemente, Angola tem procurado conformar-se, efectivamente, o sistema de jurisdição obedece às 40 recomendações do GAFI e verificar como está o sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Face ao acima exposto, a directora do SENRA, Eduarda Rodrigues, justificou a política de promoção de ciclos de formação para procuradores, de forma a cumprir com o recomendado pela instituição financeira.

No processo de recuperação de activos do Estado, a instituição da PGR instaurou uma acção declarativa com o único objectivo de o Tribunal reconhecer que os bens apreendidos são efectivamente propriedade do Estado e, tendo, na sequência deste reconhecimento, o Tribunal homologado o acordo.

"Estes bens passaram, efectivamente, para a esfera do Estado. Foi assim que recuperamos, em Angola, mais de cinco mil milhões de dólares. Só recuperações referentes a entregas voluntárias de bens. Em termos de valores monetários, recuperámos cerca de sete mil milhões de dólares e foram apreendidos cerca de 12 mil milhões", disse Eduarda Rodrigues.

A primeira decisão de perda alargada de bens deu-se, recentemente, com a apreensão para a esfera do Estado de um património avaliado em mais de dois mil milhões de dólares, referentes ao caso da companhia AAA Seguros. O Tribunal condenou o arguido a 9 anos de prisão e à perda de bens localizados em Angola e em países como a Suíça, Singapura, Portugal, Bermudas, Luxemburgo e Emirados Árabes Unidos.

"Se não houver entrega dos valores correspondentes, todos os bens que foram apreendidos ou arrestados ficarão perdidos a favor do Estado, no prazo de 30 dias", alertou a directora do SENRA.

7.10 Cofre da Justiça gere bens avaliados em mais de USD 25 mil milhões apreendidos no combate a corrupção

Jornal O PAÍS

21 De Julho de 2023

Texto: Paulo Sérgio

São bens que se encontram em diversas províncias do país, , com maior realce para Luanda, Benguela, Huíla, Cuando Cubango e Namibe.

O empresário Carlos de São Vicente, dono do grupo AAA, figura entre os indivíduos que respondem na justiça por crimes relacionados à apropriação indevida de bens públicos, que mais bens viu apreendidos. Isso porque, de acordo com dados do SNRA, perdeu, para o Estado angolano, mais de 60 hotéis da rede UI, espalhados por todo país, e 16 da

rede IKA, localizados nas capitais de diversas províncias.

Depois de apreendidos, os referidos edifícios foram colocados à guarda do Cofre de Justiça, na qualidade de fiel depositário. Porém, no seguimento dos processos que correm os seus trâmites legais, os gestores deste órgão, afecto ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, transferiram 30 dos 60 edifícios que albergavam os hotéis UI para algumas instituições públicas.

A capital do país é a província onde mais investiram os indivíduos que tiveram tais patrimónios nios apreendidos, por ordem da Procuradoria Geral da República (PGR). Os investimentos consubstanciam-se na compra ou construção de imóveis, empresas, carros, barcos de luxo e até uma moto de água.

O imóvel mais caro erguido em Luanda, que se encontra à guarda do referido cofre como fiel depositário, é o Hotel Intercontinental Luanda, de cinco estrelas, avaliado em 510 milhões de dólares. Porém, está a ser gerido pela cadeia hoteleira mundial do Grupo Intercontinental (IHG).

Em segundo lugar da lista de patrimónios mais caros, disponibilizada esta semana pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SNRA), órgão afecto à PGR, estão as três Torres do Eixo Viário, onde está sedado, actualmente, o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos. Este imóvel, que antes se encontrava sob a guarda do Cofre de Justiça. Está avaliado em 251 milhões, 375 mil e 882 dólares.

Residências milionárias

Trinta e três milhões e 168 mil dólares é o valor que está avaliado a residência mais cara, erguida ou adquirida com dinheiro proveniente dos cofres públicos. A mesma se encontra localizada na Praia do Bispo, em Luanda, de acordo com dados do SNRA. O valor investido nesta residência' por exemplo, é três vezes superior ao estimado como estando avaliado um edifício de escritórios que está na mesma zona.

Sem especificar a dimensão dos dois imóveis, os peritos que fizeram a avaliação dos imóveis, a pedido do SNRA, estimaram que o edifício de escritórios custe 10 milhões, 569 mil e 485 dólares.

O apartamento Penthouse do major Pedro Lussati, no condomínio Palms Residence, em Talatona, com todos os bens móveis que lá se encontram, ocupa o segundo lugar da lista, por estar estimado em 15 mil milhões de dólares.

No condomínio Malungo, situa-se a terceira residência luxuosa mais cara apreendida até ao momento, avaliada em 3 milhões e 200 mil dólares.

Investimentos por algumas províncias

Apesar de ter uma quantidade de bens apreendidos sob gestão do Cofre de Justiça inferior ao de Benguela e Huila, a província do Cuando Cubango ocupa um lugar de destaque pela quantia monetária investida em poucos bens.

Os dados disponibilizados pelo SNRA, indicam que, além de viaturas, os cidadãos que aplicaram dinheiro desviado do erário nesta província têm uma forte "paixão" pelo campo. O que ficou demonstrado com a aplicação de 30 milhões de dólares na construção do Rio Cueba Lodge, 8 milhões de dólares no Hotel Lodge Laúca e 5 milhões no Sasha River Lodge

A lista de investimentos feitos neste seguimento no Cuando Cubango não termina aqui. Foram investidos também largas somas monetárias no Tchilinda Lodge, que está avaliado em 4 milhões de dólares, bem como no Laila Lodge, 1 milhão de dólares.

Em Benguela, alguns dos maiores investimentos foram feitos em fazendas e resorts, com realce para a fazenda Katanga, que está avaliada em 1 milhão de dólares.

7.11 Imóveis comprados no exterior com dinheiro 'desviado' de Angola ultrapassam USD 700 milhões

Jornal O PAÍS

21 De Julho de 2023

Texto: Romão Brandão

Considerado por muitos como o sector mais seguro de se investir, sector dê imobiliário não ficou de parte na visão daqueles que terão delapidado o erário público, com base no relatório tomado público pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SNRA). Os "ricos angolanos" espalharam o dinheiro em vários países, mas preferencialmente em Portugal.

Por que razão Portugal aparece com muita frequência no relatório dos activos recuperados, arrestados e apreendidos pelo SNRA? Só os especialistas em investimentos saberão responder, sabendo-se que este país vive, nos últimos tempos, uma valorização no referido sector da habitação.

O certo é que, não obstante à ousadia dos "possíveis investidores", consta da lista apresentada recentemente, pelo Estado angolano um total de 16 prédios e três apartamentos apreendidos só nas terras de Camões.

Os especialistas defendem que a localização do imóvel deve ser das melhores e, por isso, os três apartamentos apreendidos estão todos situados na capital de Portugal, Lisboa, e valem no total 2.022.450,00 de dólares norte-americanos.

Por outro lado, os 16 prédios urbanos, que ocupam maior volume no relatório que o jornal OPAÍS teve acesso, estão distribuídos entre o Rio de Mouro, Sacavém, Carcavelos, Cascais e Lisboa. Cada um com o seu preço, tendo o mais barato sido avaliado em 43.426,68 de dólares, e o mais caro em 2.020.000,00 de dólares.

No total, os 16 prédios que o Estado angolano

apreendeu tiveram um investimento avaliado em 5.292.906,52 de dólares, que juntando com os 2.022.450,00 de dólares do total de apartamentos em Lisboa, de bens imóveis apreendidos no exterior do país, o SNRA pode ter 'resgatado' 7.315.356,52 de dólares.

Recuperados

Apesar daquele número de imóveis apreendidos, em Portugal, o SNRA apenas conseguiu recuperar um apartamento em Telheiras/ Lisboa, avaliado em 320.000,00 de dólares, duas moradias em Algarve, orçadas em 4.200.000,00 de dólares, e mais um apartamento em Lisboa que pode ter custado 450.000,00 de dólares. No total, os imóveis recuperados na terra de Camões ficam avaliados em 4.970.000 dólares.

Na mesma senda, foram recuperados imóveis orçados em 850.000 dólares no Brasil. Trata-se de um apartamento no condomínio Panamby-São Paulo (no valor de 250.000,00 dólares); um imóvel no condomínio Classic São Paulo-Brasil (no valor de 350.000,00 de dólares) e um no Botafogo, Rio de Janeiro-Brasil (que custa 250.000,00 de dólares).

"A hora de vender os imóveis de Portugal é agora"

Para o director da Proimoveis e presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Corrêa, que conversou como nosso jornal, mais do que o Estado angolano ter recuperado estes bens, conseguidos supostamente com fundos públicos, é importante alistar como preocupação se

estes imóveis estão a dar rentabilidade ou a dar despesas.

Um imóvel pode ser um activo ou um passivo (pod gerar rendimentos ou despesas), por isso, segundo o entrevistado, a preocupação do Estado angolano deve ser o mais rapidamente possível rentabilizar esses imóveis, com arrendamento ou com a própria venda.

O também empresário acha que a recuperação do valor investido não seja, de todo, uma miragem, apesar de reconhecer que tudo vai depender da localização desses imóveis.

"Por exemplo: se estiverem em Portugal, o momento para vender é agora, pois com a alta dos juros no crédito habitacional na Europa, poderá haver uma desvalorização em certas regiões, fruto da devolução de imóveis por mutuários que não conseguem pagar prestações mais altas. Aproveitando que os preços ainda não caíram, a hora de vender é agora", aconselha.

Se as receitas obtidas com a venda desses patrimónios forem revertidas em infra-estruturação de terrenos e na bonificação de juros no crédito habitacional, a população verá benefícios destas recuperações, de acordo com o especialista. Nesta senda, e porque reconhece que não é função do Estado comercializar imóveis, sugere que os mesmos sejam vendidos em leilões electrónicos dado o facto de estarem distantes. "Que dependendo da localização do bem, pode correr o risco de depreciação ou não. De qualquer forma, como esses valores saíram do Estado angolano, devem voltar ao Estado angolano", defende Cleber Corrêa.

7.12 Terraços de prédios 'tomados de assalto' por construções clandestinas de moradores

Novo Jornal

21 De Julho de 2023

Texto: Dulcineia Lafua

Lá se vão os tempos. em que os terraços dos prédios serviam exclusivamente para lazer e diversão dos próprios moradores. Hoje, o cenário mudou. A maior parte dos topos dos edifícios foi 'tomada de assalto' por residentes que transformaram esses espaços com construção de habitações.

Na maioria das vezes, as casas construídas nos terraços, com tijolos e betão, começam como um anexo ou arrecadação dos moradores, mas, com o tempo, evoluem, dando lugar a residências de várias

tipo logias, desde T1 até T4, tal como constatou o Novo Jornal mediante ronda em zonas de Luanda, como Avenida comandante Valódia, Kinaxixi, São-Paulo, Prenda e Maianga. Nesses locais, são raros os edifícios que não foram invadidos por essa 'febre' de ocupações indevidas e que retiram a estética e o padrão dos prédios, contribuindo para o aceleramento do processo de degradação das referidas infra-estruturas.

Moradores ouvidos não sabem ao certo. como, quando e quem autoriza tais construções e temem desastres futuros, pelo que pedem intervenção de pessoas de direito. Já para os que constroem, confidenciaram ao NJ que foram movidos pelo sonho da casa própria e assumem que a construção não é autorizada.

Por exemplo, Júlio André, de 38 anos, construiu a sua moradia T3 num edifício de cinco andares, na Avenida Comandante Valódia, no prédio Lusitana, a escassos metros do antigo edifício 41 da ENSA, que desabou em Março do ano corrente.

O 'falso' sexto andar, de um prédio projectado para ter apenas cinco, alberga um agregado de oito pessoas, que vivem no local há mais de 10 anos. Com três quartos, uma sala vasta, cozinha e casa de banho, o apartamento, segundo Júlio André, levou mais de dois anos para ser concluído, sendo que as obras se realizavam sempre na calada da noite, aos fins-de-semana e aos feriados, para não "dar nas vistas".

Júlio revela ao NJ que a decisão de se mudar para uma casa construída à margem da lei foi motivada também pelo alargamento da família. "Toda a minha vida vivi neste prédio com a minha família. Quando atingi a maior idade, por falta de aonde ir com a mulher e os filhos, os meus pais sugeriram alargar a nossa arrecadação do terraço para passar lá as noites", conta.

Com o tempo, prossegue Júlio André, face às dificuldades de arrendar uma casa, decidiu-se, com ajuda de alguns amigos, a ampliar a despensa para uma casa dos 'sonhos', onde, actualmente, vive com a família. "Sei que o que fiz é errado, mas a necessidade falou mais que a razão", argumenta.

Por sua vez, Edmar Soares, de 40 anos, que também tem a sua moradia construída no terraço de um dos prédios da zona do São Paulo, em Luanda, apesar de reconhecer os riscos que a construção pode causar à estrutura do prédio, afirma que, na execução da obra, teve o cuidado de pousar os tijolos na mesma direcção com os dos compartimentos do prédio de três andares com 12 apartamentos.

"Quando, em 2006, comecei a construção, os vizinhos reclamaram, pois é sempre uma surpresa ver que, em cima de nós, há alguém a construir. Hoje acabaram por compreender que foi por necessidade. Já não trabalho, caso saia daqui, aonde eu irei com a minha esposa e os meus quatro filhos?, questiona. o problema está a causar mal-estar aos vizinhos

Contra todos os riscos que tais obras representam para os apartamentos dos edifícios, há relatos de danos resultantes dessas construções, como fendas nas paredes e nos tectos, provocando infiltração, como é o caso de um dos edifícios localizados no Bairro Azul. Márcia Rodrigues, que vive há 33 anos num edifício dessa zona, revela que a situação está a causar mal-estar aos residentes, que até já chegaram a denunciar, várias vezes, a infracção aos órgãos locais, sem, rio entanto, obterem qualquer resposta. "Foram construídas quatro casas no terraço do prédio. Já não temos espaço para lazer nem para estendermos as nossas roupas em condições", reclama.

Sobrecarga pode comprometer estrutura dos edifícios

O engenheiro civil Edmundo Sapalalo não tem dúvidas de que as moradias construídas nos terraços podem apresentar danos estruturais às instalações, riscos de desabamento e dificuldades de acesso para a manutenção. "A sobrecarga causa fissuras e deslocamentos de elementos construtivos, o que pode comprometer a estabilidade do edifício e colocar em risco a segurança dos ocupantes", explica.

Edmundo Sapalalo alerta que tal situação pode causar problemas a curto e longo prazos, como, por exemplo, exigir intervenções mais complexas e onerosas para corrigir os danos, sendo que, em caso de extremos, pode ser necessário demolir o edifício por questões de segurança.

"É fundamental que os edifícios sejam construídos e mantidos conforme as normas técnicas e que sejam realizadas inspecções regulares para prevenir problemas estruturais", sugere o engenheiro civil, que apela aos prevaricadores para considerarem a segurança e o bem-estar das pessoas, pois, sublinha, "é importante seguir as normas técnicas, buscar orientação profissional e investir na manutenção adequada para garantir a segurança de todos".

Sobre o assunto, o director do Gabinete Provincial de Infra-Estruturas de Luanda, Calunga Quissanga, esclarece que a fiscalização das construções anárquicas nos terraços dos prédios é da responsabilidade das administrações municipais e distritais. O responsável acrescenta, aliás, que as administrações já foram orientadas pelo Governo da província de Luanda (GPL) a fazer o cadastramento

dessas ilegalidades, bem como a realizar campanhas de sensibilização, "Muito brevemente vamos passar para a fase coerciva", promete Calunga Francisco Quissanga.

7.13 Fundação Sagrada Esperança apresenta projecto habitacional

Jornal de Angola

23 De Julho de 2023

Texto: Isaque Lourenço

A Fundação Sagrada Esperança lança, amanhã, na zona da Marginal de Luanda, a primeira pedra para a construção de um edifício de 27 andares destinado, exclusivamente, à habitação.

Trata-se do "Kinanga Residencial Tower", que integra 50 apartamentos e deverá ser erguido, num prazo de 30 meses, pela construtora chinesa Lei Jun Cano O fiscal de obras será a DAR Angola. Quanto ao acesso, é livre a interessados e as modalidades de aquisição poderão ser negociadas entre as partes (promotora e os clientes).

Segundo explicou ao Jornal de Angola o director técnico e de infra-estruturas da Fundação Sagrada Esperança, Durbalino de Carvalho, 48 apartamentos são do tipo T 4 do primeiro ao vigésimo quarto andar. Os outros dois São do tipo "penthouse" (apartamentos que ficam nos andares superiores ou nas coberturas de edifícios, mas dispõem de espaços para convívio ao ar livre), com três andares cada.

O acto de lançamento vai ser dirigido pelo presidente da Fundação Sagrada Esperança, Roberto Victor de Almeida, que também vai lançar a pedra inicial, num espaço contíguo ao já operacional Edifício Kilamba, só de escritórios, também iniciativa da Fundação.

O "Kinanga Residencial Tower" é, totalmente, destinado à habitação, por estar já numa zona de localização privilegiada com uma rede de vários serviços complementares (shopping, ginásios, supermercados, zonas de lazer, bancos, etc).

Dados obtidos referem que a obra, no seu pico de construção, prevê gerar 200 postos de trabalho. Já na fase de habitação, a gestão deverá ser entregue a uma entidade privada, escolhida por concurso público, mas que não terá menos de 150 trabalhadores para a manutenção de todos os serviços do edifício.

7.14 Jovens aspiram à casa própria no projecto Muxima Yetu

Jornal Luanda

24 De Julho de 2023

Os espaços atribuídos estão localizados no projecto Muxima Yetu, no Distrito Urbano da Bela Vista, no município de Icolo e Bengo. Trata-se de um projecto lançado, em 2022, pela administração local, sendo que, na altura, muitos munícipes se mostraram cépticos em relação a materialização da iniciativa,

Os beneficiários, na sua maioria jovens, candidataram-se no Postal de Município, para a obtenção de uma parcela de terra para a construção dirigida. No total, foram entregues 120 lotes de terrenos, sendo 86 habitacionais e 34 comerciais,

Entre os contemplados estava o jovem Nonaldino Bamba, que foi beneficiado com um lote comercial de 30/30, o momento da recepção da documentação, exteriorizou a sua gratificação, tendo reconhecido ter sido "um processo conturbado", começado em 2022, mas com desfecho satisfatório.

"O diálogo com a administração no princípio não foi favorável. Mas o importante é que estou feliz por ser beneficiado com esse espaço onde, em função dos investimentos, localização geográfica e necessidade da região, montarei a minha cantina, Quem sabe depois evoluir para uma loja ou míni mercado, O meu sonho sempre foi ser comerciante", disse.

Hamilton Bula é outro jovem que recebeu o título de um lote de terreno. Hamilton disse que há muito que aguardava por esta oportunidade, tendo acrescentado que "é uma grande ajuda. Somos jovens que aspiramos realizar o sonho da casa própria".

A atribuição do lote, incluindo a documentação, deixa-o tranquilo, porque não terá impedimento, por parte da Fiscalização, em erguer os estabelecimentos ou residências.

Carolina Cassova, contemplada com um lote habitacional, enalteceu a iniciativa e assegurou que, apesar da demora na entrega dos documentos, está feliz e espera começar, brevemente, com as obras.

"Estou em condições de concretizar o sonho da casa própria. Amanhã mesmo trago areia, burgau, pedras e blocos para começar a erguer um reservatório de água para facilitar os trabalhos".

CONTRARIEDADES NO PROCESSO

Na cerimónia, o administrador municipal de Icolo e Bengo, Nelson Funete, reconheceu que o processo teve algumas contrariedades de ordem estrutural e funcional, frisando que a entrega dos lotes e dos documentos está enquadrada no programa da criação de condições para os jovens,

Foram entregues oficialmente 120 lotes de terrenos, sendo 86 para habitações e 34 para área comercial. "São 120 jovens beneficiados. Acabamos, dessa forma, de cumprir definitivamente com o problema do projecto Muxima Yetu", destacou.

Os lotes estão totalmente urbanizados e nos próximos dias vai se trabalhar na instalação de redes técnicas de energia eléctrica, água potável e de saneamento básico. As dimensões dos espaços são de 30/30, área comercial, e 20/30, habitacional.

"Estamos a preparar mais alguns lotes de terra no projecto Muxima Yetu e, brevemente, os cidadãos vão ter conhecimento através do portal de município", precisou o administrador.

O processo vai prosseguir no bairro Fernando, na comuna do Cabiri, localidade que faz fronteira com a Centralidade do Sequele, município de Cacucaco, num total de 500 lotes de terrenos infra-estruturados. "Vamos anunciar no Portal de Município o início das candidaturas para os cidadãos se inscreverem e aderirem ao processo de aquisição de lotes de terra", avançou.

7.15 Provedora de Justiça defende alteração da Lei de Terras

Jornal de Angola

25 De Julho de 2023

Texto: Paulo Caculo

A provedora de Justiça, Florbela Araújo, defendeu, segunda-feira, em Luanda, a alteração da Lei de Terras e a Lei do Ordenamento do Território, como solução para a eliminação dos conflitos de terra e a ocupação ilegal de terrenos.

A responsável manifestou o desejo de ver actualizadas as leis, no final do encontro com o ministro da Administração do Território, Dionísio Manuel da Fonseca, tendo justificado a pretensão com o facto de quase todas as semanas a instituição de defesa do cidadão receber queixas sobre conflito de terras.

"Apelamos ao senhor ministro, para que junto dos governos provinciais haja maior divulgação da

legislação sobre o Ordenamento do Território e da Lei de Terras, para evitar os conflitos de terra e a ocupação ilegal de terrenos. O cidadão ainda tem dificuldade em conhecer os seus direitos e que têm de legalizar o seu terreno. Mas, ainda continua a ser difícil a concessão do direito de superfície", afirmou.

"Solicitamos que apresentem propostas de alteração da Lei de Terras e da Lei do Ordenamento do Território, tendo em conta que elas já são antigas, remontam ao ano 2004", acrescentou.

O interesse da Provedoria de Justiça em questões de conflitos de terra, segundo Florbela Araújo, deve-se ao facto de o provedor, de acordo com os regulamentos da Lei de Terras, ter o "poder de mediar os conflitos de terra", antes de os casos chegarem aos tribunais.

"Temos uma avalanche de cidadãos que nos procuram a todo o momento, por causa destes conflitos. Mediámos estes conflitos, mas muitas vezes não somos muito bem-sucedidos e eles têm de ir até aos tribunais", esclareceu a responsável, para em seguida acrescentar que propôs a existência de "pontos focais" ao nível do Ministério da Administração do Território (MAT).

Florbela Araújo referiu que a Provedoria de Justiça tem os seus pontos focais e o MAT também vai indicar os seus, de forma a evitar processos burocráticos, permitindo que algumas questões sejam resolvidas com a maior celeridade possível.

Demolições

A provedora de Justiça manifestou, igualmente, preocupação com o número de queixas ou denúncias sobre demolições de casas. Em face disso, revelou ter abordado com o ministro questões relacionadas com o "reajustamento dos cidadãos" e sobre a necessidade dos governadores e administradores comunicarem ao cidadão, sempre que pretendem demolir qualquer imóvel.

"Sugerimos que os fiscais façam bem o seu trabalho. Quando um cidadão começa a construir um imóvel e não tem licença, antes mesmo de colocar os primeiros tijolos, ou seja, na fase do caboco, seja avisado que não se deve construir naquele terreno, por ser reserva do Estado ou por falta de licença de construção", disse.

A responsável disse ser apologista de que se deve evitar que o cidadão "gaste os seus poucos recursos financeiros" a erguer uma casa, para depois ser demolida, porque o terreno é reserva do Estado.

"Também apelamos ao senhor ministro para que haja mais divulgação dos planos directores dos municípios. Se o cidadão conhecer os locais que constituem reserva do Estado, não vai construir em qualquer terreno", afirmou.

Ministro receptivo

Florbela Araújo garantiu ter recebido do ministro a atenção para ajudar a dar solução aos problemas manifestados durante o encontro. Ou seja, assegurou que Dionísio Manuel da Fonseca "mostrou total disponibilidade para cooperar" com a Provedoria de Justiça, inclusive, "nos estudos que têm feito e na divulgação da legislação".

"Eles (MAT) têm estado a divulgar a legislação mais importante sobre o Ordenamento do Território e da Lei de Terras por zona e, agora, a Provedoria de Justiça vai passar a fazer parte deste grupo", argumentou, sublinhando que as eventuais alterações a serem produzidas na Lei de Terra visa permitir que seja mais prática e mais célere, para que o cidadão possa ter acesso e a entrega destes diplomas e licenças seja feito mais rápido.

"Se há conflito de terras é porque estes documentos continuam a ser complexos e continua a haver morosidade na entrega das licenças de construção e do direito de superfície. Então, deverá ficar plasmado com maior celeridade, mais prático e mais concreto", admitiu.

A responsável garantiu, ainda, que o ministro Dionísio Manuel da Fonseca mostrou-se receptivo, "tanto para a alteração da Lei de Terras como da Lei do Ordenamento do Território", assegurando ser "um trabalho que já tem orientação superior".

Florbela Araújo lamenta a falta de instalações para expandir serviços

A Provedoria de Justiça enfrenta dificuldades para encontrar instalações em algumas regiões do país para fixar representações provinciais. Quem o diz é Florbela Araújo, responsável máxima da instituição de defesa do cidadão.

Dada a escassez de infra-estruturas disponíveis, a provedora de Justiça aproveitou o encontro com o ministro da Administração do Território, Dionísio Manuel da Fonseca, para solicitar apoio na sensibilização dos governos provinciais, tendo em conta os desafios de expandir os serviços a todas as províncias do país.

"Temos encontrado alguma dificuldade para encontrar instalações para fixarmos os serviços da Provedoria de Justiça, para a nossa aproximação ao

cidadão. Estivemos na província da Huíla e não tivemos muito sucesso", lamentou a responsável, sublinhando estar convicta de que tais contrariedades se devem à situação financeira que o país atravessa.

"Compreendemos que a situação financeira não é das melhores, mas se os governos provinciais nos concederem as instalações, vamos procurar junto das autoridades competentes apetrechá-las. Agora, se nem instalações conseguirmos, ficamos com algo que temos planificado postergado para o próximo ano", confessou.

Florbela Araújo revelou, igualmente, que a instituição tinha previsto o aumento de, pelo menos, três ou quatro representações provinciais por ano, tendo em vista o propósito estabelecido de "quando terminássemos o mandato teríamos quase coberto o país todo" com delegações provinciais da Provedoria de Justiça.

"O nosso problema não é o direito de superfície, porque não temos no nosso orçamento nenhuma rubrica para construir. Não estamos a pedir direito de superfície, mas estamos a pedir que nos forneçam instalações", esclareceu, para ressaltar que a morosidade processual nos tribunais, a questão dos pensionistas e os conflitos de terra dominam os casos de denúncias feitas à instituição.

7.16 Angola tem mais de 13 mil construções paradas

Novo Jornal

28 De Julho de 2023

Um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que, em 2022, no País, treze mil 164 construções se encontravam paralisadas, num universo de 16.963 obras, quer públicas, quer privadas.

Os dados, constantes do Inquérito Trimestral de Avanço e Acompanhamento dos Edifícios em Processos de Construção (ITAEPC), divulgado esta semana pelo INE, que não explica os motivos das paralisações, referem que Benguela (2.774), Uíge (1.507) e Kuanza-sul (1.440) foram as três províncias com o maior número de obras paralisadas.

Já Luanda (1.528), Kuanza-Sul (274) e Huambo (271) se destacam as regiões com maior número de obras em processo de construção, de um total de 3. 7~9.

O documento consultado pelo Novo Jornal aponta que, de Janeiro a Dezembro do ano passado, do universo de 16.963 obras visitadas, maior parte destas era residencial (habitação), com um total de 14.363

construções, sendo que Benguela, com 2.745, teve a maior fatia de obras.

Quanto à recolha da força de trabalho, segundo o Anuário de 2022, estiveram envolvidos na construção dos edifícios 16.668 trabalhadores, dos quais 12.549 permanentes, 3.196 subcontratados e 923 não-remunerados.

O documento espelha que o total do custo médio mensal da mão-de-obra esteve orçado em pouco mais de um meio milhão de kwanzas.

O ITAEPC é um indicador cujo objectivo é produzir informação de base para caracterizar e conhecer o avanço da construção de edifícios nas principais cidades do País.

7.17 ZEE assina quatro contractos confidenciais de consultoria avaliados em 375 mil USD

Novo Jornal

28 De Junho de 2023

Texto: Maurício Viera Dias

O actual Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda/Bengo (ZEE) vai gastar 310 milhões de kwanzas, o que corresponde a pouco mais de 375 mil dólares à taxa média de câmbio do BNA, com serviço de consultoria para diagnóstico e avaliação do seu património global, reestruturação da Direcção de Planeamento, assistência fiscal, bem como com assessoria em recursos humanos, revelam dados de quatro contratos confidenciais a que o Novo Jornal teve acesso, assinados pelo PCA da referida instituição, Manuel Francisco Pedro.

Trata-se de contratos de consultoria com as empresas Brighten, Mazarars Angola, Global Service Express e Pareto Consulting, assinados entre os meses de Abril e Junho deste ano (2023).

Documentos confidenciais em nossa posse indicam, entre outros pontos, que a ZEE vai injectar 59 milhões Kz, o equivalente a 72 mil dólares, só no pagamento de prestação de serviços de consultoria em recursos humanos, devendo o trabalho ser executado pela empresa. Global Service Express, num período de seis meses, fruto do acordo assinado no dia 21 de Junho entre Q gestor máximo da ZEE, Manuel Pedra, e a sócia gerente da entidade contratada, que atende pelo nome de Custódia Soares.

Em síntese, até Dezembro próximo, a Global Service Express terá a obrigação de implementar uma nova política de gestão de recursos humanos na ZEE, devendo, antes, identificar e corrigir lacunas ou deficiências existentes na gestão dos quadros daquela empresa pública, assim como apresentar um plano de cargos, carreiras, remunerações e benefícios para os funcionários.

Quase 196 milhões de kwanzas, equivalentes a 238 mil dólares, serão aplicados em consultoria para a reestruturação da Direcção de Planeamento da ZEE, sendo que o trabalho será desenvolvido pela portuguesa Brighten, assinalam dados do contrato confidencial já assinado.

O objectivo do memorando assinado com a lusa Brighten visa, entre outros detalhes, otimizar a oferta de serviços e desenvolver uma nova oferta, atrair novos negócios, bem como aumentar a produtividade, conectividade e sustentabilidade da ZEE, lê-se no diploma.

Relativamente ao contrato confidencial de prestação de serviços de consultoria para diagnóstico e avaliação do património global da ZEE, vão ser aplicados mais de 29 milhões Kz (72 mil USD), atestam dados do acordo celebrado entre o gestor da empresa pública e a Pareto Consulting.

No plano do contrato assinado, em Junho, com a Pareto Consulting, ficou determinado que a consultora recebe os invocados 72 mil dólares em duas prestações e, em contrapartida, tem a obrigação de, em 45 dias, fazer uma avaliação financeira do património da ZEE, realização jurídica e emissão de recomendações, pois, pelo que o Novo Jornal tem conhecimento, os gestores da ZEE não sabem, ao certo, qual é a dimensão patrimonial real da empresa, uma vez haver bens pertencentes àquela firma pública que não estão registados em seu nome.

Ainda na esfera dos contratos de confidencialidade, documentos a que o Novo Jornal teve acesso certificam que, três meses depois de o novo PCA da ZEE assumir o cargo, concretamente em Abril, foi assinado um acordo de prestação de serviços de um ano, para a assistência fiscal, com a consultora Mazarars Angola, cujo montante está acima de 3,5 milhões Kz, ou seja, pouco mais de quatro mil dólares. A consultora em causa tem a obrigatoriedade de dar apoio fiscal mensal à ZEE, realizar revisão fiscal trimestral e executar uma revisão da declaração-modelo 1 do imposto Industrial.

Fontes que dominam o dossier avançaram ao Novo Jornal que, para além dos contratos já assinados, há uma proposta para a consultoria de qualidade, avaliada em mais de 800 milhões Kz (970 mil USD). Os nossos interlocutores relatam, também que, neste momento, há um clima de crispação entre o PCA da ZEE e o administrador financeiro, Sebastião Cambanza, sendo que esse último se recusa a orientar o banco pagar a primeira prestação dos contratos já assinados.

Contratos de absoluta confidencialidade

As partes envolvidas nos contratos com a ZEE são obrigadas a manter, em total e absoluta confidencialidade, os conteúdos dos acordos e respectivos anexos, bem como o das negociações passadas ou futuras, com eles relacionados, incluindo os actos necessários e preparatórios à sua execução e ainda quaisquer informações, escritas ou verbais, de que tenham ou venham a ter conhecimento relacionados com os contratos, havendo, entretanto, pequenas excepções exigidas por lei ou ordem judicial.

De outro modo, os prestadores de serviços não podem "usar nem divulgar as informações confidenciais a terceiros para qualquer finalidade", lê-se na cláusula de confidencialidade dos contratos.

Gestor contra confidencialidade em contratos públicos

Ainda na presente semana, recorde-se, o director do Gabinete de Gestão de Contratos do Ministério da Construção e Obras Públicas, Dealdino Balombo, defendeu que os contratos públicos não devem ter confidencialidade, tendo sugerido que esses devam ser publicados para aumentar a transparência.

O responsável, que falava durante uma conferência sobre 'Infra-Estruturas em Angola', debatendo sobre a necessidade de padronização dos contratos públicos, sustentou que os contratos públicos nacionais obedecem a regras e directrizes estabelecidas e devem ser descortinados, caso a caso, dadas as especificidades do mercado angolano.

O gestor admitiu ser evidente que o sector privado seja mais regulamentado e tenha mais transparência, mas argumenta que a Lei dos Contratos angolanos está num processo evolutivo e aberto a discussões.

Na busca de mais esclarecimentos sobre os contratos, no dia 17 de Julho, o Novo Jornal enviou aos membros do Conselho de Administração da ZEE questões sobre os contratos confidenciais de consultoria assinados pela instituição, tendo, posteriormente, notificado o administrador Sebastião

cambanza e o PCA, Manuel Francisco Pedro, sobre o assunto. Porém, volvidos mais de 10 dias, as nossas perguntas não foram respondidas (ver as perguntas na página ao lado).

7.18 Cidadão constrói casa ecológica a baixo preço

Jornal de Angola

30 De Julho de 2023

Texto: Guimarães Silva

O técnico informático Miguel Pereira, com 250 mil kwanzas, construiu uma casa ecológica funcional, com um estilo arquitectónico integrado no contexto da região de Nambuanagongo e respeitador dos valores culturais locais. A moradia foi construída com pedras, paus de momboto, mutamba, munzi, muanga, lubanga e bambu, além de argila, capim de gibomba, junco e cordas de casca de árvores. E produz a electricidade através de fezes de animais. Ele garante que a casa tem um tempo de vida útil situado entre 30 e 40 anos

Miguel Pereira é um jovem de Nambuagongo com ideias próprias e criatividade acima da média. A proposta de casas ecológicas em zonas rurais e peri-urbanas é uma das apostas do empreendedor, de 30 anos de idade, que sonha em ajudar as pessoas a viver sem restrições de modernidade, ajudando a resgatar os valores culturais dos povos africanos. Para que possam desfrutar de meios de vida sustentáveis, com agricultura, conhecimento do local onde habitam e aproveitamento racional de recursos naturais.

"A minha proposta não é nova. Nasci e vivi em cubatas que são o exemplo acabado de casas ecológicas, tal e qual os nossos avôs faziam. A intenção é a preservação cultural, porque precisamos de resgatar esses valores, promovendo o turismo nas zonas rurais e preservando o meio ambiente. Desta feita, pego em materiais orgânicos e inorgânicos e dou-lhes outra finalidade para servir a todos. Inspiro-me nas residências antigas para a construção de modelos com matéria-prima cem por cento natural", afirma, socorrendo-se do termo ecologia, criado por Haeckel em 1866, que define a ciência que estuda os seres vivos no seu habitat natural.

Estudioso, sem muita publicidade do que faz, para não lhe chamarem de "feiticeiro", passou da teoria à prática e já fez a sua casa ecológica. Produz electricidade sustentável a partir de fezes de animais e frutos, admitindo que "é possível o casamento entre as casas tecnológicas e as Tecnologias de Informação e Comunicação. Tenho em minha casa computador e

televisor, que funcionam com energia produzida por mim”.

O jovem de Nambuanguo, que é igualmente informático de profissão, respeita as tradições e não se opõe a quem constrói com materiais convencionais, a exemplo dos vizinhos que apostaram em casas de adobe cozido, por sinal matéria-prima igualmente ecológica, tradicional e bem aproveitada na região norte de Angola. "Respeito a natureza com todas as suas componentes. Sou amigo das árvores, dos animais, da boa circulação do ar, e agora, de obras executadas a baixo custo”, confessa, admitindo que "a própria natureza rejeita quem agride animais e plantas. Aliás, por causa do corte indiscriminado de árvores, temos o aquecimento global e mudanças climáticas assustadoras”, realça.

A casa ecológica

A casa ecológica que construiu é um elemento arquitectónico não distante do que existe nas zonas rurais, construída à base de pedras, paus, argila, capim e cordas naturais. "A casa pode durar entre 30 e 40 anos, desde que bem estruturada com a utilização de pedras e paus resistentes como o momboto, mutamba, munzi, muanga, lubanga e bamboo, e ainda o capim de gibomba, junco e cordas de casca de árvores”, informa, salientando que "há técnicas que usamos com raízes, num processo químico que passa pela fermentação para afugentar insectos e neutralizar o salalé”.

O interlocutor sublinha que dentre as vantagens das casas ecológicas estão inúmeros benefícios para a saúde humana. Em termos económicos, adianta que "com 250 mil kwanzas podemos ter uma casa segura, com três cômodos, WC e cozinha onde utilizo um fogão que funciona à base de biogás produzido a partir de lixo como dejectos de galinhas, porcos e ovelhas, que têm pouca capacidade de combustão e não provocam incêndios”.

A fonte para a iluminação provém de um processo de produção de energia que une frutos, dejectos animais (que possuem potássio, ácidos acético e cítrico quando azedam) e sal, e ainda o recurso a placas transformadoras e a um medidor de tensão antigos (reaproveitados); fios condutores, num misto que, para nosso espanto, dá o resultado esperado: corrente alternada de seis volts, que amplia até aos 24 volts. Miguel Pereira adianta que estuda métodos para aumento da quantidade de energia, porque "a que produzo com o meu processo só dá para alimentar o televisor, computador e algumas lâmpadas fluorescentes.”

"Preciso de aprender mais, contactar quem utiliza energias renováveis como a foto voltaica e a eólica. Por enquanto, estou em processos de produção simples, aqueles que consigo encontrar facilmente em Nambuanguo”.

O jovem está a desenvolver um instrumento para aproveitamento de água do subsolo. Por enquanto socorre-se de outras fontes, como o rio. Contudo, "tenho muitos seguidores. Há gente interessada em construir os meus modelos de casas em resorts e fazendas. Ando à procura de patrocinadores para levar avante o projecto que reúne residências, resgate cultural e turismo”, disse.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Habitantes da Humpata e Chibia contam com novos sistemas de água potável

Jornal de Angola

8 De Julho de 2023

Texto: Estanislau Costa

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, procedeu, sexta-feira, ao lançamento da obra de construção dos Sistemas de Captação, Armazenamento, Tratamento e Distribuição de Água Potável das localidades da Palanca, Humpata e Chibia, na província da Huíla, no quadro do reforço da capacidade de abastecimento.

O lançamento da obra do Sistema de Águas do município da Humpata e da comuna da Palanca, orçado em 12 milhões e 209 dólares, foi testemunhado pelo vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas da Huíla, Hélio de Almeida, administradora municipal, Rita Miranda, e membros da sociedade civil.

O responsável administrativo da Elecnor, António Tovi, referiu que o projecto vai ser implementado em 12 meses e prescreve obras de engenharia, construção dos sistemas de captação, transporte e distribuição, com uma extensão de cerca de sete quilómetros de rede.

"Vão ser instaladas duas bombagens de tratamento de água nas sedes da Humpata e na Palanca, com uma dimensão de 170 metros cúbicos por hora", afirmou, acrescentando que as Estações de Tratamento de Água estão projectadas para 175 metros cúbicos para a sede e 200 na comuna da Palanca.

Consta, igualmente, a construção de um reservatório com capacidade de tratar 1000 metros cúbicos de água nas duas localidades, assim como a instalação de redes secundárias e terciárias. "Com estas projecções, vão estar criadas as condições para se efectuar 1.322 ligações na vila e 1.971 na comuna da Palanca", reforçou. António Tovi salientou que o reforço financeiro já favorece a construção de uma nova captação na barragem das Neves, com uma conduta adutora de água bruta, numa extensão linear de 4.6 quilómetros para a sede e 2.2 para a Palanca.

Perspectiva-se que a rede de distribuição atinja uma extensão de 40 quilómetros, com vista a chegar às zonas mais recônditas do município da Humpata.

Rita Miranda congratulou-se com a empreitada "por aliviar a procura considerável de água, face ao crescimento da densidade populacional registado nos últimos 10 anos". Lamentou que a actual procura faça com que os quatro reservatórios, com total de 400 metros cúbicos, já não correspondam às exigências das 56 mil casas, enquanto, na comuna da Palanca, registou, nos últimos 10 anos, um crescimento acentuado em infra-estruturas habitacionais, comerciais e outros.

O soba da Palanca de Baixo, Joaquim Tchilele, satisfeito com o primeiro sistema de distribuição de água desde a época colonial, enalteceu o Executivo por "levar a água mais próxima da população e reduzir o esforço de ir acarretar a mais de 700 metros de distância, assim como prevenir doenças".

8.2 Governo provincial do Moxico promete encerrar poço de água contaminada

Jornal de Angola

25 De Julho de 2023

Texto: Samuel António

A direcção provincial do Ambiente do Moxico anunciou que vai encerrar o furo de água instalado num antigo cemitério, no bairro Kapango, arredores da cidade do Luena, por representar um risco para a saúde pública.

"Vamos tomar medidas com o envolvimento de vários sectores no sentido de encerrarmos esta perfuração, pois, a infiltração dos resíduos nocivos atinge as águas subterrâneas, o que pode constituir um perigo para a saúde pública", anunciou o director provincial, Augusto Lumai.

Acrescentou que o cemitério é um lugar que recebe corpos em estado de decomposição. "Mesmo estando fora de uso, o local está contaminado e para acautelar a saúde, não se aconselha colocar nenhuma infraestrutura, muito menos um furo de água", aconselhou.

O diretor alertou que as substâncias provenientes da decomposição da matéria orgânica em estado de putrefacção contaminam o solo a partir do local onde está formado.

A presença deste líquido tecnicamente designado por "chorume", ao penetrar nas águas subterrâneas, esclareceu, provoca consequências extremamente sérias para o meio ambiente e para a saúde pública.

Falando ainda dos líquidos libertos dos corpos em estado de putrefacção, o ambientalista apontou a existência de um tipo de chorume designado de necrochorume produzido por meio da decomposição de cadáveres enterrados, composto por duas substâncias altamente tóxicas, denominadas cadaverina e putrescina.

Informou que está a ser feito um trabalho de localização dos furos de água que foram feitos anteriormente como alternativa para suprir as necessidades em localidades com maior escassez de água.

Para minimizar o risco de doenças provocadas pelo consumo desta água, o responsável aconselhou que as perfurações sejam feitas apenas em zonas mais altas e longe dos postos de abastecimento de combustível, cemitérios e aterros sanitários.

O responsável do sector do Ambiente afirma que, apesar do seu tratamento, a água subterrânea por natureza é portadora de substâncias perigosas que a tornam nociva para o consumo humano.

Cidadãos sem noção dos riscos

O Jornal de Angola constatou que a maioria dos moradores do bairro Kapango, num antigo cemitério, não tem noção do perigo que a situação acarreta para a saúde pública.

Sandra Paula, uma das moradoras, afirma que tem conhecimento da existência de corpos de pessoas enterradas no local, mas referiu que por se tratar de um lugar sagrado, tudo que nele provém não afecta ninguém.

De forma tranquila, a moradora mostrou-se serena com a situação, afirmando que há muito tempo que consome a água daquele poço e não tem conhecimento de alguém se ter queixado de alguma doença, tirando a malária, que é mais frequente.

Segundo testemunhas, o local deixou de ser utilizado para enterrar corpos em 2010, quando foi invadido por populares que começaram a destruir as campas e a construir residências.

Vários moradores abordados pelo Jornal de Angola justificaram que a falta da rede de distribuição de água naquela zona forçou a instalação da perfuração no antigo cemitério.

Receios no começo

Mateus Casseno conta que no começo tinha receios, mas como não havia alternativa, as necessidades o obrigaram a consumir aquela água.

Acrescentou que pelo facto de estar a viver num antigo cemitério, perdeu o medo e a noção das consequências que o consumo daquela água pode representar. "Nunca pensei sobre doenças. O meu único receio é saber que a água que estou a consumir é perfurada no local onde existem corpos de pessoas enterradas".

Mateus Casseno diz que tinha consciência que a água da perfuração é das mais puras que existem, pelo facto de sair do subsolo. "Se esta água não oferece condições para o consumo porquê que o Governo não encerra esta perfuração?", questionou o cidadão, acrescentando que os moradores da zona podem estar a comprar a sua própria morte.

No seu entender, o Estado deve velar pela saúde dos cidadãos e tomar as medidas que se impõem. "Porquê que o dono deste furo não procurou saber das autoridades competentes se o local oferecia condições para instalar aí uma perfuração?", questionou.

Água subterrânea

Especialistas ambientais apontam duas variáveis essenciais para entender os mecanismos de contaminação da água subterrânea: A fragilidade intrínseca dos aquíferos e suas características geológicas e hidráulicas e a geração de resíduos capazes de provocar mudança de atributos físicos, químicos, bacteriológicos ou radiológicos que tornam a água uma substância patogénica.

Estudos indicam que a contaminação do solo e da água subterrânea está ligada ao surgimento de processos socioeconómicos ambientalmente não sustentáveis, que utilizam os recursos naturais sem a observância dos parâmetros de protecção ambiental.

O diagnóstico de avaliação feito nos últimos anos aponta que o índice de contaminação afecta consideravelmente a qualidade dos recursos naturais através das substâncias nocivas que, ao penetrar no solo, poluem lençóis freáticos e mananciais de superfície.

A contaminação do meio ambiente, para além de ter vários factores, ocorre por meio de aterros sanitários não especializados, tanques e bombas de combustível, lavagem de viaturas em locais impróprios e a decomposição dos corpos nos cemitérios.

Rosário Chipango, especialista ambiental, afirmou que o perigo reside na área de localização onde a infiltração dos nutrientes perigosos atinge o lençol freático, provocando doenças diarreicas e febre tifóide.

Lembrou ser proibido instalar cemitérios nas proximidades dos rios, não só devido ao escoamento das águas, mas também à infiltração de substâncias que penetram no subsolo.

O especialista entende que a proliferação de furos de água em locais impróprios, como nas proximidades dos cemitérios e locais de depósito de lixo, constitui um autêntico perigo à saúde pública.

Reconhece que as perfurações são uma das alternativas em localidades onde existe escassez de água, que diz não ser um caso só de Luena. "Não se justifica uma província com bastantes recursos de águas e, em particular, a cidade capital (Luena) banhada por dois rios enormes, a população ainda continuar a consumir água subterrânea", lamentou.

Rosário Chipango exortou as administrações municipais e outros órgãos afins a fazerem acompanhamento sempre que se inicia um novo bairro, para orientar a população a observar algumas regras antes do arranque das obras, para evitar eventuais conflitos.

Risco de sismos

O ambientalista afirmou que estudos indicam que as zonas com maior prevalência de ravinas estão propensas a desenvolverem sismos, alertando que a província do Moxico não está isenta desta situação.

"Se continuarmos a perfurar o solo, vamos ter muitos problemas. A cidade do Luena já registou, por duas vezes, tremor de terra que causou uma rachadura do solo, partindo do rio Luena até ao rio Lumege", disse o especialista que aconselhou as instituições competentes a terem em conta a Geociência em primeiro lugar e ouvir sempre os especialistas nesta matéria, para acautelar situações como estas .

Encerramento da perfuração

Falando da existência deste furo de água localizado num antigo cemitério transformado em zona residencial, Rosário Chipango pediu ao Governo da província a usar as competências conferidas pela lei para fechar a perfuração em nome da saúde pública.

"Fazer entender ao proprietário deste furo de água que ele não é o único que consome aquela água. Há várias famílias que recorrem a esta água que tarde ou cedo pode provocar consequências negativas para a saúde humana", alertou.

Projecto de expansão da rede pública

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Moxico, Eurico Jorge , afirmou que as perfurações de água na província surgiram antes da existência da empresa, com o intuito de colmatar as dificuldades nos locais sem cobertura da rede pública.

Segundo o responsável, a água subterrânea tem sido uma alternativa onde há escassez de água, mas o seu consumo deve obedecer a critérios exigidos, para acautelar a infiltração de elementos externos que podem criar contaminação.

Para desencorajar a instalação de novos furos em locais impróprios, o sector das águas está a executar um projecto de expansão da rede de distribuição que resultou, numa primeira fase, na colocação de sete mil e 400 ligações domiciliárias, que beneficiam neste momento 100 mil habitantes.

Na segunda fase, acrescentou, está em curso outro programa que contempla 15 mil ligações que vão beneficiar sete bairros periféricos, perfazendo 66 por cento da cobertura ao nível da cidade do Luena.

Assegurou que o Governo da província tem perspectivas avançadas para colmatar o défice, para garantir água de qualidade a todos os habitantes.

Perfurações feitas sem o conhecimento das autoridades

A supervisora do Programa de Saúde Ambiental do Departamento Provincial de Saúde Pública, Henriqueta Suana, informou que algumas perfurações existentes na província foram feitas por organizações não governamentais, com intuito de ajudar as populações mais carentes.

Henriqueta Suana afirmou que a instituição que dirige nunca foi contactada no momento que essas perfurações foram feitas.

"Já ouvimos falar da existência deste furo de água no antigo cemitério, mas a nossa supervisão por si só não terá impacto para encerrar uma perfuração feita com fins lucrativos", disse, acrescentado que os proprietários investem muito dinheiro e para acabar com esta fonte de receita é preciso recorrer à lei.

Historiador condena vandalização de cemitérios

Cidadãos consideram que o Luena é uma das poucas cidades de Angola que ainda possui enormes reservas fundiárias, pelo que vandalizar campas para dar lugar à construção de habitações constitui um autêntico insulto aos princípios culturais do povo.

Para o historiador Paulo Salvador Cacoma, o cemitério para os africanos, além de ser um local que recebe os corpos dos defuntos, representa um património cultural e histórico que deve ser preservado e respeitado, em memória das almas que já partiram para a outra dimensão da vida.

O também investigador cultural do Gabinete provincial da Cultura, Turismo e Juventude e Desporto, mostrou-se indignado pelo facto de existirem tantos espaços e as pessoas preferirem assaltar um cemitério onde jazem os restos mortais de uma importante autoridade tradicional, o soba Capata.

"Nas comunidades, quando alguém passa próximo de um cemitério, tem de se manter em silêncio. O gesto, para além de revelar a importância do local, demonstra a reverência que os vivos prestam aos mortos", disse o historiador.

8.3 Operadora aposta na construção e captação de águas subterrâneas

Jornal Economia e Finanças
26 De Julho de 2023

Pelo menos 450 poços de águas subterrâneas foram construídos em oito províncias pela empresa 3AS (Arenitos e Águas de Angola Lda), dedicada à pesquisa, perfuração e captação de águas subterrâneas.

Em entrevista ao JEF, a directora da empresa, Anastácia Santana, disse que os poços foram construídos nas províncias de Luanda, Zaire, Benguela, Cunene, Malanje, Cuanza-Norte e Lunda-Norte, para a população do meio urbano e periurbano rural.

A gestora explicou que, por exemplo, em Luanda, um furo de água de 100 metros dependendo da zona e do material geológico que é perfurado abaixo do solo, custa de 8 a 10 milhões de kwanzas. A empresa, contou, opera no mercado há 30 anos e tem em carteira projectos-com particulares detentores de terrenos de exploração agrícola, empresas do sector petrolífero no âmbito da responsabilidade social, empresas de construção civil e empresas do sector mineiro.

Luanda destaca-se

A maior parte das captações, salientou, estão em Luanda abastecendo água em mais de 80 por cento em condomínios nos municípios de Talatona, Luanda e Belas.

A empresa, adiantou, presta também os seus serviços na zona do Quenguela Norte, Tanque Serra e Ramiros, com ligações domiciliárias, industrial e zonas agrícolas.

A directora explicou ainda que as águas subterrâneas constituem uma fonte real de abastecimento de água na província de Luanda e arredores ajudando como fonte alternativa de abastecimento de água nas recentes centrais de abastecimento onde a empresa pública não tem sistema de distribuição.

"Angola é muito rica em águas subterrâneas muito rica em recursos hídricos, temos muitos rios e uma terceira fonte que é o mar, com 1.600 quilómetros de costa marítima que Angola tem nós podemos enveredar para a esterilização da água do mar. São três aspectos que com uma boa gestão podemos resolver o problema da falta de água", disse.

Anastácia Santa na, aproveitou a oportunidade para apelar ao Governo e instituições que olhassem para a empresa como a solução para a demanda no abastecimento de água à população," não queremos ser a EPAL, mas podemos ajudar a EPAL a resolver algumas situações, principalmente nas zonas rurais e periurbanas", finalizou a responsável.

8.4 Administração de Caimbambo aposta no reforço do abastecimento de água

Jornal de Angola
28 De Julho de 2023

Texto: Arão Martins e Hermínio Fontes

O administrador municipal de Caimbambo, na província de Benguela, anunciou, quinta-feira, ser necessário a recuperação de 18 furos de água, para melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo José Ferreira, a necessidade de recuperar e construir mais furos de água foi recomendada no final de um encontro do Conselho de Auscultação e Concertação Social do município do Caimbambo, visando encurtar as distâncias que algumas famílias percorrem em busca de água para o consumo diário.

"A população de algumas povoações e aldeias enfrenta problemas de falta de água e há a necessidade de uma intervenção urgente das autoridades administrativas", defendeu, salientando estarem em curso acções que visam a construção de sistemas de abastecimento de água às zonas mais recônditas da sede municipal.

José Ferreira explicou que, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), dez aldeias do Caimbambo foram contempladas com sistemas de captação e abastecimento de água à população, acoplados com bebedouros para o gado bovino.

Caimbambo, segundo o administrador municipal, conta com dez furos de água, sendo necessário mais 18, para minimizar as necessidades da população.

"Vamos ver quais são as propostas vantajosas para se dar seguimento ao que está plasmado na Lei de Contratação Pública", disse, acrescentando que, inicialmente, estavam programados mais furos de água, mas, devido à actual conjuntura económica e financeira, houve mudança de planos.

Por outro lado, o administrador do Caimbambo orientou, terça-feira, a primeira sessão extraordinária da Administração Municipal.

Na ocasião, os membros da Administração Municipal analisaram a Lei do Regime Geral de Contra-Ordenações no Caimbambo.

Com pouco mais de 30 artigos, o novo regime geral de Contra-Ordenações é fundamentado pela Lei nº 19/22, de 7 de Julho, e pelo Regulamento da Lei da Administração Local do Estado, através do Decreto Presidencial nº 202/19, de 25 de Junho.

O administrador municipal de Caimbambo explicou que o Regime Geral de Contra-Ordenações tem por objectivo prevenir comportamentos humanos que perturbem a organização, gestão e ordenamento do município, que ofendam a ordem e ponham em causa a segurança de bens públicos.

O Regime Geral de Contra-Ordenações visa, também, criar um ambiente propício ao desenvolvimento harmonioso da comunidade.

A Lei do Regime Geral de Contra-Ordenações tem, por outro lado, o objectivo de adoptar serviços de fiscalização das acções a serem executadas no município.

9. AMBIENTE

9.1 Programas do Governo levam electricidade para 125 localidades nas regiões Sul e Leste

Jornal de Angola

9 De Julho de 2023

Texto: Adérito Veloso

O país tem, neste momento, em construção vários parques solares distribuídas em regiões Norte, Centro, Sul e Leste do país, que permitiram a electrificação de cerca de 125 localidades nas regiões do Sul e Leste.

Os projectos beneficiaram algumas delas de instalação de baterias para o armazenamento e entrega de energia eléctrica durante o período nocturno.

A informação é do presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Água (IRSEA).

Luís Mourão Garcês da Silva, na entrevista que concedeu ao Jornal de Economia & Finanças, da Edições Novembro E.P, fez saber que, no quadro das concessões com investimento privado foi também outorgada a concessão para construção e operação de uma Central Solar de 80 MWP na província da Huíla, na localidade da Quilemba, e que arranca na primeira fase com 35 MWp. Encontram-se em carteira e em fase de negociação outros investimentos para a construção e operação de Centrais Solares a incidir na região Sul do país com potências de pico num total superior a 500 MW. No quadro dos projectos estruturantes será fundamental a interligação dos sistemas de modo a permitir que esta capacidade a instalar de fonte solar possa ser injectada na rede nacional para melhor aproveitamento das potências instaladas dispersas pelo país.

Em relação aos grandes avanços no crescimento das energias renováveis em Angola, disse tratar-se de um processo já bem encaminhado e os indicadores de hoje identificam bem o crescimento e o caminho que se está a percorrer para ter-se uma matriz energética assegurada também por fontes renováveis.

"Em termos de fontes solares temos já instalado e em operação no nosso país cerca de 323.7 MWp com destaque para as Centrais Solares do Biopio/Benguela com capacidade instalada de 188 MWp, Baía Farta/Benguela com 96,7 MWp, Caraculo

no Namibe com 25 MWp, a que se acresce pequenos sistemas solares dispersos e em operação num total de 14 MWp. Não podemos esquecer do nosso potencial hidroeléctrico que é também uma fonte renovável e que se completa com a utilização das fontes solares", afirmou o gestor do IRSEA.

Capacidade instalada

Segundo Luís Mourão da Silva, Angola tem, actualmente, uma capacidade instalada e uma disponibilidade de energia produzida capaz de atender à demanda nacional, realidade que terá com a interligação da rede nacional, encontrando-se, hoje, já interligado o Sistema Norte com o Sistema Centro e com projectos já definidos a interligação do Sistema Norte ao Sistema Leste e o Sistema Centro ao Sistema Sul. Por isso, disse, os grandes desafios do sector passam por desenvolver a rede nacional de transmissão e a expansão da rede de distribuição, para fazer chegar a produção aos consumidores, mas, mesmo no campo da distribuição tem havido melhorias satisfatórias.

"Temos uma taxa de electrificação de (43 por cento) que pretendemos que atinja os (60 por cento) em 2025. Destaco aqui o facto de que nas zonas que são atendidas pela rede pública a nível nacional já não há tantas interrupções no fornecimento como antigamente, sendo o fornecimento nos dias de hoje bastante estável, de modo que na distribuição há satisfação para quem já beneficia da rede pública interligada, sendo ainda constrangedor o facto de reconhecermos que mais de (50 por cento) da população angolana não beneficia por não estar conectada à rede pública", disse.

Papel do IRSEA

O papel que o IRSEA tem vindo desempenhar no âmbito da transição energética e na aposta das energias renováveis, é o de criar e estabelecer um quadro legal e regulatório específico para as energias renováveis, e foi com base no trabalho que tem sido desenvolvido pelo Regulador que em 2021 foi aprovado o Regulamento das Actividades de Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de Energia Eléctrica, através do Decreto Presidencial n.º 76/21, de 25 de Março, que institui um regime especial de Produção Vinculada Renovável de Energia Eléctrica (aplicável a fontes exclusivamente renováveis). Este Regulamento prevê também a elaboração de um Regulamento de Produção Vinculada Renovável, ou seja, com base no regime criado por este, terá que ser aprovado um regulamento específico para a Produção Vinculada Renovável. Iremos brevemente iniciar a elaboração deste projecto de regulamento. Ainda em 2021, foi

também aprovado o Regulamento da Produção Independente de Energia Eléctrica, através do Decreto Presidencial.

9.2 Garimpo de madeira devasta cintura florestal em Cabinda

Jornal de Angola

10 De Julho de 2023

Texto: Bernardo Capita

Por conta da exploração ilegal de madeira, vulgo garimpo, Cabinda enfrenta a devastação de enormes extensões de áreas até então arborizadas. A exploração ilegal de madeira, junta-se às frequentes queimadas que têm contribuído grandemente para o desequilíbrio do seu ecossistema florestal.

O Jornal de Angola apurou que é cada vez mais comum encontrar áreas desarborizadas no interior da extensa cintura florestal da província. Além disso, são recorrentes as denúncias feitas pelos produtores florestais com licenças certificadas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Em declarações a este jornal, na condição de anonimato, o gestor de uma empresa madeireira sediada na província considera ser bastante alarmante o nível de devastação das zonas florestais. Aponta que o fenómeno é mais evidente a partir da zona Sudeste, atravessa o Leste da cidade de Cabinda e culmina na região Norte, mais concretamente no Alto Maiombe.

"Existem evidências de clareiras no interior da floresta como resultado de queimadas que muitos cidadãos fazem para a prática de agricultura, bem o abate desenfreado de árvores destinada à produção de madeira que posteriormente é vendida no circuito informal", denuncia a fonte acima citada.

Em defesa dos madeireiros, o sócio gerente do grupo António Pereira Neves (APN), João Neves, desmente informações segundo as quais a devastação da floresta resulta da irresponsabilidade gananciosa das empresas do ramo. O empresário explica que antes de se efectuar o corte de uma árvore é necessário antes avaliar o seu diâmetro, qualidade e especificidade, procedimento este que nunca é tido em conta pelos garimpeiros e muito menos pela maioria das pessoas que exercem agricultura familiar.

"Quando entramos numa zona de exploração, em cada mil árvores que nos deparamos, depois de fazermos a devida avaliação para se aferir a sua qualidade, especificidade e diâmetro, apenas 20 por cento das árvores são seleccionadas. Deste universo,

as vezes, apenas cortamos entre 10 e 20 árvores", disse João Neves, acrescentando que o problema da devastação da cintura florestal de Cabinda prende-se mais com as novas técnicas de plantação de culturas de mandioca, banana, cacau e café.

O pensamento de Jaime Gouveia não difere. Em efectivo serviço numa empresa madeireira, de forma firme afirma que a devastação da floresta não tem como ser imputada como acção dirigida pelas empresas de exploração madeireira. Aponta o dedo a acção das famílias camponesas que se acham na necessidade de encontrar um meio de subsistência. Se por um lado, lamenta que alguns camponeses entram mata adentro para fazer queimadas e abate de árvores que ainda não atingiram o seu tempo normal de crescimento, por outro, Jaime Gouveia entende que é preciso "travar" com urgência o garimpo de madeira se, de facto, se quer proteger a cintura florestal da província.

Negócio bastante atractivo

Em Cabinda, a venda de madeira extraída por garimpeiros em áreas não controladas pelo IDF tornou-se um negócio bastante atractivo por conta do enriquecimento fácil que proporciona aos envolvidos.

Dados a que o Jornal de Angola teve acesso apontam que o comércio ilegal de madeira é desenvolvimento maioritariamente por estrangeiros ilegais, que assumem o protagonismo nas áreas de corte e nos mercados onde o produto tem sido comercializado. Nesta senda, chegam diariamente aos mercados dos bairros comandante Gika, pracinha do Povo Grande e de Cabassango, enormes quantidades de madeira de proveniência ilegal. Por outras palavras, extraídas algures da vasta floresta de Cabinda por garimpeiros que escapam ao controlo do IDF. Nestes locais, é possível se deparar com todo o tipo de madeira, desde tábuas, barrotes e pranchas vendidas a um custo muito baixo comparativamente aqueles que são praticados por empresas madeireiras devidamente legalizadas.

Só para se ter uma ideia, uma tábua de undianuni preta, de seis metros de comprimento e 40 centímetros de largura, considerada uma espécie rara e de um valor comercial acima da média, é comercializada no mercado informal entre sete e oito mil kwanzas, quando nas serrações a mesma tem o custo aproximado de 15 mil kwanzas. Um barrote da mesma espécie de madeira, de seis metros de comprimento e sete centímetros de largura é vendido no mercado informal por três mil kwanzas, enquanto nas serrações o preço está fixado em sete mil kwanzas.

IDF desconhece meandros do negócio

Na qualidade de órgão fiscalizador da actividade florestal, o IDF está seriamente preocupado com a exploração ilegal de madeira que acontece um pouco por toda a cintura florestal de Cabinda.

O técnico florestal do IDF na província, Noel Luzolo, reconhece haver muita madeira de proveniência ilegal nos mercados locais. Porém, desconhece os meandros do negócio nem tão pouco os caminhos que os garimpeiros utilizam para fazer chegar a madeira aos principais locais de venda.

Ao Jornal de Angola, Noel Luzolo refere que, mesmo com a exiguidade de fiscais – num total de quatro – o IDF sempre trabalhou a medida do possível, colocando-os junto dos postos de controlo de polícia onde têm sido apreendidas quantidades consideráveis de madeira ilegal.

"Temos feito o possível para impedir a exploração ilegal de madeira" disse Noel Luzolo, para quem o sucesso das apreensões tem sido também devido à pronta colaboração das autoridades tradicionais, Polícia Nacional e outros órgãos de defesa e segurança.

Para Noel Luzolo, outra questão que deixa o IDF inquieto tem que ver com a produção de carvão vegetal, uma actividade que tem igualmente contribuído na devastação da floresta e degradação do ambiente. Neste quesito, denuncia que os indivíduos envolvidos nesta prática cortam todo o tipo de árvores e arbustos que encontram na mata.

"O licenciamento de carvão está suspenso em todo o país e a sua produção só é permitida a partir dos desperdícios da madeira", alerta.

Não obstante ela ser perene e de fácil regeneração, para se inverter devastação na cintura florestal da província de Cabinda, Noel Luzolo sugere medidas urgentes que passam necessariamente no repovoamento enquanto se aguarda pela regulamentação da lei de concessão florestal.

"A exploração de madeira em formato de concessões florestais é mais sustentável, visto que remete o processo de repovoamento florestal à responsabilidade do próprio madeireiro, contrariamente ao previsto no contrato de licença anual onde o Estado assume esta tarefa", disse Noel Luzolo.

Constrangimento para os madeireiros

Proprietário do grupo empresarial Abílio de Amorim & Filhos, a maior criadora local de produtos com

recursos florestais da província, Herculano de Amorim é de opinião que o garimpo de madeira constitui dos maiores constrangimentos que as empresas madeireiras legalmente constituídas se deparam actualmente, tendo em conta que esta prática propicia uma concorrência desleal, atrai os cidadãos para os mercados informais devido aos baixos preços que são aí praticados, impossibilitando a venda normal às empresas.

Herculano de Amorim caracteriza o garimpo de madeira como um mal que deve ser energicamente combatido, por criar constrangimentos na balança de venda de empresas e enormes danos à floresta, pois, não havendo condições de fiscalização por parte do IDF, como se não bastasse os garimpeiros derrubam todo tipo de árvores para produzirem a madeira.

"A devastação da floresta e as queimadas só acontece por escassez de meios e fraca fiscalização. O Instituto de Desenvolvimento Florestal não tem condições para fiscalizar", disse Herculano de Amorim, realçando que se a instituição tivesse meios para fiscalizar nunca iria acontecer o cenário que se assiste na floresta.

Mais do que manifestar ser bastante constrangedor para as empresas que pagam impostos ao Estado, observar quantidades consideráveis de madeira de proveniência ilegal no mercado informal, Herculano de Amorim reitera a necessidade de se atribuir aos fiscais do IDF meios de trabalho para melhor fiscalizarem, uma vez que só assim poder-se-á exigir deles bons resultados.

"A falta de fiscais em números suficiente, leva a que os camponeses e os garimpeiros invadam áreas de exploração concedidas às empresas madeireiras para o exercício das suas actividades", lamenta.

Corte responsável e selectivo

O madeireiro que se preze, não derruba as árvores de forma anárquica nem tão pouco queima a floresta, razão pelos qual Herculano de Amorim dá como exemplo zonas florestais exploradas há três, quatro, cinco e oito anos que, entretanto, continuam todas elas fechadas, numa clara demonstração que o corte de madeira foi feito de forma responsável e selectivo. O problema da devastação da floresta, segundo menciona, não é das empresas que exploram madeira e da acção das pessoas que têm necessidade em obter terrenos ou terras férteis de forma itinerante para o cultivo.

Herculano de Amorim lembra que em Cabinda a madeira é cortada desde 1940 e sublinha que este recurso florestal não se esgotou, embora seja cada vez

mais crescente os receios face à devastação das florestas.

"Como consequência da devastação, o continente africano, onde se inclui a província de Cabinda, perde anualmente cerca de dois milhões de hectares de floresta", disse Herculano de Amorim, tendo apontado as localidades de Subantando e Mazengo, Leste da cidade de Cabinda, e a longa extensão da estrada Cabinda-Miconje (Alto Maiombe) entre as áreas mais propensas ao garimpo e às queimadas.

9.3 Programa de Combate aos Efeitos da Seca beneficia mais de um milhão de pessoas

Jornal de Angola

10 De Julho de 2023

Texto: Domingos Mucuta

O Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA) prevê, até 2027, contemplar cerca de 1,37 milhões de pessoas de três municípios da província da Huíla, anunciou, no Lubango, o director-geral do Gabinete para a Administração das Bacias Hídricas do Cunene, Cubango e Cuvelai.

Carolino Mendes revelou os dados na sessão de auscultação pública e recolha de contribuições para enriquecer o programa, na última sexta-feira, numa cerimónia orientada pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

O director-geral do Gabinete para a Administração das Bacias Hídricas do Cunene, Cubango e Cuvelai acrescentou que o programa prevê criar infra-estruturas diversas de captação, distribuição e abastecimento de água para 750 mil cabeças de gado e para irrigar 10 mil hectares aráveis.

Explicou que a iniciativa contempla três projectos denominados Huíla 1, 2 e 3 a serem desenvolvidos nos municípios do Lubango, Chibia e Gambos, com o objectivo de solucionar o problema dos efeitos da seca.

Carolino Mendes esclareceu que o Projecto Huíla 1, subdividido em dois lotes, inclui a criação e exploração de 115 furos com capacidade para produzir, no total, mais de 25 milhões de metros cúbicos por ano e a construção de 456 quilómetros de conduta, além de 25 poços de sete milhões de metros cúbicos por ano.

Referiu que o projecto Huíla 2, dividido em quatro lotes, contempla, no essencial, a realização de barragem do rio Nhene, projectada numa altura de 32

metros para o aumento da produção de 14 milhões de metros cúbicos por ano, estações de captação com 40 mil metros cúbicos, 2900 funcionários e 100 mil ligações domiciliárias.

O dirigente detalhou, também, que o projecto Huíla 3, resumido em cinco lotes, prevê a construção de uma barragem de retenção de água no N'ompombo, com capacidade de acumular 82 milhões de metros cúbicos por ano, 152 quilómetros de canais adutores, cerca de 50 chimpacas, oito estações apoiadas por baterias.

O programa inclui, igualmente, a construção de Estações de Tratamento de Água (ETA) da Chibia, Quihita, e Chibemba, com capacidade para mais de cinco mil metros cúbicos por dia no total, 200 quilómetros rede de distribuição, cinco quilómetros de linhas de recalques, dois mil quilómetros de nova rede de descarga. O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, a este propósito, disse que o Programa de Combate aos Efeitos da Seca em Angola é prioridade do Executivo, que tudo faz para mobilizar recursos financeiros de instituições internacionais, destacando-se o Banco Mundial para o financiamento de todas as acções previstas na empreitada.

"O crescimento populacional exige investimento nos sistemas de captação e abastecimento de águas para atender a procura. Isso traz desafios. Se a população cresce, as necessidades de água aumentam também. Então, temos que encontrar as soluções para resolver nos este problema de abastecimento", afirmou.

João Baptista Borges reconheceu que a água é fundamental à vida e para dinamizar os projectos de desenvolvimento, por isso o Governo realizou um estudo para encontrar as soluções do problema nas províncias do Sul de Angola, nomeadamente, Cunene, Huíla e Namibe.

O ministro disse que os outros 11 municípios da província da Huíla vão, também, beneficiar de projectos de distribuição de água, mas num outro formato da sensibilidade dos Gambos, Chibia e Lubango, onde os efeitos da seca são mais visíveis e a procura demográfica justifica uma intervenção de emergência.

Auscultação pública

Decorreu, sexta-feira, na cidade do Lubango, a auscultação pública aos Projectos de Combate aos Efeitos da Seca na província da Huíla. Este acto foi testemunhado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e contou com a abertura por parte

da vice-governadora da Huíla, Maria João Chipalavela.

A apresentação coube ao Gabinete para a Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai (GABHIC), que fez uma resenha sobre os três lotes no âmbito das empreitadas para solucionar o problema dos efeitos da seca nos municípios do Lubango, Chibia e Gambos, nomeadamente o projecto Huíla 1 (investigação e aproveitamento das águas subterrâneas do aquífero da Chela, na cidade do Lubango), Huíla 2 (construção da barragem do Nhene e das obras associadas, na cidade do Lubango) e o projecto Huíla 3 (construção da barragem do N'ompombo, no rio Caculuar e das obras associadas).

Neste acto de auscultação, foram recebidos muitos contributos dos presentes. No município da Chibia, ocorreu o acto simbólico de lançamento da primeira pedra do projecto de reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água da sede municipal da Chibia.

Esta infra-estrutura terá um prazo de execução de 12 meses e contará, aquando da conclusão, com uma rede de distribuição de 2.211 ligações domiciliares e 16 chafarizes.

9.4 Vencer os efeitos da seca é dos principais desafios do Governo

Jornal de Angola

10 De Julho de 2023

Texto: Domingos Calucipa e Quinito

Kanhameni

Sob o lema “Cunene 53 anos, Trabalho e Progresso”, as celebrações do aniversário incluem um conjunto de actividades multidisciplinares, entre as quais a realização de feiras e inaugurações de infra-estruturas socioeconómicas

Cunene celebra hoje 53 anos desde que foi elevado à categoria de província, depois de deixar de ser distrito da província da Huíla. Com uma área territorial de 78.342 quilómetros quadrados, a província vê hoje a sua população mais do que triplicada, exigindo cada vez mais serviços sociais básicos.

Actualmente, a província conta com uma população estimada em mais de 1.122.000 habitantes, distribuídos nos seus seis municípios, nomeadamente Cahama, Cuanhama, Curoca, Cuvelai, Namacunde e Ombadja.

O Cunene agrega quatro grupos étnicos, designadamente os ovambos, subdivididos em

kwanyamas, cuamatos e muvales, os nyanecahumbes, os hereros, que congregam muhakavonas, mundimbas, mushimbas e mútuas, e koysans, que têm como principais actividades a criação de gado, agricultura de subsistência e caça.

Actividades comemorativas

Sob o lema “Cunene 53 anos, Trabalho e Progresso”, as celebrações do aniversário da província compreendem um conjunto de actividades multidisciplinares, com realce para as de cariz culturais e recreativas, assim como a realização de feiras e inaugurações de infra-estruturas socioeconómicas.

Entre as actividades de realce, há a destacar a abertura da Expo-Cunene, inauguração de equipamentos sociais, como lojas da centralidade de Ondjiva, de um complexo residencial para professores e enfermeiros na comuna de Oshimolo, espectáculos musicais e ciclos de palestras sobre a história da província.

O programa de actividades inclui ainda um leilão de gado de diferentes espécies, quadrangulares de futebol 11 e salão, além de um encontro entre o Governo Provincial e a juventude.

O impulso do Cafu na agricultura

O projecto de construção do sistema de transferência de água do rio Cunene, a partir da localidade de Cafu, no município de Ombadja, por via de um canal aberto que vai ligar às zonas de Cuamato, Dombondola e Namacunde, é um dos ganhos dos últimos anos, que tem ajudado a impulsionar a actividade produtiva na região, dadas as potencialidades de terras cultiváveis ao longo do trajecto.

Com uma extensão de aproximadamente 157 quilómetros de canal aberto e um conjunto de 30 chimpacas, o projecto orçado em 44.358 milhões de kwanzas é uma iniciativa do Executivo angolano para acabar com a seca na região Sul do país.

O Canal do Cafu, que não é o único projecto estruturante criado para a província do Cunene, para o combate aos efeitos da seca, mas é das primeiras respostas concretas ao problema da seca na província, desde a independência do país, em 1975.

Até antes da sua existência, o problema era combatido a base de furos de água, tendo sido aberto, em toda a província, mais de 70, que foram incapazes de atenuar o sofrimento da população, por, na sua maioria, serem negativos.

O projecto, que arrancou em 2019, dispõe de uma tubagem pressurizada com uma extensão aproximada de dez quilómetros, um canal condutor geral com uma extensão de 47 quilómetros e, logo a seguir, no lote 1, uma bifurcação com dois canais, sendo o Leste e o Oeste.

O canal Leste, que vai levar a água a Namacunde, conta com uma extensão aproximada de 55 quilómetros. Já o Oeste, que segue em direcção à povoação de Ndombondola, possui uma extensão aproximada do primeiro.

Além dos canais, o sistema de transferência de água conta, igualmente, com 30 chimpacas (reservatórios de água) e 93 bebedouros para as pessoas e para o gado. Cada uma das chimpacas mede 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de profundidade e uma capacidade de armazenamento de água que pode variar entre 25 e 30 mil metros cúbicos.

Um pouco de história

Após a ocupação colonial, em 1920, a região passou a denominar-se Baixo Cunene e compreendia todo o território que se situava à margem esquerda do rio Cunene, enquanto decorria a disputa do espaço entre ingleses e portugueses.

A partir de Julho de 1926, com a delimitação da fronteira entre Angola e Namíbia, já sob o domínio do regime colonial português, a região passou a denominar-se Conselho do Baixo Cunene e foi, conseqüentemente, anexada ao Distrito da Huíla.

Em 1967, surgiu a ideia de se criar o Distrito do Cunene, mas só veio a concretizar-se três anos depois, fruto do "bom senso" do então administrador do Concelho do Baixo Cunene (que abrangia Cahama e Curoca), o português Covilhã Padrão.

Na altura, era preciso escolher entre Ondjiva e Xangongo, para ser capital do distrito. A escolha recaiu para Ondjiva, que albergou o Reino do Kwanhama, que confrontou duramente as forças da ocupação colonial.

A formação do distrito tinha como finalidade a implementação de determinados projectos virados para o desenvolvimento do território, como a abertura de postos escolares no meio rural e projectos de água, sobretudo para o gado, que abundava na região.

A separação do Cunene do Distrito da Huíla trouxe muitas vantagens para a população local. Foi a partir daí que se pensou na consolidação da estrada do Lubango (Huíla), passando por Ondjiva, até à

fronteira com a Namíbia. A mesma via tinha continuidade, de Ondjiva ao Cuando Cubango e outra para o Huambo, passando pelo Cuvelai.

Com o intensificar dos conflitos, muitos habitantes, incluindo funcionários públicos, concentrados na sede municipal do Cuvelai, 166 quilómetros a Nordeste de Ondjiva, surgiu a ideia do Governo da Huíla de ceder um espaço para acomodar a população e os serviços do Governo do Cunene. A localidade escolhida seria Castanheira de Pêra, no município da Matala.

Sem quaisquer infra-estruturas para instalar um Governo Provincial, Castanheira de Pêra aguentou-se como pôde. A localidade tinha sido criada para albergar cerca de sete famílias de colonos. As poucas casas encontradas eram, então, partilhadas por sete a oito famílias de responsáveis governamentais. O mesmo espaço albergava também os gabinetes.

Energia e Águas

Nos últimos cinco anos, a província do Cunene registou significativas melhorias no domínio do fornecimento de energia eléctrica e abastecimento de água às populações. Quanto à energia, há a destacar a redução para mais metade da total dependência da vizinha República da Namíbia no fornecimento à cidade de Ondjiva, com a montagem de duas turbinas 25 MW cada na central térmica, perfazendo uma capacidade total de 50 MW.

A cidade de Xangongo, sede municipal de Ombadja, também conheceu um impulso no fornecimento de energia eléctrica, quer domiciliar como para iluminação pública. A localidade beneficiou de uma central híbrida com capacidade de 5 MW, superando a necessidade de consumo em mais de 2 MW. Com isso, os constantes apagões no período nocturno ficaram para trás.

Já no domínio das águas, ao nível dos seis municípios, foram reabilitados 19 pequenos sistemas de água, 88 pontos de água, construídos dez pequenos sistemas e construção de sistema de captação e distribuição na sede comunal de Ombalayo-Mungo, no âmbito dos programas Água para Todos, Programa de Investimentos Públicos e Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

Nesta vertente, o maior ganho mesmo da província foi a construção e inauguração do canal do Cafu, de 160 quilómetros, que leva água a várias localidades dos municípios de Ombadja, Cuanhama e Namacunde.

No domínio de estradas, há hoje melhorias na circulação de pessoas e mercadorias entre diferentes localidades do interior da província.

Foi reabilitada e asfaltada pela primeira vez a estrada Ondjiva/Cuamato, sede de Ombala-yo-Mungo, de 72 quilómetros, a reabilitação das estradas Ondjiva/Cuvelai, Cahama/Otchindjau, Otchindjau/Oncocua, Namacunde/Chiedi e Xangongo/Calonga.

O problema da Saúde

O sector da Saúde na província é dos que pouco cresceu nos últimos cinco anos quanto à disponibilidade de infra-estruturas, mas viu reforçados e melhorados os serviços em diferentes unidades sanitárias, com a admissão de novos profissionais, entre médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutico e tantos outros de outras áreas.

Nesse período, o sector ganhou um centro de saúde com capacidade de 30 camas, na comuna de Oshimolo (Cuanhama), construção e apetrechamento da morgue municipal do Cuvelai e de três postos de saúde nas localidades de Hoji-ya-Henda, Peu-Peu e Ekamba, em Ombadja, bem como a reabilitação e ampliação do Hospital do Chiulo (Ombadja).

Actualmente o sector conta com uma rede sanitária formada por dois hospitais de nível provincial, seis municipais, 43 centros de saúde, um centro materno-infantil e 108 postos de saúde, para o atendimento dos cuidados primários, secundários e terciários.

Na vertente de força de trabalho qualificada, a província foi reforçada com 896 novos profissionais, entre estes cinco médicos assistentes, 44 médicos internos gerais, 16 enfermeiros licenciados, 560 técnicos médios de enfermagem, 38 técnicos superiores de diagnósticos terapêutico e 145 técnicos médios de diagnóstico terapêutico.

Com os novos ingressos, o sector é servido hoje por 105 médicos, 38 dos quais expatriados, 1.553 enfermeiros, 274 técnicos de diagnóstico e terapêutico, 394 profissionais de apoio hospitalar e 259 do regime geral.

Província ganha mais de 70 novas infra-estruturas sociais

A província do Cunene viu ampliada, nos últimos cinco anos, a rede dos serviços sociais básicos para as populações, com a construção e conclusão de 78 novos projectos distribuídos nos mais variados sectores, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), indica o

Gabinete Provincial de Estudos, Planeamento e Estatística.

No sector da Educação, há a assinalar a construção e apetrechamento de nove escolas, sendo oito de sete salas de aula cada e três de quatro, para o Ensino Primário, e uma de 24 salas para o I ciclo do Ensino Secundário, totalizando 92 novas salas de aula erguidas de 2018 ao primeiro semestre deste ano.

Até 2017, conforme dados do Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística, a província contava com 872 salas de aula, o que perfaz hoje 964 salas, quando adicionadas as novas construídas nos últimos cinco anos ao nível dos seis municípios, no Ensino Primário e I ciclo do Ensino Secundário, o que permitiu matricular, pelo menos, 220.420 alunos.

Os estabelecimentos escolares foram construídos nas localidades de Otchindjau e sede municipal da Cahama, Mupa e Cubati, município de Cuvelai, Chiedi, Omulunga wa Shikongo, sede de Namacunde, Humbe (Ombadja) e no bairro Caculuvale, cidade de Ondjiva.

Ainda no quadro de obras do PIIM, o sector da Educação ganhou outras infra-estruturas nesse período destinadas à acomodação de professores e enfermeiros em zonas recônditas. No total, a província beneficiou de 14 novos complexos residenciais construídos e apetrechados e dez residências das tipologias T6, T3 e T2.

Os complexos residenciais, pensados na perspectiva de manter o quadro docente no local de trabalho, foram erguidos nas localidades de Tchilenga e Chilau, Cavalawa, Tchipelongo, Canhimei e Otchindjau-sede, no município da Cahama, Môngua e Nehone, município do Cuanhama, Mukolongondjo, Mupa, Cubati e Calonga (Cuvali), Humbe, Mucope, Naulila e Xangongo (Ombadja).

Ao passo que as dez residências foram construídas nos povoados de Ompupa, Hangumbe, Mambonde e Tchitapawa, município do Curoca, e em Oheyoka, Oluxwa, Omukwa wa Shindjala, Ongwe, Ounonge e Ohakaonde I, no município de Namacunde.

9.5 Angola entre os países com maior aumento percentual de perda florestal no mundo

Novo Jornal

14 De Julho de 2023

Texto: Teresa Fukiady

Angola integra o 'top 3' dos países no mundo com maior aumento percentual na perda de florestas primárias nos últimos anos, aponta o estudo anual da Global Forest Watch (Observação Florestal Global, GFW na sigla em inglês). De acordo com a pesquisa, a perda florestal primária no País, que ocupa a terceira posição, subiu para 52% em 2022, numa lista liderada pelo Ghana, que, só em 2022, perdeu 18 mil hectares de floresta, correspondentes a 71%, seguido da Bolívia, que registou um nível recorde de aumento em relação a 2021, resultante em 59%.

No caso de Angola, o GFW, consultado Novo Jornal, indica que, nos últimos 20 anos - entre 2002 e 2022 -, o País perdeu 169 mil hectares de floresta primária húmida. Neste período, a área total de floresta primária húmida diminuiu 6.9%.

No que diz respeito à cobertura arbórea, de 2001 a 2022, a plataforma mostra que o País perdeu 3.68 milhões de hectares de cobertura arbórea, equivalente a uma diminuição de 6.5% na cobertura arbórea desde 2000 e 1.22 gigatoneladas de emissões de carbono (CO₂e).

A GRW aponta, igualmente, que ocorreram mais de um milhão de relatos de desmatamento no País, entre 2 de Janeiro e 5 de Julho deste ano, cobrindo um total de 15,3 mil hectares, dos quais 82% foram alertas de alto nível de confiança, detectados por um único sistema, e 1.9% foram alertas detectados por múltiplos sistemas.

Globalmente, diz o relatório do GFW, apoiado pela organização sem fins lucrativos World Resources Institute (WRI), em 2022 foram destruídos mais de 4,1 milhões de hectares de florestas primárias tropicais, representando mais de 10% de área destruída do que em 2021. O Brasil lidera a tabela de destruição de florestas primárias tropicais em 2022, com uma área que representa 43% das perdas globais.

As estatísticas apontam que Angola e o mundo estão em sentido contrário do que se comprometeram em 2021, no acordo para e reverter a desflorestação e degradação do solo, durante a 26.ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP26), em Glasgow, na Escócia.

Ministério não reage e ambientalista pede maior fiscalização

Sobre o assunto, o NJ remeteu, a 4 de Julho, uma carta ao Ministério da Agricultura e Florestas a solicitar entrevista com o director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal (PDF), mas, até ao fecho desta edição, madrugada de quinta-feira, 13, não obteve resposta. Em 2021, o director nacional do Ambiente e Acção Climática, Giza Martins, avançou que o País perdia por ano 106 mil hectares de florestas.

Ao NJ, entretanto, o ambientalista José Palanca aponta a extracção de madeira para fins comerciais, a extracção mineral, a agro-pecuária e a agricultura como principais factores que têm contribuído para a desflorestação no País. José Palanca explica que as empresas de exploração de madeira no País não cumprem com regulamento ambiental que orienta a elaboração de um plano de recuperação ambiental da área explorada.

Entre as consequências da perda florestal, aponta a perda da biodiversidade, que afecta a riqueza do solo e, consequentemente, a agricultura. "A perda de floresta e a da biodiversidade ocasionam a perda de fertilidade do solo, a desertificação criam o fenómeno de êxodo rural. As pessoas vão começar a intensificar a vinda nas grandes cidades, e essas pessoas, muitas vezes, não têm perfil do ponto de vista académico profissional, acabando por aumentar a pobreza indirectamente.

Por outro lado, acrescenta o ambientalista José Palanca, o País está a aumentar as emissões carbónicas e a contribuir para as alterações climáticas. O ambientalista defende que as estratégias passam por se estabelecer a reserva legal, ou seja mesmo que ao cidadão seja dada licença para a extracção da madeira, deve ser obrigado a deixar uma reserva legal e a replantar. "Já existem mecanismos do plano de recuperação ambiental por parte do Ministério do Ambiente e, infelizmente as empresas não cumprem e há pouca fiscalização", lamenta.

9.6 Obras emergenciais em Senguela não ofuscam risco de tragédia semelhante à de 2015

Novo Jornal

14 De Julho de 2023

Texto: João Marcos

Obras suspensas em várias frentes são o indicador de quebra de ritmo no Programa de Infra-Estruturas Emergenciais de Benguela, executado em 30% até

Maio deste ano, quando se questiona a ausência de acções prioritárias no Despacho Presidencial 142/21, capazes de prevenir tragédias semelhantes àquela que desalojou centenas de famílias e provocou quase 100 mortos, indicam levantamentos feitos mediante documento oficial.

Este Programa Emergencial, avaliado em 415 milhões de euros, existe porque, em 2015, na sequência dos estragos do mês de Maio, o Governo Central aprovou o Plano-Director de Macrodrenagem Urbana da província de Benguela, visto à lupa pelo Novo Jornal, num exercício com apoio técnico de dois ex-membros do Governo Provincial, que criticam o que chamam de desvios na execução das obras.

O despacho presidencial dá primazia à "necessidade de se estancar o deslizamento de terras e a instabilidade dos solos que de forma cíclica acontecem em tempo chuvoso, causando estragos e perdas de vidas humanas nos municípios de Benguela e Lobito".

A seguir, no que é descrito como demonstração de iniciativa integrada, surgem, também com a componente urgência, medidas como "construção ~ recuperação de sistemas de abastecimento de água: vias rodoviárias, edificações públicas, aproveitamentos hidro-agrícolas e iluminação pública".

Como quem 'troca em miúdos' o essencial de um documento com 131 páginas, ambos os antigos dirigentes lamentam que a prioridade não esteja na macrodrenagem, o cerne da tragédia, embora cada um agarre num ponto específico.

O primeiro, ao recordar uma crise similar em 1972 no Lobito, igualmente com mortes e casas arrastadas, questiona a inexistência de barreiras de contenção delineadas para diminuir o poder de destruição das águas que saem da zona alta para a baixa.

"Poi isso que aconteceu em Março de 2015, o impacto da água, encontrando, como se não bastasse, as valas sem limpeza. Portanto, ainda não se está a mexer na macrodrenagem", assinala a fonte, que louva, entretanto, a forma como está a ser levada a cabo a recuperação de importantes vias rodoviárias nos municípios de Benguela e do Lobito.

Sobre esta visão, o arquitecto Felisberto Amado, um académico que tem criticado o estado das infra-estruturas, com realce para as valas de drenagem, acrescenta que a fúria das águas provoca os tais deslizamentos de terras, ante a ausência das barreiras de contenção.

Outro ex-membro do Governo provincial de Benguela acrescenta que as grandes intervenções deveriam ter sido feitas nas valas de drenagem do litoral.

"Refiro-me, por exemplo, junto à linha dos caminhos-de-ferro, uma vez que as passagens hidráulicas praticamente desapareceram com o projecto de reabilitação da empresa", resume.

Ouvido a propósito, o engenheiro ambiental Isaac Sassoma, docente universitário, afirma que pouco ou nada se fez desde o triste acontecimento, destacando a falta de bacias de retenção das águas pluviais.

"Não quero imaginar um cenário de chuvas intensas outra vez, precisamos de fazer muito mais", ressalta, ao defender limpeza permanente das valas de drenagem naturais e artificiais.

Outra preocupação, segundo Isaac Sassoma, é o crescimento desordenado, particularmente em relação a construções em linhas de água (zonas de risco), o que dificulta o funcionamento das valas de macrodrenagem.

Mais obras a caminho numa Benguela "de patas para o ar"

Paralelamente à aprovação do plano de Macrodrenagem Urbana, com acções direccionadas aos municípios de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, o Governo decidiu-se, ainda na sequência da tragédia, a construir casas sociais e evolutivas para famílias em zonas de risco.

Na urbanização dos Cabrais, adstrita ao município da Catumbela, estão 370 famílias vítimas das cheias, sendo que a maior parte aguarda pela conclusão das suas casas.

À saída de Benguela em direcção à vila da Baía Farta, deverão ser construídas, de acordo com as previsões, centenas de casas evolutivas, para as quais existem já dois modelos.

Tudo isto representa, se analisada a essência do Plano de Macrodrenagem Urbana, uma espécie de complemento do Programa Emergencial, que se encontrava, há dois meses, com uma execução física equivalente a 124 milhões e soo mil euros.

Não se sabe se o 'ataque' à macrodrenagem, como reclamam especialistas e os dois antigos membros do Governo, vem a seguir, até ao fecho dos 4)5 milhões de euros, mas é notório um ritmo bem diferente.

Obras suspensas em edifícios públicos, como os cines Monumental e Flamingo, são exemplos desta quebra de ritmo.

Em Maio, na abordagem geral desta iniciativa financiada pela empresa ASGC, que também está na execução, ao lado da Omatapalo 'e Casais, o governador provincial, Luís Nunes, dizia que mais obras estavam a caminho, mormente no domínio do ordenamento territorial e requalificação de bairros.

Ao prometer "virar Benguela de patas para o ar, no bom sentido", o governante anunciou uma carteira com 600 projectos para até 2027.

9.7 Obras de contenção de ravinas executadas a partir deste mês

Jornal de Angola

15 De Julho de 2023

Texto: Kapalo Manuel

As obras de contenção de ravinas e asfaltagem de seis quilómetros da estrada, que dá acesso ao sistema de captação de água do rio Lumeje, no Luena, começam a partir deste mês, anunciou o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas do Moxico.

Wilson Augusto explicou que estes trabalhos, que decorrem na estrada que fica nos arredores do Bairro Social da Juventude, visam melhorar a circulação de pessoas e bens.

O vice-governador falava durante o acto de colocação da primeira pedra que marcou o início formal e técnico da empreitada de contenção, estabilização das ravinas e asfaltagem da referida estrada.

O responsável avançou que a empreitada vai garantir a segurança dos equipamentos e de todo o activo que se encontra na via da estação de tratamento e distribuição de água da cidade do Luena, sobretudo na época chuvosa.

Wilson Augusto exortou ao empreiteiro para garantir o cumprimento dos prazos contratuais e a qualidade da obra, no quadro das normas e técnicas exigidas na execução da obra, uma vez que todas as condições estão criadas para que os trabalhos se realizem sem constrangimento.

Como parte do sucesso dos trabalhos, citou os moradores do bairro, os quais o vice-governador apelou a contribuírem com a fiscalização e denúncia de todas as situações que prejudiquem o andamento das obras.

"O sucesso desta obra vai impulsionar a continuidade de mais projectos para outros bairros, de forma a levar a melhor transitabilidade, segurança, saneamento, iluminação e saúde às populações", disse.

Wilson Augusto salientou que é preocupação do Governo Provincial criar condições de infra-estruturas condignas para toda a população. Por isso, destacou a importância do apoio das comunidades nas acções de requalificação dos bairros.

Trabalhos duram oito meses

O encarregado da obra, Tomé Abril, explicou que os trabalhos de contenção de ravinas e de melhoria da circulação vão durar oito meses.

A estrada, com 14 metros de largura, está orçada em mais de dois mil milhões de kwanzas. Numa primeira fase, os trabalhos vão abranger a contenção de ravinas, desmatação de terras, colocação de taludes com camadas de 30 centímetros, compactando até ao nível de aterro superficial.

Está, ainda, contemplada a abertura de valas de drenagens para o escoamento das águas das chuvas e a aplicação do tapete asfáltico, passeios e iluminação.

9.8 Aldeias rurais vão beneficiar da distribuição de energia fotovoltaica

Jornal de Angola

30 De Julho de 2023

Angola beneficia de mais de mil milhões de dólares para construir infra-estruturas para a expansão e distribuição de energia fotovoltaica para as aldeias rurais em todo o país.

A 24 de Julho de 2023, o Standard Chartered Bank anunciou a disponibilidade 1,4 mil milhões de dólares em financiamento para o Ministério das Finanças construir as infra-estruturas.

"Os novos sistemas de geração de energia ajudarão as aldeias rurais em todo o país a tornarem-se auto-suficientes e menos dependentes da principal rede eléctrica de Angola", refere o Standard Chartered.

"O projecto de electrificação está a ser desenvolvido pelo Ministério da Energia e Águas, beneficiará cerca de 203 mil agregados familiares (cerca de um milhão de angolanos) em 60 comunidades".

As províncias incluem Moxico, a maior do país localizada no Leste, Lunda-Norte e Lunda-Sul, no Nordeste, Bié, no Centro, e Malanje, que se encontra no Noroeste.

Financiamento de centrais solares

O Standard Chartered referiu-se igualmente a um empréstimo de 900 milhões de dólares para Angola financiar duas centrais solares fotovoltaicas.

O Standard Chartered disse que o empréstimo vai financiar 48 sistemas híbridos de geração fotovoltaica com armazenamento de energia, que vão

actuar como "mini-redes" e operar de forma autónoma, fornecendo acesso a 100% de electricidade renovável para comunidades não ligadas à rede eléctrica nacional.

"Além disso, o financiamento vai apoiar a expansão da rede nacional em Malanje e construir novas linhas e redes para ligar outros municípios."

O projecto de electricidade, refere, vai ajudar a diversificar a matriz energética do país. "A instalação da nova rede eléctrica ajudará a diversificar a matriz energética do país e os cálculos mostram que Angola pode economizar até 7,9 megatoneladas de emissões de CO₂", disse a empresa.

Cláudia Conceição, CEO do Standard Chartered Bank Angola disse: "O compromisso com o desenvolvimento sustentável e o apoio às comunidades na transição para energia renovável reflecte-se no nosso financiamento da infra-estrutura de electricidade movida à energia solar em Angola."

O financiamento é apoiado pela agência alemã de crédito à exportação Euler Hermes e o empreiteiro MCA Group está a gerir a construção do projecto.

Edna Schöne, membro do Conselho Executivo da Euler Hermes, disse que este projecto não é apenas de importância crucial para Angola e a África subsaariana, mas ajuda a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

"Estamos satisfeitos que muitas pequenas e médias empresas alemãs estejam envolvidas neste projecto e contribuirão para o sucesso do projecto com a sua tecnologia e know-how."

10. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

10.1 Comércio Angola-China pesa USD 24 mil milhões/ano

Jornal Economia

4 De Agosto de 2023

Texto: Joaquim Suami & Vânia Inácio

China tornou-se, nos últimos 13 anos, no maior parceiro comercial de Angola, tendo a média anual do volume de transacções, ascendido de 150 milhões de dólares, em 2002, para 24 mil milhões, em 2022, segundo o embaixador em Angola, Gong Tao, Com o primeiro "Fórum de Negócios Angola-China (FONAC)", realizado, na passada sexta feira (28 de Julho) os dois países deram mais um passo para aprofundarem a parceria estratégica existente há 40 anos de relações diplomáticas, e já soma 13 de cooperação comercial.

10.2 Americanos «desalojam» chineses e financiam operações no Corredor do Lobito

Novo Jornal

7 De Julho de 2023

Texto: João Marcos

Vencedor do concurso público internacional para a gestão e exploração do Terminal polivalente de Contentores e Carga Geral, aberto em Maio de 2021, o consórcio China Internacional Trust Investment corporation (CmC) e Shandong Port Group (SPG) decidiu-se a abandonar o Porto Comercial do Lobito, por sua conta e risco, numa medida associada a repulsa, pelo facto de não ter conseguido, ainda no Corredor do Lobito, a concessão dos serviços ferroviários, formalmente entregue esta semana a entidades europeias, disseram fontes bem posicionadas.

Por este abandono, confirmado pelo ministro dos Transportes, Ricardo D' Abreu, num contacto exclusivo com o NJ, começa a ser explicado o 'braço-de-ferro' entre chineses e norte-americanos no maior Corredor de Desenvolvimento do País, a via para as exportações do minério da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

A rentabilização do potencial mineral dos chamados 'países encravados' resume, aliás, a luta das maiores economias mundiais, com o Governo angolano a

tentar, encontrar pontos de equilíbrios, segundo as mesmas fontes.

Aos chineses, só o Porto Comercial, que recebeu investimentos de 1,247 milhões de dólares em dois terminais e um porto secá, não bastava, mas os norte-americanos não viam com bons olhos os concorrentes asiáticos na exploração do transporte ferroviário, que tem, como se sabe, a sua marca, as locomotivas da General Electric.

Tanto assim que, consumada a saída de cena do consórcio chinês, a administração norte-americana acenou com um investimento de 250 milhões de dólares, menos de metade do que a Lobito Atlantic Railway (LAR), formada pela Trafigura, vectorius e Mqta Engil, necessita para criar infra-estruturas e adquirir meios rolantes.

"Era intenção das autoridades ter no Porto os chineses e este mesmo concessionário [europeu], como acontece, na exploração dos serviços ferroviários e da logística e suporte do Corredor do Lobito", assinala uma fonte do NJ, admitindo mesmo que tenha havido interferência política nos concursos públicos.

Basta lembrar que o grupo filipino ICTS, inicialmente dado corno-vencedor pela Comissão de Avaliação do concurso na empresa portuária, chegou a contestar os resultados, falando em manipulação do desfecho.

Ao abordar a mudança no Porto do Lobito, confirmada, curiosamente, também pelo general Fernando careta Miala, chefe dos Serviços de Informação e Segurança do Estado, que se encontrava bem ao lado, o ministro dos Transportes optou por 'não avançar as motivações dos chineses, mas assinalou que o concessionário dos serviços ferroviários fica também com a gestão do terminal de minérios, com capacidade para absorver três milhões e 600 mil toneladas por ano.

Minutos antes, ao intervir no acto oficial de transferência da concessão dos serviços ferroviários e da logística e suporte do Corredor do Lobito, o governante tinha destacado a presença de empresários americanos, há uma semana, nas instalações do Porto do Lobito como sinónimo de confiança no projecto.

As explicações dadas nesta visita indicam que o investimento americano a favor da LAR será processado por via de um banco da África do Sul, que teve empresários seus integrados na missão.

Confirmado: Mota Engil ataca falhas técnicas na linha do CFB

Ao NJ, Carlos Mota Santos, em nome da Mota Engil, confirmou o que vinha a ser noticiado: serão feitas correcções técnicas ao longo da linha.

Alegadas insuficiências são associadas à pilhagem do material como aço e travessas (madeira) na reabilitação dos 1330 quilómetros de linha, executada pelos chineses da R20, empresa que esteve, ao lado da CITIC e da Sinotrans, no concurso para a gestão dos serviços ferroviários.

"Sim, é verdade que poderemos efectuar estas correcções", sintetizou, ao apontar, lacónico, para o plano de desenvolvimento da rota em Angola.

Este documento, com sete pontos, indica que partes da linha serão reforçadas com 500 mil toneladas de balastro de via, estando em perspectiva outros ajustes técnicos, essencialmente para que sejam atendidos comboios mais longos.

A compra de 1.555 vagões, 35 locomotivas, desenvolvimento de um novo caminho-de-ferro até ao Porto Mineral e reforço de pontes de metal são outras acções inscritas no documento.

São, em síntese, as bases para uma concessão de 30 anos, prorrogável mediante objectivos, um deles a construção do ramal ferroviário de ligação à Zâmbia, que pode valer ao consórcio mais 20 anos de exploração.

Mas esta empreitada, a de ligação do município do Luacano (~Moxico) à região do Jimbe (Zâmbia), pode ser levada a cabo fora dos 'eixos da concessão', dependendo sempre da disponibilidade financeira dos Governos angolano e zambiano.

Da RDC, chega já algum manganês ao Porto do Lobito, em quantidades muitíssimos inferiores às projectadas para o futuro imediato, que passam por 4 milhões/ano; incluindo a mercadoria da indústria pesada e agricultura.

Nestas contas, entram produtos que farão o sentido inverso aos minerais da RDC e zâmbia, saindo, portanto, das províncias bafejadas pelo Corredor - Benguela, Huambo, Bié e Moxico - em direcção aos 'países encravados'.

Por aqui se percebe o apelo, mais um, de quem vê nesta iniciativa o regresso às origens, quando existiam 12 composições diárias do Lobito ao Luau.

"Levávamos logística para o Shaba (RDC), nomeadamente a cera do Moxico e outros produtos,

de Benguela, como o sisal e a pasta de papel, regressando com o minério que era exportado para a Europa e Américas", lembra José Severino, presidente da Associação Industrial Angolana, que encontrou no CFB, em 1959, o seu primeiro emprego.

Convicto de que "vamos partir do zero", o industrial sublinha que o País tem de reactivar a produção de sisal, uma matéria-prima que vai substituindo o plástico, e a pasta de papel, uma vez que são gastos 400 milhões USD/ano nas importações para embalagens, livros e cadernos. "Temos de produzir mais sal, proteger e apoiar mais os salineiros", frisa José severino.

Por algum motivo, aliás, o programa de aceleração da diversificação da economia, que conta com 300 milhões de dólares do Banco Mundial, tem foco no apoio a empresas que se encontram no perímetro do Corredor do Lobito.

O trio do optimismo e as oportunidades para lá do minério

Integração regional, tendo em vista o desenvolvimento social e económico de Angola, RDC e zâmbia, através de trocas comerciais, foi a tónica dos discursos dos três Presidentes, tendo o anfitrião, João Manuel Gonçalves Lourenço, terminado com um apelo à mobilização de recursos para auto-estradas para ligar a região.

"Para estarmos ligados também à Namíbia e África do Sul", desafiou Lourenço, após ter afirmado, em relação à essência do acto, que o Corredor do Lobito vai dinamizar as exportações na região Sul do continente.

Com as Zonas de Comércio Livre no horizonte, tanto para a SADC como para o continente, à semelhança dos seus homólogos, Lourenço acrescentou que as potências mundiais têm os olhos no Corredor, que pode lançar bases para o desenvolvimento africano.

"É a nós, africanos, que cabe garantir que se aproveitem todas as oportunidades para a criação de riquezas e empregos para os jovens", assinalou.

Já o Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi, destacou a transportação de matéria-prima, condicionada ao longo de vários anos devido a conflitos armados.

Assinalou que a Trafigura, um dos concessionários, vai reabilitar 400 quilómetros de linha para ligar as regiões de xatanga e Dilolo.

O Presidente da zâmbia, Hakainde Hichilema, lembrou a importância na transportação de minério, mas avisou que existem outros negócios, mormente nos domínios da agricultura e do turismo.

Os três países têm, juntos, economias que valem mais de 200 mil milhões de dólares.

10.3 Americanos «desalojam» chineses e financiam operações no Corredor do Lobito

Novo Jornal

7 De Julho de 2023

Texto: João Marcos

Vencedor do concurso público internacional para a gestão e exploração do Terminal polivalente de Contentores e Carga Geral, aberto em Maio de 2021, o consórcio China Internacional Trust Investment corporation (CmC) e Shandong Port Group (SPG) decidiu-se a abandonar o Porto Comercial do Lobito, por sua conta e risco, numa medida associada a repulsa, pelo facto de não ter conseguido, ainda no Corredor do Lobito, a concessão dos serviços ferroviários, formalmente entregue esta semana a entidades europeias, disseram fontes bem posicionadas.

Por este abandono, confirmado pelo ministro dos Transportes, Ricardo D' Abreu, num contacto exclusivo com o NJ, começa a ser explicado o 'braço-de-ferro' entre chineses e norte-americanos no maior Corredor de Desenvolvimento do País, a via para as exportações do minério da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

A rentabilização do potencial mineral dos chamados 'países encravados' resume, aliás, a luta das maiores economias mundiais, com o Governo angolano a tentar, encontrar pontos de equilíbrios, segundo as mesmas fontes.

Aos chineses, só o Porto Comercial, que recebeu investimentos de 1,247 milhões de dólares em dois terminais e um porto secá, não bastava, mas os norte-americanos não viam com bons olhos os concorrentes asiáticos na exploração do transporte ferroviário, que tem, como se sabe, a sua marca, as locomotivas da General Electric.

Tanto assim que, consumada a saída de cena do consórcio chinês, a administração norte-americana acenou com um investimento de 250 milhões de dólares, menos de metade do que a Lobito Atlantic Railway (LAR), formada pela Tráfico, vectorius e

Mqta Engil, necessita para criar infra-estruturas e adquirir meios rolantes.

"Era intenção das autoridades ter no Porto os chineses e este mesmo concessionário [europeu], como acontece, na exploração dos serviços ferroviários e da logística e suporte do Corredor do Lobito", assinala uma fonte do NJ, admitindo mesmo que tenha havido interferência política nos concursos públicos.

Basta lembrar que o grupo filipino ICTS, inicialmente dado como vencedor pela Comissão de Avaliação do concurso na empresa portuária, chegou a contestar os resultados, falando em manipulação do desfecho.

Ao abordar a mudança no Porto do Lobito, confirmada, curiosamente, também pelo general Fernando Careta Miala, chefe dos Serviços de Informação e Segurança do Estado, que se encontrava bem ao lado, o ministro dos Transportes optou por não avançar as motivações dos chineses, mas assinalou que o concessionário dos serviços ferroviários fica também com a gestão do terminal de minérios, com capacidade para absorver três milhões e 600 mil toneladas por ano.

Minutos antes, ao intervir no acto oficial de transferência da concessão dos serviços ferroviários e da logística e suporte do Corredor do Lobito, o governante tinha destacado a presença de empresários americanos, há uma semana, nas instalações do Porto do Lobito como sinónimo de confiança no projecto.

As explicações dadas nesta visita indicam que o investimento americano a favor da LAR será processado por via de um banco da África do Sul, que teve empresários seus integrados na missão.

Confirmado: Mota Engil ataca falhas técnicas na linha do CFB

Ao NJ, Carlos Mota Santos, em nome da Mota Engil, confirmou o que vinha a ser noticiado: serão feitas correcções técnicas ao longo da linha.

Alegadas insuficiências são associadas à pilhagem do material como aço e travessas (madeira) na reabilitação dos 1330 quilómetros de linha, executada pelos chineses da R20, empresa que esteve, ao lado da CITIC e da Sinotrans, no concurso para a gestão dos serviços ferroviários.

"Sim, é verdade que poderemos efectuar estas correcções", sintetizou, ao apontar, lacónico, para o plano de desenvolvimento da rota em Angola.

Este documento, com sete pontos, indica que partes da linha serão reforçadas com 500 mil toneladas de balastro de via, estando em perspectiva outros ajustes técnicos, essencialmente para que sejam atendidos comboios mais longos.

A compra de 1.555 vagões, 35 locomotivas, desenvolvimento de um novo caminho-de-ferro até ao Porto Mineral e reforço de pontes de metal são outras acções inscritas no documento.

São, em síntese, as bases para uma concessão de 30 anos, prorrogável mediante objectivos, um deles a construção do ramal ferroviário de ligação à Zâmbia, que pode valer ao consórcio mais 20 anos de exploração.

Mas esta empreitada, a de ligação do município do Luacano (~Moxico) à região do Jimbe (Zâmbia), pode ser levada a cabo fora dos 'eixos da concessão', dependendo sempre da disponibilidade financeira dos Governos angolano e zambiano.

Da RDC, chega já algum manganês ao Porto do Lobito, em quantidades muitíssimos inferiores às projectadas para o futuro imediato, que passam por 4 milhões/ano; incluindo a mercadoria da indústria pesada e agricultura.

Nestas contas, entram produtos que farão o sentido inverso aos minerais da RDC e zâmbia, saindo, portanto, das províncias bafejadas pelo Corredor - Benguela, Huambo, Bié e Moxico - em direcção aos 'países encravados'.

Por aqui se percebe o apelo, mais um, de quem vê nesta iniciativa o regresso às origens, quando existiam 12 composições diárias do Lobito ao Luau.

"Levávamos logística para o Shaba (RDC), nomeadamente a cera do Moxico e outros produtos, de Benguela, como o sisal e a pasta de papel, regressando com o minério que era exportado para a Europa e Américas", lembra José Severino, presidente da Associação Industrial Angolana, que encontrou no CFB, em 1959, o seu primeiro emprego.

Convicto de que "vamos partir do zero", o industrial sublinha que o País tem de reactivar a produção de sisal, uma matéria-prima que vai substituindo o plástico, e a pasta de papel, uma vez que são gastos 400 milhões USD/ano nas importações para embalagens, livros e cadernos. "Temos de produzir mais sal, proteger e apoiar mais os salineiros", frisa José severino.

Por algum motivo, aliás, o programa de aceleração da diversificação da economia, que conta com 300

milhões de dólares do Banco Mundial, tem foco no apoio a empresas que se encontram no perímetro do Corredor do Lobito.

o trio do optimismo e as oportunidades para lá do minério

Integração regional, tendo em vista o desenvolvimento social e económico de Angola, RDC e zâmbia, através de trocas comerciais, foi a tónica dos discursos dos três Presidentes, tendo o anfitrião, João Manuel Gonçalves Lourenço, terminado com um apelo à mobilização de recursos para auto-estradas para ligar a região.

"Para estarmos ligados também à Namíbia e África do Sul", desafiou Lourenço, após ter afirmado, em relação à essência do acto, . que o Corredor do Lobito vai dinamizar as exportações na região Sul do continente.

Com as Zonas de Comércio Livre no horizonte, tanto para a SADC como para o continente, à semelhança dos seus homólogos, Lourenço acrescentou que as potências mundiais têm os olhos no Corredor, que pode lançar bases para o desenvolvimento africano.

"É a nós, africanos, que cabe garantir que se aproveitem todas as oportunidades para a criação de riquezas e empregos para os jovens", assinalou.

Já o Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi, destacou a transportação de matéria-prima, condicionada ao longo de vários anos devido a conflitos armados.

Assinalou que a Trafigura, um dos concessionários, vai reabilitar 400 quilómetros de linha para ligar as regiões de xatanga e Dilolo.

O Presidente da zâmbia, Hakainde Hichilema, lembrou a importância na transportação de minério, mas avisou que existem outros negócios, mormente nos domínios da agricultura e do turismo.

Os três países têm, juntos, economias que valem mais de 200 mil milhões de dólares.

10.4 Angola convida investidores chineses do ramo da cadeia produtiva de frango

Jornal de Angola

13 De Julho de 2023

Texto: Paulo Caculo

A vasta experiência das empresas chinesas na produção de vários alimentos, tendo como matéria-prima o frango, deve ser aproveitada por Angola para incentivar o investimento no sector, tendo em vista os desafios da diversificação económica, revelou, em Pequim, na China, o ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis.

O governante angolano, que falava em jeito de balanço do encontro com o presidente da International Ressources Limited da China, Zhong Hande, realizado recentemente, nas instalações da Embaixada de Angola no país asiático, destacou o elevado interesse manifestado por empresas e empresários chineses em desenvolverem, no país, actividades do ramo alimentar.

"As várias empresas e segmentos ligados à cadeia produtiva de frango estão interessadas em fazer investimentos em Angola. Também estamos interessados em permitir que as equipas técnicas destas empresas nos visitem e comecem a desenhar os processos para o investimento em Angola", adiantou-se a esclarecer o titular da pasta da Agricultura e Florestas.

Durante a estada na China, explicou ainda o ministro, a delegação ministerial aproveitou a participação na III edição da Exposição Económica e Comercial China – África para realizar contactos com potenciais investidores, tendo as visitas efectuadas à cadeia produtiva chinesa de frango despertado maior interesse.

"Desenvolvemos um programa paralelo às actividades da Expo, que visava essencialmente tomar contacto com a cadeia produtiva de frangos. Depois de visitarmos, ficamos bastante impressionados com o trabalho que se faz na cadeia de frango", confessou.

António Francisco de Assis fez questão de assegurar que as boas impressões com que ficaram da empresa visitada "não se deveram apenas à questão das condições verificadas" nos processos de incubação, engorda e abate, "mas também as actividades que são desenvolvidas após o abate".

O processo de confecção de vários tipos de alimentos, tendo como matéria-prima o frango, na óptica do ministro, despertou o interesse

da delegação que o acompanhou, tendo realçado a produção de salsicha, frango temperado e, sobretudo, a confecção de pipoca de frango, algo que considerou "desconhecido da realidade angolana".

"Visitamos uma instalação com 330 frangos, que nos chamou também muita atenção, uma vez que os níveis de produção em relação ao frango são bastante altos. Neste processo, há algumas perdas sobretudo na fase de transporte dos aviários para os matadouros", disse.

Segundo ainda o ministro, as aves são igualmente utilizadas para a alimentação de cativeiros onde se criam crocodilos, com objectivo de aproveitamento das peles, carnes e sangue para fins medicinais.

"A China exporta sangue de crocodilo para Inglaterra. Vimos, aqui (China), um conjunto de possibilidades e oportunidades que podemos desenvolver ao nível do nosso país. Consideramos, por isso, a nossa visita ter sido muito positiva", acrescentou.

A reunião entre a delegação do Ministério da Agricultura e Florestas e o presidente da empresa International Ressources Limited, Zhong Hande, foi testemunhada pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola na República Popular da China, João Salvador Neto, e funcionários da missão diplomática.

Cooperação com a China

O ministro António Francisco de Assis, recorde-se, foi um dos oradores do fórum de promoção das relações comerciais entre a China e África, tendo, na ocasião, reiterado no seu discurso a visão e o alinhamento dos Governos angolano e chinês, relativamente à cooperação crescente e mutuamente vantajosa, assente no espírito duradouro das relações entre os países e respeito mútuo.

Angola, segundo o governante, observa com satisfação a consolidação e o estreitamento das relações bilaterais nos domínios da Tecnologia, Economia e Comércio, sublinhando os longos anos de partilha efectiva de uma cooperação estratégica.

No que à Agricultura diz ainda respeito, assegurou que o país começou a obter resultados positivos com os investimentos realizados no Centro de Investigação Agrária de Luanda, adiantando que a infra-estrutura permite já a pesquisa aplicada de gergelim, milho, arroz, soja e vegetais, bem como de outras culturas.

10.5 Angola e China acertam detalhes sobre operações do Novo Aeroporto Internacional “Dr. António Agostinho Neto”

Jornal Economia e Finanças
28 De Julho de 2023

O ministro dos transportes Ricardo Viegas D'Abreu terminou, terça-feira, uma visita de quatro dias à Beijing, República Popular da China.

A visita visou garantir as condições necessárias para cumprimento do cronograma de inauguração do Aeroporto Internacional "Dr. António Agostinho Neto"; em Luanda, cujas obras de construção estão a cargo da Avition Industry Corporation of China AVIC -que é a empreiteira geral.

No mesmo período, esteve na capital chinesa, o ministro da Defesa Nacional Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, João Ernesto dos Santos.

Ambos governantes fizeram-se acompanhar de altos funcionários e peritos de várias especialidades dos respectivos pelouros, tendo nos últimos quatro dias desenvolvido intensa actividade.

Destaque para a visita ao aeroporto capital internacional Beijing, ao centro logístico ao redor do aeroporto. Na prática, diga-se, foi a projecção do que poderá ser o potencial de desenvolvimento do Aeroporto Internacional "Dr. António Agostinho Neto", e que deixou a delegação muito bem impressionada. O último dia de visita do responsável do pelouro dos transportes foi marcado por quatro momentos: Reunião de balanço com a AVIC, na sede desta; entrevista exclusiva a cadeia chinesa TV CGTN; entrevista colectiva aos órgãos nacionais de comunicação social TPA, RNA e ANGOP e audiência à Evilena Ribeiro, funcionária da Taag-China, antecedida de homenagem de reconhecimento do seu percurso profissional em prol da instituição.

Em todas as fases da visita do ministro dos Transportes, Ricardo Viegas D'Abreu, esteve presente o embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola na China, João Salvador Neto.

Pontos fortes da entrevista em exclusivo do ministro dos transportes Ricardo D'Abreu Viegas, à cadeia de TV CGTN, sob condução da jornalista You Yang - Diana, foi que se está na fase final da empreitada do novo Aeroporto Internacional "Dr. António Agostinho Neto".

"Estamos convictos que até ao final do ano será inaugurado e garantir a sua operacionaliz ação de forma imediata.

Temos neste momento várias actividades em simultâneo a acontecer em Luanda. Quer das obras de construção civil, que estão na fase conclusiva, quer o nível de execução física dos trabalhos que estão na ordem dos 85 por cento, e até ao final do ano estará concluída de acordo com o cronograma de trabalhos do empreiteiro, neste caso a AVIC", disse.

De acordo com o ministro, o NAILLAAN trata-se de uma infra-estrutura de grande dimensão e muito complexa e referência do maior aeroporto construído de uma só vez por parte de uma empresa chinesa e um dos maiores aeroportos do Continente Africano.

"Temos ali a oportunidade de garantir o apoio da necessidade da diversificação da economia angolana, quer na parte do suporte da actividade parte turística, garantindo uma conectividade melhor com o nosso país, mas também do ponto da capacidade do tratamento das mercadorias e cargas", declarou.

Conforme adiantou, um dos factores estratégicos e das vantagens competitivas que nós queremos introduzir nesta nova infra-estrutura é a sua capacidade de tratar de carga. E este elemento - carga, obviamente que trouxe à China, porque, actualmente, Angola já é um ponto de trânsito de mercadorias com origem da América Latina, para a China, e com um grande potencial de desenvolvimento. Queremos desenvolver um hub - um ponto de conexão, logístico importante naquilo que diz respeito a iniciativa Betl and Road.

"Temos outras iniciativas de obras e projectos infra-estruturais, não só no sector dos transportes, a nossa relação com a República Popular da China é estrategicamente muito relevante, porque a China esteve em momentos cruciais do nosso país, como o momento logo a seguir ao alcance da paz, em que a República Popular da China, teve um papel muito forte, naquilo que foi a reconstrução de um país, muito sofrido e obviamente destruído pela guerra que demorou alguns anos", assumiu.

Nesta altura, segundo o ministro, continua-se a ter essa relevância estratégica com a China, exactamente permitindo que outros projectos importantes de infra-estruturas possam ser executados em áreas estratégicas como a dos transportes, energia e águas e outros projectos importantes. Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola, Beijing, República Popular da China, aos 27 de Julho de 2023.

10.6 Angola solicita mais investimento chinês

Jornal de Angola

29 de Julho de 2023

Texto: Joaquim Suami e Vânia Inácio

As trocas comerciais com a China ascenderam de uma média anual de 150 milhões de dólares, em 2002, para 27,34 mil milhões, no ano passado, declarou, sexta-feira, em Luanda, o embaixador em Angola, Gong Tao, num fórum bilateral de negócios em que o ministro de Estado para a Coordenação Económica solicitou mais investimento, mais capital, do país asiático.

José de Lima Massano considerou, no Fórum de Negócios Angola-China (FONAC), realizado para assinalar os 40 anos de cooperação bilateral, "mais investimentos" para a produção de alimentos, para o sector da habitação, indústria transformadora e comércio para potenciar a economia angolana.

"Contamos assim com mais investimentos para a produção de alimentos, para disponibilização da habitação, para a indústria transformadora, para o comércio e desenvolvimento das cadeias logísticas de apoio ao desenvolvimento, na exploração mineira e na capacitação e formação profissional", afirmou José de Lima Massano.

O ministro declarou a viabilidade do mercado angolano para acolher investimentos, realçando que o Governo mantém em curso reformas que tendem a melhorar o ambiente de negócios para o estabelecimento de um quadro macroeconómico capaz de elevar a estabilidade, um ordenamento jurídico que confira segurança aos negócios e regras de mercado que privilegiem a concorrência, competitividade e a inovação.

Lembrou que, no quadro das reformas, o Governo anunciou, recentemente, um conjunto de medidas de estímulo e potenciação da Economia angolana que incentivam a produção de bens "Feito em Angola", inseridos em projectos de investimento público.

"Acreditamos que o investimento, a tecnologia e o conhecimento de empresas aqui representadas ganham novo mercado de actuação e oportunidades de reforço de parcerias", salientou, augurando mais investimentos dos empresários chineses.

O embaixador da China considerou que o valor do comércio atingido em 2022 testemunha o rápido desenvolvimento das relações entre os dois países, notando que, nos últimos anos, o café, cerveja, granito e outras especialidades de Angola têm surgido

de forma crescente no mercado da China, tendo apontado que o mesmo acontece com os produtos chineses que circulam no mercado angolano, como viaturas e telemóveis.

"A cooperação de investimento China-Angola ajuda a diversificação económica de Angola. O número de empresas chinesas em Angola ultrapassou 400 e o stock de investimento ultrapassou 24 biliões de dólares, abrangendo vários sectores. Na área da agricultura, as empresas investiram e operaram várias fazendas, experimentaram com sucesso o plantio de sorgo vitivinícola que permitiu alcançar uma colheita abundante de arroz híbrido de alto rendimento", disse.

Na indústria, segundo o embaixador, a China fabrica motocicletas, aparelhos de refrigeração e produtos químicos domésticos que são populares entre os consumidores angolanos. "Angola também estabeleceu a primeira fábrica de placas de gesso e a primeira fábrica de telhas e cerâmica para preencher a lacuna na indústria e promover a exportação diversificação", referiu.

O Fórum de Negócios Angola-China contou com a participação de mais de 70 empresas chinesas que actuam em vários sectores da actividade económica, com destaque para construção civil, infra-estruturas rodoviárias, engenharia, materiais de construção, indústria, tecnologia de informação e telecomunicações.